

GISELLE OLIVIA MANTOVANI DAL CORNO

**TERMINOLOGIA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA:
UM ESTUDO DESCRITIVO**

PORTO ALEGRE

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA: RELAÇÕES TEXTUAIS

**TERMINOLOGIA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA:
UM ESTUDO DESCRITIVO**

GISELLE OLIVIA MANTOVANI DAL CORNO

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA DA GRAÇA KRIEGER

Tese de Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2006

AGRADECIMENTOS

Devo o primeiro agradecimento à minha família, que esteve envolvida, de inúmeras formas, mas sempre intensamente, durante o longo período de gestação deste trabalho e que, junto comigo, se alegra com o encerramento de mais esta etapa em minha carreira acadêmica.

À minha orientadora, Prof^ª. Dra. Maria da Graça Krieger, devo um agradecimento muito especial por ter acreditado que seria possível chegar até aqui (e por tudo o que fica aí implícito).

Agradeço também a pessoas especiais que se destacaram nessa caminhada:

Cristiane Kilian, Sandra Loguercio e Viviane Possamai, colegas do coração, com quem repartí muitos momentos, alegres e tristes, acadêmicos ou não, que me ajudaram a perseverar;

as professoras Anna Maria Becker Maciel e Maria José Bocorny Finatto, membros da banca de qualificação, que tanto contribuíram para o direcionamento da minha investigação;

as professoras do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS Ana Zandwais, Cleci Beviláquia, Luzia Araújo e Sonia Gehring, que comigo compartilharam seus conhecimentos;

as colegas Ana Bocorny, Carolina Huang, Patrícia Ramos, Susana Kerschner e Simone Sarmiento, parceiras na caminhada;

a equipe do Termisul, em especial Gladis Dilélio, pela sempre gentil acolhida;

José Canisio Scher e toda a equipe da secretaria do PPGLetras da UFRGS;

a professora Ieda Maria Alves, pelo carinho e idéias inspiradoras;

as colegas do Departamento de Letras da Universidade de Caxias do Sul, Adriane Sartori, Elisa Battisti, Flávia Gisele Saretta e Isabel Maria Paese Pressanto, pela amizade e trocas enriquecedoras;

toda a equipe do Bar do Antônio, sempre pronta a socorrer os viajantes cansados.

Por último, mas não menos importante, desejo registrar um agradecimento a todos os colaboradores das indústrias moveleiras do País, anônimos para nós, cuja criatividade lexical ajuda a manter viva a Língua Portuguesa e torna a pesquisa lingüística tão interessante.

RESUMO

O objetivo desta tese é descrever a Terminologia da Indústria Moveleira (TIMov), bem como o comportamento de suas unidades terminológicas num *corpus* de base textual em Português do Brasil. As razões para a escolha dessa área de conhecimento foram: a) a importância econômica e social desta indústria no Brasil; b) o fato de ser uma terminologia vasta, difusa e ainda não-sistematizada; e c) a escassez de pesquisas e publicações científicas sobre terminologias técnicas. O *corpus* analisado foi formado por textos de divulgação técnica e anúncios publicitários extraídos das edições de 2003 e 2004 do *ForMóbile: Guia de Referência da Indústria Moveleira*, totalizando 54.000 palavras (6.176 *types*), das quais 332 unidades terminológicas representativas foram selecionadas para análise. A análise foi feita seguindo os princípios da Teoria Comunicativa da Terminologia, desenvolvida por Cabré e equipe, considerando o termo como uma unidade poliédrica, com uma face semântica, uma face pragmática e uma face formal. A análise dessas unidades contextualizadas permitiu investigar a constituição do domínio, a constituição formal das unidades que lhe são específicas, bem como a influência que exercem sobre essa linguagem de especialidade seus usuários e as situações comunicativas em que ocorre. Os principais resultados da análise da face semântica apontam para a estrutura cognitivo-funcional da TIMov, já que a indústria moveleira precisa dar conta de todas as atividades tecnológicas a ela correlacionadas como uma indústria de transformação. Caracteriza-se também como uma estrutura dinâmica, na qual a formação de termos é motivada pela necessidade de denominar os três núcleos conceituais básicos: materiais, processos e equipamentos (máquinas e ferramentas) usados a fim de acompanhar a evolução tecnológica da área. Do ponto de vista da pragmática, foi observado que a aplicação social dos produtos da indústria moveleira é responsável pela variação denominativa e que esta terminologia se faz presente em diferentes tipos de discurso, materializados em diferentes gêneros textuais, com diferentes densidades terminológicas, de acordo com a função social. A análise da face formal revelou características particulares dos termos. As unidades monoléxicas simples podem ser identificadas por sua referência aos núcleos conceituais principais do domínio. As unidades complexas formadas por meio de derivação afixal e as siglas são as mais abundantes, enquanto as unidades poliléxicas constituem-se basicamente de sintagmas nominais cujos determinantes, sejam adjetivos,

sejam sintagmas formados por preposição+nome, especificam o núcleo. Sugerem-se investigações posteriores para verificar se essas características podem ser generalizáveis a outras terminologias técnicas.

ABSTRACT

The aim of this doctoral thesis is to describe the terminology of the furniture industry (TIMov), as well as of the behavior of its terminological units in a text-based *corpus* in Brazilian Portuguese. Reasons for choosing this specific area were a) the economical and social importance of the furniture industry in Brazil; b) the fact that this is a vast, diffuse and yet unsystematized terminology; and c) the lack of academic-scientific research papers on technical terminologies. Corpus analysed comprised technical journalism texts and advertisements from the 2003 and 2004 editions of *ForMóbile: Guia de Referência da Indústria Moveleira* (“*Reference Guide to the Furniture Industry*”), totalling 54,000 words (6,176 types), from which 332 representative terminological units were selected. These units were analysed under the principles of the Communicative Theory of Terminology developed by Cabré and associates, which considers a term as a polyedric unit, with a semantic, a formal and a pragmatic face. The analysis of these units in context allowed an investigation as to how the domain is constituted, on the formal constitution of units that are proper to this domain; and on the effect of communication sets and users on this specialized language. Main results of the semantic face analysis pointed to the cognitive-functional structure of TIMov, since the furniture industry needs to encompass all other technological activities related to it as a transformation industry. It is characterized as a dynamic structure, in which term creation is motivated by the need to name three main concept knots: materials, processes and equipment (machines and tools) used, in order to keep up with technological advances in the field. From a pragmatic point of view, it has been observed that social application of the products of the furniture industry is responsible for terminological variation, and that this terminology is present in different types of discourse, materialized in different text genres, with different terminological density, according to the social function they fulfill. The formal face analysis revealed particular term features. Simple monolexical terminological units can be identified by their reference to the main conceptual knots of the domain. Complex units formed by means of affixes and abbreviations are the most common, while polylexical units are mainly noun phrases having either an adjective or a preposition+noun determiner specifying the main concept. Further investigation may help determine whether these characteristics may be extended to other technical terminologies.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	15
1 RELEVÂNCIA DO ESTUDO DA TERMINOLOGIA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA	17
1.1 PANORAMA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA NO BRASIL.....	19
1.1.1 Importância econômica da Indústria Moveleira no Brasil.....	19
1.1.2 Breve histórico da Indústria Moveleira moderna.....	22
1.2 IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE A LINGUAGEM ESPECIALIZADA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA.....	26
2 O PAPEL DA TERMINOLOGIA NA REPRESENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO CONHECIMENTO ESPECIALIZADO	28
2.1 TERMINOLOGIA: UMA PRÁTICA NECESSÁRIA.....	28
2.1.1 O nascimento da terminologia.....	28
2.1.2 O “vocabulário das artes” e a Revolução Industrial.....	30
2.1.3 A Terminologia moderna.....	33
2.1.4 Novos paradigmas, novos caminhos para a Terminologia.....	37
2.1.4.1 <i>Concepções de terminologia hoje</i>	44
2.2 TERMINOLOGIA E COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA.....	47
2.2.1 O conhecimento especializado.....	49
2.2.2 A comunicação especializada.....	50
2.2.2.1 <i>O discurso da ciência</i>	53
2.2.2.2 <i>O discurso da técnica</i>	56
2.2.2.2.1 <i>O texto de divulgação técnica</i>	59
2.3 O DISCURSO PUBLICITÁRIO COMO UM PONTO DE ENCONTRO ENTRE A CIÊNCIA, A TÉCNICA E A TERMINOLOGIA.....	61
2.3.1 A Revolução Industrial e a publicidade moderna.....	63
2.3.2 O discurso publicitário.....	65

2.3.3 Terminologia e publicidade.....	68
---------------------------------------	----

3 SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE

TERMINOLÓGICA.....	70
3.1 AS UNIDADES TERMINOLÓGICAS COMO OBJETOS DE ESTUDO.....	71
3.2 A FACE PRAGMÁTICA DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS.....	78
3.2.1 Neologia.....	81
3.3 A FACE SEMÂNTICA DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS.....	82
3.3.1 Relações genérico-específico.....	86
3.3.2 Relações parte-todo.....	87
3.3.3 Relações polivalentes.....	88
3.3.4 Relações complexas.....	89
3.4 A FACE FORMAL DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS.....	90
3.4.1 Procedimentos de formação indireta de termos.....	92
3.4.1.1 <i>Extensão semântica</i>	92
3.4.1.1.1 <i>Deslocamento de relação lógica</i>	93
3.4.1.1.2 <i>Extensão por analogia</i>	96
3.4.1.1.3 <i>Extensão por assimilação</i>	97
3.4.1.2 <i>Mudanças gramaticais</i>	98
3.4.1.2.1 <i>Mudanças de categoria</i>	99
A) Conversão de adjetivo em substantivo.....	99
B) Conversão de substantivo em adjetivo.....	100
C) Conversão de particípio passado em substantivo.....	101
D) Conversão de verbo em substantivo.....	102
E) Conversão de particípio presente x gerúndio em substantivo.....	102
3.4.1.2.2 <i>Mudança de gênero: masculino x feminino</i>	103
3.4.1.2.2 <i>Mudança de número: singular x plural</i>	104
3.4.1.2.3 <i>Mudança de condição: um nome próprio se converte em comum</i>	105
3.4.1.3 <i>Empréstimos lingüísticos</i>	106
3.4.1.3.1 <i>Empréstimos internos</i>	106
3.4.1.3.2 <i>Empréstimos externos</i>	107
3.4.2 Formação direta de termos.....	114
3.4.2.1 <i>UTs monoléxicas</i>	117

3.4.2.1.1 <i>UTs derivadas</i>	118
A) Derivação prefixal.....	118
B) Derivação sufixal.....	119
B.1) Sufixos formadores de substantivos.....	120
B.2) Sufixos formadores de adjetivos.....	121
C) Derivação parassintética.....	122
D) Derivação regressiva.....	124
3.4.2.1.2 <i>UTs compostas</i>	125
A) Composição pela combinação de bases autônomas (formas livres).....	126
B) Composição pela combinação de bases não-autônomas (formas presas).....	127
3.4.1.3 <i>UTs abreviadas</i>	128
A) Truncamento, braquissmia ou abreviação propriamente dita.....	129
B) Siglação e acronímia ou acrossemia.....	130
3.4.2.2 <i>UTs poliléxicas</i>	134
3.4.2.2.1 <i>Padrões de estruturação das UTs poliléxicas</i>	136
3.4.2.2.2 <i>Dificuldades na detecção de UTs poliléxicas</i>	137
3.4.2.2.3 <i>O componente adjetivo na constituição das UTs poliléxicas</i>	141
A) Adjetivos qualificativos.....	143
B) Adjetivos classificadores.....	143
3.4.2.2.4 <i>Valor terminológico dos adjetivos</i>	145
3.4.2.2.5 <i>Identificação de traços conceituais do componente adjetivo</i>	147
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	149
4.1 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> TEXTUAL.....	149
4.2 SUBÁREA SELECIONADA.....	150
4.3 GÊNEROS TEXTUAIS E OBJETIVOS DA COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA NO <i>CORPUS</i> SELECIONADO.....	150
4.4 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA.....	153
4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	154
5 A TERMINOLOGIA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA	159
5.1 O PLANO CONCEITUAL DA <i>TIMov</i>	161
5.1.1 Relações conceituais na <i>TIMov</i>	168
5.1.1.1 <i>Relações genérico-específico na TIMov</i>	169

5.1.1.2	<i>Relações parte-todo na TIMov</i>	174
5.1.1.3	<i>Relações associativas (complexas) na TIMov</i>	175
5.2	O PLANO FORMAL DA TIMov.....	176
5.2.1	Procedimentos de formação indireta na TIMov.....	177
5.2.1.1	<i>Formação indireta de UTs na TIMov por extensão semântica</i>	178
5.2.1.1.1	<i>Extensão semântica por deslocamento de uma relação lógica</i>	178
	A) Da parte para o todo.....	179
	B) Da causa para o efeito.....	179
5.2.1.1.2	<i>Extensão semântica por analogia</i>	182
5.2.1.1.3	<i>Extensão semântica por assimilação</i>	184
5.2.1.2	<i>Formação indireta de UTs na TIMov por mudanças gramaticais</i>	186
5.2.1.2.1	<i>Conversão</i>	186
	A) Conversão de adjetivo em substantivo.....	187
	B) Conversão de particípio passado em substantivo.....	189
5.2.1.2.2	<i>Mudança de número: singular x plural</i>	189
5.2.1.2.3	<i>Mudança de condição: nome próprio x nome comum</i>	191
5.2.1.3	<i>Empréstimos</i>	201
5.2.1.3.1	<i>Empréstimos internos</i>	201
5.2.1.3.2	<i>Empréstimos externos</i>	203
	A) Empréstimos.....	204
	B) Estrangeirismos.....	206
	B.1) Estrangeirismos que designam processos ou técnicas.....	208
	B.2) Estrangeirismos que designam substâncias ou materiais.....	210
	B.3) Estrangeirismos que designam propriedades.....	212
5.2.2	Procedimentos de formação direta: a estrutura formal da TIMov.....	214
5.2.2.1	<i>UTs monoléticas simples na TIMov</i>	214
5.2.2.2	<i>UTs monoléticas complexas na TIMov</i>	217
5.2.2.2.1	<i>UTs derivadas</i>	218
	A) Derivação prefixal.....	218
	B) Derivação sufixal.....	228
	B.1) Formação de UTs substantivas através da derivação sufixal.....	229
	I. <i>UTs substantivas que designam operação ou processo, ou o seu resultado</i>	229
	II. <i>UTs substantivas que designam estados, propriedades ou qualidades</i>	238

<i>III. UTs substantivas que designam agentes ou instrumentos de ação.....</i>	239
B.2) Formação de adjetivos através da derivação sufixal.....	242
B.3) Um sufixo bastante produtivo: -(i)fic(ar).....	248
B.4) Concorrência entre sufixos.....	249
C) Derivação parassintética.....	250
D) Derivação regressiva.....	253
5.2.2.2.2 <i>UTs compostas</i>	255
5.2.2.2.3 <i>UTs abreviadas</i>	258
A) Formas abreviadas propriamente ditas.....	259
B) Siglas.....	261
B.1) Siglas que denominam matérias-primas usadas como substrato para fabricação de peças do mobiliário.....	264
B.2) Siglas que denominam produtos de engenharia química utilizados na composição, na preparação ou no acabamento do substrato.....	266
B.3) Siglas que denominam materiais para revestimento e/ou acabamento superficial dos substratos	268
B.4) Siglas que denominam processos tecnológicos empregados na indústria moveleira.....	271
5.2.2.3 <i>UTs poliléxicas</i>	273
5.2.2.3.1 <i>UTs poliléxicas designativas de matérias-primas e insumos: uma proposta de análise</i>	274
5.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	280
CONCLUSÃO E SUGESTÃO PARA FUTUROS DESDOBRAMENTOS	287
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	291
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	298
ANEXO A – CRONOLOGIA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA.....	306
ANEXO B – LISTA DE TERMOS.....	312

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Concentração de fabricantes de móveis no Brasil.....	20
Figura 2. Cadeira nº 14 de Michael Thonet, feita pelo processo de envergamento da madeira.....	22
Figura 3. Adaptação do constructo teórico da variação em terminologia de Faulstich (2001), com ênfase nas formas competitivas.....	112
Figura 4. Tipos de termos de acordo com sua estrutura interna e modo de formação.....	116
Figura 5. Inserção da Indústria Moveleira no sistema industrial de base florestal.....	162
Figura 6. Subsistema da Indústria Moveleira e confluência de outros sistemas industriais	163
Figura 7. Representação esquemática do eixo cognitivo-funcional da TIMov.....	163
Figura 8. Modelo prototípico de fluxograma de produção na indústria moveleira a partir de painel de madeira serrada (madeira maciça).....	165
Figura 9. Modelo prototípico de fluxograma de produção na indústria moveleira a partir de painel de madeira reconstituída.....	166
Figura 10. Estrutura arbórea que representa a relação entre <i>acabamentos de borda</i> como um conceito superordenado e seus conceitos subordinados.....	171
Figura 11. Estrutura arbórea que representa a relação entre <i>adesivos</i> como um conceito superordenado e seus conceitos subordinados.....	173
Figura 12. Encaixe (junção) macho e fêmea.....	183
Figura 13. Dobradiça (tipo) caneco.....	184
Figura 14. Dobradiça (tipo) caneco.....	184
Figura 15. Logotipo da marca comercial Formica.....	193
Figura 16. Anúncio publicitário da Formica S.A. veiculado no ForMóbile 2003.....	195
Figura 17. Anúncio publicitário da Formica S.A. veiculado no ForMóbile 2004.....	196
Figura 18. Ilustração de pálete ou pallet.....	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Número de empresas e empregados nos pólos moveleiros do Brasil.....	21
Quadro 2. Unidades Terminológicas (UTs) monoléticas simples na TIMov.....	217
Quadro 3. Prefixos latinos.....	219
Quadro 4. Prefixos gregos.....	220
Quadro 5. Distribuição das ocorrências de siglas no <i>corpus</i> e especificidades de seu emprego.....	263
Quadro 6. Relações entre a UT MESA como núcleo do sintagma (conceito de base) e seu(s) determinante(s).....	275
Quadro 7. Relações entre a UT LAMINADO como núcleo do sintagma (conceito de base) e seu(s) determinante(s).....	278

LISTA DE SIGLAS

MAMO – Glossário Madeira/Mobiliário

POLI – *Dicionário de polímeros* (2001)

AURE – Novo Aurélio século XXI: *o dicionário da língua portuguesa*. (1999)

HOUA – Dicionário Eletrônico Houaiss

MICH – *MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa*. (1998)

ROSA – *Rosato's plastics encyclopedia and dictionary* (1993)

SOTH – *Sotheby's Concise Encyclopedia of Furniture* (1998)

PRÓLOGO

A investigação que resultou neste trabalho situa-se na confluência de dois fazeres profissionais. De um lado, a docência em língua portuguesa e língua inglesa, que despertou a curiosidade para a pesquisa lingüística. De outro, a atividade de tradução, que despertou a curiosidade para as áreas técnicas cujo contato era possibilitado através dos textos a traduzir. Esse encontro conduziu à descoberta da Indústria Moveleira como uma fascinante área em que complexas atividades tecnológicas são realizadas na transformação de materiais para resultar em admiráveis produtos, que pode ser estudada sob diferentes aspectos e descrita por uma linguagem que lhe é peculiar.

Nosso interesse por esta área de estudos surgiu em decorrência de necessidades práticas e concretas. Em 1993, a atividade de tradução abriu as portas para a atuação como recepcionista/intérprete na primeira FIMMA Brasil – Feira Internacional de Máquinas, Matérias-Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira, realizada na cidade de Bento Gonçalves, RS, importante pólo moveleiro nacional. O contato com fornecedores e potenciais clientes de diversos segmentos envolvidos na produção de móveis, acarretando a necessidade de comunicação especializada em língua portuguesa e em outras línguas, especialmente o inglês, logo evidenciou uma carência: a inexistência de obras de referência em que se pudesse consultar a terminologia da área, tanto para a compreensão dos assuntos quanto para a busca de equivalentes em línguas estrangeiras.

A busca por soluções a essa dificuldade levou-nos a recorrer a dicionários especializados, e os melhores “dicionários técnicos” da época eram os que contemplavam, simultaneamente, termos de várias engenharias (civil, mecânica, química, elétrica...) e ciências exatas (matemática, física, geologia, física nuclear...). O excelente trabalho de autores como Lewis Sell, Edson Bini, Dino Del Pina, entre outros, apresenta informações relevantes sobre um número significativo de termos de muitas áreas, o que, por si só, implica que não se pode pretender dessas obras exaustividade. A terminologia da Indústria Moveleira, então, precisava ser “pinçada” de dentro de um universo de informações muito amplo, nem sempre com resultados satisfatórios, especialmente porque, devido à natureza dessas obras, termos relativos a matérias-primas naturais e aos próprios móveis não estavam incluídos. A

primeira obra de referência específica do setor, o *Glossário de Mobiliário e Madeira*, só viria a ser lançado pelo SENAI/CETEMO em 1994. A solução, então, era fazer consultas a muitos especialistas, que, como o próprio nome indica, nem sempre podiam oferecer conhecimentos fora de sua área específica e às vezes tinham dificuldades de explicar para leigos as especificidades técnicas.

Dessa experiência, além do conhecimento adquirido, ficou uma meta: produzir um dicionário que pudesse atender às necessidades dos usuários da terminologia da indústria moveleira como um todo, fossem eles técnicos, trabalhadores da área produtiva (o chamado “chão-de-fábrica”), pessoal envolvido na importação e exportação de matérias-primas e maquinário em geral, bem como estudantes da área, tradutores e profissionais responsáveis pela divulgação nacional e internacional de móveis e de produtos relacionados a eles.

Os primeiros passos rumo a essa meta foram dados por uma equipe constituída no âmbito do Departamento de Letras da Universidade de Caxias do Sul, que, com base em material coletado nas edições de 1995 e 1997 da FIMMA (fôlderres, catálogos, brochuras, revistas, informativos técnicos, artigos técnicos, livros, glossários e normas), lançou-se num projeto de pesquisa que objetivava a elaboração de um *dicionário técnico de termos da indústria moveleira*. As ferramentas tecnológicas eram precárias e a maior parte dos membros do grupo fazia sua primeira incursão no mundo do fazer terminológico, subestimando, dessa forma, o incrível volume de trabalho demandado. Apesar disso, foram coletados, num período de quatro anos, cerca de 7 mil candidatos a termo, com equivalentes, para grande parte dos casos, em inglês e espanhol.

Com o término do prazo institucional para o projeto, o grupo de pesquisadores dispersou-se, cada um dos membros perseguindo objetivos profissionais próprios. A publicação do dicionário não se concretizou pela falta de embasamento teórico para a resolução de impasses comuns no trabalho com terminologias: como atestar a pertinência dos termos à área? Como delimitar as unidades terminológicas e distingui-las de formações livres? Que tratamento dar à variação denominativa observada em função dos diferentes textos, dos diferentes fornecedores, dos diferentes objetivos da comunicação na área?

Este trabalho, assim, procura, em primeiro lugar, resgatar uma dívida para com a comunidade acadêmica e científica, buscando as respostas às perguntas acima formuladas. A partir daí, procura oferecer dados concretos para contribuir com a pesquisa lingüística e terminológica no Brasil.

1 RELEVÂNCIA DO ESTUDO DA TERMINOLOGIA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA

O que leva um consumidor qualquer a comprar um móvel? A principal motivação para a compra de uma peça de mobiliário é, sem dúvida, uma necessidade específica que o móvel deverá satisfazer – funcional ou estético – em um ambiente, residencial ou não.

Seja uma mesa sobre a qual fazer refeições, uma cama em que dormir, um armário para expor objetos de decoração, os móveis fazem parte da vida cotidiana dos seres humanos desde tempos remotos (estudos arqueológicos revelam sua presença já no período neolítico), acompanhando mudanças ditadas pela própria evolução social e cultural dos povos, tanto em termos de diversificação de peças e estilos quanto nas técnicas desenvolvidas para aprimorá-los e torná-los mais adequados aos propósitos a que se destinam.

O estudo do mobiliário, numa tentativa de reconstituir ambientes internos, como nos diz Lucie-Smith (1993), pode nos dar muitos detalhes sobre como as pessoas viviam e interagiam em diferentes épocas.

O autor (1993) observa que o lugar ocupado pelos móveis entre os artefatos humanos é “curiosamente ambíguo”: eles não são estritamente necessários à existência humana, nem sua posse, por si só, indica superioridade cultural. No entanto, “a posse de peças de mobiliário (...) implica um nível de cultura de certo modo acima do nível de subsistência, assim como implica o abandono de hábitos e posturas animais” (LUCIE-SMITH, 1993, p. 7-8).

Segundo o autor, o estudo dos móveis iniciou no século XIX com o *revivalismo* na arquitetura e o conseqüente interesse por antigüidades, com uma quase obsessão pela verificação da autenticidade de peças antigas. Como objetos de estudo, os móveis podem ser abordados sob pelo menos quatro diferentes aspectos:

- a) sua função prática: mesmo surgindo peças de mobília para suprir necessidades culturais, são sempre destinados a cumprir uma das quatro funções práticas básicas: servir para sentar (cadeiras, bancos), para apoiar materiais (mesas,

balcões), para armazenamento (baús, roupeiros), ou para deitar-se e reclinar-se (camas, sofás), algumas vezes com a combinação de mais de uma função na mesma peça;

- b) a indicação de *status* social a eles associada: historiadores do mobiliário apontam que conforto e conveniência associados a determinados tipos de mobília aumentam em proporção direta ao *status* social e ao poder aquisitivo de seus proprietários;
- c) a revelação de aspectos pessoais e subjetivos de seu usuário: a mobília é uma resposta a necessidades práticas do dia-a-dia, mas igualmente está a serviço da fantasia de um indivíduo, abrindo espaço para o desenvolvimento de estilos pessoais; e
- d) os aspectos tecnológicos de sua fabricação: os materiais preferidos, os tipos de madeiras e as técnicas utilizadas dizem muito a respeito do modo de pensar e das condições sócio-econômicas dos povos em determinada época.

É sobre esse quarto aspecto que o presente trabalho volta seu olhar: a **Indústria Moveleira** como a área de atividade responsável pela transformação de matérias-primas para a confecção de um produto final, o móvel.

Esse olhar, porém, não é o do fabricante de móveis, nem o do fornecedor de matéria-prima e acessórios, nem o do pesquisador que, no interior de seu laboratório, busca soluções em tecnologia para tornar essa indústria mais criativa e competitiva, nem o do historiador ou o do sociólogo, que procuram entender as culturas através dos produtos de uma época. O olhar que lançaremos sobre a Indústria Moveleira neste trabalho é um olhar lingüístico, e por isso ele estará centrado na linguagem especializada empregada na comunicação entre os agentes dessa grande cadeia produtiva.

Este trabalho procura, enfim, configurar a Indústria Moveleira na atualidade como um universo de saberes, grandemente orientado pelo saber-fazer, imerso em e gerador de um universo de discurso próprio, responsável por e descrito através de uma terminologia que lhe é peculiar, mesmo que com interfaces com outras áreas do conhecimento.

Para que possamos situar melhor o estudo que propomos, é necessário, antes, oferecer um breve panorama da Indústria Moveleira no Brasil, inserindo-o na recente história do mobiliário no mundo ocidental.

1.1 PANORAMA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA NO BRASIL

1.1.1 Importância econômica da Indústria Moveleira no Brasil

Segundo o *ForMóbile – Guia de referência da indústria moveleira* (2003), a produção mundial de móveis está estimada em US\$ 200 bilhões anuais, sendo que mais de 64% dessa produção concentra-se nas sete maiores economias atuais (EUA, Itália, Japão, Alemanha, Canadá, França e Reino Unido). Assim como outros países emergentes, ainda segundo o *Guia* (2003), o Brasil também tem investido em seu mercado interno, bem como no mercado externo, tendo sido, em 2002, o 10º maior exportador ao mercado norte-americano, e chegando hoje a ser o 12º maior exportador mundial.

Segundo o *Panorama do Setor Moveleiro no Brasil* da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário – ABIMÓVEL –, baseado em dados disponibilizados até agosto de 2005, a “indústria brasileira de móveis é formada por mais de 16.112 micro, pequenas e médias empresas que geram mais de 189.372 empregos (RAIS 2003) [...]” (ABIMÓVEL, 2005, p. 6).

O *Panorama* cita como peculiar o fato de que esse setor congrega empresas familiares e tradicionais, e, apesar do interesse pela entrada de empresas estrangeiras em alguns segmentos específicos, a grande maioria é ainda de capital inteiramente nacional (ABIMÓVEL, 2005). Além desse, outro aspecto que caracteriza o setor é a grande absorção de mão-de-obra.

Os principais centros consumidores de móveis são as regiões Sul e Sudeste, com destaque para as cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasília, e suas regiões metropolitanas. Para atender a essa demanda interna, bem como ao crescente mercado de exportação, verifica-se no país a concentração de empresas e de mão-de-obra no que se costuma chamar de pólos moveleiros.

Os principais pólos moveleiros do país situam-se no Centro-Sul, nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo, apesar de se localizarem importantes fabricantes de móveis em todo o território nacional, como se pode visualizar na Figura 1 abaixo.

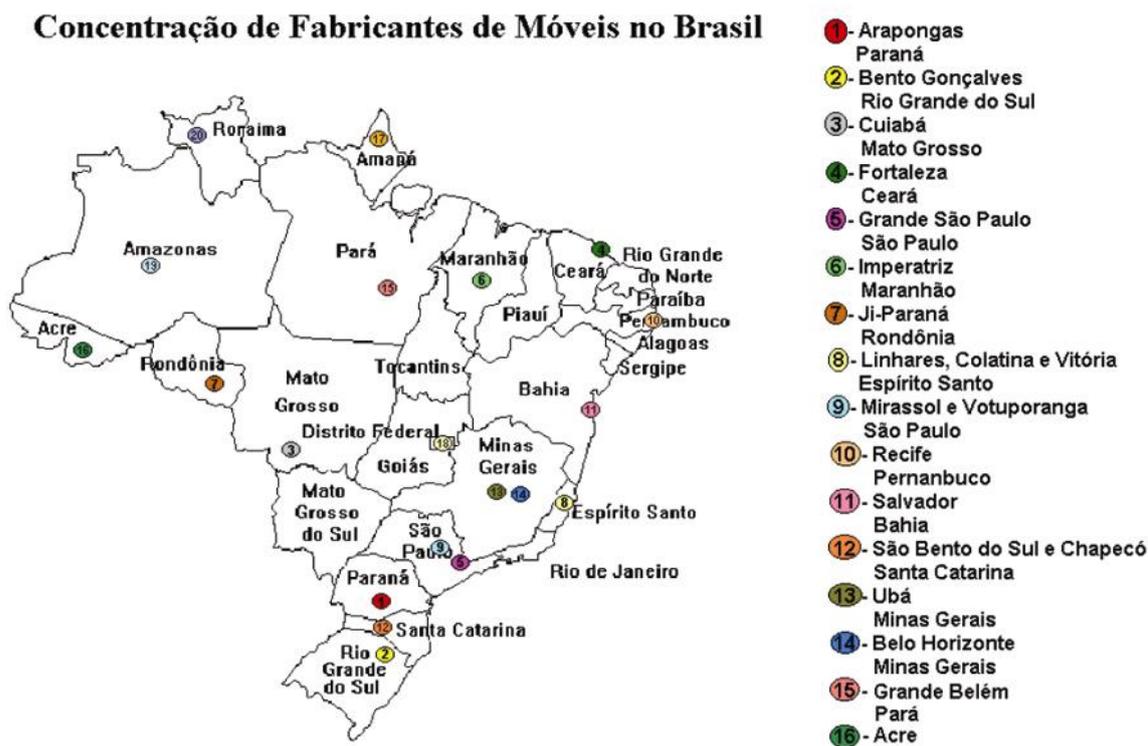


Figura 1. Concentração de fabricantes de móveis no Brasil (Fonte: ABIMÓVEL, 2005)

A concentração de mão-de-obra e da capacidade produtiva se dá, evidentemente, nos maiores pólos moveleiros do país. Para se ter uma idéia dessa distribuição, apresentamos, no Quadro 1, a seguir, dados obtidos do *Panorama* da ABIMÓVEL, relacionando o número de empresas e de empregados.

Quadro 1. Número de empresas e empregados nos pólos moveleiros do Brasil (Adaptado de: ABIMÓVEL, 2005)

Pólo moveleiro	Estado	Empresas	Empregados
Bento Gonçalves	RS	370	10.500
São Paulo	SP	3.000	9.000
Mirassol	SP	210	8.500
São Bento do Sul	SC	210	8.500
Arapongas	PR	145	7.500
Votuporanga	SP	85	7.400
Ubá	MG	310	3.150
Linhares e Colatina	ES	130	3.000
Bom Despacho	MG	117	2.000
Lagoa Vermelha	RS	60	1.800
Tupã	SP	54	700

Ainda segundo a ABIMÓVEL, o faturamento do setor moveleiro no Brasil ultrapassou, em 2004, a casa dos US\$ 4 milhões. Esse número se deve também, em boa parte, ao resultado das exportações. Só em 2004, o país exportou o equivalente a US\$ 940.574.475, o que representa um aumento de 42% em relação ao ano anterior.

A página eletrônica (*site*) da Associação das Indústrias de Móveis do Rio Grande do Sul – MOVERGS – divulga que em 2005 as exportações atingiram a marca de US\$ 1 bilhão, sendo o Estado do Rio Grande do Sul responsável por US\$ 212 milhões desse total.

Os principais países importadores de móveis brasileiros, atualmente, são os Estados Unidos, com quase 40% do total exportado, seguidos da França e do Reino Unido. Miguel Sánchez Júnior, superintendente executivo da ABIMÓVEL, explica:

O móvel brasileiro tem boa aceitação em diversos países. Os Estados Unidos têm destaque por conta da alta frequência com que a população troca de endereço e, por conseguinte, o mobiliário. Já a França e o Reino Unido são atraídos pelo estilo do móvel brasileiro que agrada o consumidor europeu, de maneira geral. (SÁNCHEZ Jr., Miguel. Retrato do cenário atual. *Revista da ABIMÓVEL*, São Paulo, n. 39, 2006. Entrevista concedida a Melissa Rossi. Reportagem sobre o cenário do setor moveleiro. Disponível em: <<http://www.emobile.com.br>>.)

As conseqüências desse quadro são favoráveis em mais do que um aspecto:

Com o aumento havido nas exportações, nos últimos anos, a indústria desenvolveu muito a sua capacidade de produção e apurou significativamente a qualidade dos seus produtos. Tecnologias avançadas, matérias primas sofisticadas e apuro na

qualidade dos produtos têm pautado a produção da indústria brasileira de móveis. (ABIMÓVEL, 2005, p. 11)

Essa constante evolução tecnológica, bem como o crescimento comercial, são marcas da Indústria Moveleira, verificadas desde meados do século XIX no mundo ocidental e, particularmente no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, como se poderá atestar pelo breve histórico apresentado a seguir.

1.1.2 Breve histórico da Indústria Moveleira moderna

A busca geral por novos materiais e novos processos foi responsável pelo fato de que, na primeira metade do século XIX, se verificassem mudanças fundamentais na fabricação de móveis, só comparáveis em importância, segundo Lucie-Smith (1993), aos avanços tecnológicos posteriores à Segunda Guerra Mundial.

Em 1822, o vienense Georg Junigl patenteou os estofados com molas; na década de 1840, foram produzidas e comercializadas as primeiras camas de metal. A mais importante mudança, porém, foi introduzida pelo austríaco Michael Thonet (1796-1871), no espírito da simplicidade e praticidade da era Biedermeier. Seus experimentos, usando calor e umidade para envergar a madeira de modo a forçá-la a um formato desejado, revolucionaram a manufatura de cadeiras. O processo foi patenteado em 1856, e a famosa cadeira nº 14 tornou-se a marca do sucesso desse marceneiro que modificou a indústria de móveis (ver figura 2).



Figura 2. Cadeira nº 14 de Michael Thonet, feita pelo processo de envergamento da madeira (Disponível em: <[http:// www.guiadomarceneiro.com](http://www.guiadomarceneiro.com)>. Acesso em: 26 mai. 2006.)

Na mesma década, o americano John Henry Belter experimentava com painéis de 6 a 8 lâminas de 1/16 de polegada coladas com as fibras de uma camada correndo perpendicularmente às da seguinte, para depois aquecê-los com vapor e moldá-los na forma desejada antes de serem esculpidos.

Conforme Lucie-Smith (1993), esses processos eram ainda basicamente manuais e envolviam muitas pessoas; a industrialização não havia chegado ainda à fabricação de móveis.

A segunda metade do séc XIX assistiu a um renovado interesse pela mobília antiga e pelo artesanato, muito sob a influência do movimento Arts and Crafts, que pregava o design funcional e a importância do que chamavam de “honestidade” na confecção de cada peça de mobiliário: “nenhuma parte da manufatura deve estar escondida” e “cada peça de mobília deve ser executada do início ao fim por um único homem, já que isso inevitavelmente deve resultar em melhor trabalho e em satisfação pessoal acentuada” (LUCIE-SMITH, 1993, p. 154). Essa também foi a orientação inicialmente seguida pela escola Bauhaus, mas abandonada depois da segunda metade da década de 1920. Com essa mudança de perspectiva, a escola veio a colaborar com a indústria para dela também se beneficiar, o que ajudou a popularizar o papel do componente industrial como apoio à criatividade dos artistas e designers de móveis.

Nesse período, o Brasil já contava com pelo menos cinco importantes fábricas de móveis em nível nacional, procurando seguir as tendências mundiais, desde a fundação da Companhia de Móveis Curvados, no Rio de Janeiro, em 1890, que fabricava móveis em escala, a partir de moldes de peças austríacas.¹

A década de 1930 marca a Indústria Moveleira pela invenção e uso da espuma de borracha como estofamento e do adesivo à prova d'água. Também inicia a produção em série, o que, de certa forma, veio a provocar uma perda na qualidade dos móveis fabricados, levando a pesquisas para buscar melhorias tanto em matérias-primas quanto em processos.

A verdadeira revolução tecnológica, porém, só pode ser datada da metade do século XX. Conforme Lucie-Smith (1993, p. 10), as “técnicas de fabricação de móveis e mesmo os materiais considerados adequados para esse propósito, mudaram mais drasticamente nos últimos sessenta anos que nos seis séculos antecedentes”. Com a explosão econômica

¹ Os dados referentes à história da Indústria Moveleira no Brasil foram obtidos a partir do *Panorama ABIMÓVEL* (www.abimovel.com), no texto *A Cronologia da Indústria Moveleira*, que se encontra, na íntegra, no Anexo A.

decorrente do período pós-guerra, ocorrem mudanças rápidas em materiais e técnicas. Nesse período, inicia-se a produção de compensados de madeiras duras, confiáveis e de baixo custo, bem como evoluem as técnicas para obtenção de lâminas de madeira. Em consonância com as tendências mundiais, a Eucatex inicia no Brasil, na década de 1950, a fabricação de chapas de fibra de madeira reconstituída, popularmente conhecidas como aglomerado, ampliando posteriormente sua linha para painéis industriais.

Entre 1955 e 1966, avança também de forma drástica a formulação de adesivos, o que possibilita, nas décadas posteriores, não só a melhoria da qualidade do aglomerado, como também o desenvolvimento de outros painéis de madeira reconstituída, como MDF e OSB, inicialmente pensados para aplicações na construção apenas. No Brasil, em 1964, a Duratex lança no mercado o Duraplac e, em 1966, a Placas do Paraná provoca verdadeira revolução no setor moveleiro nacional com o lançamento de chapas aglomeradas.

A década de 1970 é marcada pela ênfase na ergonomia e pela aposta nos móveis modulados.

No Brasil, intensifica-se a preocupação com a qualidade e com a troca de informações. Criam-se associações de indústrias (culminando, em 1992, com a criação da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário – ABIMOVEL). Inicia a realização de feiras e mostras de móveis e de setores relacionados à Indústria Moveleira, entre as quais se destacam a Movelsul e a FIMMA (Feira Internacional de Máquinas, Matérias-Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira), com suas primeiras edições respectivamente em 1977 e 1993, em Bento Gonçalves, RS, e a Expomóvel, com sua primeira edição em 1986, em Curitiba, PR.

Nas últimas décadas do século XX, também cresce a preocupação com a formação profissional dos fabricantes de móveis. Em 1983, por exemplo, é criado o Centro Tecnológico do Mobiliário do Senai (SENAI - CETEMO), em Bento Gonçalves, RS, e, na mesma cidade, em 1994, é implantado o primeiro Curso Superior da Tecnologia em Produção Moveleira, da Universidade de Caxias do Sul. Essa profissionalização incentiva as pesquisas para a melhoria de matérias-primas e insumos (ferragens, componentes) e para o aprimoramento do design, incrementa as importações de materiais e maquinário, bem como as exportações de móveis que, como vimos na seção anterior, é um dos grandes propulsores do desenvolvimento desta indústria.

Ao longo deste quase um século de transformações, verificou-se um gradual abandono da madeira maciça (ou madeira serrada) como matéria-prima exclusiva na fabricação de móveis, para buscar materiais mais competitivos, tanto em termos econômicos quanto de possibilidades de aplicação. Na atualidade, as matérias-primas mais utilizadas pela indústria de móveis são os painéis de madeira processada e reconstituída, como o aglomerado e o MDF. Segundo o BNDES², os “pólos moveleiros são os principais mercados consumidores de painéis de madeira aglomerada e de MDF, posto que mais de 90% do volume produzido dessas chapas destinam-se à fabricação de móveis”.

No Brasil, empresas de menor porte e marcenarias artesanais ainda baseiam boa parte de sua produção em chapas de madeira compensada com revestimento em lâminas de madeira natural.

A madeira maciça também é ainda bastante utilizada no país, apesar de, conforme dados do BNDES, a diminuição de madeiras provenientes de mata nativa estar proporcionando a utilização de tábuas provenientes de plantio das espécies pínus e eucalipto.

Independentemente de sua forma, a madeira continua sendo amplamente empregada na fabricação de móveis, como atestam Hillig e Schneider: “A principal matéria-prima utilizada na indústria moveleira tem como base a madeira, tanto de florestas naturais heterogêneas como de florestas plantadas homogêneas e de rápido crescimento” (HILLIG & SCHNEIDER, 2006, p. 112).

Além dessa matéria-prima, a Indústria Moveleira utiliza outros insumos (materiais necessários ao processo de produção, como abrasivos e adesivos, ou para acabamento, como revestimentos, fitas de borda, tintas e vernizes)³ e materiais complementares (tecidos, vidro, couro, plásticos e outros). A transformação das matérias-primas e insumos é feita através da utilização de máquinas e equipamentos específicos. Muitas empresas utilizam componentes já prontos, como gavetas, portas e prateleiras. O móvel então recebe ferragens e acessórios, caso seja comercializado pronto, ou tem suas partes embaladas enquanto aguarda a montagem no local designado pelo cliente. Desta forma, a Indústria Moveleira congrega e movimenta uma constelação de outras indústrias e fazeres tecnológicos, que com ela contribuem.

² Os dados do BNDES são extraídos do documento *ABIMÓVEL – Panorama BNDES*, disponível em <<http://abimovel.org.br/panorama/bndes>>, referentes ao ano de 2002.

³ Observe-se que, na Indústria Moveleira, o termo *insumos* não tem a mesma feição abrangente que na economia, pois limita-se aos diversos materiais empregados, excluindo despesas com maquinário e mão-de-obra, como se pode depreender dos textos consultados para este trabalho.

Paralelamente a esse quadro, cresce, na atualidade, a preocupação com o impacto ambiental causado pela exploração de recursos naturais e geração de resíduos, como explicam Schneider *et al.*:

O advento da Revolução Industrial acentuou quali-quantitativamente os efeitos ambientais das ações humanas. A produção das indústrias em larga escala e o anseio de crescimento econômico vêm provocando impactos negativos no meio ambiente. No afã de conter os impactos causados pelas atividades industriais, surgem as concepções filosóficas de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) e desenvolvimento sustentável. (SCHNEIDER *et al.*, 2006, p. 31)

Assim, esse início do século XXI caracteriza-se pela busca de alternativas à produção mais ecologicamente correta, como sugerem Schneider, Pavoni e Panarotto:

Alguns fatores ainda devem ser considerados no setor moveleiro, a exemplo da correta escolha de matérias-primas menos impactantes ao meio ambiente. Apesar da crescente utilização de madeira reflorestada, a oferta de madeira com certificados ambientais, que atestam a proveniência de floresta manejada de forma sustentável, ainda é muito pequena no RS. Neste ponto, também poderiam ser usados os novos produtos que estão no mercado, como por exemplo novos sistemas de pintura utilizando tinta em pó, adesivos biodegradáveis com base de água e tintas e vernizes livres de solventes prejudiciais ao meio ambiente. (SCHNEIDER, PAVONI & PANAROTTO, 2004, p. 96)

1.2 IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE A LINGUAGEM ESPECIALIZADA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA

A análise de textos representativos da área da Indústria Moveleira permite um mapeamento de seus conceitos fundamentais e das respectivas designações, relacionados às matérias-primas empregadas e às atividades envolvidas no processo de fabricação.

Como um campo de saber que utiliza uma linguagem especializada, o conhecimento especializado da indústria moveleira está sujeito a modificações não apenas decorrentes da ampliação ou do acréscimo de novos conceitos, mas principalmente resultantes de sua aplicação prática na sociedade, já que a presença dos móveis no cotidiano dos seres humanos abre caminho para diferentes tipos de discurso além do técnico.

Os móveis e sua fabricação podem ser tema de uma conversa entre o projetista e a pessoa que encomendou uma peça de mobiliário, entre o marceneiro e o atendente da loja que

vende matéria-prima e componentes para produzi-la, entre o atendente da loja especializada em móveis e um futuro comprador. O tema circula na área produtiva das indústrias moveleiras, em instruções de trabalho e normas técnicas a serem seguidos; nos setores de projeto e pesquisa das empresas que fabricam o móvel e daquelas que fornecem as matérias-primas e insumos para sua fabricação, em manuais técnicos e em revistas especializadas; nas feiras e mostras do setor, em fôlderes, brochuras e outros materiais de divulgação de produtos, matérias-primas e equipamentos. Circula ainda nas salas de aula dos cursos profissionalizantes, em material didático e técnico, bem como no mundo dos negócios, nacionais e internacionais, necessários para alimentar a cadeia produtiva com produtos e serviços oferecidos para sua transformação em produtos comercializáveis.

Desta forma, a importância do estudo da terminologia da Indústria Moveleira reside, em primeiro lugar, na necessidade de preencher a lacuna verificada no âmbito dos estudos terminológicos com relação ao vocabulário especializado empregado para referir e comunicar o conhecimento nesse amplo domínio de atividades tecnológicas inter-relacionadas, o que torna sua linguagem vasta e difícil de delimitar.

A relevância deste estudo localiza-se também na possibilidade de investigação de alguns princípios que colaborem com o estudo das linguagens técnicas e sua veiculação em textos de diferentes níveis de tecnicismo, como é o caso da terminologia da Indústria Moveleira. Como verificaremos em maior detalhe ao longo deste trabalho, especialmente pela configuração do *corpus* textual selecionado, essa terminologia se faz presente na comunicação especializada (que tem propósitos relacionados ao caráter técnico dos saberes envolvidos), mas também na comunicação mercadológica dos produtos em suas diferentes fases (que tem objetivos comerciais e de divulgação publicitária). Trata-se, então, de uma terminologia técnica, mas cuja evolução é motivada pela ação direta do contato com os usuários.

Enfim, este trabalho tem como objetivo realizar um estudo descritivo sobre a terminologia da Indústria Moveleira, identificando a constituição de seus termos e seu comportamento nos textos em que são veiculados e descrevendo-os como um objeto poliédrico que mostra: uma face semântica, porque transmite um conhecimento específico de um domínio de saber; uma face formal, porque se manifesta como unidades lexicais inseridas em um idioma; e uma face pragmática, porque não está isento das influências dos participantes das situações comunicativas em que circula.

2 O PAPEL DA TERMINOLOGIA NA REPRESENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO CONHECIMENTO ESPECIALIZADO

2.1 TERMINOLOGIA: UMA PRÁTICA NECESSÁRIA

2.1.1 O nascimento da terminologia

A segunda metade do século XVIII marcou indelevelmente a vida do mundo ocidental – tanto nos aspectos sociais como econômicos – por concentrar importantes avanços para a ciência e a tecnologia. No âmbito das ciências naturais, como consequência do movimento de expansão colonial e das grandes expedições marítimas realizadas a partir do século XV, verificou-se uma substancial ampliação do número de espécies botânicas e zoológicas conhecidas. Ao mesmo tempo, a química afastava-se cada vez mais da alquimia através de descobertas que mudariam para sempre o seu rumo: a lei da conservação da matéria e a identificação da água como um composto químico (Lavoisier), a descoberta do oxigênio (Priestley), a identificação da força elétrica (Coulomb), entre outras.

Paralelamente a isso, a necessidade de buscar uma solução para a crise de combustível na Grã-Bretanha, bem como o desafio de oferecer alimentos e vestuário para a população que crescia rapidamente, propiciou a eclosão da Revolução Industrial, posteriormente se estendendo a outros países europeus e aos Estados Unidos. O mundo não seria o mesmo sem a criação de aparelhos e máquinas que impulsionaram a indústria têxtil, como o tear mecânico de Cartwright (1785), o descaroçador de algodão de Whitney (1793) ou a máquina de costura de Howe (1846). Tampouco teria o mundo ocidental conhecido o progresso e a melhoria das condições de vida sem o aperfeiçoamento da bomba a vapor

proposto por Watt (1769) ou o aperfeiçoamento dos métodos de fundição do ferro (processo Bessemer, 1857), entre tantos outros.

Os novos saberes, ancorados em novos conceitos, geraram, em consequência, a necessidade de novas denominações. É neste cenário que se pode falar, pela primeira vez, em terminologia.

Segundo Cabré (1993), a terminologia, entendida como uma prática, nasce para resolver problemas específicos de comunicação entre cientistas nos séculos XVIII e XIX, preocupados com a proliferação de denominações e com a necessidade de organizá-las, de modo a garantir a univocidade. Embora ainda distante dos procedimentos da terminologia moderna, essa prática, levada a cabo por especialistas nas diferentes áreas, buscava satisfazer as três principais necessidades terminológicas hoje identificadas por diversos autores, como Rey (1979): a necessidade de descrição sistemática dos conjuntos de termos necessários ao discurso de um domínio de saber, a necessidade de transmissão e difusão dos conhecimentos desse domínio e a necessidade de normalização da criação e do uso desses termos.

Exemplos dessa prática são as *nomenclaturas*, definidas por Montceau, em 1758, como “Arte de classificar os objetos de uma ciência e de lhes atribuir nomes” (*apud* REY, 1979, p. 5), que surgem, no século XVIII, inicialmente na biologia, com Lineu⁴, e em seguida na química, com Morveau, Lavoisier, Fourcroy e Berthollet⁵.

A palavra *terminologia* surgiu, conforme Rey (1979) primeiramente em alemão, escrita pelo professor Christian Gottfried Schütz (1747-1832) e atestada, em sua forma adjetiva, em 1788; só depois veio a aparecer no inglês e, em seguida, no francês. O emprego do sentido mais moderno da palavra se deve ao epistemólogo e moralista inglês William Whewell (1794-1866), que, em 1837, usou-a para se referir a um “sistema de termos empregados na descrição dos objetos da história natural” (REY, 1979, p. 6-7).

O emprego da palavra *terminologia* nesse sentido mais “moderno”, então, surgiu intimamente ligado ao que Cabré (1993) chama de uma necessidade de dispor de regras de formação de termos, com uma tendência à padronização universal, como se verificou mais

⁴ Carl von Linné (1707-1778), naturalista sueco que concebeu um sistema de classificação biológica binomial baseado em padrões de similaridade entre organismos, em que todos os nomes distintos de organismos (as espécies) recebem um nome de duas partes, sistema que é até hoje utilizado.

⁵ Guyton De Morveau (1737-1816), Antoine L. Lavoisier (1743-1794); Claude Louis Berthollet (1748-1822) e Antoine François De Fourcroy (1755-1809), autores do *Méthode de Nomenclature Chimique*, publicado em Paris em 1787, cujo principal objetivo era propor um sistema mais racional de denominar os compostos químicos, consoante com o novo sistema de química de Lavoisier.

intensamente nas ciências no século XIX, manifestada nos colóquios internacionais promovidos por botânicos (1867), zoólogos (1889) e químicos (1892).

Como a limitação inicial do emprego do termo *terminologia* às ciências tornava-o praticamente um sinônimo de *nomenclatura*, transcorreu, segundo Rey (1979), um longo tempo de obscuridade até que a palavra viesse à luz fora de alguma obra relacionada especificamente às ciências:

A substituição parcial e progressiva de *nomenclatura* por *terminologia* implica uma mudança de ponto de vista, pela passagem de *nome* a *termo* ... “aquilo que limita e define o sentido”. Passa-se da idéia de uma série de nomes, ligada à classificação taxionômica, à de “sistema de valores reciprocamente definidos”. (REY, 1979, p. 7)

Isso não significa, no entanto, que a prática terminológica se tenha limitado ao campo das ciências. Pelo contrário, a necessidade de regulamentar as denominações nas áreas técnicas, semelhantemente ao observado nas ciências, já havia sido apontada por Diderot e D’Alembert em sua *Encyclopédie* (1750-1760), que consideravam a linguagem das artes “imperfeita”, pela “escassez de palavras próprias e pela abundância de sinônimos” (*apud* REY, 1979, p. 5). Com o advento da Revolução Industrial, um novo quadro se configura, como veremos na próxima seção.

2.1.2 O “vocabulário das artes” e a Revolução Industrial

Reconhecendo a importância das técnicas para a sociedade do século XVIII, os enciclopedistas tinham a intenção, nessa era pré-industrial, de criar uma gramática das artes e dos ofícios (note-se que, em francês, assim se denominava o que já em outros países era chamado “tecnologia”), que regulamentasse e organizasse o vocabulário do que imaginavam ser um patamar da técnica que estava suficientemente elaborada e que, por isso, não se modificaria tão logo (c.f. REY, 1979). Enquanto nas ciências era possível pensar na formação

⁶ A tradução desta e de todas as demais citações empregadas ao longo desta tese, sejam originalmente em francês, espanhol, catalão ou inglês é de nossa inteira responsabilidade. Não pretendemos, com isso, subestimar a capacidade lingüística dos leitores. Acreditamos simplesmente que apresentar a tradução, por mais semelhanças que possa haver entre as línguas das obras originais e o português, pode tornar a leitura mais fluida e rápida.

de termos a partir do uso de regras bem definidas – inclusive passível de padronização internacional, como mencionado acima –, buscar consenso quanto ao vocabulário das ocupações e das técnicas era menos simples: à imperfeição já apontada acrescia-se o fato de que a linguagem era diferente de um ofício para outro. A proposta era então observar, para a criação de um nome, as diferenças e semelhanças de formas e usos dos instrumentos e dos procedimentos, o que não se poderia aplicar às ciências.

As dificuldades de organização e regulamentação do vocabulário técnico multiplicaram-se com a Revolução Industrial⁷, principalmente pela velocidade da evolução tecnológica. Enquanto nas ciências a tarefa poderia ser resumida como um grande esforço para sistematizar as denominações do que já existia e era conhecido, nas técnicas assistia-se à proliferação de inventos, novas criações pensadas para atender a necessidades sociais muito específicas para um determinado momento histórico: “As invenções não resultam de atos individuais ou do acaso, mas de problemas concretos colocados para homens práticos” (ARRUDA e PILETTI, 1997, p. 178). Isso é bem ilustrado na explanação dada pelos autores:

Para alguns historiadores, a Revolução Industrial começa em 1733, com a invenção da *lançadeira volante*, por John Kay. O instrumento, adaptado aos teares manuais, aumentou a capacidade de tecer; até ali, o tecelão só podia fazer um tecido da largura de seus braços. A invenção provocou desequilíbrio, pois começaram a faltar fios, produzidos na roca. Em 1767, James Hargreaves inventou a *spinning jenny*, que permitia ao artesão fiar de uma só vez até oitenta fios, mas eram finos e quebradiços. A *water frame* de Richard Arkwright, movida a água, era econômica mas produzia fios grossos. Em 1779, Samuel Crompton combinou as duas máquinas numa só, a *mule*, conseguindo fios finos e resistentes. Mas agora sobravam fios, desequilíbrio corrigido em 1785, quando Edmond Cartwright inventou o tear mecânico. (ARRUDA e PILETTI, 1997, p. 178)

A dinamicidade das mudanças ocorridas no espaço de menos de cinquenta anos apenas neste ofício, a tecelagem, que há séculos já se fazia presente nas civilizações humanas, ilustra bem o sentido da “revolução” ocorrida. É também possível perceber-se as inter-relações entre os inventos, como explicam Arruda e Piletti (1997):

Cada problema surgido exigia nova invenção. Para mover o tear mecânico, era necessária uma energia motriz mais constante que a hidráulica, à base de rodas-

⁷ Geralmente compreende-se a Revolução Industrial dividida em três principais períodos. 1760-1850: primeiro período, restringindo-se à Inglaterra. 1850-1900: segundo período, espalhando-se pela Europa, América e Ásia (Bélgica, França, Alemanha, Estados Unidos, Japão, Rússia). 1900 até os dias de hoje: surgimento de conglomerados industriais e multinacionais. (cf. ARRUDA e PILETTI, 1997, p. 178)

d'água. James Watt, aperfeiçoando a máquina a vapor, chegou à máquina de movimento duplo, com biela e manivela, que transformava o movimento linear do pistão em movimento circular, adaptando-se ao tear.

Para aumentar a resistência das máquinas, a madeira das peças foi substituída por metal, o que estimulou o avanço da siderurgia. [...] (ARRUDA e PILETTI, 1997, p. 178)

Essas citações não apenas mostram a velocidade com que a tecnologia se desenvolvia na busca de soluções a problemas pontuais, como também servem para ilustrar as razões pelas quais Diderot e D'Alembert apontavam, um século antes, dificuldades em dar conta de compilar os novos vocábulos e de buscar consenso nas denominações.

Pode-se ainda, a partir da explanação dada, identificar outro problema relacionado às denominações: o problema da equivalência entre línguas diferentes. Nas ciências, o recurso a unidades de comunicação especializada não-lingüísticas, como símbolos, e a uma língua universal, como o latim ou o grego, tornava a univocidade nas ciências, como resultado da padronização das nomenclaturas, não só desejável como possível. H_2O denomina a mesma substância (*água*) e recobre o mesmo conceito em qualquer língua. De igual modo, *Felis leo* denomina o mesmo animal (*leão*) e recobre o mesmo conceito em qualquer língua, assim como *Caesalpinia echinata* denomina a mesma planta (*pau-brasil*) e recobre o mesmo conceito em qualquer língua.

Em contrapartida, a linguagem das técnicas pode apresentar bastante variação. Veja-se como exemplo que, em dicionários técnicos bilíngües inglês-português atuais, ainda encontramos como equivalentes para *spinning jenny* e *mule* a mesma denominação genérica “máquina de fiar” (cf. BINI, 1978; FÜRSTENAU, 1998), apesar de ser possível concluir, pela explanação de Arruda e Piletti (1997), que são máquinas diferentes. A denominação “máquina de fiar”, além de poder ser aplicada indiscriminadamente a ambas as máquinas, o que poderia dificultar a comunicação nacional ou internacional na época em que estavam em uso, perde, na tradução, traços semânticos trazidos pela escolha dos vocábulos: o nome feminino no diminutivo, *jenny*, indicando que a realização da tarefa de fiar, por séculos identificada com a figura feminina, seria agora realizada por “outra mulher”, uma máquina-mulher, uma que só tinha a função de fiar, por isso o adjetivo *spinning*; da mesma forma, a alusão à grande capacidade de trabalho da nova máquina, que podia ser comparada à das mulas, é feita por sua designação, *mule*. Esses dois exemplos ilustram o que, certamente, são dificuldades com que ainda hoje terminógrafos bilíngües e tradutores enfrentam.

Assim, embora movidas pelas mesmas necessidades, detectadas quase que num mesmo momento histórico, a terminologia científica e a terminologia técnica desenvolvem-se de maneira – pelo menos parcialmente – diferente desde seu início.

2.1.3 A Terminologia moderna

Cronologicamente, pode-se dizer que a terminologia moderna se desenvolve em quatro períodos fundamentais: as origens (de 1930 a 1960), a estruturação (de 1960 a 1975), a eclosão (de 1975 a 1985) e a ampliação (desde 1985). Esta proposta, inicialmente formulada por Auger (1988), é explicada por Cabré (1993) e serve de guia para as reflexões trazidas abaixo, para que se possa compreender o caminho percorrido pelos trabalhos terminológicos a partir do século XX.

Se nos séculos XVIII e XIX a preocupação com a prática terminológica pareceu ser predominante entre os cientistas, embora não exclusiva, no século XX são os técnicos que se voltam para a ela de forma relevante, como afirma Cabré (1993). Nesse contexto surgem dois importantes nomes da terminologia técnica: o austríaco Eugen Wüster (1898-1977) e o russo D. S. Lotte (1898-1977). É também graças a essa mudança de foco que se poderá falar em terminologia moderna.

A preocupação com a natureza dos conceitos expressos pela terminologia ou com “os fundamentos teóricos que regem a criação de novos termos” não surge senão depois que “a prática terminológica comece a estar minimamente organizada em alguns campos” (CABRÉ, 1993, p. 21). O caminho seguido por Eugen Wüster, considerado o pai da terminologia moderna, também segue essa direção: sua tese de doutoramento, apresentada à Universidade de Viena em 1931, propõe métodos de compilação e normalização terminológica que, aplicados, resultam em sua obra *International Electrotechnical Dictionary* (1938), reeditada como *The machine tool* (1968), a primeira a abordar a terminologia de um ponto de vista teórico, conforme Cabré (1993), e que será a semente para a Teoria Geral da Terminologia (TGT).

É também à TGT que se deve a distinção entre o trabalho lexicográfico e o terminológico. Enquanto no primeiro a pesquisa parte da palavra para chegar ao conceito,

num movimento semasiológico, no segundo parte-se do conceito para chegar ao termo, num movimento onomasiológico. Para a TGT, então, tem-se na terminologia a prioridade do conceito sobre a denominação. Dessa forma, a terminologia moderna, nesta primeira etapa de seu desenvolvimento, tem interesse exclusivo sobre o nível da unidade terminológica, ignorando outros níveis de descrição lingüística, ao mesmo tempo em que é descartado qualquer enfoque ou abordagem diacrônica.

Uma das principais contribuições do trabalho de Wüster foi, assim, estabelecer para a terminologia um objeto de análise e funções de trabalho precisos, podendo ser considerado o único corpus sistemático de princípios a embasar uma teoria sobre a terminologia. A autora prossegue falando da validade da TGT como uma proposta em “sintonia com as idéias do Círculo de Viena” que “é internamente coerente, porque se baseia no logicismo, na busca da língua universal e na uniformidade da comunicação” (CABRÉ, 1998, p. 11).

Com base nos trabalhos de Wüster, funda-se a primeira “escola” clássica de terminologia: a austríaca (ou vienense, ou de Viena). Krieger (2001) afirma que, em consonância com os preceitos da Escola de Viena, o corpo teórico fundador do que se convencionou chamar de Teoria Geral da Terminologia corresponde “aos princípios de uma disciplina, cuja vocação está associada à missão de controlar e harmonizar os usos terminológicos em nível mundial”. E prossegue: “Conseqüentemente, a Teoria Geral da Terminologia assume um caráter metodológico, de natureza prescritiva e normalizadora em detrimento da apreensão quanto aos modos de funcionamento dos léxicos terminológicos” (KRIEGER, 2001, p. 49). No dizer de Cabré (1993), Wüster considera a terminologia como uma disciplina autônoma, de caráter interdisciplinar, a serviço das disciplinas técnico-científicas.

Paralelamente ao trabalho de Wüster, outros cientistas trabalham, durante a década de 1930, na “ciência terminológica”, daí surgindo ainda outras duas “escolas” clássicas de terminologia. Uma delas é a escola checa, que reflete os trabalhos de lingüística funcional da Escola de Praga, se interessa pela descrição estrutural e funcional das linguagens de especialidade e se desenvolve “como conseqüência da situação plurilíngüe do país e se interessa pela normalização das línguas e das terminologias” (CABRÉ, 1993, p. 40). A outra é a escola soviética (ou de Moscou), inspirada nos trabalhos de Caplygin, Lotte e seus colaboradores, que “se interessa sobretudo pela normalização dos conceitos e termos no âmbito dos problemas que causa a situação de plurilingüismo da antiga União Soviética”

(CABRÉ, 1993, p. 40). A escola russa nasce paralelamente e em consonância com os trabalho da escola de Viena. Esse confinamento inicial dos estudos terminológicos modernos aos países comunistas, como constata Rey (1979), em parte justifica a ausência do registro da palavra terminologia nos mais importantes dicionários do mundo ocidental, no início do século XX.

Cabré (1993) afirma que as três escolas, a de Viena, a checa e a russa “consideram a terminologia como um meio de expressão e comunicação” (CABRÉ, 1993, p. 40) e, portanto, movem-se numa perspectiva de base lingüística, embora hoje se reconheça, como diz Krieger (2001, p. 50) um “forte reducionismo diante do funcionamento da linguagem”, o que serviu, posteriormente, como embasamento para diversas críticas feitas à TGT.

A etapa seguinte, de estruturação, conta com o desenvolvimento da macroinformática, a partir da década de 1960, que possibilitou, entre outras coisas, a criação de bancos de dados terminológicos. Nesse período também tem início a organização internacional da terminologia. O Infoterm (International Information Center for Terminology), por exemplo, foi criado em 1971 num acordo entre a UNESCO e o Austrian Standards Institute. Em ambas atividades, destaca-se a atuação de organismos voltados à corrente tradutória da terminologia, sobremaneira os do mundo francófono.

O primeiro simpósio do Infoterm em 1975 marca o início da terceira etapa, em que também “se destaca o papel que a terminologia desempenha no processo de modernização de uma língua e da sociedade que a utiliza” (CABRÉ, 1993, p. 28). É neste período que nasce a corrente normalizadora da terminologia, “vinculada durante uma primeira etapa a projetos de recuperação de línguas em situação de minoria em seu próprio território” (CABRÉ, 1993, p. 41). Além da proliferação de projetos de planificação lingüística em diversos países, a eclosão da terminologia, lembra a autora, é marcada pela expansão da microinformática, que modifica radicalmente as condições do trabalho terminológico e as possibilidades de tratamento dos dados.

No último período, que vai de 1985 até os dias de hoje, Cabré (1993, p. 28-29) destaca alguns fatores como responsáveis pela ampliação da terminologia:

- a) à medida que a informática impulsiona o intercâmbio de informações, são colocados à disposição dos terminólogos recursos de trabalho mais simples e mais adaptados a suas necessidades;

- b) surge o novo mercado das indústrias da língua, em que a terminologia ocupa papel fundamental;
- c) consolida-se e amplia-se a cooperação internacional, com a criação de redes de organismos e países que atuam nos intercâmbios de informação e na formação de terminólogos;
- d) consolida-se o modelo de terminologia ligada à planificação lingüística, necessária para os países em desenvolvimento.

Nessa ampliação, verifica-se, inevitavelmente, um afastamento gradual, porém decisivo, dos paradigmas que fundamentaram as visões mais tradicionais de terminologia. Como bem coloca Krieger (2001):

Não obstante as acuradas compreensões sobre os mecanismos dos léxicos terminológicos, a teoria clássica não ampliou seu poder explicativo, consolidando-se somente aquelas orientações metodológicas necessárias à produção terminográfica. Da mesma forma, se sobrepuseram as concepções normativas que auxiliaram a expandir e a consolidar a organização internacional da terminologia, sob a feição de uma linguagem controlada. (KRIEGER, 2001, p. 50)

Essa breve revisão histórica procurou mostrar que a prática terminológica, como já dissemos, surgiu como uma resposta às dificuldades de organizar as diferentes denominações nas ciências e nas técnicas e como uma tentativa de buscar a univocidade na comunicação entre especialistas, exigidas pelo avanço do conhecimento em diversos domínios de saber.

Ao mesmo tempo, pode-se concluir, a partir disso, que o avanço nas pesquisas em terminologia, como demonstrado até agora, não permite mais que se trate a terminologia como o mesmo objeto que nos séculos XVIII e XIX deu impulso à normalização das nomenclaturas. Por outro lado, a terminologia também não pode mais se limitar a uma idealização dos fatos de uma linguagem especializada, que a considera como uma linguagem artificial que pode ser totalmente criada (por exemplo, a partir de formantes greco-latinos) (SAGER, 1990).

Como lembra Krieger (2001), o desenvolvimento do pensamento estrutural, a partir da década de 1960, provoca um alargamento do conceito de ciência, alterando paradigmas científicos, culturais e tecnológicos. Além disso, também os avanços científico-tecnológicos propiciam a proliferação das terminologias em diversos campos:

[...] nessas novas áreas científicas e tecnológicas, quer no domínio das humanidades e das ciências aplicadas, quer ainda nos domínios classicamente tecnológicos, as terminologias diferenciam-se daquelas das ciências, de natureza taxonômica, que instituem seus termos com grande número de formantes greco-latinos. Contrariamente, as novas terminologias confundem-se, em larga medida, com o chamado léxico comum da língua. Tanto é assim que cresce o número de sentidos terminológicos nos verbetes da lexicografia da língua comum. Com isso, os termos revelam sua naturalidade aos sistemas lingüísticos de várias formas, a iniciar pela consonância aos padrões morfossintáticos das línguas que os veiculam, independentemente de serem originais ou corresponderem a estruturas neológicas. (KRIEGER, 2001, p. 53).

Este cenário é propício, então, para o desenvolvimento de outras correntes de terminologia, preocupadas com aspectos comunicativos e pragmáticos inerentes às linguagens especializadas, que parecem não encontrar espaço nas ditas correntes tradicionais.

2.1.4 Novos paradigmas, novos caminhos para a Terminologia

Mudanças e avanços nos estudos da linguagem, como consequência da revisão das ciências humanas como um todo, como vimos acima, acabaram por influenciar também os estudos do léxico, à medida que também os lingüistas começaram a voltar seu olhar para as linguagens especializadas. Como afirma Finatto (2004), esse fenômeno se intensifica a partir da década de 1980 – coincidindo com o que Auger (1988) e Cabré (1993) chamam de o período de ampliação. Finatto (2004) ressalta que, nesse momento, se dá a primeira transformação importante nos estudos terminológicos, com uma importante alteração de rumo:

Nesse processo, à medida que houve um deslocamento de um plano estritamente conceitual de apreciação de terminologia e da comunicação especializada para um plano lingüístico, deu-se, na Terminologia, uma passagem da dimensão normativa à dimensão descritiva. Passou-se a estudar como realmente eram conformadas as terminologias no cenário *in vivo* das práticas textuais técnico-científicas. Melhor dizendo, já não se estudava somente aquilo que uma terminologia idealmente deveria ser, situação concretizada pelos nomes normatizados e invariantes, recomendados por associações profissionais de classe ou por instituições nacionais de normas e padrões. Havia algo mais a observar. (FINATTO, 2004, p. 343)

Em essência, nessa “passagem da dimensão normativa à dimensão descritiva” verifica-se um movimento de afastamento de uma predominância de aspectos cognitivos e de normatização, bem como da pesquisa lingüística restrita a aspectos morfossintáticos, próprios dos esforços envidados na “construção mais adequada de denominações para conceitos” (FINATTO, 2004, p. 343), num percurso que “vai da percepção do termo isolado ao termo integrado em um ambiente textual e vinculado a um todo de significação que é o texto, perpassado pela apropriação da linguagem por um segmento social” (FINATTO, 2004, p. 348).

A observação das terminologias *in vitro*, como se isoladas de toda a possibilidade de interferência de seus usuários e cristalizadas em sua constituição, cede lentamente espaço para a observação *in vivo*, ou seja, dentro dos contextos sócio-comunicativos em que circulam para garantir a representação e a comunicação do conhecimento especializado. Ganham, então, importância os contextos de comunicação especializada, em todos os seus níveis, bem como os textos, “habitat natural das terminologias” (KRIEGER, 2001), em que se poderá observar a linguagem em uso. Como diz Finatto:

A via de acesso primeira para a observação das terminologias é o uso lingüístico, não apenas uma estrutura ou sistema conceitual dominado apenas pelo especialista, acessível via registros, tampouco um conhecimento lingüístico inato, homogêneo, subjacente às realizações. Nessa nova perspectiva, inicia o reconhecimento de que não é produtivo desvincular termos e textos [...]. (FINATTO, 2004, p. 345)

Para Krieger (2001), encontramos, em contraposição ao cenário normalizador, teorizações que “se assentam na recusa à dicotomia pensamento e linguagem, propugnando a compreensão dos termos como elementos naturais das línguas naturais, portanto, como unidades lingüístico-pragmáticas que participam da constituição dos discursos científicos e técnicos” (KRIEGER, 2001, p. 55).

Diversos pesquisadores adotaram, desde os anos 1980, uma postura crítica com relação à TGT e procuraram oferecer uma visão mais ampla e abrangente do trabalho terminológico, sobre a qual estabelecem suas concepções de terminologia. Os trabalhos de Rey (1979), Dubuc (1979), Sager (1990), para citar apenas alguns exemplos, oferecem importantes reflexões que conduzem à solução de problemas específicos em terminologia, embora sem postular teorias específicas. Também Boulanger (1979), Rondeau (1981), Hoffmann (1982), e Gaudin (1993) são autores cujas obras permitem avançar na compreensão

da terminologia como um fenômeno lingüístico, feita por e para estudiosos da linguagem. Contribuições desses autores serão oportunamente trazidas para colaborar no desenvolvimento deste trabalho.

Os novos caminhos apontados pelos estudos terminológicos mais recentes na atualidade revelam-se com pelo menos três fortes ênfases, não excludentes entre si, embora exploradas em maior ou menor grau, dependendo da equipe de pesquisadores/terminólogos que as adota: a socioterminológica, a lingüístico-comunicativa e a lingüístico-textual. Veremos, a seguir, alguns dos principais pontos em que se assentam essas vertentes e alguns pontos difusos de fronteira com outros estudos que permitem associação a vários outros trabalhos.

A vertente socioterminológica tem origem com a leitura sociocultural da terminologia proposta por Boulanger (1991), reforçada por Auger (1993) e mais profundamente assentada por Gaudin (1993) que, em sua tese de doutoramento, discute “a propriedade da terminologia voltada para o social”, como uma prática que leva em conta não apenas as práticas lingüísticas mas também as práticas sociais em que se emprega a terminologia (FAULSTICH, 2006, p. 9). No Brasil, desde 1995, a subárea socioterminologia está ligada à linha de pesquisa em léxico e terminologia da UnB. Segundo Faulstich (2006), os postulados máximos da socioterminologia implicam “ter na base da pesquisa a variação lingüística dos termos no meio social e, por conseqüência, entender a variação terminológica como mecanismo resultante da pragmática discursiva”. Prossegue a autora:

A socioterminologia é, portanto, um ramo da terminologia que se propõe a refinar o conhecimento dos discursos especializados, científicos e técnicos, a auxiliar na planificação lingüística e a oferecer recursos sobre as circunstâncias de elaboração desses discursos ao explorar as ligações entre a terminologia e a sociedade. [...] Assim, uma teoria socioterminológica tem como *modus operandi*, numa mesma área de conhecimento, os diferentes níveis de comunicação que dependem de circunstâncias de emissão, das características dos interlocutores, do suporte por meio do qual se dá a comunicação, entre outros. Os especialistas em socioterminologia têm voltado sua atenção para os diferentes discursos especializados, entre os quais se incluem os discursos orais, por entenderem que os termos variam e que as variantes devem ser levadas em conta na elaboração de produtos terminográficos.” (FAULSTICH, 2006, p. 9-10)

O segundo enfoque nos remete à equipe de pesquisadores do IulaTerm, ligado ao Institut Universitari de Lingüística Aplicada, de Barcelona, que vem já há algum tempo

desenvolvendo a proposta de uma nova teoria de Terminologia, conhecida como Teoria Comunicativa da Terminologia. Partindo de uma revisão da TGT à luz de dados da realidade atual, não tem o intuito de questionar a teoria wüsteriana *per se*, mas, sim, de propor uma adequação dos seus âmbitos de aplicação (CABRÉ, 2001). Essa equipe tem na figura de Maria Teresa Cabré sua principal articuladora.

Com o objetivo de propor explicações teóricas generalizáveis ao máximo, esta Teoria Comunicativa da Terminologia, também referida como TCT, por ser de base lingüístico-comunicativa, fundamenta-se em dois pilares: a perspectiva lingüística, em que se baseia a análise das unidades terminológicas, e o texto, como enquadramento natural das unidades especializadas no âmbito da comunicação. Essas explicações são fornecidas por Cabré (2001), que acrescenta que esse posicionamento abre as perspectivas de análise de modo a ir além de um sistema de significação e denominação, transpondo os limites da idealização do conceito, para lançar mão de um sistema de cognição e comunicação ancorado na realidade sociocultural. A autora prossegue dizendo que a perspectiva lingüística dessa proposta se sustenta sobre a concepção das unidades terminológicas como signos da linguagem e sobre sua “participação na comunicação representada pelos textos efetivamente produzidos por interlocutores naturais (diretos ou mediadores)” (CABRÉ, 2001, p. 22), como bem sintetiza abaixo:

[...] a proposta pretende dar conta dos termos como unidades singulares e, ao mesmo tempo, semelhantes a outras unidades de comunicação, dentro de um esquema global de representação da realidade, admitindo a variação conceitual (cognitiva e representativa) e denominativa, e tendo em conta a dimensão textual e discursiva dos termos. (CABRÉ, 2001, p. 22)

Evidentemente, uma tal aproximação aos termos e aos textos que os contêm pressupõe uma metodologia de trabalho terminológico específica. Independentemente do tipo de trabalho, do contexto e da situação, a equipe do IULA propõe que a metodologia básica parta dos seguintes princípios, resumidos de Cabré (2001, p. 29-31):

- a) fazer terminologia supõe aplicar uma metodologia específica para identificar e recolher os termos de especialidade;
- b) um termo é a associação de uma forma e um conteúdo, que corresponde a um conjunto de traços, expressos lingüisticamente como uma definição ou uma

explicação e coincidentes com um nóculo cognitivo em uma estrutura conceitual;

- c) a forma e o conteúdo dos termos são sistemáticos em relação à língua geral, respondendo formalmente aos mecanismos de formação de unidades léxicas dessa língua, e dentro de cada âmbito de especialidade, respondendo aos princípios de estruturação e de analogia;
- d) os termos são sempre tematicamente específicos, o que significa dizer que não “não há termo sem um âmbito que o acolha, nem um âmbito especializado sem terminologia”;
- e) no interior de cada âmbito, os termos estão relacionados por diferentes tipos de relações, sendo as relações conceituais as que estabelecem a estrutura conceitual desse âmbito;
- f) fazer terminologia significa “compilar os termos usados efetivamente na comunicação especializada”, o que confere à atividade um caráter inicialmente descritivo, para só depois permitir qualquer orientação prescritiva;
- g) o fato de os termos serem recolhidos de fontes reais de comunicação especializada não implica necessariamente que as denominações sejam satisfatórias, e é possível estabelecer-se critérios para obter um nível de satisfação desejado;
- h) todos os termos estão associados a uma categoria gramatical, sendo a nominal a categoria básica;
- i) todos os termos admitem uma definição;
- j) os termos podem admitir distintos valores pragmáticos;
- k) um termo pode ter variantes denominativas no interior de uma mesma língua, com valor pragmático igual ou diferente;
- l) um termo pode ter equivalências mais ou menos precisas em outras línguas;
- m) um trabalho terminológico sempre leva a uma aplicação, que pode ser tão variada como uma lista de termos, um dicionário, uma resposta a uma consulta;
- n) todo o trabalho terminológico procura dar respostas a necessidades lingüísticas ou comunicativas dentro da informação e da comunicação.

Cabré (2001) ainda sintetiza a proposta de trabalho da Teoria Comunicativa da Terminologia como segue:

Em síntese, a metodologia de trabalho de uma teoria de base lingüístico-comunicativa deve partir do princípio de que a realidade dos dados admite variação em toda sua dimensionalidade, e por isso deve compilá-la e representá-la associada aos termos. A comunicação especializada, relacionada com os parâmetros que a tornam variada, toma uma dimensão discursiva, da qual participam também os termos, admitindo níveis de especialização, graus de opacidade semântica, índices de compressão ou densidade cognitiva, etc., que devem ser recolhidos num trabalho que pretenda refletir o uso real. (CABRÉ, 2001, p. 36)

Em publicações posteriores, Cabré e Estopà (2002) ampliam o escopo de investigação da terminologia:

Em uma perspectiva de base comunicativa que tenha em conta os aspectos cognitivos e lingüísticos, a terminologia deve ocupar-se da descrição das unidades que representam o conhecimento especializado e estas, como já argumentamos, não se restringem às chamadas unidades terminológicas.

As unidades de conhecimento especializado (UCE), que se combinam e se relacionam entre si nos textos especializados estabelecendo redes conceituais, abarcam desde os morfemas até as unidades oracionais, passando pelas unidades léxicas e pelas unidades fraseológicas. Em conseqüência, segundo nossa proposta, as unidades terminológicas, embora sendo as unidades mais proeminentes e prototípicas dos textos especializados, não são as únicas unidades que transmitem conhecimento especializado. (CABRÉ & ESTOPÀ, 2002, p. 8)

O terceiro enfoque nos estudos terminológicos modernos é a vertente textualista, ou lingüístico-textual, é ainda pouco conhecida no Brasil, mas que já apresenta resultados de práticas levadas a cabo por grupos de pesquisadores do sul da América do Sul. Entre esses, destaca-se a equipe do Termisul, ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que atua em consonância com os princípios da socioterminologia e da Teoria Comunicativa da Terminologia.

Finatto (2004) situa a posição da equipe Termisul como a de “lingüistas-terminólogos tratando do texto técnico-científico em suas diferentes modalidades e circunstâncias” (FINATTO, 2004, p. 348). A autora ressalta ainda uma perspectiva que se pode depreender da concepção de Hoffman, a de uma “Terminologia textual que equivaleria a um *estudo do texto que tenha termos* e se distanciaria de um *estudo de termos em textos*”, precisamente em função da “precedência do objeto texto sobre o objeto termo” (FINATTO, 2004, p. 352).

Trazer o texto para o primeiro plano provoca mudanças no próprio tratamento dado aos fenômenos terminológicos:

[...] o estudo dos componentes que compõem a tecitura informacional do texto especializado, do qual os termos fazem parte junto a outras estruturas sintático-semânticas e pragmáticas que veiculam conhecimento especializado, suplanta também a visão estática de domínio de conhecimento enquanto constructo cognitivo teórico. (KRIEGER, 2004, p. 332)

A vertente lingüístico-textual encontra terreno fértil na lexicografia especializada ou terminografia, atividade que “estabelece seus fundamentos e diretrizes levando em conta resultados da produtiva inter-relação tridimensional entre teoria, análise de dados observáveis e soluções metodológicas para a produção de glossários, dicionários e bancos de dados terminológicos” (KRIEGER, 2004, p. 332).

Com base na experiência desenvolvida pela equipe do Termisul ao longo de mais de uma década “na complexa tarefa de reconhecimento terminológico” e “no tratamento de termos e definições, com vistas a seu equacionamento nos instrumentos terminográficos”, a Terminografia Lingüístico-Textual, segundo Krieger (2004), leva em consideração:

- os propósitos cognitivos e/ou pragmáticos da área temática, itens relacionados à especificidade do conhecimento produzido, caso típico das ciências, e ainda, quando for pertinente, o exame das determinações estabelecidas textualmente a exemplo do que ocorre com textos legais e normas jurídicas, técnicas, além de outras. É nesse âmbito que se identificam os objetivos motivadores da comunicação especializada;
- as particularidades textuais articuladoras da comunicação especializada, englobando aspectos relacionados às tipologias textuais que vão variar conforme se trate do gênero artigo científico, texto de lei, manuais de operação, entre tantas outras tipologias que veiculam conhecimento especializado. (KRIEGER, 2004, p. 333)

Segundo a autora, os postulados da Terminografia Lingüístico-Textual são particularmente aplicáveis à determinação do valor terminológico de uma unidade lexical. O exame do comportamento das terminologias em seus contextos de ocorrência e de suas realizações formais constitui, para Krieger (2004, p. 334), um “conjunto de ‘chaves de acesso’ à configuração e ao funcionamento dos termos”, o que contribui para identificar fenômenos como a variação denominativa, a sinonímia e a redução. Deste modo, a Terminografia Lingüístico-Textual mostra-se particularmente útil para as aplicações terminológicas que envolvam aspectos teóricos e práticos da elaboração de obras terminográficas.

Não se filiando a nenhuma dessas vertentes em especial, mas com elas compartilhando de muitas características, encontra-se o trabalho de Jennifer Pearson (1998), que procura traçar, numa abordagem essencialmente pragmática, algumas bases operacionais para o processamento semi-automático de termos em *corpora* especializados. A autora compartilha com a TCT as críticas feitas à posição prescritivista da TGT e de outros autores, e busca na lingüística de *corpus* fundamentos metodológicos para o trabalho em terminologia. Serão importantes, para este trabalho, suas investigações a respeito da distinção entre termo e palavra, que incluem os cenários comunicativos como fatores essenciais de ativação terminológica, como veremos no próximo capítulo.

Caberia ainda mencionarmos, mais pela relevância da proposta no mundo das ciências humanas que pela sua importância para este trabalho, a proposta sociocognitiva de Rita Temmerman (2000), que sugere uma metodologia fundamentada na hermenêutica, na semântica cognitiva e no desconstrutivismo. Sua proposta de uma Terminologia sociocognitiva descreve parte do pressuposto de que “as palavras não ‘significam’ objetivamente, mas “podem ser interpretadas num processo de comunicação lingüística sobre uma realidade fora da linguagem que também deve ser interpretada” (TEMMERMAN, 2000, p. 42). É também a essa autora que se deve a estratégia de chamar de *terminologia* o conjunto de termos de uma linguagem de especialidade, enquanto se chamaria *Terminologia* a disciplina que se ocupa de seu estudo e as teorias daí resultantes.

As teorizações sobre princípios da Terminologia, bem como as aplicações práticas desses princípios nas análises terminológicas que visam a diversos fins, contribuem para a contínua evolução dessa disciplina e promovem uma constante revisão não só de seus objetivos, como também de sua própria essência. Procuraremos, a seguir, trazer algumas contribuições para vislumbrar as concepções atuais de Terminologia.

2.1.4.1 *Concepções de terminologia hoje*

À luz dessa breve revisão feita sobre algumas tendências mais recentes nos estudos terminológicos, pode-se dizer que as possibilidades multifacetadas de abordagem no presente

abrem espaço para diferentes definições de terminologia, grandemente determinadas pelo percurso de equipes de pesquisa, bem como pelas necessidades e possibilidades de seus contextos de atuação. Pode-se dizer, na verdade, que há, na atualidade, diferentes compreensões para o que seja a terminologia em sua essência, embora não haja dissenso quanto a sua importância na comunicação especializada. Dubuc (1999 [1992])⁸ já corroborava essa opinião ao afirmar:

Essas divergências se devem a que a terminologia está relacionada com disciplinas que a superaram, sobretudo a semântica, a lexicologia e a lexicografia. Para alguns, a terminologia representa apenas um enfoque particular dessas disciplinas com maior tradição. No entanto, o grande desenvolvimento da tecnologia e a crescente necessidade de comunicação entre as comunidades de línguas diferentes criaram novas necessidades léxicas que requerem uma resposta, e dessas necessidades nasceu a terminologia. (DUBUC, 1999, p. 19)

Dubuc (1999) apresenta uma definição de terminologia que enfatiza seu aspecto prático:

A terminologia é uma disciplina que permite identificar o vocabulário de uma determinada especialidade de forma sistemática, analisar tal vocabulário e, se necessário, criá-lo e normatizá-lo em uma situação concreta de funcionamento com o fim de responder às necessidades de expressão dos usuários. (DUBUC, 1999, p. 21-22)

Para Sager (1990), a terminologia não é uma disciplina independente e autônoma, mas assemelha-se muito mais a uma metodologia: “um número de práticas que evoluíram em torno da criação de termos, sua coleta e explicação e finalmente sua apresentação em diferentes meios impressos e eletrônicos” (SAGER, 1990, p. 1). O autor define a terminologia como segue:

Terminologia é o estudo e o campo de atividade relacionado a coleta, descrição, processamento e apresentação de termos, i.e., itens lexicais que pertencem a áreas especializadas de uso em uma ou mais línguas. Em seus objetivos assemelha-se à lexicografia, que combina a dupla função de coletar dados sobre o léxico de uma língua e oferecer um serviço de informações, e às vezes até aconselhamento, aos usuários de uma língua. (SAGER, 1990, p. 3).

⁸ Todas as citações de Dubuc referem-se à tradução em espanhol, feita por Ileana Cabrera e publicada em 1999, a partir da 3ª edição em francês, de 1992. Nas demais referências, mencionaremos apenas a data da tradução.

Além disso, Sager (1990) considera a terminologia um campo de estudos aplicado independente, e, em função disso, sugere que se pode abordar a terminologia do ponto de vista de sua função (como oferecer um serviço de informações), de análise de necessidades (como estruturar um determinado banco de dados, qual a natureza dos dados a coletar e que métodos utilizar para isso), e da planificação lingüística (aqueles que têm que construir vocabulários técnicos novos).

O autor também enfatiza a base semântica da terminologia, que “permite seu estudo a partir de três pontos de vista: do referente, da designação e do uso que se faz da equação referente/designação. Esses três pontos de vista dão à terminologia, e por extensão, ao termo, seu objeto de estudo, uma tripla dimensão: a cognitiva, que se preocupa com as formas lingüísticas e seu conteúdo conceitual (os referentes no mundo real); a lingüística, que se preocupa com as formas existentes e potenciais de representação das terminologias; e a comunicativa, focalizando não apenas o uso das terminologias como também a atividade humana de compilação e processamento delas” (SAGER, 1990, p. 13).

Rey (1995) concorda com a faceta de aplicação da terminologia: “Como se compreende atualmente, terminologia é grandemente uma atividade prática que foi desenvolvida para nos permitir resolver problemas imediatos de expressão e comunicação” (REY, 1995, p. 23).

Embora haja opiniões divergentes, os simpatizantes da Teoria Comunicativa da Terminologia tendem a concordar que a terminologia é uma *interdisciplina*, que se configurou em suas próprias especificidades a partir de elementos selecionados em outras disciplinas, como a lingüística, as ciências da comunicação e as diferentes especialidades. Por outro lado, ela também pode ser considerada em seu aspecto *transdisciplinar*, já que tem papel ativo em todas as disciplinas especializadas, pois “todas elas possuem e usam uma terminologia para representar seus conhecimentos, de forma que sem terminologia não se faz ciência, nem se descreve uma técnica, nem se exerce uma profissão especializada” (IULA, 2002).

Devido a essas características, as funções da terminologia na atualidade também se ampliam. De uma mera prática compilatória, a terminologia passa a ter duas funções, cumpridas sistematicamente, mesmo que às vezes em diferentes proporções: a de representar o conhecimento especializado e a de transmiti-lo. Na primeira função, serve especificamente a três tipos de disciplinas: à documentação, à engenharia lingüística (lingüística computacional) e às especialidades técnico-científicas. Já na sua segunda função, a terminologia serve

fundamentalmente à comunicação direta, à mediação comunicativa e à planificação lingüística, não esquecendo da comunicação indireta ou mediação lingüística, realizada sob forma das atividades próprias dos redatores, tradutores, jornalistas e demais profissionais dos meios de comunicação (IULA, 2002).

Hoje em dia, pode-se afirmar que o termo *terminologia* remete a três acepções distintas: a) pode ser entendida como a disciplina que se ocupa dos termos; b) é concebida como um conjunto de princípios e diretrizes que regem a compilação de termos; e c) define-se como o conjunto dos termos de um campo do saber, que gera um produto a partir de uma prática.

Em síntese, a terminologia hoje pode ser considerada um campo de conhecimento específico construído a partir de elementos oriundos de outras disciplinas, como a lingüística, a filosofia e as linguagens de especialidade. Seu objeto de estudo mais prototípico são os *termos* ou *unidades terminológicas*, palavras ou sintagmas integrantes do léxico de uma língua, mas que se distinguem das demais pelo seu uso no discurso especializado.

Na próxima seção, discutiremos a relação da terminologia com os diferentes tipos de discursos através dos quais se dá a comunicação especializada.

2.2 TERMINOLOGIA E COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA

Na seção 2.1, observamos que, diante do progresso científico e tecnológico das nações, a terminologia desempenha papel fundamental na representação do conhecimento especializado.

Há que se ter em mente que tanto a ciência como a tecnologia, já desde seus primórdios, como vimos nas seções 2.1.1 e 2.1.2, e ainda mais nas sociedades modernas atuais, não têm um fim em si mesmas, mas servem a propósitos sociais maiores, seja em tarefas triviais, como facilitar a lavagem de uma peça de roupa, seja em missões mais complexas, como buscar a cura para uma doença. Não se pode esquecer, porém, que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia não pode ocorrer sem a comunicação entre os especialistas das diferentes áreas que dialogam na busca por esses propósitos.

Borges (1998) afirma:

O ato de “fazer ciência” pressupõe o ato de “falar ciência”, “ler ciência”, adentrar um mundo que tem um código e precisa ser dominado, se quisermos nos apropriar do conhecimento. Na verdade, não existe ciência encerrada em si mesma, sem formas próprias de expressão. É necessário, então, comunicar ciência. E, mais uma vez, a língua, sob um figurino especializado, é a protagonista que desempenha o papel de ajudar a escrever ciência. Explica-se, assim, também, o papel das terminologias na expressão dos saberes humanos. (BORGES, 1998, p. 142)

Igualmente, podemos afirmar que não se pode fazer técnica sem “falar técnica”, “ler técnica”, “comunicar técnica”, já que os saberes técnicos também fazem parte constitutiva do grande universo dos saberes humanos. Afirmar Cabré (1993, p. 22): “o progresso acelerado dos distintos ramos da técnica e o rápido desenvolvimento da tecnologia requerem não apenas denominar novos conceitos, mas também acima de tudo harmonizar as novas denominações.”

Como bem diz Cabré (1993, p. 34), a terminologia “não nasce com a intenção de se converter em uma disciplina; o desenvolvimento que atingiu atualmente é o resultado do progresso vertiginoso das ciências e das técnicas, e das necessidades cada vez maiores de comunicação especializada entre comunidades de línguas diferentes.”

Essa afirmação corrobora as idéias de Rey (1979):

A necessidade terminológica surge conscientemente quando é necessário controlar um conjunto de nomes para conhecer, reconhecer e manipular as ‘coisas’. Isto é verdade de todas as sociedades (. . .), mas é dentro dos grupos complexos que constituem as nações ditas desenvolvidas ou em via de desenvolvimento que aparecem tais necessidades, ligadas a todas as práticas sobre a língua, com a divisão do trabalho social, a cientificização do saber, a multiplicação das hipóteses gerais coerentes que são as teorias e em geral as dificuldades que acarretam a compartimentalização dos conhecimentos e das competências. (REY, 1979, p. 55)

Geralmente iniciando como um fato unicultural e monolíngüe, freqüentemente a inserção da terminologia no léxico segue a tendência a uma “padronização universalizadora”, como resultado do “conhecimento de grupos sociais, especialização do conhecimento e habilidades e crescimento da civilização intercultural e internacional” (REY, 1995, p. 48). É preciso, então, que se lance um olhar sobre o conhecimento especializado para compreender as especificidades de sua representação através da terminologia e de discursos particulares.

2.2.1 O conhecimento especializado

A terminologia desempenha papel fundamental no progresso científico e tecnológico das nações. Conforme Cabré (1993, p. 43), para os países desenvolvidos, a terminologia é uma “ferramenta básica para a comunicação especializada (uma boa terminologia dá garantias a seus usuários sobre a precisão e eficácia da comunicação)”, enquanto que os países “em vias de desenvolvimento compreenderam que a terminologia é um dos elementos que pode incorporá-los ao mundo industrializado, porque os intercâmbios de conhecimentos e a transferência de tecnologia se produzem através da terminologia”.

Essas pontuações remetem a uma distinção entre universos de discurso – o técnico-científico e o das pessoas em geral –, que se assentam sobre os tipos de conhecimento de seus usuários. É preciso, então, que se estabeleça essa distinção entre conhecimento geral e conhecimento especializado.

Para Cabré *et al.* (2001), o conhecimento geral se define como:

a informação que o indivíduo médio compartilha com os outros em virtude de seu pertencimento a uma comunidade, uma cultura e uma época determinadas. Abstraindo as diferenças sócio-econômicas e adotando um ponto de vista sincrônico, o conhecimento geral contém proposições ou juízos cuja verdade não se questiona e que contêm o saber comum de um grupo. Em outras palavras, é aquela informação que nosso interlocutor conhece. (CABRÉ *et al.*, 2001, p. 178)

O conhecimento especializado, por outro lado, não faz parte da bagagem de conhecimentos comuns do indivíduo médio, mas “supõe um conhecimento específico e marcado tematicamente”, pois é “criado por especialistas para estruturar um determinado âmbito de conhecimento”, representando, por isso, “uma segmentação voluntária e consciente de uma parcela da realidade” (CABRÉ *et al.*, 2001, p. 179). Em função disso, o conhecimento especializado é criado e compartilhado por uma comunidade determinada e limitada por uma temática e uma forma específica de abordá-la, e não pode ser adquirido se não “mediante um processo consciente e num contexto de instrução explícito [...] no qual os textos se apresentam tematicamente marcados, geralmente de maneira sistemática e planificada” (CABRÉ *et al.*, 2001, p. 179). Além disso, o conhecimento especializado se baseia “na aceitação de hipóteses e enunciados descritivos” sobre a constituição e o funcionamento da realidade concreta de que

se ocupa (CABRÉ *et al.*, 2001, p. 179). Ainda para os autores, “[...] a transmissão de conhecimento especializado, segundo Cabré (1999), é algo mais que transmissão do conteúdo sequencial da matéria: é sobretudo a perspectiva desde a qual se conceitualiza a matéria.” (CABRÉ *et al.*, 2001, p. 179).

Os autores prosseguem distinguindo os dois tipos de conhecimento ao dizer que o conhecimento geral é anônimo, não é objeto de comprovação ou sanção, contrariamente ao especializado, que é construído por especialistas “que configuram as fonte e submetem tal conhecimento a prova empírica, coerência lógica ou funcionalidade prática” (CABRÉ *et al.*, 2001, p. 180).

Mais importante para este trabalho, o conhecimento geral, conforme os autores (CABRÉ *et al.*, 2001), é transmitido através da língua geral (LG), compartilhada por uma comunidade de falantes. Já o conhecimento especializado se transmite principalmente “por meio das linguagens de especialidade ou subconjuntos da LG, entendendo por esses o resultado de uma eleição mais ou menos consciente das possibilidades léxicas, morfológicas e sintáticas que oferece a língua geral”. Ademais, as linguagens de especialidade “implicam a presença das chamadas unidades terminológicas e unidades de conhecimento especializado, que necessitam de mecanismos de referência especial”, cuja explicitação não é necessária no conhecimento geral” (CABRÉ *et al.*, 2001, p. 180).

2.2.2 A comunicação especializada

Pelas diferenças apontadas entre o conhecimento geral e o especializado, pode-se supor que também a comunicação especializada deverá ter características singulares, que a distinguem da comunicação geral. Apesar de o processo geral de comunicação ser basicamente o mesmo, a distinção, conforme Cabré (1999) pode estar localizada nos próprios fatores constituintes da interação comunicativa, como os interlocutores (em especial o emissor), a temática (o referente) e as situações, bem como as especificidades das mensagens produzidas.

Os interlocutores, especialmente os emissores, são o primeiro fator constituinte da interação comunicativa que permite distinguir a comunicação especializada, pois são eles que detêm o conhecimento especializado: “Somente podem ser produtores de comunicações

técnico-científicas ou profissionais de nível restrito aqueles que têm um conhecimento específico da temática, conhecimento adquirido previamente pela aprendizagem acadêmica ou profissional” (CABRÉ, 1999, p. 153-154). Esses especialistas compartilham, pelo menos em parte, um determinado grau de informações a respeito do tema em questão (IulaTerm, 2002, p. 17). Já os receptores, aponta Cabré (1999), podem ser de natureza diversa: especialistas do tema, atuando interativamente como emissores num evento comunicativo, aprendizes do especialista, e até o público geral, que basicamente terá um comportamento passivo como aprendiz num nível bastante genérico: “é a finalidade do aprendizado o critério que permite distinguir uns e outros aprendizes; os primeiros interiorizam o conhecimento para se tornarem usuários naturais e, assim, emissores da comunicação especializada; os segundos absorvem os conhecimentos como simples informação” (CABRÉ, 1999, p. 153-154).

No que tange à temática, a autora afirma que a comunicação especializada se dá em torno de temáticas especializadas, consideradas como tal:

todas as que são objeto explícito de ensinamento acadêmico ou profissional. [...] À diferença dos conhecimentos gerais, que se adquirem de maneira inconsciente por experiência direta, os conhecimentos especializados requerem uma aprendizagem explícita, através da transmissão verbal dos conhecimentos por parte dos especialistas na matéria, ou da transmissão da experiência pelo contato com o meio profissional. Essa transmissão não supõe apenas a transposição de conteúdo seqüencial da matéria, mas sobretudo a perspectiva desde a qual essa matéria há de ser conceitualizada. [...] Aprender, assim, uma temática especializada significa interiorizar seus conteúdos e a ótica de sua significação. (CABRÉ, 1999, p. 153)

Desse modo, o mundo de referência da comunicação especializada se limita “ao campo da especialidade, conceitualizado mais formalmente que o mundo expresso pela linguagem geral” (IulaTerm, 2002, p. 17).

As situações em que se produz essa transmissão de conhecimentos especializados são o terceiro fator que caracteriza a comunicação especializada. Via de regra, os conteúdos especializados costumam ser transmitidos inseridos em situações referenciais: “Dito em outras palavras, na comunicação especializada, tudo o que pode se propor a finalidades específicas (avaliar, descrever, argumentar, ordenar, classificar, etc.), sempre se estabelece sobre a base de manter o caráter referencial” (CABRÉ, 1999, p. 154).

Como conseqüência da atuação desses fatores, as mensagens produzidas e o código utilizado na comunicação especializada apresentarão também peculiaridades. O conhecimento

especializado não prescinde, para sua transmissão, de recursos morfossintáticos selecionados e de parte do léxico da língua geral; mas a esse código se agrega o subcódigo próprio da especialidade, que incluirá a terminologia específica da área (IULA, 2002). Por fim, as mensagens produzidas tomarão a forma de textos fundamentalmente do tipo informativo e descritivo, com predominância da função referencial de Jakobson (1963), embora “nada impeça que, num texto dessa natureza, se possam detectar elementos que introduzam indiretamente outras funções comunicativas, como a conativa, a expressiva ou a metalingüística” (IULA, 2002, p. 17). Pode-se então concluir que a “comunicação especializada se diferencia formalmente da comunicação geral em dois aspectos: o tipo de textos orais e escritos que produz e no uso de uma terminologia específica” (IulaTerm, 2002, p. 17).

É importante, também, antes de explorarmos os discursos que convergem no nosso estudo, trazermos uma definição operacional de texto especializado, que é fornecida por Cabré *et al.*:

definimos um texto especializado como a produção lingüística que serve para expressar e transmitir conhecimento especializado, que tem uma série de características lingüísticas que lhe conferem especificidade no conjunto de textos produzidos em uma língua, e que apresenta uma série de características pragmáticas que determinam os elementos específicos do processo de comunicação (tema, usuários e situação comunicativa). (CABRÉ *et al.*, 2001, p. 181)

As idéias trazidas por Cabré e sua equipe permitem apontar ainda dois importantes aspectos da comunicação especializada: “em primeiro lugar, que o fato de que um discurso seja especializado não depende tanto do tema em si mesmo como da maneira como é tratado; e, em segundo lugar, que a comunicação especializada admite uma diversificação discursiva de acordo com as características situacionais” (CABRÉ, 1999, p. 154).

É nesse sentido que se pode falar de diferentes tipos de discurso. Discurso, nas palavras de Rey (1995, p. 168), “pode ser definido como ‘a produção de enunciados orais e escritos, bem como a totalidade dessas produções’ e que pode se estender de uma frase curta à totalidade do discurso produzido por um grupo social ao longo de um período de tempo.” Para Marcuschi (2002), os discursos são ligados a e inseridos em diferentes domínios discursivos, que podem ser entendidos como esferas ou instâncias de “produção discursiva ou de atividade humana, que propiciam o surgimento de discursos bastante específicos” (MARCUSCHI,

2002, p. 23). Os diferentes discursos seriam assim “práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas” (MARCUSCHI, 2002, p. 24).

2.2.2.1 O discurso da ciência

Pode-se dizer que o discurso da ciência sempre esteve associado, não só pelos membros das comunidades científicas, mas também pela comunidade de leigos, à idéia de verdade absoluta. Isso pode ser assim explicado:

A ciência, ao longo de sua história, foi gradativamente assumindo a condição de porta-voz da verdade que supostamente estaria contida nas coisas. Tal *status*, na medida em que lhe atribui autoridade, confere-lhe um perfil institucional. A fim de corroborar tal posição, seu discurso deve se constituir a partir de uma perspectiva universal, e não do ponto de vista de um sujeito particular. A impessoalidade e a subjetividade características do discurso científico atribuem-lhe, dessa forma, um caráter de inquestionabilidade e, portanto, de veracidade. (LEIBRUDER, 2000, p. 237)

Isso se reflete claramente nas nomenclaturas científicas: com o objetivo de normalizar e normatizar, foram estabelecidos termos que podem ser usados univocamente, sem margem para considerar diferentes situações, conferindo à comunicação científica e, por extensão, à terminologia científica um *status* de inquestionabilidade. Portanto, ao não ter sua autoridade questionada, o emissor deixa de ser um sujeito individual e passa a ter voz institucional. Por estar a nomenclatura limitada a determinados círculos, que tinham interesse em mantê-la estável, seus termos, em consequência, também se mantiveram estáveis, só mudando se o próprio círculo assim o desejasse.

Sager (1990, p. 81) resume essas colocações ao afirmar que a criação de termos “resultante da formação de novos conceitos em disciplinas científicas é externamente não-controlada e incontrolável”, como se pode observar nas nomenclaturas científicas, mesmo que seja influenciada pelos padrões de formação de termos já existentes.

Pode-se citar como exemplo dessas características a terminologia da anatomia humana. Desde sua fundação, em 1903, a Federação Internacional de Associações de Anatomistas buscava trabalhar na uniformização internacional dessa terminologia. Após inúmeras interrupções no trabalho, especialmente por causa da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, a Federação criou uma Comissão de Nomenclatura Anatômica. Como resultado, o Congresso de Paris de 1955 aprovou e divulgou a PNA (*Paris Nomina Anatomica*), com termos em latim, facultando a cada país a tradução dos termos para sua própria língua. Em agosto de 1997, a Federação reuniu-se em São Paulo, com a presença de especialistas representantes de todos os continentes, para apresentar a nova *Nomina Anatomica*, a nova nomenclatura da anatomia, que deverá ser adotada mundialmente. Segundo o que foi amplamente divulgado na imprensa na época, o objetivo dessa revisão na nomenclatura é facilitar o estudo anatômico, o que pretendem que seja conseguido através da alteração de cerca de mil nomes, de modo a torná-los mais descritivos e/ou informativos.

Conforme Sager (1990), a comunicação entre os membros de uma determinada comunidade científica se dá rapidamente através de publicações e eventos científicos de diversas naturezas, e geralmente em algumas poucas línguas, de maior abrangência (o autor cita o inglês, o francês, o japonês e o russo). Pela homogeneidade do nível de instrução e número reduzido de especialistas que lida com a criação de novos conceitos em uma área, a comunicação, interna ao grupo, se dá sem problemas, o que pode retardar o surgimento de versões em outras línguas, bem como a criação arbitrária de equivalentes. Nesses casos, revela o autor, é que se fala do uso de um “jargão” que exclui os não-especialistas, o que ditará, posteriormente, a necessidade de se criar uma linguagem intermediária entre a científica e a geral.

Sobre isso, Leibrunder (2000) comenta que o cientista divulga sua produção científica, resultado da pesquisa, a sua comunidade de especialistas, “através de um artigo ou *paper* (termo proveniente do jargão científico) a ser publicado num periódico ou revista especializada” (LEIBRUDER, 2000, p. 230). Esse texto especializado apresentará características especiais em função do próprio discurso científico:

Na medida em que a circulação deste discurso é circunscrita ao próprio meio científico, tornando-se, desta forma, produzido por especialistas e para eles, a elaboração do *paper* se fundamentará, conseqüentemente, nas convenções lingüísticas próprias do jargão científico. O emprego de uma linguagem objetiva, concisa e formal, própria da modalidade escrita da língua, constitui o pressuposto básico referente à feitura de um artigo científico. O padrão lexical (nominalizações,

vocabulário técnico), e o emprego de verbos na 3ª pessoa do singular, acrescidos da partícula *se* (índice de indeterminação do sujeito), ou na 1ª pessoa do plural (sujeito universal), ocasionando o apagamento do sujeito, são algumas das evidências lingüísticas através das quais as características acima descritas podem ser constatadas. A utilização de tais mecanismos, na medida em que afasta o *eu* do discurso científico, camuflando quaisquer índices de subjetividade nele existentes, objetiva, em última instância, atribuir-lhe um caráter de neutralidade. (LEIBRUDER, 2000, p. 230-231)

Essas características do discurso científico apontam para sua busca, como diz Leibrunder (2000), pela construção e legitimação de um saber por ele mesmo postulado, de tal modo que “o seu leitor creia que o que está sendo exposto não é uma interpretação mas sim a própria realidade” (LEIBRUDER, 2000, p. 230-231).

A objetividade (pretensamente) almejada contribui, em última análise, para a estabilidade da terminologia própria do discurso científico. Sager (1990) afirma que a terminologia da ciência, “uma vez criada, tende a permanecer inalterada (pelo menos na língua original)” (SAGER, 1990, p. 82). Rey (1995) também reconhece na terminologia científica uma tendência maior à estabilidade, mesmo que isso possa resultar em inadequações: “Ela [a terminologia] goza de maior independência no discurso da ciência que no da tecnologia, no da administração ou no jurídico” (REY, 1995, p. 52).

Cabe aqui ainda uma observação com relação a uma forma derivada do discurso científico, que encontra lugar na mediação do conhecimento entre especialistas e leigos: o *discurso de divulgação científica*.

Leibrunder (2000) aponta que o texto de divulgação científica se constitui “a partir da intersecção de dois gêneros discursivos: o científico e o jornalístico, enquanto um discurso de transmissão de informações”. É por esse motivo considerado uma prática heterogênea que “incorpora, em seu fio discursivo, tanto os recursos lingüísticos do daquele que lhe serve de fonte – o discurso científico – quanto daquele que pretende atingir – o discurso jornalístico” (LEIBRUDER, 2000, p. 234).

2.2.2.2 O discurso da técnica

A *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert registrava *tecnologia* como um termo usado para designar “um tratado concernente às artes (do latim, *ars, artis*; do grego, *tekné*)”, que era empregado, em meados do século XVII, com o valor especial de “conjunto de termos próprios de uma arte” (REY, 1979, p. 4). Assim como as ciências precisaram organizar suas linguagens de especialidade para o aperfeiçoamento da comunicação entre aqueles que faziam ciência, também as técnicas, ou a tecnologia,⁹ entendida aqui como o conjunto de artes mecânicas e ciências aplicadas, buscaram sistematizar o conhecimento resultante das descobertas científicas e empregado de modo prático na melhoria das condições de vida, como testemunhou a Revolução Industrial.

O *Longman Dictionary of Contemporary English* define *tecnologia* como “[Um ramo do] conhecimento que lida com métodos científicos e industriais e seu uso prático na indústria; ciência prática”, e reserva ao adjetivo *técnico* o sentido de algo “que tem ou oferece conhecimento especial e geralmente prático especialmente sobre um tema industrial ou científico”.

Contrapondo-se essas definições ao que vimos anteriormente a respeito do discurso científico, podemos afirmar que, enquanto à ciência corresponde a idéia de verdade, à tecnologia corresponde a idéia de aplicabilidade. Assim, o discurso da técnica difere, desde a base, do científico pela temática e/ou pelo tratamento dado a ela: só será de interesse aquilo que reverter em prática, aplicação, indústria¹⁰, transformação.

A ciência responde às perguntas “O que é isto?” e “Como isso acontece?” ou “O que resultará disso?”; as técnicas respondem a “O que é isto?” e “Para que serve?”.

Essas respostas podem ser dadas de especialista para especialista, em diferentes níveis de profundidade. No entanto, sua face de aplicação aproxima as técnicas dos usuários, que podem até incluir especialistas, mas que abrangerão, com muito maior probabilidade, o grande público leigo. Não é necessário que se seja um técnico em computação, por exemplo, para se usar um microcomputador como ferramenta de trabalho, nem que se seja engenheiro

⁹ Para os propósitos deste trabalho, “a técnica” ou “as técnicas” terá o mesmo valor referencial que “tecnologia”. Não se deve, pois, confundir com o conceito de “uma técnica”, que é um método específico de realizar alguma coisa, seja nas artes, seja nas ciências, seja nas técnicas.

¹⁰ Entendida em um sentido amplo, como atividades de produção de bens e mercadorias.

de alimentos para se fazer uma refeição adequada e nutritiva. No entanto, as ciências da computação e a engenharia de alimentos estão em constante evolução, com base em pesquisas científicas aplicadas, para oferecer àqueles que delas se beneficiam constantes progressos e inovações, aos quais o grande público só terá acesso mediante os produtos concretos deles resultantes. Como conseqüência, também os tipos de mensagens produzidas, os ambientes de divulgação e gêneros textuais¹¹ envolvidos serão diferentes daqueles encontrados no discurso científico.

Se considerarmos o discurso da ciência como distinto do discurso da técnica, e se a terminologia se constitui conforme o ambiente discursivo em que se insere, a terminologia técnica necessariamente tem que ter, pelo menos em alguma medida, traços distintos da terminologia científica. Rey (1995) tece, com relação a isso, importantes considerações.

Os domínios técnicos são estruturados de forma completamente diferente. Enquanto sistemas de projetos, de instrumentos e de atividades que tendem a uma modificação regulada pelo meio, cada técnica constitui um domínio pragmático. Não se trata mais aqui de apreender o “real” para extrair do conhecimento, mas de utilizar do conhecimento para modificar o “real”. Cada domínio é assim constituído pelas finalidades práticas e pelos tipos de atividades, dependendo de conhecimentos tão variados quanto necessário. Na técnica, como nos setores administrativos, jurídicos ou de organização, a elaboração de um modelo representante da forma do domínio (representada por um esquema arbóreo, por exemplo) coloca problemas diferentes daquele da ciência, pois depende parcialmente de contingências sócio-econômicas: ela reflete, salvo no que concerne os “conhecimentos preliminares” mais ou menos científicos (eletricidade na eletrotécnica; botânica, ecologia, mecânica, etc., na exploração florestal), as cadeias de atividades completas. (REY, 1995, p. 86)

O autor enfatiza o contraste entre as formas de estruturação dos saberes envolvidos nas ciências e nas técnicas:

As atividades técnicas e econômicas se articulam em domínios segundo as condições particulares da atividade: condições espaciais (geográficas), tecnológicas (diversos estágios podem coexistir), administrativos, etc.

Assim, enquanto a delimitação e a estruturação do domínio são em ciência o reflexo de uma estruturação conceitual e, por conseguinte, generalizante, elas correspondem em tecnologia a um conjunto de circunstâncias concretas, e por isso parcialmente singulares. (REY, 1995, p. 87)

¹¹ Entendendo-se gênero textual como definido em Marcuschi (2002, p. 22-23), a partir da distinção entre tipo e gênero textual defendida por diversos autores: “uma noção propositadamente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.”

E conclui ressaltando a ampliação do escopo do trabalho de descrição das terminologias científicas:

[...] A descrição de uma terminologia científica supõe o conhecimento das estruturas nocionais da ciência em consideração; a de uma terminologia técnica supõe o mesmo conhecimento para todos os saberes implicados pela técnica em questão (as “ciências fundadoras”), mas igualmente o conhecimento das práticas de um meio profissional. (REY, 1995, p. 88)

À diferença das terminologias científicas, o vocabulário da tecnologia é parcialmente controlado e controlável. Isto se deve ao fato de que, de acordo com Sager (1990), na tecnologia e nas aplicações industriais uma população muito mais ampla e heterogênea está envolvida, além de a terminologia também ocorrer em situações de fala geral. “Esta comunidade se apropria de alguma terminologia criada pela ciência e cria sua própria terminologia volumosa com características distintas determinadas pela diversidade de situações comunicativas desta comunidade em contato com as outras” (SAGER, 1990, p. 81). Assim, o autor situa as terminologias técnicas num patamar em que não podem ser estritamente separadas, por suas características, nem do vocabulário científico, nem do vocabulário da língua geral: “Pode ser definido como aquele vocabulário que é resultado da criação consciente como resultado da inovação industrial/tecnológica e que é suscetível ao planejamento – de um modo que algumas terminologias científicas e o vocabulário da língua geral não o são” (SAGER, 1990, p. 81)

Sager (1990, p. 82) afirma ainda que a terminologia técnica “é volátil em sua forma e existência, por causa de mudanças em materiais, métodos de produção, design, etc.”, e essa instabilidade é acentuada quando da formação secundária de termos, isto é, quando ocorre a transferência da terminologia pelo empréstimo de conceitos de outra comunidade lingüística:

A coexistência de vários métodos de formação secundária interlingüística de termos, por exemplo, empréstimo direto, tradução, paráfrase, formação paralela/recriação de constituintes, adaptação, criação completamente nova, que podem ser usados simultaneamente ou em seqüência, oferece ocasião para vários novos termos alternativos ou em competição, e pode, assim, levar vários anos para que uma terminologia se estabeleça. (SAGER, 1990, p. 82)

O autor também afirma que na área técnica tanto a formação primária quanto a formação secundária de termos estão sujeitas “à formação abundante de sinônimos, que é tanto accidental – possivelmente causada por desenvolvimentos industriais paralelos – quanto deliberada – possivelmente em resposta à necessidade de versões populares dos termos científicos e à diferenciação de produtos” (SAGER, 1990, p. 82).

Deste modo, pode-se afirmar que a terminologia técnica tende a ser menos estável e universal, uma vez que sofrerá mais amiúde a influência de sua aplicação social. É justamente esta aplicação que vai ditar diferentes tipos de discurso, materializados em diferentes gêneros textuais, orais ou escritos, e com diferentes densidades terminológicas (como veremos adiante, na Seção 3.4).

A comunicação especializada no discurso da técnica tem, como já apontado de modo geral por Cabré *et al.* (2001), uma função referencial, com o objetivo de informar e descrever. A isso pode-se acrescentar o fato de que, à medida que cresce o desnível no grau de especialização do receptor, amplia-se o espaço para que os textos especializados desempenhem uma função conativa, já que as respostas a “O que é isto?” e “Para que serve?” podem precisar ser complementadas com as relativas à pergunta “E como se faz?”.

A função conativa estará presente também, e com maior intensidade, nos textos dirigidos ao público leigo, em que poderá ser necessário instruir sobre o uso de alguma inovação. É neste nível que sugerimos a categoria de **textos de divulgação técnica**.

2.2.2.2.1 *O texto de divulgação técnica*

Compreendemos o texto de divulgação técnica como um gênero textual produzido no interior do discurso da técnica ou a partir dele. Assim como Leibrunder (2000) definiu o texto de divulgação científica, também o texto de divulgação técnica se configura na intersecção de gêneros discursivos distintos. Neste caso, porém, é o discurso técnico que se encontra com o discurso jornalístico e, além dele, com o discurso publicitário, como procuraremos demonstrar na próxima seção.

No texto de divulgação técnica, à semelhança do que ocorre no texto de divulgação científica, há um mediador que “traduz” para o leitor não tão especialista os detalhes técnicos

dos temas abordados, com o objetivo de introduzi-lo ao assunto. Esse mediador é, via de regra, o profissional que se dedica ao jornalismo científico e/ou técnico, que necessita apropriar-se em boa medida do conhecimento especializado para poder desempenhar seu papel de comunicador desse discurso ao público. Essa necessidade é reconhecida por Almeida Barros (2006):

Cotidianamente, o jornalista enfrenta vários desafios: penetrar em um universo científico ou técnico que pouco conhece, compreender a problemática em questão, freqüentemente apresentada em uma linguagem marcada por alta densidade terminológica, e transpor para uma linguagem de fácil decodificação por parte de seu público leitor as conquistas mais recentes da ciência e da tecnologia. (ALMEIDA BARROS, 2006)

A autora reconhece não só a importância do conhecimento terminológico do jornalista, como também a necessidade de um trabalho de cooperação entre este e o terminólogo, como se evidencia abaixo:

A terminologia pode ser de grande auxílio ao jornalista, uma vez que cabe a ela estudar os textos de especialidade, identificar as unidades terminológicas veiculadas por eles, proceder ao levantamento dessas, analisá-las, descrevê-las, sistematizá-las e organizá-las em obras terminográficas (os dicionários especializados) ou em bancos de dados informatizados.

O jornalista que se dedica à divulgação técnica e científica não apenas deve trabalhar em cooperação com o terminólogo, mas também conhecer os princípios básicos do trabalho terminológico, para resolver problemas que se apresentam diariamente no exercício de sua profissão. (ALMEIDA BARROS, 2006)

Tanto o discurso da ciência quanto o da técnica, como se pode perceber, lograram aproximar-se mais do público comum, por diferentes razões, especialmente neste início de século. Cabe então uma reflexão de Boaventura de Souza Santos (2003):

A ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento que deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida. (SOUZA SANTOS, 2003, p. 91)

2.3 O DISCURSO PUBLICITÁRIO COMO UM PONTO DE ENCONTRO ENTRE A CIÊNCIA, A TÉCNICA E A TERMINOLOGIA

Rondeau (1984) aponta diversas razões para o desenvolvimento da terminologia no final do século XX, relacionadas a aspectos sociais do fenômeno terminológico. Àquelas mais evidentes, já observadas por outros autores, como o avanço das ciências e o desenvolvimento da tecnologia, o autor acrescenta outras, dentre as quais uma merece destaque especial neste trabalho: o desenvolvimento das mídias.

O autor assinala dois traços fundamentais da comunicação moderna, a saber, que ela é instantânea e é dirigida às massas. Desse modo, o desenvolvimento das mídias vem acompanhado de um fenômeno lingüístico novo por sua amplitude: a penetração de palavras e expressões técnicas na massa dos sujeitos falantes – semelhantemente ao que se observa, de forma menos acelerada, na lexicologia. Esse fenômeno se traduz pela “entrada na língua comum de um número importante de palavras e expressões técnicas”, não necessariamente passadas com “toda a precisão que lhes deram os especialistas que as criaram, de modo que, ao penetrar na língua comum, bom número de palavras e expressões perdem sua qualidade de termo” (RONDEAU, 1984, p. 3).

Ao analisar uma série de anúncios publicitários dirigidos à mulher e veiculados em revistas e outdoors, no Brasil e em Portugal, Carvalho (1998) observa que o emprego de vocabulário técnico-científico em mensagens publicitárias “pode ser considerado uma banalização da linguagem científica (expansão de domínio de emprego) ou uma vulgarização (empréstimo de termo científico à língua corrente)” (CARVALHO, 1998, p. 147), à semelhança do que outros autores já observaram como recorrente na linguagem jornalística. O fato de que existe a necessidade de mediação entre esses dois universos de discurso – o técnico-científico e o das pessoas em geral – pressupõe também diferenças entre os tipos de conhecimento de seus usuários. Como consequência, a linguagem empregada pelos produtores de conhecimento não será a mesma que aquela empregada pelos usuários dos resultados das ciências e das técnicas.

É nesse sentido que se pode afirmar que a necessidade de divulgação dos produtos obtidos pela aplicação das “técnicas e artes”, desde a eclosão da Revolução Industrial, seria ainda outro fator que viria a influenciar a difusão e, pode-se também supor, a proliferação das

denominações técnicas – tão abominada pelos enciclopedistas – , muito mais do que as científicas.

Enquanto a linguagem científica encontrava nos colóquios internacionais o meio mais importante para sua divulgação, normatização e fixação, antes de alcançar o grande público (se é que o fazia na totalidade), as linguagens técnicas chegavam ao público ao mesmo tempo em que a inovação chegava ao mercado, acompanhando-a, denominando-a e informando o público sobre suas características, sua utilidade e as vantagens de seu uso. Assim, a mediação entre a técnica e o público que a utilizaria era, em especial nas sociedades capitalistas, em grande parte realizada pela publicidade, à qual cabia também a divulgação e a fixação das novas denominações, como veremos a seguir.

Antes de prosseguirmos, porém, é necessário, fazermos uma distinção entre publicidade e propaganda. Carvalho (1998) cita Charaudeau (1994), para quem o termo propaganda é mais abrangente que publicidade, estando relacionado a mensagens tanto políticas, religiosas e institucionais como comerciais, e o termo publicidade se limitaria a mensagens comerciais. A noção de propaganda está, assim, voltada, como diz Carvalho (1998, p. 10), “para a esfera dos valores éticos e sociais, enquanto a publicidade comercial explora o universo dos desejos, um universo particular”. Gomes (2003, p. 99, nota 65) ressalta que “desde o início, no Brasil, tudo o que se refere à atividade de comunicação mercadológica que deveria ser denominada de publicidade pelas suas características, foi tratado como propaganda, dando início à confusão que se estabelece até hoje, com o uso indevido das terminologias. O termo ‘advertising’, trazido pelas agências americanas, foi traduzido indevidamente, como propaganda”.

Assim, embora algumas obras citadas (especialmente traduções a partir do inglês e do alemão) possam trazer os termos “publicidade” e “propaganda” como sinônimos, optamos por respeitar, para os propósitos deste trabalho, as distinções sugeridas por esses autores, reservando o termo “propaganda” para a divulgação de idéias de cunho ideológico e “publicidade” para a divulgação comercial de produtos.

2.3.1 A Revolução Industrial e a publicidade moderna

Para compreendermos a relação entre as linguagens técnicas e a necessidade de divulgação tecnológica, bem como suas conseqüências, procuraremos a seguir cotejar o desenvolvimento da indústria com o desenvolvimento da publicidade. Essa aproximação nos permitirá propor a tese de que o discurso publicitário, a partir da Revolução Industrial, tornou-se um aliado na divulgação e fixação da terminologia técnico-científica.

Como se pode resumir a partir de Arruda e Piletti (1997, p. 178), a produção independente de bens, realizada pelos artesãos, caracterizava o artesanato como a primeira forma de produção industrial, no final da Idade Média: “o produtor possuía os meios de produção: instalações, ferramentas e matéria-prima”. A ampliação do consumo, devida ao aumento da população e crescimento dos aglomerados urbanos, obrigou a uma mudança para o sistema de manufatura, em que o manufatureiro, que era também comerciante, inicialmente distribuía a matéria-prima para que o artesão trabalhasse em casa, mas posteriormente trouxe o artesão para trabalhar em sua fábrica. Com cada trabalhador realizando apenas uma determinada etapa da produção (caracterizando uma divisão social), a produtividade aumentou. A Revolução Industrial consolidou-se na etapa imediatamente posterior, a **maquinofatura**, em que “o trabalhador estava submetido ao regime de funcionamento das máquinas e à gerência direta do empresário” (ARRUDA e PILETTI, 1997, p. 178).

Na passagem do modo de produção doméstico para o sistema fabril e, mais especificamente, na transição da manufatura para a maquinofatura, adquire importância especial uma invenção do século XV: a imprensa de tipos móveis. Levar a informação da existência e disponibilidade de determinados produtos para o potencial consumidor era importante no período anterior à Revolução Industrial. No entanto, com a possibilidade de produzir em muito maior escala, a mera informação passou a ser insuficiente: nasce aqui a publicidade moderna, que vai lançar mão predominantemente da persuasão. Afirma Gomes (2003):

Frutos da Revolução Industrial, a Publicidade e o Marketing desenvolveram-se durante a última metade do século XIX e primeiras décadas do XX, quando passaram a ser usados em função da necessidade de abrir mercados para os produtos que, até então, nunca tinham suas demandas superadas pela produção, porque eram fabricados artesanalmente. (GOMES, 2003, p. 49).

É nesse sentido que Gomes (2003) estabelece um marco divisor entre a publicidade antiga e a moderna, de acordo com a intenção do emissor.

Ambas as revoluções, a da imprensa e a industrial, dão origem à moderna revolução da publicidade, ao transformar o público em massa, por efeito simultâneo dos meios de comunicação e da produção mecânica.

Com a fábrica suplantando a indústria doméstica, a produção superando a demanda e o consumidor tendo que escolher entre as numerosas fontes de abastecimento, o comerciante entendeu que não bastava informar ao público, tinha que persuadi-lo a comprar. Antes, se o consumidor tinha que buscar as mercadorias, com a publicidade as mercadorias vão ao seu encontro e, conforme a nova forma de fabricação garante a sua abundância, o consumidor é convocado e assediado por uma diversidade de ofertas que não satisfazem somente as suas necessidades, como descobrem o gosto humano e antecipam a educação do uso. (GOMES, 2003, p. 82)

Gomes (2003) destaca também que esses dois importantes marcos históricos, a revolução da imprensa e a Industrial, “singularizaram e afirmaram o destino do homem comunicado e comunicador: vínculo imprescindível da cultura e da economia. Se a letra impressa multiplicou as possibilidades de comunicação, podendo chegar a muito mais pessoas, a revolução industrial multiplica, por sua vez, as possibilidades de consumo, instalando a publicidade como agente regulador ou intermediário com o mercado da produção” (GOMES, 2003, p. 86-87).

Vestergaard e Schrøder (1994) justificam ainda o surgimento da publicidade moderna dizendo que, “quando uma sociedade atingiu um estágio em que boa parte da população vive acima do nível da subsistência, a propaganda é inevitável, e inevitavelmente persuasiva. Isso só é verdade sob uma importante condição: que se trate de um sistema capitalista” (Vestergaard & Schrøder, 1994, p. 6).

Carvalho (1998, p. 147) afirma que a linguagem publicitária é “na verdade, o caminho para que as inovações alcancem o domínio do grande público”. Rey (1995) corrobora essa idéia ao declarar:

Na tecnologia, os processos de conhecimento são alterados por sua aplicação social, sua comercialização, os tipos de discurso envolvidos, especialmente o da publicidade. Além disso, a conexão entre os processos de aquisição de conhecimento e de designação permanece primordial. Mas esses processos são bastante diferentes. Pelo fato de ser a ciência da aplicação, a tecnologia se preocupa com objetos funcionais, o que significa que os conceitos não se direcionam para a descoberta, mas para a utilidade prática e teórica. O elo especial entre a terminologia e a tecnologia reside na relação utilitária entre a invenção ou o progresso técnico e os

sistemas de designações, sendo todos eles igualmente – para melhor ou pior – subordinados a seu propósito utilitário. (REY, 1995, p. 56).

Neste elo indicado por Rey (1995) entre a terminologia e a tecnologia, apontamos o papel da publicidade como fundamental para aproximar do público leigo aquilo que os especialistas manifestam através da linguagem técnico-científica.

Assim, podemos concluir que a Revolução Industrial ofereceu-se como cenário para a proliferação de inovações tecnológicas, que impulsionaram a expansão das linguagens técnicas. Ao mesmo tempo, esse cenário propiciou o florescimento da publicidade moderna, que passou a exercer o papel de mediador entre os produtores da técnica e os consumidores daquilo que é através dela produzido, ou seja, os detentores de um conhecimento especializado e aqueles que, embora detentores de um conhecimento geral, precisam ser usuários de seus produtos.

2.3.2 O discurso publicitário

Procuramos mostrar, na Seção anterior, que a publicidade moderna pode atuar como um ponto de encontro entre a ciência, a técnica e a terminologia, pois através dela é possível divulgar inovações científicas e tecnológicas e fixar a terminologia que as denomina, aproximando-as do grande público, e que isso é mais facilmente observável em sociedades capitalistas. Carvalho (1998) afirma que a

mensagem publicitária é o braço direito da tecnologia moderna. É a mensagem da renovação, progresso, abundância, lazer e juventude, que cerca as inovações propiciadas pelo aparato tecnológico. [...]

Embora nem todas as mensagens publicitárias surtam o efeito desejado, a onipresença da publicidade comercial na sociedade de consumo cria um ambiente cultural próprio, um novo sistema de valores, co-gerador do “espírito do tempo”. (CARVAHO, 1998, p. 11)

O discurso publicitário, assim, assemelha-se, até certo ponto, ao discurso da ciência e, em maior escala, ao discurso da técnica, no sentido de que propicia, pela informação que transmite, o conhecimento das inovações, ao mesmo tempo em que, pela persuasão, facilita a

fixação de certas denominações. Por outro lado, pode valer-se de recursos da divulgação científica justamente para poder cumprir o papel de aproximação dos saberes científicos e tecnológicos a semi-especialistas e ao grande público leigo. Como afirma Carvalho (1998), o “que cabe à mensagem publicitária, na verdade, é tornar familiar o produto que está vendendo, ou seja, aumentar sua banalidade, e o mesmo tempo valorizá-lo com uma certa dose de ‘diferenciação’, a fim de destacá-lo da vala comum.” E prossegue: “Acima de tudo, publicidade é discurso, linguagem, e portanto manipula símbolos para fazer a mediação entre objetos e pessoas, utilizando-se mais da linguagem do mercado que a dos objetos”. (CARVALHO, 1998, p. 12)

De certa forma, esse último aspecto aproxima a publicidade do discurso da ciência: “O discurso publicitário é um dos instrumentos de controle social e, para bem realizar essa função, simula igualitarismo, remove da estrutura de superfície os indicadores de autoridade e poder, substituindo-os pela linguagem da sedução” (CARVALHO, 1998, p. 17).

A mensagem publicitária impressa se vale de imagens e textos, o que é feito essencialmente pela utilização de recursos da língua em que é veiculada (recursos léxico-semânticos, recursos morfossintáticos), ao que se acrescenta recursos fonéticos se o meio de veiculação for também oral. De acordo com Péniou (1974, *apud* CARVALHO, 1998), a mensagem publicitária lingüística manifesta-se por três atos fundamentais: nomear, que significa conferir uma identidade por meio de um nome; qualificar, que implica estabelecer uma personalidade por meio de atributos; e exaltar, que objetiva garantir a promoção por meio da celebração do nome e seus atributos. Nisto, percebe-se também a importância da função referencial da linguagem publicitária: “Ao nomear e exaltar, o emissor pode ou não usar a denotação. Nomear, no entanto, requer o uso obrigatório da denotação como forma de ancorar o texto à realidade de seu fim último” (CARVALHO, 1998, p. 40).

Para atingir seus objetivos, o discurso publicitário lançará mão, então, de uma série de recursos, envolvendo a informação, a descrição e até a instrução sobre uso, se necessário, contanto que tudo isso reverta em argumentos que, em última instância, servirão para persuadir o público-alvo sobre as vantagens ou desvantagens da escolha de determinado item ou fornecedor. É nesse sentido que se pode dizer que a publicidade opta por fazer um uso consciente da terminologia própria de certas linguagens de especialidade, uma vez que a “codificação” e opacidade conferida pelo emprego do jargão pode denotar autoridade e, em consequência, aumentar a ação da argumentatividade.

É interessante observar que a informação transmitida pela publicidade reveste-se de algumas peculiaridades, que, como afirma Gomes (2003), determinarão seu papel na comunicação e suas diferenças perante a informação propriamente dita. Essas peculiaridades referem-se a sua parcialidade, sua intencionalidade e sua independência dos meios de difusão que utiliza.

Quanto a sua parcialidade, afirma Gomes (2003) que, diferentemente do que se tem, por exemplo, na informação jornalística, a publicidade “cria sua própria notícia na forma e no tempo que lhe interessa”, com ênfase nas qualidades de um produto em relação a produtos concorrentes: “A informação publicitária não é desinteressada, imparcial ou asséptica; é sempre, porque é necessariamente, uma informação tendenciosa” (GOMES, 2003, p. 105).

Com relação a sua intencionalidade, a autora ressalta que a publicidade busca apresentar um recorte da verdade que serve como elemento motivador para o consumidor: “A intencionalidade comercial é a peculiaridade mais evidente da informação que a publicidade transmite e que a faz parcial e interessada” (GOMES, 2003, p. 106).

A terceira peculiaridade, para a autora, reside no fato de que a publicidade utiliza, para sua difusão, os meios de comunicação de massa, mas a informação que veicula não é controlada pelo meio utilizado, uma vez que a compra do espaço ou do tempo e a decisão sobre o que vai ali ser inserido é da alçada do emissor da comunicação publicitária. Gomes aponta como consequência um possível desvio nas funções de informação e prestação de serviços comumente atribuídas aos meios de comunicação, que muitas vezes dependem da venda de espaços para sua viabilidade econômica: “em vez de recolher e transmitir a informação e comentário sobre os produtos e serviços do mesmo modo independente com que o faz com as demais notícias, os meios entregam esta tarefa às partes interessadas e lhes vendem o espaço para que possam ser utilizados da forma que acharem melhor” (GOMES, 2003, p. 106).

Por fim, a autora ressalta a dimensão persuasiva da publicidade:

O objetivo final da comunicação publicitária é exercer influência sobre o consumidor para que ele realize a compra do produto anunciado. A mensagem que simplesmente proporciona informação não passa de um primeiro passo no processo de persuasão e, justamente por isso, vai além da simples descrição dos fatos. O publicitário não apenas reúne informação e a transforma em informes técnicos ou relatórios: ao contrário, utiliza uma forma de comunicação massiva que tem o poder de mobilizar as pessoas:

- 1) se com a informação são difundidas mensagens sobre a existência do produto e suas características, com a persuasão se difundem mensagens motivadoras que proclamam a existência do produto e exaltam suas características;
- 2) se com a informação se dá a notícia de um fato comprovável (existência de um produto), com a persuasão se dá a notícia interpretada do fato (a significação do produto enquanto a satisfação ideal de uma necessidade);
- 3) se a informação aspira a dar a conhecer, a persuasão aspira a influenciar. (GOMES, 2003, p. 107)

2.3.3 Terminologia e publicidade

Pelo exposto até agora, seria possível pensar que, pelo caráter de referencialidade e objetividade pretendido pela terminologia em suas origens, não haveria lugar para ela no discurso publicitário.

No entanto, a aproximação entre esses dois fazeres deu-se desde que a publicidade moderna, de certa forma, passou a desempenhar o papel de agente de divulgação das terminologias. Em determinados momentos da história, é possível até afirmar que a publicidade atua como um agente acelerador da divulgação e fixação das terminologias, em especial das terminologias técnicas, como procuramos demonstrar.

Por outro lado, ao afastar-se da vocação prescritivista para abrir espaço à descrição, também à terminologia se permitiu a freqüência em outros ambientes discursivos que não os estritamente técnico-científicos. É por esse motivo que se pode concluir com Cabré (1993):

De fato, os termos, além de serem encontrados em textos referenciais, podem também formar parte de textos que priorizem outras funções linguísticas não meramente referenciais. Isso significa que a terminologia não é uma característica exclusiva do discurso de caráter objetivo; e o que é ainda mais importante, que a função referencial prioritária dos textos técnicos e científicos não exclui de todo a presença de elementos que refletem outros aspectos da linguagem relacionados com os interlocutores que intervêm no ato comunicativo. A terminologia, além de servir para expressar a objetividade, também pode ser um veículo que expresse minimamente a emotividade, a expressividade ou a intenção comunicativa em um ato de discurso. (CABRÉ, 1993, p. 225)

No decorrer dos próximos capítulos, procuraremos demonstrar que a aproximação entre a terminologia e a publicidade traz importantes conseqüências para a constituição dos objetos centrais dos estudos terminológicos, o termo e o texto especializado. O primeiro, pela

exposição em ambientes discursivos não mais apenas estritamente técnicos ou científicos, tem enfatizada sua dimensão lingüística, o que ajuda a firmar sua condição de um elemento não apenas de representação do conhecimento como também da comunicação especializada: “[...] as unidades lexicais especializadas, ao serem analisadas em seus reais contextos de ocorrências, sofrem todas as implicações sistêmicas, semânticas e pragmáticas daí decorrentes, compreendendo, por exemplo, processos de variação e sinonímia, aspectos recusados pela TGT” (KRIEGER, 2004, p. 328).

O segundo, o texto especializado, também será afetado, especialmente no sentido de que deverá admitir ser reelaborado em “novas versões” que atendam a outros públicos, formados por não-especialistas, que, mesmo assim, precisam ou desejam ter acesso ao conhecimento produzido.

Os Capítulos 4 e 5 darão conta de explicitar essa relação ao tomar o termo como objeto central de análise e descrever as especificidades das unidades terminológicas no âmbito da terminologia da Indústria Moveleira.

3 SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE TERMINOLÓGICA

Como vimos no Capítulo 2, a concepção de terminologia estabelecida pela Teoria Comunicativa da Terminologia, amplamente aceita pela comunidade de pesquisadores na área, vislumbra-a tanto como um campo de conhecimento quanto como um campo de trabalho.

A terminologia pode ser abordada como uma teoria, como uma descrição (em que se busca a análise das formações terminológicas próprias a determinados âmbitos, em uma língua ou mais línguas) ou como aplicação.

Conforme Cabré (2001), o objetivo da terminologia teórica:

é o de descrever formal, semântica e funcionalmente as unidades que podem adquirir valor terminológico, dar conta de como o ativam e explicar suas relações com outros tipos de signo do mesmo ou de distintos sistemas, para fazer progredir o conhecimento sobre a comunicação especializada e as unidades que se usam nela. (CABRÉ, 2001, p. 24)

Para a TCT, então, uma teoria da terminologia é uma teoria do *termo*. Já a terminologia aplicada tem como objetivo mais geral “compilar as unidades de valor terminológico em um tema e situação determinados e estabelecer suas características de acordo com esta situação” (CABRÉ, 2001, p. 24).

É importante lembrar que, para Cabré e seus colaboradores do IulaTerm (CABRÉ, 2001; CABRÉ e ESTOPÀ, 2002; IulaTerm, 2002), essas “unidades de valor terminológico” não se restringem ao termo, uma vez que há outras possibilidades de se representar e comunicar o conhecimento especializado: morfemas, unidades fraseológicas, unidades

oracionais. Em outras palavras, os termos são uma entre outras espécies de unidades de conhecimento especializado, como bem colocam os pesquisadores do IulaTerm:

As unidades de conhecimento especializado são, pois, as unidades que representam e transmitem conhecimento especializado e nesse sentido se convertem no objeto de estudo amplo da terminologia e do discurso especializado. As UCE mais prototípicas, como veremos, são as unidades terminológicas que incluem as unidades léxicas e os sintagmas lexicalizados. As UCE podem ser de diversos tipos em função de diferentes critérios de classificação: categoria gramatical, natureza lingüística, classe conceitual que representam, estrutura interna, recursos de formação, etc. (IulaTerm, 2002, *Tema 4*, p. 18).

No entanto, o fato de que as unidades terminológicas são as UCE mais prototípicas coloca o estudo dos termos no centro de qualquer estudo sobre o conhecimento especializado em um determinado âmbito.

Assim, fica evidente, a partir dessas colocações, o papel central que adquire o *termo* nos estudos terminológicos de cunho lingüístico-comunicativo que pretendem uma descrição das diferentes terminologias.

É por esse motivo que dedicamos este Capítulo 3 à investigação do termo como objeto de estudo privilegiado, um objeto que, como define Cabré (1999, 2001), é poliédrico. Isso equivale a dizer que o termo é um objeto que oferece diferentes faces à análise: uma face semântica, uma face formal e uma face pragmática.

3.1 AS UNIDADES TERMINOLÓGICAS COMO OBJETOS DE ESTUDO

A terminologia própria de uma especialidade ou disciplina é constituída pelo conjunto de palavras especializadas usadas para referi-la e descrevê-la. A essas palavras especializadas chamamos *unidades terminológicas* ou *termos*. Os termos não diferem em sua aparência das demais palavras do léxico de uma língua. Assim como elas, explica Cabré (1993, p. 169), são unidades sígnicas distintivas e significativas ao mesmo tempo, formando parte do sistema lingüístico de uma determinada língua ao revelarem aspectos formais, semânticos e funcionais, e manifestando uma vertente pragmática, já que são usados na

comunicação especializada entre interlocutores que possuem de certo conhecimento sobre determinado campo do saber.

Sager (1990) também enfatiza a relação dos termos com domínios de conhecimento quando afirma que os “ítems que se caracterizam por uma referência especial dentro de uma disciplina são os ‘termos’ dessa disciplina, e coletivamente eles formam sua terminologia”, e posteriormente define os termos como a “representação lingüística dos conceitos” (SAGER, 1990, p. 57).

Rey (1995, p. 27) ressalta o papel de denominação desempenhado pelo termo: “um nome que pode ser definido dentro de um sistema coerentemente estruturado é um termo. O conteúdo de sua definição corresponde a um conceito que pode ser analisado por sua intensão.”

Para Dubuc (1999, p. 81), a “unidade terminológica ou termo é a denominação de um conceito próprio da especialidade, seja porque pertence exclusivamente a essa área e não se encontra em nenhuma outra, ou porque tem um uso particular nesta área.” Segundo o autor, além de designar os conceitos básicos da especialidade, o que lhe confere um caráter de unidade conceitual, a unidade terminológica integra¹² seus modos de expressão próprios da especialidade, que se distanciam das formas usuais de expressão da língua geral, consideradas como unidades funcionais.

Apesar desse distanciamento das formas de expressão da língua geral, Cabré procura demonstrar que as unidades terminológicas não formam, como se acreditava até a TGT, um subcódigo completo distinto da língua geral, mas apresentam as mesmas características das demais palavras dessa língua (formais, semânticas e funcionais); ou seja, são unidades sistemáticas de forma e conteúdo (CABRÉ, 1993, p.170).

As unidades terminológicas não são unidades isoladas que podem ocorrer fora de um contexto específico, mas sim elementos que formam parte de um sistema lingüístico especializado e que se materializam em um contexto concreto, que corresponde a um campo determinado de especialização” (IulaTerm, 2002 – *La unidad terminológica*)

¹² Considerando que os autores consultados ora empregam *termo*, ora *unidade terminológica*, para referir-se ao mesmo objeto de estudo, também neste trabalho não faremos distinção entre as duas denominações, considerando-as a representação lingüística da mesma realidade.

Isso justifica a afirmação de Cabré (1993, p. 170) de que “a terminologia deve participar das mesmas regras de construção de frases e de constituição do discurso que as demais unidades léxicas de uma língua”.

Outra observação feita por Cabré (1993, p. 172) é a de que embora “a palavra *termo* sirva propriamente para designar a unidade terminológica completa (o conjunto formado pela denominação e pelo conceito), também se utiliza como símbolo de denominação.”

Pearson (1998), motivada pela tentativa de demonstrar como é possível a utilização de *corpora* na terminografia semi-automática (computadorizada), especialmente para a extração automática de termos na pesquisa terminológica aplicada, faz uma revisão dos conceitos de **termo** dados por diversos autores para buscar aquela que seja operacionalmente adequada ao trabalho automático. Segundo a autora, para se poder limitar a intervenção humana nesse tipo de trabalho, é preciso alimentar os programas computacionais com informações tais que estabeleçam limites claros entre a palavra, oriunda do léxico comum, e o termo, pertencente ao léxico especializado (PEARSON, 1998, p. 8). Embora não seja essa linha de investigação a que adotamos para este trabalho, é interessante observar o percurso seguido pela autora, até chegar a conclusões semelhantes às da Teoria Comunicativa da Terminologia com relação a essa distinção.

Para Pearson (1998, p. 10-16), a concepção de termo apresentada por Wüster (1998) e corroborada, em grande parte, por teóricos como Rondeau (1984), Sager (1990), Felber (1983) e até mesmo apresentada pelo organismo de padronização internacional, o Comitê de Terminologia da ISO, é um tanto idealizada. Os termos são usados como “rótulos” para conceitos, numa correspondência unívoca, em estruturas de conhecimento ou sistemas de classificação, reduzindo, dessa forma, a ambigüidade e, segundo essa tradição, melhorando a comunicação. A autora levanta, porém, o problema de que, para a lingüística de corpus, relevante é o termo usado em textos, e não em listagens apenas, e as distinções apresentadas entre termo técnico e termo geral não fornecem critérios suficientes para delimitar termo e distingui-lo da palavra que faz parte do vocabulário geral. Assim, ela conclui que a percepção tradicional de termo é de difícil aplicação em ambiente computacional.

Pearson (1998, p. 19-21) busca, então, definições mais pragmáticas de termos, geralmente fornecidas por pesquisadores em línguas para fins específicos (LSP), entre os quais cita Hoffmann (1985), Trimble e Trimble (1978), Goodman e Paine (1981). A preocupação desses pesquisadores, segundo a autora, aparentemente está mais centrada na

distinção entre tipos de termo do que propriamente na noção de termo, como se os termos fossem automaticamente reconhecidos em qualquer ambiente textual.

Por fim, Pearson (1998, p. 21-22) chega à conclusão de que é praticamente impossível estabelecer linhas gerais para identificar quando uma determinada unidade lexical está funcionando como uma palavra ou como um termo usando apenas as definições operacionais de termo e os modelos de comunicação disponíveis nas áreas da linguagem que lidam com a questão. A maioria dessas definições parte do pressuposto de que é possível reconhecer um termo automática ou intuitivamente em qualquer situação de comunicação. Como diz a autora:

A questão que nunca é abordada é a de como se pode reconhecer um termo, independentemente da categoria à qual ele possa pertencer. Em outras palavras, nenhum dos autores especifica como se pode distinguir entre termos e palavras em um texto. (Pearson, 1998, p. 21-22)

A autora observa, porém, que, quanto maior o nível de especialização dos sujeitos envolvidos, maior a probabilidade de inclusão, em sua comunicação, de termos ou de palavras com carga terminológica maior.

Acreditamos que há uma correlação direta entre o número de pessoas que estão familiarizadas com um determinado vocabulário especial e a percepção daquele vocabulário como especializado. Quando menor o número de participantes de um domínio de conhecimento, mais esse domínio e seu vocabulário têm a tendência de ser percebidos como especializados. (PEARSON, 1998, p. 27)

A autora propõe, então, que se adote uma abordagem que considere que “toda a linguagem usada em determinadas situações comunicativas é potencialmente terminológica, a menos que demonstrado diferentemente” (PEARSON, 1998, p. 8). Daí então a necessidade de se delimitar as situações comunicativas¹³ em que a unidade lexical vai ser usada, pois é a situação comunicativa que vai determinar a tendência à presença de termos, como reitera a autora: “Acreditamos que, se pudermos definir adequadamente as situações comunicativas nas quais os termos tendem a aparecer, teremos maior probabilidade de conseguir distinguir termos de palavras” (PEARSON, 1998, p. 27).

¹³ Traduzimos a expressão “communicative setting” como “situação comunicativa”.

A equipe do IulaTerm compartilha dessas idéias ao apontar que “as unidades terminológicas propriamente ditas” são “unidades que formam parte da linguagem natural e da gramática que descreve cada língua”, e que, dentro dessa gramática, não são unidades autônomas, mas se comportam como as demais unidades léxicas quando integradas ao discurso, não sendo, a princípio, nem palavras, nem termos, apenas “potencialmente termos ou não-termos” (CABRÉ, 2001, p. 23). E acrescenta:

O caráter de termo se ativa em função de seu uso em um contexto e situação adequados. Essa ativação pragmática consiste em uma seleção dos módulos de traços apropriados, que incluem traços morfossintáticos gerais da unidade e uma série de traços semânticos e pragmáticos específicos que descrevem seu caráter de termo dentro de um determinado âmbito (CABRÉ, 2001, p. 23).

Pearson (1998, p. 36-39) apresenta uma breve classificação e descrição de situações comunicativas em que a terminologia pode ser usada, ou seja, em que a probabilidade de uso de unidades lexicais terminologicamente ativadas é maior. Quatro seriam essas situações, todas lidando com o texto em sua forma escrita:

- a) aquela em que a comunicação se dá entre especialistas, em que a linguagem especializada é compartilhada por todos e, portanto, apresenta uma densidade terminológica alta;
- b) a que se dá de um especialista para iniciantes, em que há a necessidade de incluir explicações que utilizam vocabulário mais geral (não-termos) para explicar certos conceitos;
- c) a que se dá de um relativamente especialista para “não-iniciados” (adultos que não necessariamente estão envolvidos com a área específica), em que a densidade terminológica é muito baixa, já que não há um conhecimento anterior no assunto; e
- d) a que se dá de professor para aluno, como em livros didáticos ou manuais de instrução, em que há uma inclusão maior de explicações e definições, embora não se espere que a compreensão dos conceitos chegue a um nível tão alto quanto a esperada do segundo grupo.

Resumindo essa discussão, Pearson (1998, p. 39) conclui que as situações descritas em *a*, *b* e *d* são “fontes confiáveis para potenciais candidatos a termo” e que “quando os termos são empregados dentro desses contextos, podemos supor que as pessoas que usam os termos aceitam o significado estipulado e acordado a eles associado.”

Também Hoffmann (1998 [1987], p. 62-65)¹⁴ propôs uma matriz em que as linguagens de especialidade poderiam se distribuir em cinco níveis ou estratos, de acordo com o nível de abstração, resultando no que ele chamou de estratificação vertical. Os níveis de abstração mais altos estariam relacionados a uma presença maior de termos. Também seria possível associar os níveis de abstração aos âmbitos de utilização predominantes e aos participantes da comunicação, tendo-se, do nível mais alto de especialização para o mais baixo, a seguinte correlação:

- a) ciências teóricas fundamentais → comunicação entre cientistas
- b) ciências experimentais → comunicação entre cientistas e/ou técnicos
- c) ciências aplicadas e técnicas → comunicação entre cientistas e/ou técnicos e diretores científico-técnicos da produção material
- d) produção material → comunicação entre diretores científico-técnicos da produção material, mestres e trabalhadores especializados
- e) consumo → representantes do consumo e consumidores

Segundo o autor, no estrato mais inferior, apesar de o nível de abstração ser o mais baixo e de o âmbito de utilização envolver o público em geral, ainda assim estão presentes termos especializados.

A partir de Pearson (1998) e de Hoffmann (1998), corrobora-se a idéia de que o termo, ou unidade terminológica, tem uma posição de evidência na comunicação do conhecimento especializado, pois é nele que se deposita a carga semântica responsável pelas estruturas conceituais dos diferentes domínios de conhecimento. É seu emprego em situações concretas de comunicação que permitirá a transmissão do conhecimento. Vemos, também, o papel fundamental da terminologia não só na comunicação especializada, mas também na

¹⁴ Referimo-nos aqui à obra *Kommunikationsmittel Fachsprache. Eine Einführung*, de Lothar Hoffman, cuja 3a edição, de 1987, foi traduzida para o catalão e publicada em 1998. A primeira edição da obra, de 1985, é referida por Pearson (1998). As próximas referências à obra trarão apenas a data da tradução.

comunicação mediada, em que o especialista deverá oferecer meios de acesso ao conhecimento especializado.

Podemos retomar, com Cabré (1993), que é justamente esse uso em um contexto e situação adequados que torna mais evidente a dupla face do termo: a da expressão, “explicitada por meio da denominação”, e a do conteúdo, “que representa a noção ou conceito a que se refere a denominação” (CABRÉ, 1993, p. 195).

É também importante ressaltar que as discussões levadas a cabo por Pearson (1998) e Cabré (1993) permitem que se encare as unidades terminológicas de acordo com o proposto pela Teoria Comunicativa da Terminologia, como já apresentado no Capítulo 2.

É necessário, então, enfatizar que, para os propósitos deste trabalho, estaremos considerando o termo, em consonância com Cabré (2001, p. 29-31), como uma associação de forma e conteúdo, em que a forma segue os mesmos mecanismos de constituição de unidades léxicas de uma determinada língua, enquanto o conteúdo corresponde a um conjunto de traços que lhe determinam um lugar dentro de uma estrutura conceitual. Assim, todo termo está associado a uma categoria gramatical (mormente a nominal) e admite uma definição. Além disso, os termos são tematicamente específicos e estão relacionados entre si por diferentes tipos de relações conceituais. Admitem diferentes valores pragmáticos e variantes denominativas em uma mesma língua, além de equivalentes em línguas diferentes. Assim, se fazer terminologia supõe aplicar uma metodologia específica para identificar e recolher os termos usados efetivamente na comunicação especializada, fazer terminologia passa, necessariamente, pela descrição dos termos próprios de um domínio de conhecimento.

Sendo o termo, ou unidade terminológica (UT), o objeto de estudo prototípico da terminologia e entendendo-o como “uma unidade de significação especializada (USE) de caráter léxico, capacidade referencial, categoria nominal e significado especializado em um domínio concreto” (ESTOPA, 2001, p. 67), pode-se estudá-lo, assim como se faz com o léxico comum, sob diferentes pontos de vista, como as diferentes faces de um objeto poliédrico, como definiu Cabré (1999, 2001).

Antes, então, de nos voltarmos para a terminologia própria da Indústria Moveleira, objeto de estudo deste nosso trabalho, focalizaremos mais de perto as diferentes faces das unidades terminológicas: sua face pragmática, sua face semântica e sua face formal.

3.2 A FACE PRAGMÁTICA DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS

As unidades terminológicas são, além de elementos constitutivos e integrantes de um sistema de linguagem natural, também unidades de comunicação. É nos diferentes contextos de comunicação que se ativa ou não seu caráter terminológico, motivo pelo qual a prática terminológica não pode prescindir da observação de todos os aspectos integrantes da situação de comunicação, o que confere à unidade terminológica sua face pragmática.

Assim, falar da face pragmática dos termos é, de certa forma, refazer o percurso de Pearson (1998), Cabré (1993, 1999) e tantos outros autores numa busca por uma distinção entre termo e palavra que ultrapasse os aspectos formais (i.e., morfossintáticos) de sua constituição.

Afirma Cabré (1999):

Podemos afirmar que os aspectos pragmáticos são os que melhor permitem diferenciar os termos das palavras. Pragmaticamente, termos e palavras se distinguem *i)* por seus usuários; *ii)* pelas situações em que se utilizam; *iii)* pela temática que veiculam; e *iv)* pelo tipo de discurso em que costumam aparecer. (CABRÉ, 1999, p. 26)

Conforme Cabré (1999, p. 26), os usuários dos termos de cada especialidade são “os profissionais que se ocupam da disciplina em questão”, que utilizarão as unidades terminológicas nos âmbitos profissionais correspondentes. No tocante à temática, prossegue a autora, “os repertórios de termos costumam ser usados para referir-se aos conceitos relacionados com a matéria de especialidade”. Já os ambientes discursivos em que costumam aparecer as unidades terminológicas tendem a ser muito mais restritos que aqueles em que circulam as palavras, destacando-se, como já foi possível constatar a partir das reflexões trazidas em nosso Capítulo 2, o discurso técnico-científico, a que Cabré (1999, p. 26) associa os textos especializados e de caráter fundamentalmente objetivo.

Falar da face pragmática das unidades terminológicas é, assim, falar da linguagem em funcionamento. É falar de seu papel como representação e comunicação nos textos que as veiculam.

Esse aspecto é também ressaltado por Krieger e Finatto (2004):

Assim, mais do que elementos naturais dos sistemas lingüísticos, a compreensão de que um termo é elemento da linguagem em funcionamento, dada a sua presença em textos e em discursos especializados, é também determinante da visão de que a gênese das unidades lexicais terminológicas está relacionada a uma série de componentes de natureza semiótica, pragmática e ideológica que presidem os processos comunicacionais. Desse ponto de vista, uma unidade lexical pode assumir o valor de termo, instituindo-se como tal em razão dos fundamentos, princípios e propósitos de uma área. Conseqüentemente, a perspectiva textual explica a inserção de uma unidade lexical em um conjunto terminológico, não se limitando a identificar sua presença em determinada posição que ocupa no sistema cognitivo, conforme postula a visão clássica da Terminologia. KRIEGER & FINATTO (2004, p. 79)

É necessário também registrar que, antes que a TCT se concretizasse como uma proposta metodológica, outros autores investigavam o componente pragmático da terminologia, embora sem uma coincidência exata no alcance das constatações. Um desses autores é Sager (1990), que associa a questão pragmática não ao emprego, mas essencialmente à formação de termos.

Segundo Sager (1990, p. 80-81), a formação de termos ocorre sempre envolvendo pessoas – especialistas – em algum tipo de situação em que exista a necessidade de novas formas de expressão. A criação de nova terminologia pode acompanhar inovações científicas e tecnológicas, nascendo, assim, de forma espontânea, juntamente com os novos conceitos ali formados. A esse tipo de formação de termos Sager chama *primária*. Normalmente, nesses casos, não existe uma forma lingüística precedente, embora possa haver regras mais ou menos rígidas para a formação de termos apropriados. É nesse sentido que o autor se refere ao fato de que, na formação primária de termos resultante da criação de novos conceitos científicos, os processos são externamente não-controlados e incontroláveis (SAGER, 1990, p. 81), como já comentamos no Capítulo 2, já que todo o trabalho se dá no interior na comunidade de especialistas. Em contraposição, a formação do vocabulário terminológico nas técnicas é parcialmente controlado e controlável, diz-nos o autor, em função de sua aplicação social mais direta e conseqüente circulação em âmbitos menos ou não-especializados.

Ainda segundo o autor, a formação *secundária* de termos ocorre em duas situações distintas: quando é feita uma revisão de uma terminologia, dentro de uma determinada língua, para fins de, por exemplo, documentar uma padronização dos termos, ou como resultado da transferência de conhecimento de uma comunidade lingüística a outra, que só pode ser efetuada através da criação dos termos que permitam sua transmissão. Nesses casos, sempre

existe algum termo precedente, com sua própria motivação, que pode ser referido quando da criação dos novos termos, bem como deve justificá-la. Nesse sentido, o autor comenta que é papel do terminólogo oferecer diretrizes com base nos padrões de formação de termos e palavras da área de conhecimento e da língua natural em que os termos devem ser criados.

Percebe-se, pelo que foi posto até aqui, que é difícil, ao se falar em terminologias técnico-científicas, separar o estudo dos termos do estudo da *neologia*, o processo de criação de uma palavra nova em uma determinada língua. Diz Alves (2002):

O acervo lexical de todas as línguas vivas se renova. Enquanto algumas palavras deixam de ser utilizadas e tornam-se arcaicas, uma grande quantidade de unidades léxicas é criada pelos falantes de uma comunidade lingüística. (ALVES, 2002, p. 5)

Da mesma forma, essa renovação se dá nas linguagens técnico-científicas, com motivações específicas. A entrada de novos termos em uma língua para designar novos conceitos pode ter, para Sager (1990, p. 79), basicamente duas origens: ou são criações novas ou são empréstimos de outras línguas. Sobre isso, o autor comenta:

A observação das condições de uso da inovação terminológica e da captura imediata das novas criações de termos em bancos de dados terminológicos ou glossários indica que novos termos sofrem várias mudanças em *status* até que se tornem totalmente estabelecidos. Em sua maioria, os neologismos monolíngües são inicialmente provisórios, ligados a um conceito provisório por uma definição estipulada, até que a equação TERMO-DEFINIÇÃO-CONCEITO se torne amplamente aceita e, assim, incorporada ao léxico de uma determinada linguagem de especialidade. (SAGER, 1990, p. 59)

Autores como Sager (1990), Dubuc (1999), Alves (2002) e outros apontam essa estreita relação entre a terminologia e os processos neológicos de criação lexical. Por esse motivo, nos deteremos um pouco mais nessa questão.

3.2.1 Neologia

Ao processo de criação lexical dá-se o nome de *neologia*. O elemento resultante, a nova palavra, é denominado *neologismo*, seja uma construção morfossintática inédita, seja uma acepção nova dada a uma palavra já existente, que caracterizaria a neologia semântica.

No dizer de Dubuc (1999, p. 143), o *neologismo* – o produto da criação neológica – é uma “inovação que se incorpora aos hábitos léxicos de uma língua.”

Ao criar um neologismo, muitas vezes o emissor tem, como diz Alves (2002, p. 83), “plena consciência de que está inovando, gerando novas unidades léxicas, quer pelos processos de formação vernacular, quer pelo emprego de estrangeirismos.”

Alves (2002), a partir da sistematização dos dados sobre a língua portuguesa, obtidos no projeto “Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo do Brasil”, distingue neologismos fonológicos, sintáticos (incluindo aqui a derivação, a composição e a abreviação), semânticos (ou conceituais) e por empréstimo. Diz Alves (2002, p. 62): “Qualquer transformação semântica manifestada num item lexical ocasiona a criação de um novo elemento.”

Segundo a autora, essa “sensação de neologia” é marcada graficamente, traduzindo-se no uso de recursos como aspas, maiúsculas, itálico. Podemos acrescentar que, mesmo na comunicação oral, freqüentemente o emissor registra sua sensação de estar usando uma inovação lexical, seja por uma pausa, por uma mudança de entoação, ou até por gestos (como o de imitar aspas riscando o ar duas vezes com o dedo indicador e médio de ambas as mãos simultaneamente) ou expressões faciais.

A utilização de recursos para marcar a neologia é particularmente aplicável à comunicação não-especializada, mas podemos perceber reflexos dos mesmos mecanismos em ação na comunicação especializada. À medida que aumenta o nível de especialização do evento comunicativo, com o envolvimento de um número maior de especialistas, diminui a necessidade de marcar os neologismos, o que acaba contribuindo para diminuir a sensação de novidade e aumentar a aceitação da unidade terminológica como integrante da língua.

Para Dubuc (1999, p. 143), considera-se que uma unidade lexical ou terminológica é ainda um neologismo “até que desapareça, para o conjunto de usuários a quem concerne a

utilização de tal palavra, o efeito de assombro causado pela inovação léxica.” Assim, pode-se dizer que, embora o conceito de neologismo seja algo claro e estabelecido, sua percepção como tal difere de um conjunto de usuários para outro, dependente da familiaridade com determinada área de conhecimento e até mesmo com determinado assunto dentro daquela área, e isso se manifestará como a “sensação de neologia” mencionada acima.

O mesmo pode ser dito dos usos neológicos de palavras e termos já existentes, já que nem sempre, para denominar um novo conceito, é criada uma nova unidade, como vimos acima.

Para a prática terminológica, é fundamental a observação de neologismos sintáticos e semânticos, bem como de neologismos por empréstimo, também comum nas áreas técnicas. Ao analisarmos a terminologia da Indústria Moveleira, no Capítulo 5, também serão consideradas as diferentes possibilidades de neologia.

3.3 A FACE SEMÂNTICA DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS

A terminologia de uma determinada área, disciplina ou campo do saber, como vimos, configura-se como uma linguagem de especialidade, constituída por um subconjunto do léxico geral – seus termos ou unidades terminológicas.

Conforme Sager (1990, p. 55-56), para se chegar a esse subconjunto é necessária:

uma estrutura de conhecimento, o que justifica a existência e os limites das línguas de especialidade, de modo que se possa atribuir palavras a áreas distintas dessa estrutura. Como uma palavra pode pertencer a mais de uma área de conhecimento – o conhecido fenômeno da homonímia – o terminólogo tem que distinguir significados antes de distinguir palavras. (SAGER, 1990, p. 55-56)

Buscar a distinção entre significados é, em última análise, delimitar com precisão um **conceito**, que, para Wüster (1998 [1979], p. 39)¹⁵, “corresponde aos elementos comuns que os seres humanos percebem em um grande número de objetos e que utilizam como meio de classificação mental (para *entender*) e, por conseguinte, também para comunicar-se”.

¹⁵ Todas as citações de Wüster referem-se à tradução em espanhol, publicada em 1998 pelo Institut Universitari de Lingüística Aplicada (IULA), a partir da obra original em alemão, postumamente publicada em 1979. Nas demais referências, mencionaremos apenas a data da edição traduzida.

Do ponto de vista das teorias mais tradicionais de terminologia, o trabalho terminológico seguiria uma abordagem onomasiológica, isto é, parte-se de um conceito para buscar-lhe uma denominação; nisto diferiria do trabalho lexicográfico, em que se parte das palavras para buscar-lhes o significado (abordagem semasiológica). Reconhece-se hoje em dia, porém, que o emprego exclusivo da abordagem onomasiológica geralmente não se verifica. Sager (1990, p. 56) comenta que “raramente um terminólogo estará envolvido no processo de denominação de um conceito original”, o que só se daria na formação primária de termos pelos cientistas que descobrem e/ou criam tal conceito.

A “crença na exclusividade do movimento onomasiológico para o reconhecimento de termos ” é justificada, segundo Krieger e Finatto (2004, p. 56) pela “concepção sobre a constituição do componente lexical especializado”, que também “explica por que um termo é considerado uma unidade de conhecimento antes do que unidade lingüística”.

Semanticamente, os termos são unidades que fazem referência a uma realidade – o conceito denominado –, ou seja, são dotados de um significado que pode ser traduzido como um conjunto de traços distintivos. Ao conjunto de características individuais de um conceito se chama *intensão conceitual* ou *semântica*.

Conforme Dubuc (1999, p. 61), “o vocabulário está constituído por um conjunto de conceitos relacionados uns aos outros. Estes adquirem existência terminológica cabal somente pelas relações recíprocas que têm entre si. Por isso é importante que se possa identificar essas relações de maneira a precisar a pertinência de um conceito em um corpus de vocabulário de referência e também determinar claramente o lugar desse conceito no interior de dito vocabulário.”

Dubuc (1999, p. 61-62) prossegue enfatizando que o conteúdo semântico de cada conceito determina uma relação lógica intrínseca entre o termo e o conceito, que pode ser de diversas naturezas e é especialmente útil para explicá-lo. É também possível pensar-se em relações extrínsecas, agrupando os conceitos segundo as funções da área de especialidade estudada. É a isto que Sager (1990, p. 29) se refere ao dizer: “Dentro dos campos do saber, os conceitos estão também relacionados, quer pela sua natureza, quer pelas conexões existentes na vida real entre os objetos que eles representam. Como os objetos da vida real, os tipos de relações que existem entre os conceitos são numerosos e variados.”

Cabré (1993) ressalta que não existe uma coincidência total entre as unidades conceituais propriamente ditas e os objetos da realidade que representam os conceitos: “Os conceitos, que são representações mentais desses objetos, são o fruto de um processo de seleção das características relevantes que definem uma classe de objetos e não objetos individuais” (CABRÉ, 1993, p. 195).

Sager (1990, p. 21) afirma que, do ponto de vista da aplicação, o trabalho do terminólogo assemelha-se àquele necessário ao ensino e à aprendizagem de uma determinada área, já que:

O conceito tem que ser colocado dentro de sua estrutura de conhecimento, que o delimita e confina, tem que ser nomeado, de modo que possamos nos referir claramente a ele, e tem que ser definido como um ato de esclarecimento, confirmação ou fixação de um elemento do conhecimento. (SAGER, 1990, p. 21)

Sager (1990, p. 25-26) distingue, em sentido mais amplo, quatro tipos de conceitos: entidades, atividades, características e relações. O autor prossegue explicando que entidades são abstraídas de objetos materiais ou abstratos; atividades são realizadas com, por ou para entidades; entidades são diferenciadas por propriedades, disposições ou qualidades; relações podem ser estabelecidas entre quaisquer dos outros três tipos de conceitos.

Expandido essa explicação, Cabré (1993, p. 180) reafirma que o termo tem a importante função de explicitar, através da denominação, um conceito ou uma noção e diz que, segundo a classe que determinam, os conceitos podem classificar-se como representativos:

- a) dos objetos ou entidades;
- b) dos processos, operações e ações;
- c) das propriedades, estados e qualidades; ou
- d) das relações.

Ainda segundo Sager (1990), para ordenar conceitos de acordo com algum esquema de classificação conceitual e apresentá-los numa estrutura sistemática, eles “são caracterizados pelas relações que formam com conceitos vizinhos” (SAGER, 1990, p. 28), e

as relações entre conceitos que selecionamos e declaramos relevantes para fins de ordenação são subconjuntos de relações possíveis. E o autor prossegue:

A dimensão dos campos conceituais e a complexidade das relações a serem declaradas dentro deles é uma questão de avaliação prática do propósito para o qual a análise conceitual é conduzida; em outras palavras, a terminologia relaciona termos a conceitos (e não vice-versa) e assim não se preocupa com sistemas conceituais absolutos, mas apenas com sistemas criados para o propósito específico de auxiliar a comunicação. (SAGER, 1990, p. 29)

A compreensão das relações entre os conceitos e, conseqüentemente, entre os termos que os representam é fundamental para justificar a pertinência de uma unidade terminológica em uma determinada terminologia. Essa pertinência, conforme Dubuc (1999) deve ser justificada pela existência de um conteúdo conceitual suficiente, o que deve ser verificado pelo terminólogo através do reconhecimento, nos contextos de ocorrência, de elementos reveladores do conceito.

Alguns tipos de relações são comumente identificados nas terminologias, podendo ser mais ou menos freqüentes, dependendo do domínio de conhecimento sob análise. De modo geral, os autores consultados apresentam como mais freqüentes as relações hierárquicas, em que se verificam dois tipos de relação: as relações lógicas (ou de abstração) do tipo genérico-específico, também chamadas relações genéricas, e as relações ontológicas do tipo parte-todo, também chamadas relações partitivas.

No entanto, pela própria natureza de alguns conceitos, podem ser estabelecidas algumas relações polivalentes, isto é, um mesmo conceito pode ocupar mais do que uma posição em uma determinada rede conceitual, em função das diferentes facetas que apresenta.

Essas mesmas facetas podem determinar outros tipos de relações que, pelo fato de não serem hierárquicas, fogem à estrutura básica das relações genérico-específico ou parte-todo. Nesses casos, observa-se o estabelecimento de relações que revelam outros tipos de associação, por isso chamadas de associativas ou, para Sager (1990), relações complexas, como se verá a seguir.

3.3.1 Relações genérico-específico

São chamadas de relações genérico-específico aquelas que estabelecem uma ordem hierárquica, em que conceitos pertencentes a uma mesma categoria organizam-se de tal forma que há um conceito mais amplo, o conceito genérico, em relação ao qual todos os outros conceitos, específicos, estão em posição de subordinação. Wüster (1998, p. 40-41) já havia identificado esse tipo de relação, chamando-a de subordinação lógica, apontando para o fato de que são relações diretas que se baseiam no grau e no tipo de semelhança entre os conceitos.

A relação entre o conceito superordenado e o(s) subordinado(s) não é reversível: “Ao mesmo tempo em que tudo o que pode ser dito do conceito genérico pode também ser dito do conceito específico, há mais a ser dito sobre o conceito subordinado que não se aplica ao superordenado” (SAGER, 1990, p. 30).

A relação genérico-específico pressupõe tanto uma relação vertical como uma relação horizontal, e pode revelar-se em várias camadas, que podem ser representadas por uma estrutura arbórea (SAGER, 1990, p. 30-31), em cujos níveis inferiores a especificidade é maior, e a intensão do conceito é mais estreita. Por exemplo: uma araucária é um tipo de pinheiro, que é uma conífera. Um pínus também é um tipo de pinheiro, portanto, uma conífera. Apesar de serem ambos coníferas e tipos de pinheiro, isto é, de terem traços em comum nos níveis superiores da estrutura conceitual, cada um tem suas especificidades, que os diferenciam no nível mais inferior.

Na relação horizontal, encontram-se conceitos que têm o mesmo conceito como superordenado e que, entre si, têm pelo menos uma categoria adicional que os distingue. Nesses casos, observa-se, segundo Wüster (1998, p. 41), uma coordenação lógica entre os conceitos. Por exemplo, existe uma coordenação lógica entre os conceitos pínus e araucária, já que, como vimos, ambos compartilham traços nos níveis superiores mas distinguem-se quando considerados no nível mais inferior da estrutura conceitual.

Sager (1990, p. 30) mostra que as relações hierárquicas genérico-específico podem se revelar em estruturas como:

- X é um tipo de A
- X, Y e Z são tipos de A

- A tem os conceitos específicos X, Y e Z
- A tem o subtipo X.

Em consonância com o previsto na Norma ISO 704, Sager (1990, p. 31-32) acrescenta à tradicional estrutura de relações genérico-específico a possibilidade de indicar mais explicitamente os critérios segundo os quais os tipos de conceitos subordinados se organizam. Assim como nas ciências da informação, esses critérios são chamados de facetas.

3.3.2 Relações parte-todo

O tipo de relação parte-todo, também chamada partitiva, serve para indicar a conexão entre conceitos que consistem de mais de uma parte e suas partes constituintes. A isso Wüster (1998) chama de subordinação partitiva ou inclusão, em que o conceito parcial (aquele que se refere à parte) está incluído em um conceito partitivo superordenado (o conceito inclusivo). Por exemplo, *gaveta* e *frente da gaveta* têm entre si uma relação partitiva, em que o segundo está incluído no primeiro.

O autor aponta também a possibilidade de se observar a relação existente entre duas partes de um mesmo todo, que ele chama de coordenação partitiva. A partir do exemplo apresentado acima, podemos dizer que *lateral da gaveta* e *frente da gaveta* são ambos conceitos parciais do conceito inclusivo *gaveta*, e têm entre si uma relação de coordenação partitiva.

Sager (1990, p. 32) mostra que essas relações parte-todo podem se revelar em estruturas como:

- X é uma parte constituinte de Y
- X, Y e Z são partes constituintes de A
- A é constituído de X
- A é constituído de X, Y e Z.

Sager (1990, p. 33) cita também o trabalho de Hann (1975)¹⁶, que identificou diversos tipos de relações partitivas, de acordo com o número e o tipo de partes. São relações possíveis aquelas em que:

- a) as partes são constituintes atômicos do todo, quer dizer, o todo consiste somente de várias unidades do mesmo tipo de partes (como os caracteres em um conjunto de caracteres);
- b) as partes são um conjunto finito (como os dias da semana, as cartas num baralho);
- c) o todo é constituído de vários grupos de partes numeradas e não-numeradas (como os valores individuais das cartas de um baralho);
- d) as partes são constituintes opcionais do todo (como um rádio, que é opcional em um carro);
- e) a parte é constituinte e, às vezes, é todo o conjunto (como o mecanismo de alimentação de formulários em uma impressora);
- f) a parte ou partes são alternativas (numa impressora para computador, pode-se ter um cartucho de tinta ou um *toner*, mas nunca ambos na mesma máquina).¹⁷

3.3.3 Relações polivalentes

Mencionamos anteriormente que, para verificar a pertinência de um termo a um determinado campo do saber, é necessário verificar o lugar que ele ocupa em uma dada estrutura conceitual. No entanto, há casos em que um mesmo conceito pode assumir diferentes lugares num mesmo sistema conceitual, revelando, então, a existência de relações polivalentes ou poli-hierárquicas.

Wüster (1998) chama isso de combinação lógica e explica que isso pode se dar quando, ao se comparar três conceitos, dois deles estão em relação de coordenação lógica entre si e o terceiro está subordinado o superordenado aos outros dois.

¹⁶ Sager refere-se a HANN, M. L. *The application of computers to the production of systematic, multilingual, specialized dictionaries and the accessing of semantic information system*. CCL/UMIST 78/1, September 1978. Reconhecemos que, num trabalho em nível de doutoramento, referências *apud* são menos que recomendáveis. No entanto, a dificuldade em localizar o texto original de Hann, aliada à utilidade da informação trazida por intermédio de Sager, levou-nos a optar pela inclusão da citação neste trabalho.

¹⁷ Este exemplo é de nossa autoria, por não encontrarmos equivalente ao exemplo trazido por Sager.

Sager (1990, p. 34) cita como exemplo o termo *ônibus*, que, numa estrutura arbórea em que *veículos* é o termo superordenado, *ônibus* terá que estar subordinado tanto a *veículo de passageiros* quanto a *veículo rodoviário*. Ou seja, ambas as classificações são necessárias para que o conceito possa ser apreendido em sua totalidade.

3.3.4 Relações complexas

Algumas relações entre conceitos, apesar de serem também lógicas, não podem ser capturadas por estruturas do tipo genérico-específico ou partitivas. São, na verdade, relações complexas, também chamadas associativas. Para Sager (1990, p. 34), as relações complexas são tão importantes quanto as outras duas, além de revelarem melhor a natureza dos conceitos.

Para Dubuc (1999, p. 61), as relações complexas se prestam mais para explicar os conceitos que para propriamente classificá-los.

Diversos tipos de relações complexas são possíveis, dentre as quais Sager (1990, p. 35) destaca: causa-efeito, material-produto, material-propriedade, processo-produto, processo-instrumento, processo-método, processo-paciente, objeto-continente, objeto-material, objeto-operação, objeto-característica e até relações de oposição.

Sager (1990, p. 35) lembra que a relação “entre dois conceitos é ditada pela classe conceitual de cada um. Por exemplo: relações do tipo material-produto só podem existir entre entidades materiais. Dessa forma, emerge um padrão que mostra restrições sobre a natureza das relações entre conceitos por força de suas categorias”.

Por causa disso, ainda segundo o autor, podem ser criados subconjuntos de relações colocando os conceitos em classes de referência conceitual, como “objetos”, “métodos”, “propriedades”, “qualidades”, “estados”, “processos”, e assim por diante. Assim, um mesmo conceito pode ser dividido de acordo com diferentes facetas. Facetas também são úteis para resolver a questão de estruturas poli-hierárquicas, e deixam em aberto o fato de as categorias serem exclusivas ou inclusivas (SAGER, 1990, p. 37). O número total de divisões possíveis e, por conseguinte, de facetas possíveis é dado pela diversidade dos sujeitos existentes.

Se o trabalho terminológico por excelência é o de, partindo da observação de um determinado objeto da realidade, identificar o conjunto de suas características individuais, para em seguida atribuir-lhe uma denominação, pode-se concordar que não se pode fazer terminologia sem levar em consideração a face semântica dos termos, o que implica identificar as relações existentes entre os conceitos que eles representam e comunicam.

Conforme afirmação de Dubuc (1999, p. 61) anteriormente citada, a existência terminológica dos conceitos só pode ser verificada pelas relações existentes entre eles, e é a partir delas que se poderá precisar “a pertinência de um conceito em um *corpus* de vocabulário de referência” e “determinar claramente o lugar desse conceito no interior de dito vocabulário”.

Desse modo, os subsídios teóricos apresentados nesta Seção serão importantes para, no Capítulo 5, delimitar a terminologia da Indústria Moveleira como um domínio de conhecimento que se estrutura através de conceitos e das correlações que entre eles se estabelecem.

3.4 A FACE FORMAL DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS

Por serem unidades sistemáticas de forma e conteúdo (CABRÉ, 1993, p.170), os termos, além de representarem e comunicarem os conceitos específicos de um determinado campo de conhecimento, apresentam as mesmas características formais das línguas naturais em que são veiculados. Essas características podem ser identificadas ao se observar os termos já consagrados de uma determinada terminologia, bem como podem ser levadas em consideração quando de criações neológicas.

Evidentemente, assim como as línguas diferem umas das outras, também os autores que têm tratado a face formal das unidades terminológicas e a criação neológica em terminologia, costumam não apresentar um consenso absoluto na categorização e denominação dos procedimentos gerais na formação de termos (muito provavelmente em decorrência dos aspectos específicos de suas diferentes línguas de origem). Apesar disso, é possível tentar uma aproximação entre esses autores e comentar as similaridades e diferenças

apontadas em suas obras, com um intuito final: fornecer subsídios teórico-metodológicos para a análise formal das unidades terminológicas.

Sager¹⁸ (1990, p. 71) diz que a criação de novas designações segue basicamente uma das três abordagens: a) uso de recursos já existentes (extensão do significado de termos existentes para abranger outros conceitos, como se dá na *símile* e na *metáfora*); b) modificação de recursos já existentes (derivação, composição, conversão e compressão); c) criação de novas entidades lingüísticas (totalmente novas ou tomadas de empréstimo de outras línguas).

Pozzi¹⁹ (2002, p. 762-774), numa exposição das normas do Subcomitê 1 do Comitê Técnico 37 da ISO (ISO/TC37), que se ocupa dos aspectos metodológicos relacionados à prática terminológica, distingue: a) criação de novas formas (a partir de processos de derivação, composição e abreviação); b) uso de recursos já existentes (conversão, terminologização, transferência semântica e empréstimo interdisciplinar); e c) empréstimos lingüísticos (empréstimos diretos e decalque).

Dubuc (1999) sistematiza os procedimentos comuns na formação de termos em francês (embora apresente muitos exemplos do inglês, ao falar em terminologia bilíngüe), ressaltando que as línguas latinas têm muitas semelhanças entre si.

Pelo maior detalhamento apresentado por Dubuc (1999) e pela relativa semelhança nas estruturas morfossintáticas do francês (a língua em que baseia suas descrições) e do português, optamos, para os objetivos deste trabalho, por usar a sistematização proposta por esse autor como fio condutor da descrição dos procedimentos de formação de termos. Essa descrição será comparada e/ou contrastada com dados disponíveis nas obras dos demais autores consultados, com ênfase especial nas descrições da língua portuguesa (ALVES, 2002; BARBOSA, 1990; BASILIO, 1995; BECHARA, 1999; FAULSTICH, 1998, 2001; KEHDI, 1997; LAMBERTI, 1999; MOURA NEVES, 2000; entre outros), pois é nossa intenção corroborar a idéia de que as terminologias pertencem aos sistemas lingüísticos das línguas naturais. Aos exemplos trazidos por Dubuc (1999), procuraremos acrescentar exemplos específicos da língua portuguesa e de outras línguas citadas, para maior elucidação.

¹⁸ Sager centra suas observações na língua inglesa.

¹⁹ Pozzi, ligada ao *El Colegio de México*, baseia suas observações em Sager, mas atém-se muito mais às normas e procedimentos internacionais da ISO (International Organization for Standardization) e seus comitês técnicos, o que pode indicar um foco maior na prescrição que na descrição.

Será essa descrição a base para a análise dos dados observados em nosso *corpus* de estudo, com a finalidade de descrever os procedimentos de formação de termos na Terminologia da Indústria Moveleira, no Capítulo 5.

Dubuc (1999, p. 147) reconhece essencialmente dois modos de formação de termos: a *formação indireta*, em que um novo significado é atribuído a uma forma lingüística já existente, e a *formação direta*, em que realmente se constitui uma unidade léxica, seja de forma total, seja pela utilização e modificação de elementos já constantes da língua.

3.4.1 Procedimentos de formação indireta de termos

Quando uma forma lingüística já existente é usada para designar um conceito pelo menos parcialmente distinto, temos a formação indireta de termos.

Dubuc (1999) cita três procedimentos de formação indireta de termos: a extensão semântica, mudanças gramaticais e o empréstimo lingüístico, que veremos em maiores detalhes a seguir.

3.4.1.1 Extensão semântica

A **extensão semântica** é um procedimento que supõe a ampliação do significado de um termo para que recubra uma realidade próxima, de modo que sempre existe uma espécie de “parentesco” entre o significado original e o novo. Esse procedimento já estava descrito por Wüster (1998, p. 94), que aponta a praticidade da denominação de “um conceito mediante uma **transferência de significado** [grifo nosso], antes que mediante a criação de um novo termo composto”, atribuindo-se a um termo “um conceito que se acresce ao que já representa”. A norma *ISO/CD 704 – Trabalho terminológico – Princípios e métodos*²⁰ identifica esse procedimento como **transferência semântica**, e na literatura sobre o assunto também se encontra o termo **ressemantização** para referi-lo.

²⁰ ISO/CD 704 (1998) – Terminological work – Principles and methods.

Cabe observar, porém, que, como nos propusemos a utilizar as categorias propostas por Dubuc (1999), pelos motivos explicitados anteriormente, faremos aqui uma distinção entre a transferência semântica ou ressemantização que pressuponha a “importação” de um termo de uma linguagem de especialidade por outra, a que o autor chama **empréstimo interno** (que será abordado na Seção 3.4.1.3.1), e os demais processos que o autor inclui sob o escopo da extensão semântica. Para o autor, a extensão semântica pode se estabelecer de uma dessas três formas: pelo deslocamento de uma relação lógica, por analogia ou por assimilação.

3.4.1.1.1 *Deslocamento de relação lógica*

O **deslocamento de uma relação lógica**, segundo Dubuc (1999, p. 148), supõe uma transformação do significado pela mudança da perspectiva a partir da qual se focaliza a relação entre o termo e seu conceito. É também um recurso amplamente estudado nas ciências da linguagem no âmbito das figuras de retórica, conhecido como os fenômenos da metonímia e da sinédoque.

A metonímia é definida por Ducrot e Todorov (1973, *passim*) como “o emprego de uma palavra para designar um objeto ou uma propriedade que se encontra numa relação existencial com a referência habitual dessa mesma palavra” (1973, p. 333), o que ocorre quando “um objeto é designado pelo nome de um objeto que lhe está associado na experiência” (1973, p. 140-141). Já a sinédoque é definida por esses autores como o “emprego de uma palavra num sentido de que o sentido habitual é apenas uma das partes” (1973, p. 334), definição melhor explicitada no *Portal de Língua Portuguesa na Internet* (2004) ao referir que na sinédoque há a substituição de um termo por outro com “ampliação ou redução do sentido usual da palavra”, o que significa o emprego do todo pela parte, do singular pelo plural, do indivíduo pela espécie (como ocorre no emprego de um nome próprio pelo nome comum), ou vice-versa.

Kayser (1985, p. 120), porém, diz:

Entre *sinédoque* e *metonímia* não é costume estabelecer hoje grande diferença. Em ambos os casos se trata de um desvio, tomando a parte pelo todo (lar, em vez de casa de família), a matéria pelo produto (uva por vinho), um indício somático pelo

indivíduo ou grupo de indivíduos (cabelo branco por velhice), o autor pela obra (ler Homero), a causa ou meio pelo efeito (língua em vez de idioma, letra em vez de caligrafia), etc., etc. Pode dar-se também o caso contrário, e termos, então, de partir da generalidade para o caso especial (mortais em vez de homens). (KAYSER, 1985, p. 120)

A distinção entre metonímia e sinédoque também não é atualmente enfatizada pelos gramáticos da variedade brasileira da língua portuguesa, a exemplo de Bechara (1995, p. 398), que inclui na metonímia, por ele definida como uma “translação de significado pela proximidade de idéias”, todos os casos citados pelos demais autores. Em consonância com a linha de pensamento adotada por essas obras mais recentes, também consideraremos aqui como a base da extensão de significado por deslocamento da relação lógica quaisquer relações metonímicas em seu sentido mais amplo.

Na criação neológica terminológica, Dubuc (1999, p. 148) cita os seis casos mais freqüentes de extensão de significado por deslocamento da relação lógica, que são aqueles em que dá a passagem:

- a) do concreto para o abstrato ou do abstrato para o concreto: em francês, *tribune* (= “tribuna”) designa, assim como em português, “o lugar físico no qual se expressa idéias”, e, “por deslocamento para o abstrato, aplica-se atualmente a um tipo de programa de rádio ou televisão no qual o público pode expressar seus pontos de vista por telefone” (Dubuc, 1999, p. 148);
- b) da matéria para o objeto: a matéria de que um objeto é feito nomeia todo o objeto. É o que sucede quando se usa “um vidro” para referir “um frasco de vidro”, ou, no exemplo de Bechara (1999, p. 398) “um níquel” para referir “uma moeda feita de níquel”, ou “um cobre” para referir “uma moeda feita de cobre”;
- c) do signo (sinal) para a coisa significada: a representação simbólica de um objeto ou fenômeno denomina o objeto ou fenômeno. Isso pode ser reconhecido quando se faz referência, por exemplo, ao “trono da Inglaterra”, para designar a pessoa que ocupa esse trono, ou seja, o rei ou a rainha da Inglaterra;
- d) da parte para o todo: a denominação de uma parte do objeto nomeia todo o objeto. Dubuc (1999, p. 148) traz o exemplo de “toca-discos” que, no início, designava “o dispositivo que compreende o prato, o motor e os mecanismos de

acionamento” e que, posteriormente, passou a designar todo o aparelho que serve para tocar discos;

- e) da causa para o efeito: a ação passa a denominar também o resultado da ação. Bechara (1999, p. 398) inclui nesta categoria também os casos em que o produtor denomina o objeto produzido. É o que se verifica quando se diz que alguém “leu Shakespeare” para significar que “leu obras de Shakespeare”, ou no uso da expressão “ganhar a vida” para significar “ganhar meios que permitam viver” (BECHARA, 1999, p. 398);
- f) do continente para o conteúdo: o conteúdo acaba denominando o continente. De uso corrente na linguagem informal, metonimicamente “comer um prato” ou “beber um copo” refere-se ao conteúdo desses recipientes, respectivamente, a comida e a bebida ingeridos.

A esses seis casos freqüentes citados por Dubuc (1999), acrescentamos mais um, que acreditamos também ser comum em algumas terminologias: aquele em que o indivíduo designa toda a espécie, particularmente na faceta que assume quando o nome próprio é empregado pelo nome comum. Encontramos em Filipak (1992, p. 34-36) a referência a este fenômeno, que o autor considera, em consonância com D’Onofrio (1978, *apud* Filipak, 1992, p. 36), uma das duas possibilidades de sinédoque particularizante, especificamente aquela em que se dá uma projeção da espécie pelo gênero. O autor cita o clássico exemplo presente na expressão “ganhar o pão de cada dia”, em que *pão*, uma espécie de alimento, é empregado para referir *qualquer espécie de alimento*. Ele lembra, porém, que, quando essa “transnomação se refere a seres humanos”, essa sinédoque corresponde à figura conhecida como antonomásia, citando exemplos como “um Mecenas”, para referir alguém que protege as artes, ou “uma Penélope”, para referir uma esposa fiel.

Esse caso de emprego de nome próprio por um nome comum, porém, é apresentado por Dubuc (1999) no estudo das mudanças gramaticais, quando ocorre uma mudança de condição, como se verá em 3.4.1.2.4 adiante.

3.4.1.1.2 Extensão por analogia

A **extensão por analogia** se dá quando é atribuída a uma palavra uma nova acepção porque, por sua forma ou função, o primeiro referente faz lembrar uma outra realidade. Pode-se falar em **analogia de forma**, em que a comparação se dá em função de uma semelhança no aspecto. Em francês, Dubuc (1999, p. 149) menciona que, com frequência, nomes de animais acabam sendo usados para denominar objetos semelhantes, como *giraffe*, como é chamado o pedestal do microfone. Assim é que, em português, *papagaio*, que na zoologia é a denominação comum de vários pássaros psitacíformes, passou a denominar também o brinquedo confeccionado com uma armação de varetas leves e papel fino, pela semelhança do “rabo” colorido, no brinquedo feito de fita ou pano, que se empina no ar por meio de linhas. Igualmente, o osso *martelo*, localizado no ouvido médio, recebeu o nome da ferramenta com cuja forma se assemelha. Podemos ainda citar como exemplos do português a *língua* dos calçados, uma peça alongada e estreita, em tecido ou couro, que se projeta para fora, no peito do pé, abaixo do cadarço.

Também é possível que ocorra a **analogia de função**, quando a semelhança se estabelece com base no uso do objeto. É por analogia de função que *cegonha*, o nome da ave da ordem dos ciconiiformes, que na tradição folclórica traz as crianças recém-nascidas a suas famílias, designa “caminhão especialmente projetado para o transporte de carros das fábricas de automóveis às revendas”. Talvez tenha sido essa a origem do termo *comadre* para designar o “urinol chato para os doentes que não podem se levantar”^{AURE}, que tem em comum com a “amiga, companheira”^{AURE} o fato de estar por perto para ajudar em horas difíceis.²¹

A gramática da língua portuguesa abriga essas duas possibilidades de analogia sob a figura de linguagem chamada **metáfora**, definida por Ducrot e Todorov (1973) como o “emprego de uma palavra para designar um objeto ou uma propriedade diferente de seu sentido habitual” (p. 333), que ocorre quando “um objeto é designado pelo nome de um objeto semelhante” (p. 140). Bechara (1999, p. 397) define a metáfora como uma “translação de

²¹ As definições apresentadas, quando não dos próprios autores citados, são de nossa autoria, a menos que especificado diferentemente. As definições extraídas de obras lexicográficas ou terminográficas, para referência rápida, vêm acompanhadas de uma sigla indicativa do texto-fonte, em letras maiúsculas, fonte reduzida, sobrescritas ao texto entre aspas. Por exemplo: o *Novo Aurélio Século XXI* é identificado por AURE; o *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, por MICH; o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, por HOUA. A relação completa das siglas encontra-se na seção Lista de Siglas, no início deste trabalho, e os dados completos das obras constam das Referências Bibliográficas.

significado motivada pelo emprego em solidariedades, em que os termos implicados pertencem a classes diferentes mas pela combinação se percebem também como assimilados”.

A estrutura sintética da língua inglesa é propícia para a criação de termos metafóricos, pela simples aposição de um determinante frente a um nome determinado, o que em português só é possível se considerarmos uma estrutura sintagmática ou até fraseológica. É o que se dá, por exemplo, em *searchlight* (*search* = “buscar” + *light* = “luz”), que significa “holofote”, definido como um “um aparelho que, mediante lentes ou refletores, ou ambos, projeta ao longe poderoso feixe de luz e é usado nos faróis marítimos, na defesa antiaérea noturna, etc.”^{MICH}

A estrutura do inglês permite ainda outro tipo de construção morfológica, que Sager (1990, p. 71-72) chama de **símile**, em que ocorre uma composição de palavras com elementos que indicam a semelhança na forma ou função, como *-type*, *-like*, *-style*, *-shape*. Alguns dos exemplos apresentados pelo autor podem elucidar: *tooth-like projection* (= projeção em forma de dente”); *wheel-type bulldozer* (= “trator de terraplenagem com rodas”; *modern-style building* (= “prédio de estilo moderno”), *L-shaped room* (= “sala em forma de L”). Ambos os processos são muito produtivos em línguas sintéticas, como o inglês, mas dificilmente são a forma preferida nas terminologias das línguas latinas, mais analíticas, pelo fato de o resultado ser uma denominação não concisa e/ou não precisa. Mesmo quando o processo se dá através da composição (que será focalizada adiante, na Seção 3.4.2.1.2), Basilio (1995, p. 35) lembra que, quando se tem como “objetivo a denominação na linguagem técnico-científica, não há espaço para a construção metafórica.”

3.4.1.1.3 Extensão por assimilação

A extensão por **assimilação** é a transferência do nome de um objeto a uma nova forma desse objeto. Dubuc (1999, p. 149) dá o exemplo do termo *ferret*, que inicialmente era usado para designar a ponta terminal metálica dos cadarços de sapatos; hoje esse mesmo objeto não é mais feito de ferro ou metal, mas sim de plástico; a denominação, no entanto, permanece a mesma. Em português, podemos citar *sombrinha*, o objeto que originalmente era usado pelas senhoras para proteger do sol (criando uma “sombra de pequena extensão”) e que hoje tem a mesma função que o guarda-chuva, embora seja usado ainda prioritariamente por

mulheres por ser menos sóbria em aparência. Outro exemplo que podemos trazer para ilustrar a extensão por assimilação em português do Brasil é *terno*, originalmente designando um conjunto formado por três peças do vestuário masculino: calça, colete e paletó. Na atualidade, podem-se encontrar conjuntos de apenas calça e paletó, com a mesma denominação, além ser possível estender a denominação ao vestuário feminino (neste caso, podendo ser chamado também de *terninho*).

Ainda dentro desta categoria de procedimentos de formação indireta de termos por extensão semântica podemos incluir também o que a norma ISO/CD 704 chama de **terminologização**, processo pelo qual uma palavra ou expressão da língua geral se transforma em um termo que designa um conceito de uma linguagem de especialidade. Pozzi (2002, p. 772) cita como exemplo *circuito*, que na língua geral é um “caminho que retorna a seu ponto de partida” e que na eletricidade vem a ser o “caminho que segue a corrente elétrica entre dois pólos”. O processo de terminologização é mais uma evidência da necessidade de se considerar os termos como pertencentes às linguagens naturais. Como coloca Krieger (2001):

Hoje surgem novas áreas do conhecimento, bem como há campos do saber que alcançaram estatuto de cientificidade, como é o caso da Lingüística. As novas terminologias, ao contrário das pioneiras nomenclaturas, instituem-se, na sua maioria, em consonância com o léxico comum. Sabe-se também, agora, que muitas unidades da língua geral sofrem um processo de terminologização, isto é, adquirem sentidos especializados que coexistem com os sentidos comuns na língua geral. Em síntese, a exclusividade do termo é o ideal em terminologia, mas não sua realidade. (Krieger, 2001, p. 27)

3.4.1.2 Mudanças gramaticais

As mudanças gramaticais são um procedimento geral de criação indireta de termos em que o emprego dos mecanismos gramaticais disponíveis em cada língua permite criar novos termos a partir de mudanças de categoria gramatical, de gênero, de número ou de condição. Vamos olhar mais de perto cada uma dessas possibilidades, muito abundantes nas terminologias.

3.4.1.2.1 Mudanças de categoria

A transposição de uma categoria gramatical a outra é também chamada de **conversão**, também conhecida na gramática da língua portuguesa como **derivação imprópria**. Bechara (1999, p. 372) observa, porém, que esse procedimento “não repercute na estrutura do significante de base”, motivo pelo qual alguns estudiosos preferem não incluí-la entre os processos de formação de palavras e, portanto, não considerá-la como um tipo de derivação.

Sager (1999) inclui a conversão na categoria de modificação de recursos existentes, enquanto Pozzi (2002) a aborda em utilização de recursos existentes. São particularmente produtivas em terminologia as conversões apontadas por Dubuc (1999, p. 149-150) que se dão de adjetivo em substantivo, de substantivo em adjetivo, de particípio passado em substantivo e, em menor escala, de verbo em substantivo e de particípio presente em substantivo.

Um aspecto importante da conversão é que a “unidade léxica sofre alterações em sua distribuição sem que haja manifestação de mudanças formais” (ALVES, 2002, p. 60). Justamente por isso, vários autores, como lembra Kehdi (1997, p. 30), observam que esse processo é melhor estudado pela semântica que pela morfologia. No entanto, o próprio Kehdi (1997, p. 31-32) mostra que é possível localizar alguns traços formais caracterizadores. Por exemplo, um traço formal comum aos casos em que há mudança para a classe do substantivo é a possibilidade de anteposição de artigo.

A) Conversão de adjetivo em substantivo

A conversão de adjetivo em substantivo é facilmente justificável em língua portuguesa. Como diz Basilio (1995, p. 61-62), tomar “uma palavra caracterizadora (adjetivo) e usá-la como designadora (substantivo)” é o método mais eficiente para efetuar uma designação por caracterização, que, por sua vez, é o tipo mais eficiente de designação. Assim, em língua geral, ao invés de se dizer “as pessoas que são idosas”, pode-se simplesmente usar “os idosos”. Tomamos emprestada a explicação da autora para nosso exemplo: o adjetivo “idosas”, que é usado para caracterizar as pessoas, passa a designar as pessoas “enquanto portadoras da propriedade expressa pelo adjetivo então substantivado” (BASILIO, 1995, p. 62). Em revistas de decoração, é comum a referência a cores para designar objetos ou tintas

que têm essas cores, como, por exemplo, ao se dizer que “os verdes dão ao ambiente um ar de tranqüilidade” (i. e., o uso de objetos de cor verde ou a pintura das paredes em tons de verde).

Em terminologia, são também comuns os casos de expressões originalmente formadas pelo sintagma substantivo+adjetivo, em função determinado+determinante, que “perdem” o substantivo sem perder a função substantiva. Dubuc (1999, p. 149-150) traz o exemplo *terminal*, que, como adjetivo, se diz de modo genérico daquilo “que termina algo”, que é usado, como substantivo, para designar o “órgão de comunicação com um computador central”. O mesmo termo é empregado em engenharia elétrica, na língua portuguesa, para designar um “dispositivo com que se pode conectar fácil e rapidamente um circuito a outro, ou um componente a um circuito.”^{AURE} Também o adjetivo *constante*, que significa “inalterável, imutável”, em matemática designa “a grandeza independente das variáveis envolvidas numa expressão analítica.”^{AURE}

Há ainda os casos, observáveis apenas quando inseridos em um contexto lingüístico mais amplo, em que a conversão possibilita “a elipse do substantivo, pois o adjetivo, em papel substantival, assume toda a carga semântica do conjunto” (ALVES, 2002, p. 60). A conversão, nesses casos, dá-se em função de uma redução anafórica. Um exemplo trazido pela autora, extraído da edição de 01-03-1989 do jornal *O Estado de São Paulo*, é:

Rio prorroga ICMS dos semi-elaborados (tít.)
 RIO - As secretarias da Fazenda do Rio e de Minas Gerais não vão cobrar ICMS sobre produtos semi-elaborados destinados à exportação, [...]. (ALVES, 2002, p. 60)

Nesse exemplo, os “produtos semi-elaborados” são referidos apenas como “os semi-elaborados” em uma das ocorrências, ou seja, o adjetivo assume a função do substantivo e toda a carga semântica.

B) Conversão de substantivo em adjetivo

A conversão de substantivos em adjetivos não é, segundo Basilio (1995, p. 62-63), tão natural quanto o procedimento inverso, e não deve ser confundida com as formas

compostas em que o termo qualificador tem sentido geral, como ocorre em “escola-padrão” ou “fazenda-modelo”. Tampouco, diz a autora, se pode considerar conversão aqueles casos em que “os substantivos não adquirem as propriedades morfológicas do adjetivo”, como gênero e número, como se dá quando do emprego de substantivos para caracterização de cores (“sapatos rosa”, “paredes pêssego”). A conversão de substantivos em adjetivos, ou seja, “usar um termo designador para caracterizar um ser”, complementa a autora, “é mais complicado, porque um ser tem várias propriedades, de modo que o resultado semântico desse tipo de transposição é um ponto-de-interrogação”.

O *Houaiss* traz como um dos sentidos derivados do sentido etimológico do substantivo *monstro* o de “qualquer coisa (concreta ou abstrata) que se caracterize pela enormidade, pelo fato de ser colossal, descomunal”^{HOUA}. O mesmo dicionário registra também a possibilidade de se usar *monstro* após um substantivo, “ao qual se liga por hífen, é invariável e funciona como um determinante específico, com significado de ‘excepcionalmente grande, descomunal’”. Na linguagem informal em língua portuguesa, no Brasil, costuma-se empregar o substantivo com esse valor adjetivo, como em “isso vai dar um trabalho monstro”, ou “foi uma trabalhadeira monstra”.²² Observa-se, assim, que o substantivo passa a funcionar como um adjetivo, flexionando de acordo com o nome que acompanha e especifica.

C) Conversão de particípio passado em substantivo

Há muito poucas informações na literatura consultada a respeito deste tipo de conversão, embora haja abundância de vocábulos, inclusive nas terminologias técnicas, que assim se constituem. A marca formal mais importante aqui é a forma do particípio passado regular do português, em que se verifica a presença dos sufixos **-(a)do** ou **-(i)do**, além do artigo que precede o verbo e da possibilidade de mudança de número. O gênero poderá ser masculino ou feminino, dependendo da natureza do que está sendo denominado. Invariavelmente, porém, a relação com a ação ou processo expresso pelo verbo de origem é um traço de significado evidente no novo conceito denominado. Podemos citar dois exemplos, observando o processo de conversão: *aguada* e *acolchoado*.

²² Uma breve pesquisa em sites de busca na Internet permitem localizar uma infinidade de ocorrências.

O verbo *aguar* significa “misturar água com qualquer líquido”^{AURE}; assim, se for misturada água a algum líquido, como, digamos, tinta, essa tinta ficará aguada (forma do particípio do verbo). Nas artes plásticas, o substantivo *aguada* denomina uma técnica de pintura que consiste em aplicar tinta muito diluída em água.

Acolchoar significa “forrar (tecido, couro, plástico, etc.) com algodão em rama ou material similar, para torná-lo fofo e macio.”^{AURE} Assim, algo que foi paciente da ação de acolchoar ficou acolchoado (forma do particípio do verbo). O substantivo *acolchoado*, como se sabe, denomina uma espécie de cobertura para cama, também conhecido como *edredom*, que consiste em duas camadas de tecido costuradas nas extremidades e forradas com material que deixa o conjunto todo “fofo e macio”.

D) Conversão de verbo em substantivo

Este é um procedimento muito mais produtivo em inglês que nas línguas românicas, uma vez que naquela língua não terminações específicas para os verbos, como se dá em português, em que se tem uma vogal temática seguida da marca de infinitivo **-r**, caracterizando as três conjugações (**-ar**, **-er**, **-ir**). Isso facilita também, em inglês, o processo inverso de conversão, isto é, a de substantivo em verbo.

Em português, a mera anteposição de um artigo à forma infinitiva do verbo opera a conversão de verbo em substantivo. No entanto, essa conversão assume sempre feições estilísticas, geralmente numa linguagem mais formal, motivo pelo qual tem pouca representatividade nas linguagens técnicas.

E) Conversão de particípio presente x gerúndio em substantivo

O particípio presente dos verbos, como coloca Bechara (1999, p. 224), “desapareceu do quadro verbal do português para ingressar no quadro nominal”, deixando vago seu lugar para o gerúndio. Vimos anteriormente o exemplo do adjetivo *constante*, cujo sufixo **-nte** é ainda observável em algumas línguas latinas como marca do particípio presente, mas, no português, já consta do rol dos sufixos de formadores de adjetivos. Apenas para ilustrar, Dubuc (1999, p. 150) cita como exemplo *intervenient*, em francês, que, na forma nominal,

significa “toda a pessoa que intervém em um assunto.” No português, esses casos são estudados como uma conversão de adjetivo em substantivo.

Voltemos, assim, o nosso olhar para o gerúndio, uma das formas nominais do verbo em língua portuguesa que, como lembra Bechara (1999, p. 224), não define pessoas do discurso e cuja função adjetiva tem sido amplamente reconhecida, em substituição ao participípio presente, embora alguns puristas apontem esse uso como galicismo. O autor cita o exemplo “água fervendo = água fervente”.²³ Nesse emprego, observa-se que a desinência de gerúndio **-ndo** é invariável.

No entanto, em algumas áreas de conhecimento e em alguns ambientes discursivos, essa idéia de processo em andamento trazida pelo gerúndio vem sendo acrescida da idéia de agente desse processo pela conversão em substantivo, aí sim passível de flexão de gênero e número. Podemos citar, no ambiente acadêmico, a denominação que recebem os alunos que estão prestando o concurso vestibular para ingresso a universidades, os *vestibulandos*, ou os alunos que buscam o título de doutor e mestre, chamados, respectivamente, *doutorandos* e *mestrandos*, que são também aqueles que recebem orientação formal nessas situações, sendo chamados de *orientandos*.

3.4.1.2.2 Mudança de gênero: masculino x feminino

Algumas vezes, a simples conversão de um substantivo masculino em feminino é suficiente para a denominação de seres diferentes, e esse procedimento é bastante comum a partir de substantivos que originalmente funcionavam como adjetivos derivados em **-dor**, **-sor**, **-tor**, **-(d)eiro**. Essa origem adjetival indica a ocorrência, em algum momento da história da língua, do adjetivo em conjunção com um substantivo, que veio a ser suprimido e substituído totalmente pelo adjetivo, que, por sua vez, assumiu a função substantiva, como vimos anteriormente. Em terminologia, esse adjetivo original provavelmente exercia a função de determinante em unidades terminológicas poliléxicas de estrutura

²³ Na verdade, dificilmente o falante nativo do português do Brasil reconhece **-nte** em seu aspecto diacrônico como gerundivo. Além disso, há uma tendência, nos casos em que ambos os sufixos podem ser encontrados unidos a uma mesma base léxica, como no exemplo dado, ao emprego do gerúndio em **-ndo** mais coloquialmente, deixando-se a forma em **-nte** para a linguagem mais formal.

determinado+determinante, posteriormente reduzidas. É exatamente esse substantivo suprimido que vai indicar a possibilidade de mudança de gênero.

Para ilustrar, Dubuc (1999, p. 150) cita o par *dépanneur*, substantivo masculino que designa um mecânico, e *dépanneuse*, substantivo feminino que denomina um veículo usado para o conserto de avarias. Em língua portuguesa, podemos citar o par *madeira*, que designa a “empresa ou estabelecimento comercial que se dedica à exploração industrial e/ou comercial da madeira”^{AURE}, e *madeiro*, que designa tanto o “negociante de madeira”^{AURE} como o “cortador de madeira nas matas”^{AURE}.

3.4.1.2.3 Mudança de número: singular x plural

Este é outro procedimento pouco descrito na literatura consultada, talvez pela pouca incidência na linguagem não-especializada. No entanto, os exemplos identificados em diversas áreas de conhecimento, mesmo que em número reduzido, revelam uma possibilidade importante de mudança de significado e de nomeação de conceitos diferentes, pelo simples uso de um termo na forma plural.

Dubuc (1999, p. 150) ressalta que, na maioria das vezes, um termo se torna mais concreto ao tomar a forma plural, e traz como exemplo *actif* (*ativo*), na contabilidade, que designa o conjunto dos elementos do patrimônio de uma pessoa física ou jurídica, e sua forma plural, *actifs* (*ativos*), que designa os elementos em si.

Esse exemplo nos remete a outra propriedade ainda, não mencionada pelo autor: na forma singular, o substantivo designa um conjunto de elementos, portanto, algo não-contável; já na forma plural, a individualização dos elementos do conjunto, tomados como vários e distintos elementos, permite que sejam contados, e, portanto, contáveis. É somente numa gramática de usos do português do Brasil que encontramos dados que permitem aprofundar essas observações.

Diferentemente do que acontece, por exemplo, na língua inglesa, cujo estudo mais elementar (como o realizado na escola de educação básica) inclui obrigatoriamente a distinção entre substantivos contáveis e não-contáveis, na grande maioria das gramáticas da língua portuguesa não figuram, no estudo dos substantivos comuns, as subcategorias nominais

contável e não-contável. Moura Neves (2000, p. 82) aponta essa lacuna ao afirmar que a “gramática tradicional não se mostra sensível à diferença entre as subcategorias **contável e não-contável dos substantivos**”. Lembrando que são os substantivos concretos que têm a maior possibilidade de ser empregados como um ou outro (p. 83), a autora assinala as principais propriedades que distinguem essas duas subcategorias:

- a) Os **substantivos contáveis** se referem a grandezas discretas, descontínuas e heterogêneas, suscetíveis de contagem e, portanto, de pluralização. Trata-se de referência a elementos individualizados de um conjunto passível de divisão em conjuntos unitários.
- b) Os **substantivos não-contáveis** referem-se a grandezas contínuas, descrevendo entidades não suscetíveis de numeração. Trata-se de referência a uma substância homogênea, que não pode ser dividida em indivíduos, mas apenas em massas menores, e que pode ser expandida indefinidamente, sem que sejam afetadas suas propriedades cognitivas e categoriais. (MOURA NEVES, 2000, p. 82)

Moura Neves (2000) lembra que a flutuação dos substantivos de uma categoria à outra não é rara: “A simples pluralização pode, em determinados contextos, converter substantivos **não-contáveis em contáveis**” (MOURA NEVES, 2000, p. 86). E ressalta: “É óbvio que essa flutuação categorial implica alteração de significado, já que o significado básico de um **substantivo não-contável** se refere a um **tipo** de substância, enquanto o significado básico de um **substantivo contável** se refere a uma unidade de uma determinada classe” (MOURA NEVES, 2000, p. 83).

3.4.1.2.4. Mudança de condição: um nome próprio se converte em comum

Dubuc (1999, p. 150) aponta esse procedimento de conversão que se dá quando um substantivo próprio passa a ser usado como um substantivo comum. Isso pode ocorrer quando, por exemplo, “se dá o nome do inventor ao objeto que este aperfeiçoou ou quando a uma unidade de medida se dá o nome do cientista que a definiu.” Já são de uso corrente na física as unidades de medida *watt*, *coulomb*, *ampère*, *newton*, o que indica que é um procedimento bastante comum nas ciências.

Kedhi (1997, p. 32) concorda com Dubuc (1999) que esses casos não podem ser considerados mudança de classe, já que o substantivo não deixa de ser substantivo, mas como mudança de subclasse, o que este último chamou de condição.

Como mencionamos anteriormente, esse procedimento pode ser também estudado como um caso de deslocamento da relação lógica, em que, por um processo metonímico, um indivíduo designa toda a espécie.

3.4.1.3 *Empréstimos lingüísticos*

O **empréstimo** é um fenômeno através do qual se transfere uma unidade léxica de um sistema ou subsistema lingüístico a outro. Segundo Dubuc (1999, p. 151), o empréstimo pode ser externo, quando se extrai de um sistema lingüístico estrangeiro, ou interno, quando se origina de diferentes subsistemas dentro do sistema lingüístico em questão.

3.4.1.3.1 *Empréstimos internos*

Também chamado de **empréstimo interdisciplinar**, o empréstimo interno ocorre quando se atribui a um termo de um campo do conhecimento um novo conceito, em outro campo do conhecimento, em uma mesma língua. Pozzi (2002, p. 773) cita como exemplo o conhecido termo *memória*, que, em ciência cognitiva, designa a capacidade do cérebro humano, enquanto em ciências da computação designa a capacidade temporária de armazenamento de informação de um computador. Outro exemplo seria *martelo*, que designa uma ferramenta, e por analogia de forma passa a designar um osso do ouvido médio humano.

A transposição de um campo do conhecimento a outro, lembra Dubuc (1999, p. 152), tem apenas valor analógico, já que “os termos tomados como empréstimo mudam de conteúdo semântico”, e é necessário que o conceito abarcado pelo termo seja muito bem delimitado dentro da especialidade para o qual foi transposto.

3.4.1.3.2 *Empréstimos externos*

Na medida em que o contato entre comunidades lingüísticas diferentes é estimulado, seja por razões econômicas, científicas ou culturais, constata-se, como decorrência, a utilização, por parte dos falantes de uma determinada língua, de vocábulos originários de línguas estrangeiras, que são “importados” juntamente com a idéia, o produto ou a moda por eles descritos. Assim, os empréstimos externos estão relacionados à “importação de conceitos”. No dizer de Dubuc (1999, p. 151), representam uma importante fonte de “enriquecimento das línguas vivas” e, “na maioria das vezes, dependem das relações socioeconômicas que se estabelecem entre os locutores de diferentes línguas.” Como diz Rey (1995, p. 104):

A necessidade de criar uma terminologia completamente nova ou de adaptar um vocabulário existente a uma terminologia importada ocorre em todas as línguas, relativamente menos para o inglês, muito mais para o francês, o alemão ou o italiano, e mais ainda para o árabe e o japonês; a necessidade em algumas línguas é tão grande que as dificuldades parecem insuperáveis. Ocorre então um duplo processo, a introdução de estruturas conceituais e, junto com elas, de estruturas terminológicas, na língua dominante dessa cultura. (REY, 1995, p. 104)

Pozzi (2002, p. 774) tece considerações semelhantes a respeito do espanhol: “Em espanhol, levando-se em conta que nem a Espanha nem nenhum dos países da América Latina produzem uma quantidade importante de ciência e tecnologia original, mas a importam, geralmente dos países de fala inglesa ou francesa, tampouco se produz terminologia original, mas se importa junto com a tecnologia correspondente.” No entanto, a autora considera a formação de novos termos por meio de empréstimos lingüísticos bastante conveniente, pois “contribui para a internacionalização das linguagens de especialidade, conservando a própria identidade lingüística e permitindo também uma melhor identificação e entendimento por parte dos especialistas, de um texto escrito em outra língua”.

Dubuc (1999, p. 151-152) distingue cinco tipos de empréstimos: o empréstimo integral, o estrangeirismo, o decalque, o empréstimo naturalizado e o falso empréstimo.

O empréstimo integral é aquele em que “se translada o termo ao sistema lingüístico que pede emprestado sem que se produza uma modificação formal com a finalidade de nomear uma realidade que forma parte do universo dos locutores desta última língua”. Durante esse traslado, pode até ocorrer uma modificação no significado, como aconteceu com *starter*, que, em francês, não designa o “motor de arranque”, mas o dispositivo que alimenta o para facilitar o arranque. É também a essa possibilidade de modificação no significado que Alves (2002 p. 78) se refere ao falar sobre a adaptação semântica do estrangeirismo: “Introduzido nesse sistema lingüístico com um único significado, ou seja, com caráter monossêmico, seu emprego constante pode conduzi-lo à polissemia.” *Jeans*, por exemplo, em inglês, designa apenas o par de calças feitas de brim, reservando para o tecido a designação *denim*. Em português, porém, pode-se falar em “jaqueta jeans” ou “saia jeans”.

Dubuc (1999) reserva o termo estrangeirismo exclusivamente para um tipo de empréstimo integral que designa uma realidade também estrangeira aos locutores da língua que pede o empréstimo, citando como exemplos *bortsch* (uma sopa russa), *Perestroika* (processo de reestruturação das instituições políticas da antiga União Soviética desencadeado por Gorbachov), *tequila* (um aguardente de origem mexicana). Já Barbosa (1990, p. 72) equipara o estrangeirismo ao empréstimo integral, como se observa pela definição abaixo:

Conceituado pela lingüística, o *estrangeirismo* vem a ser um empréstimo vocabular não integrado à língua que o toma, conservando da outra os fonemas, a flexão e a grafia. Com o passar do tempo, sendo o vocábulo da língua estrangeira amplamente aceito pelos falantes da que o acolheu, tende este a se adaptar à fonologia e à morfologia desta última, caso em que se transforma em empréstimo (cf. Câmara Júnior, 1977: 111), através de um processo denominado aclimação (cf. Pei, 1966: 3-4). (BARBOSA, 1990, p. 72)

Alves (2002) não chega a fazer uma distinção nominal entre o empréstimo integral e o estrangeirismo, como sugerido por Dubuc (1999), mas ressalta o componente cultural e o efeito estilístico provocados pelo emprego do elemento estrangeiro, bastante comum no vocabulário técnico do esporte, da economia e da informática, bem como em outras linguagens especiais, como a publicidade e o colonismo social, conforme observado no *corpus* por ela analisado:

Numa primeira etapa, o elemento estrangeiro, empregado em outro sistema lingüístico, é sentido como externo ao vernáculo dessa língua. É então denominado estrangeirismo, ou seja, ainda não faz parte do acervo lexical do idioma.

O estrangeirismo costuma ser empregado em contextos relativos a uma cultura alienígena, externa à da língua enfocada. Nesses casos, imprime à mensagem a “cor local” do país ou da região estrangeira a que ele faz referência.

Em consequência do efeito estilístico pela busca de cor local, itens léxicos de diferentes idiomas são empregados na imprensa brasileira. (...) (ALVES, 2002, p. 72-73)

O decalque é definido por Dubuc (1999) como a tradução literal da forma lingüística estrangeira, o que, para Alves. (2002, p. 79), é precisamente o que o torna de difícil reconhecimento. Dubuc (1999) cita como exemplo *chien-chaud*, a forma decalcada em francês a partir do inglês *hot dog*, que na língua portuguesa assumiu a forma *cachorro-quente* – processo que também ocorreu em espanhol, como indica o exemplo *perrito-caliente* trazido por Cabré (1993, p. 191). Alves (2002, p. 80) lembra ainda que a “unidade lexical decalcada costuma rivalizar com a expressão que lhe deu origem. Assim, alta tecnologia concorre com *high technology* ou *high tech*, forma reduzida desse sintagma em inglês”.

O empréstimo naturalizado é o que Barbosa chama de empréstimo propriamente dito, como vimos na citação acima. Corresponde aos casos, de acordo com Dubuc (1999), em que a forma estrangeira assume “um aspecto mais de acordo com a língua que o toma emprestado”; a isto se referia Barbosa (1990) ao mencionar a adaptação à fonologia e morfologia da língua receptora. Dito de outra forma, é o processo através do qual “um radical estrangeiro se adapta à fonologia e à estrutura morfológica da língua que o importa” (BARBOSA, 1990, p. 73). É um fenômeno amplamente reconhecido por gramáticos e lingüistas, constando de diversos manuais de uso da língua portuguesa e geralmente sendo chamado de “aclimatação” ou “aportuguesamento”.

Com relação a isso, Alves (2002, p. 78) lembra que, enquanto estrangeirismo, o “elemento externo ao vernáculo de uma língua não faz parte do conjunto lexical desse idioma”, e que só se considera um neologismo por empréstimo quando começa a se integrar à língua receptora, quer através de adaptação gráfica, morfológica ou mesmo semântica. A integração, em termos morfossintáticos, pode ser percebida explicitamente, segundo a autora, quando o estrangeirismo começa a formar derivados e compostos. Outra observação importante é a de que a “incorporação ortográfica da unidade lexical estrangeira ao sistema português não constitui uma regra” (ALVES, 2002, p. 78): ao mesmo tempo em que se observam diversos vocábulos totalmente assimilados (abajur, xampu), outros co-existem com a forma grafada na língua de origem. Essa questão foi analisada em maior detalhe por Faulstich (1998, 2002) e Lamberti (1999), como veremos adiante.

O falso empréstimo é definido por Dubuc (1999) como “uma palavra formada com elementos que morfologicamente pertencem à língua que empresta, mas não existe como tal nessa língua”. Cita como exemplo o termo *badwill*, utilizado em francês como oposto de *goodwill*, mas que, em inglês, realmente se chama *negative goodwill*. Um exemplo de emprego corrente na língua portuguesa é *outdoor*. *Outdoor*, um adjetivo que, em inglês, significa simplesmente “externo” ou “do lado de fora”, está dicionarizado no *Michaelis* em língua portuguesa e é assim empregado:

Outdoor

1 Em sentido genérico, qualquer propaganda (painel, letreiro luminoso, letreiro em parede, muro, etc.) exposta ao ar livre. 2 Em sentido restrito, grande cartaz de propaganda colocado à margem das vias públicas.

Acrescentaríamos um procedimento comum em língua portuguesa que está no meio do caminho entre o empréstimo integral e o falso empréstimo. Trata-se dos casos em que se toma emprestado um sintagma que denomina o conceito que com ele é “importado”, mas, nesse traslado para a língua portuguesa, o sintagma perde seu núcleo substantivo e dele resta apenas o determinante, que passa a funcionar como uma palavra autônoma. Foi o que ocorreu com *shopping*, “importado” para designar um “centro de compras”, cujo conceito seria expresso em inglês por um sintagma como *shopping center* ou *shopping mall*. É essa também a origem da denominação do calçado *tênis*, que veio do inglês como *tennis shoes* (“sapatos [para jogar] tênis”).

Para os propósitos deste trabalho, vamos centrar nossa atenção nos empréstimos naturalizados, aclimatados ou aportuguesados, que chamaremos simplesmente de **empréstimos**, e nos **estrangeirismos**, que abarcarão tanto os empréstimos integrais como os estrangeirismos acima definidos por Dubuc (1999). Esta distinção básica, além de dar conta da análise das UTs identificadas no corpus (não foram identificados decalques), tem um tratamento já previsto em gramáticas da língua portuguesa, como se observa em Martins e Zilberknop (1993, p. 429-430): “[O]s estrangeirismos, quando não aportuguesados, escrevem-se de acordo com o seu idioma original” e “deverão ser escritos entre aspas, negrito ou itálico, ou ainda sublinhados”, para marcar seu caráter de elemento estranho à língua, enquanto que os vocábulos já aportuguesados “obedecem às normas de nossa língua”.

É também essencial, para os objetivos deste trabalho, considerar certos aspectos pragmáticos do emprego dos empréstimos e estrangeirismos, que não ocorrem por razões de ordem estrutural e, sim, envolvem os interlocutores e os propósitos da comunicação. Para isso, é interessante levar em consideração as observações de Faulstich (1998, 2001) e Lamberti (1999) a respeito da variação terminológica.

Faulstich (2001) situa o estudo dos estrangeirismos no âmbito da variação terminológica. Faulstich (2001, p. 24) verificou que a variação se dá através de um processo em que determinadas variáveis produzem termos variantes, “que funcionam nas línguas de acordo com as lacunas que elas venham a preencher”.

A autora identificou três grandes categorias de variantes, a saber: as concorrentes, as co-ocorrentes e as competitivas. Enquanto as variantes **concorrentes** são variantes formais, “uma forma lingüística ou forma exclusiva de registro que corresponde a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente” (FAULSTICH, 2001, p. 26), as variantes **co-ocorrentes** são as que apresentam duas ou mais denominações para um mesmo referente, formalizando a sinonímia terminológica. O empréstimo lingüístico, por sua vez, é a base para o surgimento das variantes **competitivas**, quando um item lexical de uma língua B preenche lacunas de uma língua A.

Observe-se que a autora denomina, então, de forma genérica, *empréstimo lingüístico* o que poderá permanecer como um estrangeirismo ou ser “naturalizado”:

As variantes competitivas se realizam por meio de pares formados por **empréstimos lingüísticos** e **formas vernaculares**. Os **empréstimos lingüísticos** são itens lexicais que se originam de língua estrangeira e, depois, no contexto social da língua recebedora, se tornam variantes porque provocam o surgimento de uma forma vernacular equivalente, por causa do ambiente lingüístico estranho à sua presença natural. (FAULSTICH, 2001, p. 23)

Como resultado concreto do empréstimo, pode-se ter ou uma forma estrangeira ou uma forma híbrida, que provocam o aparecimento da forma vernacular em competição (FAULSTICH, 2001), conforme mostra a Figura 3 adiante.

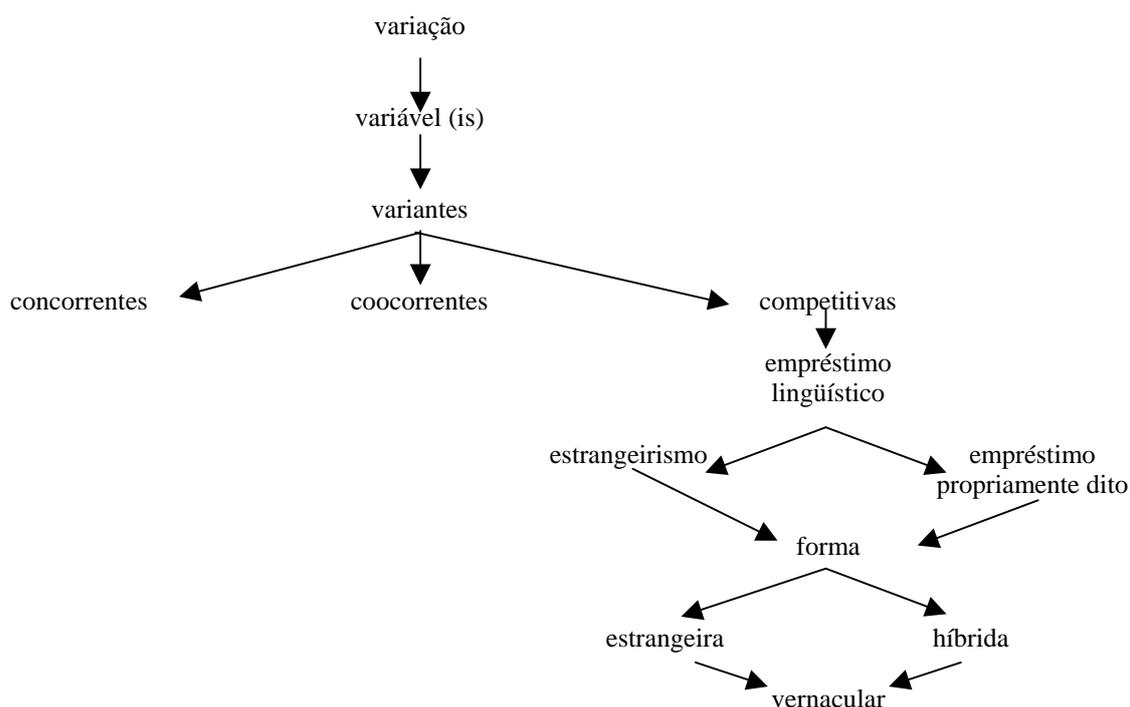


Figura 3. Adaptação do constructo teórico da variação em terminologia de Faulstich (2001), com ênfase nas formas competitivas

Lamberti (1999) verificou comportamentos específicos do empréstimo lingüístico, especialmente os de origem na língua inglesa, no português do Brasil (doravante PB). Segundo ela, a unidade lexical pode:

- a) manter a forma tal qual na língua estrangeira, gerando uma forma lingüística no PB (*designer* x *estilista*);
- b) gerar palavras derivadas ou compostas híbridas e motivar o surgimento de um novo significado para um termo vernacular já existente no PB (*home page* x *página*; *motoboy* x *motoqueiro*);
- c) gerar unidades terminológicas complexas (UTCs) híbridas e UTCs vernaculares (*serviço de delivery* x *serviço de entrega*);
- d) abandonar a forma de origem em favor de um decalque no PB (*loja de conveniência*);
- e) manter a forma tal qual na língua estrangeira e gerar uma forma adaptada às regras morfofonêmicas do PB (*stress* x *estresse*).

Observações feitas por Alves (2002) no *corpus* analisado também corroboram alguns desses comportamentos. A manutenção da forma tal qual na língua estrangeira, para a autora, parece ser uma decorrência do emprego freqüente do estrangeirismo: “O emprego freqüente de um estrangeirismo constitui também um critério para que essa forma estrangeira seja considerada parte componente do acervo lexical português” (ALVES, 2002, p. 79). Esse procedimento é por ela exemplificado com a unidade lexical *jeans*, que, em muitas ocorrências, já nem aparece grafada em itálico, procedimento que seria o esperado para um vocábulo estrangeiro tomado emprestado.

Uma observação recorrente é a da tradução do estrangeirismo, que pode vir logo a seguir do vocábulo e, por vezes, competir com a forma original, como exemplificado por *fiberglass* e *fibra de vidro*: “A tradução do estrangeirismo pode acontecer sob forma de alternância, em que ora é empregada a unidade lexical estrangeira, ora a tradução portuguesa” (ALVES, 2002, p. 77).

Outra possibilidade ainda apontada pela autora é a de o vocábulo estrangeiro ser seguido de uma definição, que também cumpre a função de prevenir possíveis dificuldades de compreensão dos interlocutores.

A autora levanta uma outra função cumprida por empréstimos e estrangeirismos na língua recebedora, que ultrapassa a necessidade de informar e vai na direção do persuadir:

Na linguagem publicitária de jornais e revistas, estrangeirismos são freqüentemente citados em propagandas referentes a produtos importados: aparelhos de som, videocassete... Em anúncios que apresentam artigos não-técnicos, o estrangeirismo pode ser motivado por uma razão apelativa, característica do estilo publicitário (...).

É também a tentativa de apelo que torna a linguagem dos colunistas sociais tão eivada de estrangeirismos (...). (ALVES, 2002, p. 75)

Alves (2002, p. 80-81) destaca ainda algumas características morfossintáticas dos neologismos por empréstimo. Quanto à classe gramatical, tendem a distribuir-se entre substantivos e, mais raramente, entre adjetivos e verbos, geralmente mantendo a classe gramatical da língua de origem. Como substantivos, tendem a manter o gênero da língua de que provêm ou, no caso de línguas em que não ocorre a flexão de gênero, assumem a forma masculina, não-marcada, no português. Mais raramente, assumem o gênero de um equivalente

no português. Quanto ao número, tendem a flexionar como nas línguas de origem (*gentlemen*) ou, quando adaptados, seguir as regras morfológicas do português.

Por todas essas observações, percebe-se que um termo em língua estrangeira não entra em outra língua desnecessariamente, e dificilmente permanece sem se “acomodar” à língua que o recebe, seja gerando formas híbridas (adaptadas/aclimatadas), seja provocando o surgimento de uma forma vernácula. Assim, podemos concluir com Faulstich (2001, p. 35) que o empréstimo lingüístico cumpre “funções dentro da língua recebedora. Normalmente, atua como um item lexical harmonizador no plano da comunicação interlingüística e enriquecedor do sistema lexical nacional no qual entra.”

3.4.2 Formação direta de termos

Diz-se que há a formação direta de um termo quando uma nova entidade léxica é criada. Isso pode acontecer tanto na formação primária (a nova denominação nasce juntamente com o novo conceito) quanto na formação secundária de termos (um novo termo é criado para um conceito conhecido, conforme vimos na Seção 3.2). Na formação direta, a nova unidade léxica pode ser criada de forma total ou construída pela utilização e modificação de elementos morfossintáticos disponíveis na língua. A estrutura resultante tende, assim, a seguir os padrões de formação lexical da própria língua a que a unidade terminológica pertence.

De uma perspectiva funcional, os termos, assim como as palavras, pertencem a categorias gramaticais que requerem um entorno lingüístico determinado, e podem combinar-se no discurso com outros termos. Nessas combinações, é possível ter-se termos sintagmáticos (unidades terminológicas poliléxicas) ou expressões discursivas freqüentes (fraseologias, ou unidades fraseológicas especializadas – UFE), mas é também comum encontrar termos em formações livres com outros vocábulos. Para Alpízar (1997, p. 94), quando “se trata de termos simples, o trabalho do terminólogo se limita a delimitar, antes de tudo, sua pertinência ou não-pertinência em relação à área de que se trata.” No entanto, o número de termos simples, como parecem indicar diversos teóricos da Terminologia, não chega sequer à metade das UTs próprias de uma linguagem de especialidade.

Uma das mais complexas tarefas do trabalho terminológico é justamente determinar critérios para verificação da diferença entre uma UT poliléxica, uma fraseologia e um termo em formação livre. Essa é uma das constatações de Estopà (2001, p. 74), que observou que a aplicação de ferramentas de extração automática de dados, utilizadas para a extração de UTs poliléxicas, gera muito ruído, obrigando a uma segunda análise de, às vezes, mais da metade dos candidatos a termo. Isso equivale a dizer que basear os padrões de reconhecimento automático de termos somente em estruturas morfossintáticas não é um procedimento totalmente confiável e eficaz, pois constituem um “filtro demasiadamente permissivo”.

Neste trabalho, focalizaremos as unidades terminológicas monoléxicas e poliléxicas, mas procuraremos também tecer alguns comentários, quando pertinentes, com relação a UFEs. Por ora, parece-nos suficiente apresentar como principais características, de acordo com Bevilacqua (2004, p. 16-17), que as UFE: a) são unidades sintagmáticas formadas por “um ou mais termos, que constituem seu **núcleo terminológico (NT)**, e um **núcleo eventivo (NE)**, de caráter terminológico ou não, procedente de verbo e que se manifesta como verbo, nome deverbal ou particípio”; b) seu NT representa um nódulo de conhecimento na estrutura conceitual do âmbito especializado, é de categoria nominal, com valor referencial e caráter denominativo; c) seu NE é de categoria verbal ou derivado de verbo, é relacional e denota os processos e ações próprios de determinada área; d) podem manifestar-se em três diferentes estruturas sintáticas, a saber, verbo+nome, nome deverbal+sintagma preposicional ou nome+particípio.²⁴

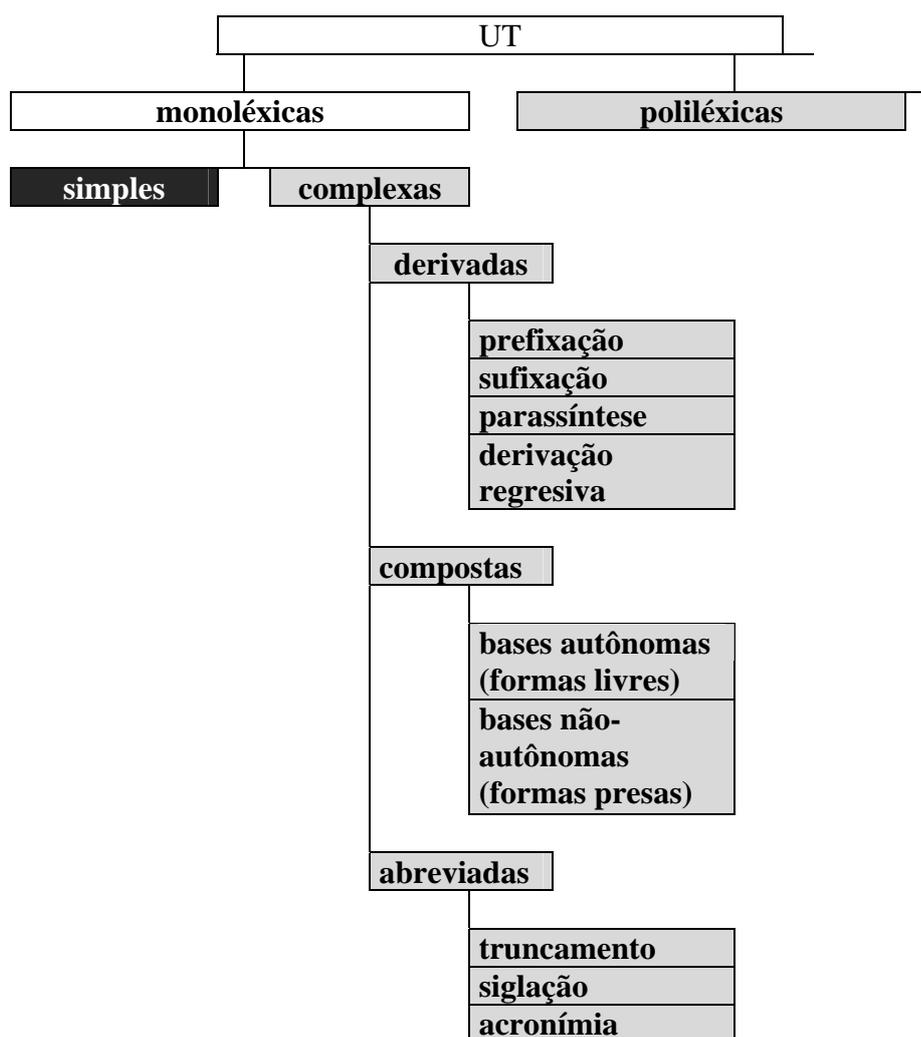
De acordo com sua estrutura formal (morfossintática), as unidades terminológicas podem ser **monoléxicas**, isto é, constituídas de uma única palavra ou lexema, ou **poliléxicas**, isto é, constituídas de duas ou mais palavras ou lexemas, correspondendo a estruturas sintáticas lexicalizadas. Na terminologia da indústria moveleira, tem-se *madeira* como exemplo de unidade terminológica monoléxica, ao lado de *madeira aglomerada* como exemplo de unidade terminológica poliléxica. Da mesma forma, *lâmina*, *tinta* e *papel* são exemplos de UTs monoléxicas, enquanto *lâmina faqueada*, *tinta vinílica* e *papel Kraft* são exemplos de UTs poliléxicas.

As unidades monoléxicas podem ser simples ou complexas. No primeiro caso, serão consideradas unidades não-construídas, por se constituírem de uma base léxica apenas. No

²⁴ Outras características são apontadas pela autora. No entanto, pelo fato de não nos atermos à análise de UFEs, mencionamos apenas aquelas que serão úteis na distinção entre UT e UFE, conforme os dados manifestados no *corpus* estudado.

segundo, juntamente com as unidades poliléxicas, serão consideradas unidades construídas, uma vez que a base léxica será modificada pelo acréscimo e/ou supressão de elementos, conforme explicitado adiante.

A figura 4 representa esquematicamente os tipos de unidades terminológicas de acordo com sua estrutura interna e seu modo de formação.



Legenda:

■ unidades não construídas ■ unidades construídas

Figura 4. Tipos de termos de acordo com sua estrutura interna e modo de formação

3.4.2.1 UTs monoléticas

Ao se observar a estrutura interna das unidades terminológicas monoléticas, percebe-se que podem ser constituídas por um ou mais morfemas. Quando constituídas por um morfema apenas, são consideradas unidades terminológicas simples. Quando constituídas por mais de um morfema, são consideradas unidades terminológicas complexas.

O Grupo IulaTerm (IULA, 2002, Tema 5, p. 3) caracteriza as unidades monoléticas simples como **unidades terminológicas não-construídas** e as unidades monoléticas complexas, assim como as poliléticas, como **unidades terminológicas construídas**.

As unidades monoléticas simples são consideradas **unidades terminológicas não-construídas** porque nelas encontramos uma única base léxica, que se compõe de uma única raiz. Essa base pode tanto ser uma raiz viva e atual (uma forma vernácula) como um formante erudito ou histórico (i.e., originário do latim ou do grego).

Segundo Estopà (2001, p. 69), as unidades monoléticas simples são um tipo de termo que não possui nem características morfológicas nem sintáticas explícitas que permitam detectá-lo de forma automática, o que obriga o terminólogo a recorrer a estratégias léxicas e/ou contextuais para sua identificação. Além disso, em comparação com outras unidades de significação especializada, esse tipo de termo ocorre em número bastante reduzido em *corpora* especializados. Ainda assim, Estopà (2001, p. 69) se refere às UTs monoléticas simples como “peças-chave” do léxico especializado e enfatiza o interesse em seu estudo, por dois motivos principalmente: em primeiro lugar, as UTs monoléticas simples freqüentemente servem de base para termos formados por derivação e, em segundo lugar, podem funcionar como núcleo em unidades sintagmáticas, das quais são o hiperônimo.

As unidades monoléticas complexas são **unidades terminológicas construídas**, pois encontramos em sua estrutura uma base léxica em combinação com outros elementos mórficos. Segundo essa combinação, as UTs monoléticas complexas podem ser **derivadas**, **compostas** ou **abreviadas**.

3.4.2.1.1 UTs derivadas

São constituídas por uma base léxica mais afixos, por processos de derivação **prefixal**, **sufixal** ou **parassintética**. Uma mesma base léxica pode ser modificada, simultaneamente, por derivação prefixal e sufixal. Também se considera um processo de derivação quando, ao invés de um acréscimo, tem-se a supressão de algum segmento da base, nesse caso então chamada de derivação **regressiva**.

Os afixos, como bem lembra Basilio (1995, p. 28-29), são elementos estáveis e com funções sintático-semânticas pré-determinadas, e “essas funções delimitam os possíveis usos e significados das palavras a serem formadas pelos diferentes processos de derivação, correspondentes aos vários afixos”. Assim como a raiz, os afixos também são constituintes nocionais (LUFT, 1989, p. 89), contribuindo com a construção do significado do vocábulo.

Ao observar a formação de UTs na terminologia da medicina em catalão, Estopà (2001, p. 70) concluiu que as UTs derivadas apresentam três características singulares: são formadas a partir de uma base léxica que sempre é uma unidade de significação especializada; essa base se combina com um número, comparativamente, bastante reduzido de afixos; e a base léxica das UTs derivadas costuma estar relacionada com uma unidade de significação simples ou com um formante clássico pertinente dentro do domínio biomédico.

A) Derivação prefixal

Prefixos são afixos antepostos a palavras, modificando-lhes o sentido primitivo. No dizer de Rocha Lima (1986, p. 180), os prefixos “guardam certo *sentido*, com o qual modificam, de maneira mais ou menos clara, o sentido da palavra primitiva”.

Os prefixos comumente encontrados na língua portuguesa são, na grande maioria, originários de advérbios ou preposições gregas ou latinas, que, como diz Celso Cunha (1982, p. 103), têm ou uma vez tiveram “vida autônoma na língua”. Bechara (1999, p. 365) acrescenta que às vezes há até “duplicidade da noção expressa pelo prefixo e pela preposição que se segue à palavra derivada prefixalmente”, citando como exemplos *concorrer com* e *incorrer em*. Além disso, as gramáticas apontam que alguns prefixos latinos evoluíram dentro da língua portuguesa de modo a resultarem em formas vernáculas, como é o caso, por

exemplo, de **super-**, cujo sentido indica “posição em cima, excesso”, que originou **sobre-**. Uma breve consulta a gramáticas normativas da língua portuguesa nos permite encontrar algumas dezenas de prefixos cultos e vernáculos, com a indicação do(s) sentido(s) que expressam.

B) Derivação sufixal

Na língua portuguesa, a *derivação sufixal* é um processo extremamente produtivo para a formação de novas palavras, sendo uma das funções do sufixo, de acordo com KEHDI (1997, p. 18), justamente a de “contribuir para a mudança da classe gramatical do radical”.²⁵

Rocha Lima (1986, p. 180) diz que os sufixos são “vazios de significação” tendo por finalidade apenas “formar séries de palavras da mesma classe gramatical”, ao que Bechara (1999, p. 357) contrapõe dizendo que os sufixos “revestem-se de múltiplas acepções”, motivo pelo qual seu emprego adequado a variadas situações “requer e revela completo conhecimento do idioma”: “Ao lado dos valores sistêmicos associam-se aos sufixos valores ilocutórios intimamente ligados aos valores semânticos das bases a que se agregam, dos quais não se dissociam”. Carone (1998, p. 43) também reconhece ambas as funções dos sufixos ao afirmar que o “sufixo, além de aduzir novo significado, traz consigo informações gramaticais.”

De acordo com a classe da palavra derivada pelo processo de sufixação, conforme Celso Cunha (1982, p. 107), um sufixo pode ser classificado em: (a) *nominal*, quando se aglutina a um radical para dar origem a um substantivo ou a um adjetivo; (b) *verbal*, quando, ligado a um radical, dá origem a um verbo; e (c) *adverbial*, que é o sufixo **-mente** acrescentado à forma feminina de um adjetivo.

Para os trabalhos terminológicos, são de grande interesse os sufixos nominais, já que, como foi dito anteriormente, as formas nominais são as que, por excelência, são consideradas unidades terminológicas.

Cunha (1982, p. 114) destaca dois grupos de sufixos usados na formação de substantivos: os que formam substantivos a partir de adjetivos e os que formam substantivos a partir de verbos. Já Bechara (1999, p. 358-361) agrupa os sufixos formadores de substantivos

²⁵ Não serão de interesse, por isso, neste trabalho, os sufixos flexionais, aqueles que, nas palavras de MACAMBIRA (1982, p. 119), distinguem “as formas dum paradigma nominal ou verbal” e, por ser variável “ou flectir-se, expressa as diversas relações sintáticas”.

primeiramente conforme o tipo de nome que será formado, resultando em oito grupos: nomes de agente, instrumento e lugar; nomes de ação ou resultado de ação, estado, qualidade, semelhança, composição, instrumento, lugar; lugar, meio, instrumento; abundância, aglomeração, coleção; causa produtora, lugar onde se encontra ou se faz a coisa denotada pela palavra primitiva; nomes de naturalidade; nomes que indicam maneira de pensar, doutrina, ocupação; e nomes técnicos usados nas ciências.

Proporemos a seguir uma classificação útil para o presente estudo, procurando levar em consideração os aspectos principais levantados por ambos os gramáticos e apresentando, em cada grupo, exemplos de sufixos produtivos no português contemporâneo.

B.1) Sufixos formadores de substantivos²⁶

B.1.1) Sufixos que, unidos a bases verbais ou substantivais, são usados na formação de nomes de agente ou instrumento/lugar de ação. Encontram-se nesse grupo os sufixos **-or(a)** e suas variantes **-dor(a)**, **-sor(a)**, **-tor(a)**, como em *cantor* (aquele que canta), *cortador* (aquele/aquilo que corta), *impressora* (aquela/aquilo que imprime), *protetor* (aquele/aquilo que protege); **-nte**, como em *estudante* (aquele que estuda); **-ista**, como em *foguista* (o encarregado pelo fogo nas máquinas a vapor); **-eiro(a)**; **-ário(a)**, como em *estelionatário* (autor de estelionato).

B.1.2) Sufixos que, unidos a bases verbais, são usados na formação de nomes de ação ou resultado dela. É o caso de **-ção** e **-são**, como em *conservação* (ação ou resultado da ação de conservar) e *emissão* (ação ou resultado da ação de emitir); **-agem**, como *aprendizagem* (ação ou resultado da ação de aprender); **-dura**, **-sura** ou **-tura**, como em *mordedura* (ação ou resultado da ação de morder); e **-mento**, como em *preenchimento* (ação ou resultado da ação de preencher).

É preciso observar também que **-mento**, um sufixo bastante produtivo em língua portuguesa, bem como **-dura** e suas formas variantes, também podem indicar, segundo Cunha (1982, p. 115), instrumento de ação (como em *fechadura* e *ornamento*) e noção coletiva (como em *magistratura* e *armamento*).

²⁶ Para os propósitos deste trabalho, não julgamos necessário distinguir, nos sufixos, o radical e a vogal temática, como, por exemplo, em **-çã** [radical] + **o** [vogal temática] = **-ção**. Essa postura é adotada por alguns gramáticos, como Macambira (1982, 1992).

São de especial interesse esses sufixos para os estudiosos das UFE (unidades fraseológicas especializadas), já que estas incluem, pela definição de Bevilacqua (1999, 2004), um elemento eventivo, como podem ser os nomes derivados de verbo. É necessário, porém, segundo a autora, que esse núcleo eventivo componha um sintagma com pelo menos uma UT para ser considerado uma UFE. Também há que se considerar que, nos casos em que os sufixos deste grupo formem nomes deverbais resultativos, e não eventivos, a tendência é a de formação de UTs, não de UFEs. Para Bevilacqua (2004, p. 194) os deverbais resultativos denotam eventos que resultam em um objeto concreto ou abstrato específico, tendo como referentes objetos, propriedades desses objetos, estados ou resultados de eventos ou processos, e os argumentos que legitimam seu núcleo são opcionais. Assim, “os nomes deverbais resultativos se caracterizam como termos dado seu caráter referencial e denotativo de propriedades de determinados elementos ou resultante de processos (...) ou de formar parte de termos, especificando-os (...)” (BEVILÁCQUA, 2004, p. 201).

B.1.3) Sufixos que, unidos a bases adjetivais, são usados na formação de nomes, geralmente abstratos, indicadores de qualidade, propriedade, estado ou modo de ser. Encontram-se aqui **-(i)dade**, como em *leviandade* (qualidade ou modo de ser do leviano); **-(i)dão**, como em *solidão* (qualidade ou modo de ser de quem é só);²⁷ **-ez(a)**, como em *dureza* (qualidade ou propriedade de algo/alguém duro); **-ia**, como em *alegria* (qualidade ou modo de ser de quem é alegre).

B.2) Sufixos formadores de adjetivos

Há uma ampla gama de sufixos formadores de adjetivos em língua portuguesa, podendo se unir tanto a bases nominais (substantivos e adjetivos) quanto a bases verbais para exprimir grande variedade de relações entre a idéia da base e a do adjetivo derivado. Não há regras rígidas para a escolha de um ou outro sufixo, embora se observe certa recorrência, pelo uso de alguns sufixos por analogia a outras palavras já derivadas. Por outro lado, um mesmo sufixo pode exprimir mais de uma idéia.

Além da idéia geral de “relação com/a”, algumas das principais idéias trazidas pelo acréscimo desses sufixos são a de semelhança, quer se refira a aparência, quer ao modo de ser ou de agir: **-al**, como em *invernal*, **-iano**, como *camoniano*, **-esco**, como em *principesco*; a de

²⁷ Em ambos os casos, **(i)** é a vogal de ligação.

apresentação/ostentação de determinada propriedade ou característica: **-udo**, como em *sortudo*, **-oso**, como em *bondoso*; a de composição, constituição ou pertencimento: **-ico**, como em *metálico*, *celulósico* e *cíclico*, **-ivo**, como em *esportivo*, *lucrativo*.

As ciências em geral utilizam-se de sufixos para a formação de adjetivos que identificam, pela restrição, espécies e membros de determinados grupos e que, não raro, tornam-se depois, por um processo de redução, substantivos designadores dos grupos. Isso pode ser exemplificado, na botânica, com o sufixo **-ácea**, que forma *liliácea*, *rosácea*, e **-osa**, que forma *leguminosa*, e na zoologia, **-ídeo**, que forma *canídeo*, *felídeo*.

Muito produtivo também é o sufixo **-bil**, com sua forma vernácula **-(á)/(i)vel**, que exprime “passível de”. Geralmente, quando ao adjetivo assim formado se acresce ainda o sufixo **-(i)dade**, para a formação de substantivos, há um retorno a forma latina original, como em *amável* → *amabilidade*.

No entanto, os mais produtivos sufixos formadores de adjetivos talvez sejam os marcadores de particípio passado de verbos, que indicam processo ou ação sofrida. Encontram-se neste grupo, por excelência, os sufixos **-ado(a)** e **-ido(a)**, como em *cortado* (que sofreu corte), *protegido* (que recebe ou recebeu proteção). Essa mudança de classe de verbo para substantivo ou adjetivo se dá por um processo de conversão, como lembra Kehdi (1997, p. 30; 33), que já estudamos na Seção 3.4.1.2.1.

Não é demais frisar que esses sufixos são apenas exemplos do grande número existente na língua portuguesa e que alguns deles podem exprimir mais do que os sentidos aqui apresentados.

C) Derivação parassintética

Chama-se *derivação parassintética* (do grego *pará*, “justaposição, posição ao lado de” e *synthetikós*, “que compõe, que junta”) o processo de formação de um vocábulo pela agregação simultânea de um prefixo e um sufixo a determinado radical.

Alguns gramáticos, como lembra Bechara (1999, p. 342-343), consideram suficiente a condição de haver um prefixo e um sufixo ligado a um radical para existir a parassíntese (como, por exemplo, em *aconselhamento*); outros só a consideram se houver a entrada simultânea dos afixos, “de tal modo que não existirá na língua a forma só com prefixo ou só

com sufixo” (como, por exemplo, em *esclarecer*, considerando que não existem as formas **esclaro* nem **clarecer*). Deste modo, em língua portuguesa, a *parassíntese* é particularmente produtiva nos verbos, sendo as formações mais comuns com os prefixos vernáculos **a-**, **em-** (**en-**) e **es-** e os sufixos **-ar**, **-ear**, **-ecer**, **-ejar** e **-izar**. São exemplos desse tipo especial de derivação: *avermelhar*, *envelhecer*, *esfumaçar*.

Muitos desses verbos formados por derivação parassintética servem de base para a formação de substantivos derivados sufixalmente – os deverbais. Kehdi (1997, p. 18) aponta, porém, que normalmente os deverbais “não são parassintéticos, ainda que os verbos de que procedem o sejam”, por não se formarem pelo acréscimo simultâneo dos dois afixos.

Margarida Basilio (1995, p. 45-47) chama a atenção para o fato de que esse procedimento tradicional de se observar apenas esse aspecto da possibilidade de formação do vocábulo derivado por parassíntese é de certa forma limitado, pois não leva em consideração diferentes possibilidades de interpretação semântica dos adjetivos formados. A autora cita como exemplo o adjetivo *desdentado*, que poderia ser interpretado meramente como um derivado sufixal do verbo *desdentar*, significando “aquele que foi paciente do ato de desdentar”. No entanto, na maioria das vezes, a idéia expressa é simplesmente a de “desprovido de (todos os) dentes”, que só pode ser obtida pelo acréscimo simultâneo dos dois afixos. Isso, segundo Basilio (1995, p. 47), “mostra que podemos ter derivações parassintéticas mesmo em casos em que a supressão de um afixo teria como resultado uma palavra da língua”. Kehdi (1997, p. 20) também concorda ao afirmar que “num grupo de derivados, deve haver relações não só formais, mas também semânticas”. Ao apresentar alguns pares de verbos que têm o radical em comum – *largar* (= soltar) e *alargar* (= tornar largo), por exemplo, que derivam de *largo* –, mostra que, mesmo com a existência independente de *largar*, o prefixo **a-** é indispensável para o sentido que *alargar* apresenta.

Em função dessas observações, cabe também considerarmos, mesmo que em número bem mais reduzido de casos, a possibilidade de derivação parassintética em adjetivos formados a partir do particípio passado de verbos, com os sufixos **-ado(a)** e **-ido(a)**, e os prefixos **a-** e **des-**.

Neste trabalho, pela atenção particular dada a formas nominais, os verbos parassintéticos serão de interesse apenas na medida em que servirem de base para a formação de outros derivados por sufixação.

D) Derivação regressiva

A *derivação regressiva*, contrariamente aos demais tipos de derivação apresentados, consiste, em vez da ampliação da palavra derivada pelo acréscimo de afixos (prefixos ou sufixos) a determinado radical, na redução da palavra derivante por uma falsa análise da sua estrutura.²⁸ A rigor, de certa forma seria possível considerar as palavras assim formadas como formas reduzidas.

A *derivação regressiva* pode ser também chamada de *derivação deverbal*, já que esse processo tem grande produtividade em língua portuguesa na criação de substantivos a partir de verbos, chamados, assim, de *substantivos deverbais* ou *pós-verbais*. São formados pela junção de uma das vogais **-o**, **-a** ou **-e** ao radical do verbo (CUNHA, 1982, p. 119), resultando em, de acordo com Said Ali (1964, p. 163), substantivos masculinos em **-o** (*amparo*) ou em **-e** (*corte*), substantivos femininos em **-a** (*conserva*), e substantivos masculinos e femininos em **-o** e **-a** (*achego* e *achega*).

Para superar a dificuldade muito comum em distinguir qual a palavra derivada, se o substantivo ou o verbo, Rocha Lima (1986) dá a seguinte orientação:

É preciso não esquecer que os substantivos deverbais denotam “ação”; assim, *o vozeio*, *o embarque*, *a disputa* significam, respectivamente, a ação do *vozear*, a de *embarcar*, a de *disputar*. Já os substantivos que nomeiam “objetos”, ou “substâncias” – estes é que são os primitivos, como *escudo* e *azeite*, que deram origem aos verbos *escudar* e *azeitar*. (ROCHA LIMA, 1986, p. 187-188)

Para Dubuc (1999, p. 155), também o processo de formação de *inox*, forma reduzida de *inoxidável*, pode ser considerado derivação regressiva. Observa-se, porém, uma tendência a que os autores consultados que analisam a língua portuguesa incluam um procedimento como este no estudo das formas reduzidas. Para o estudo da TIMov, as formas derivadas regressivamente são de interesse justamente pelo fato de poderem ser UTs denominadoras de ação.

²⁸ Rocha Lima (1999, p. 370) cita como exemplos os vocábulos *rosmaninho* e *sarampão*, este último também mencionado por Basilio (1995, p. 38), que foram tomados como uma forma diminutiva e outra aumentativa, gerando, pela perda dos sufixos, respectivamente, *rosmano* e *sarampo*.

3.4.2.1.2 UTs compostas

Assim como as UTs derivadas, as UTs formadas pelo processo de composição são consideradas unidades terminológicas construídas. Há, porém, pelo menos três aspectos em que compostos e derivados se distinguem.

Diferentemente da derivação, em que temos uma base léxica acrescida de afixos, na composição a formação de palavras se dá a partir da soma de mais de uma base léxica. Essa base léxica pode ser vernácula ou culta, bem como autônoma (um vocábulo já existente, ou uma forma livre) ou não autônoma (uma forma presa). Em todos os casos, a unidade lexical resultante “funciona morfológica e semanticamente como um único elemento” (ALVES, 2002, p. 41).

Outra importante diferença com relação à derivação refere-se ao fato de que a composição é, nas palavras de Bechara (1999, p. 353), uma “transformação sintática em expressão nominal”, e o caráter sintático da unidade lexical resultante pode tanto ser coordenativo como subordinativo, como veremos adiante.

A função primordial das palavras formadas por composição é a denominação, como reforça Basilio (1995, p. 30): “Com a utilização de estruturas sintáticas para fins lexicais, os processos de composição permitem a nomeação ou caracterização de seres pela junção de dois elementos semânticos, de existência independente, em apenas um elemento lexical.” A denominação pode ser descritiva, como em *sofá-cama*, um “sofá que pode funcionar como uma cama”, ou metafórica, como em *cachorro-quente*, um “sanduíche quente feito com salsicha”, que não tem qualquer relação denotativa com o animal cachorro.

Outra distinção importante entre formas derivadas e formas compostas é a de que a unidade léxica composta “não costuma manifestar formas recorrentes” (ALVES, 2002, p. 41). Basilio (1995, p. 33) corrobora essa afirmação dizendo que “a combinação de elementos na formação de uma palavra composta é imprevisível, na medida em que depende das necessidades específicas de cada caso, além da alternativa metafórica”.

Essas afirmações são mais aplicáveis nos casos em que as bases lexicais componentes mantêm sua individualidade e integridade. Diz-se aí que temos uma composição por justaposição. Essa individualidade é normalmente marcada pela presença de hífen, como nos exemplos dados acima, mas também pode haver formações não hifenizadas, como, por

exemplo, *passatempo* e *vagalume*. Já quando ocorre uma fusão das bases, pela perda de elementos (acento tônico, vogais, consoantes) para adaptação de uma à outra, diz-se que temos uma composição por aglutinação. Exemplos seriam *agridoce* e *grandiloqüência*.

É na composição por aglutinação que encontramos um terreno fecundo para o hibridismo, isto é, a formação de palavras a partir de elementos de línguas diferentes. Nesses casos, pode-se falar em algum grau de recorrência de radicais latinos e gregos, especialmente quando sob a forma de bases não autônomas, que podem estar estreitamente relacionadas a determinadas áreas temáticas.

A) Composição pela combinação de bases autônomas (formas livres)

A relação sintática entre os elementos de uma palavra composta pode ser de coordenação ou de subordinação.

Nos compostos por coordenação, tem-se sempre a combinação de duas bases léxicas com a mesma distribuição. Diz-se que a relação é de coordenação porque se pode pressupor entre os dois elementos a existência da conjunção coordenativa “e” ou a idéia de uma adição. Assim, em *hospital-escola*, temos a denominação de um hospital que é também uma escola (“hospital e escola”); em *papel-toalha*, um papel que faz as vezes de toalha. São mais abundantes os casos em que o primeiro elemento é o determinado e o segundo, o determinante.

Alguns autores, como Bechara (1999, p. 355-356), limitam a possibilidade de coordenação à estrutura substantivo+substantivo. No entanto, parece lógico considerar, em conformidade com Alves (2002, p. 44-45) e Kehdi (1997, p. 42-43), outras estruturas como coordenativas, como adjetivo+adjetivo, bastante veiculadas na mídia impressa, como mostram os exemplos fornecidos: *jordaniano-palestina*, *sueco-argentina*, *surdo-mudo*. Kehdi (1997, p. 46) acrescenta ainda a combinação verbo(+conjunção)+verbo como coordenativa, explicitando essa possibilidade ao abordar, no capítulo sobre flexão de número dos compostos, os substantivos/adjetivos coordenados: “como um núcleo não determina o outro (pode-se subentender a conjunção *e* entre os dois elementos), ambos vão para o plural [...] Neste item incluem-se os verbos e nome onomatopéicos repetidos, pois são elementos coordenados.”

Os compostos por subordinação apresentam maior possibilidade e diversidade de combinações, embora as formações mais abundantes ainda sejam as de substantivo + adjetivo (ou vice-versa). Nesses casos, a relação entre os componentes é de caráter determinante/determinado ou determinado/determinante. Como explica Alves (2002, p. 41), nesses casos “a base determinada constitui um elemento genérico, ao qual o determinante acresce uma especificação, característica da classe adjetival”. A função de adjetivo nessas combinações pode ser também exercida por preposição+substantivo, como em *mula-sem-cabeça*, *água-de-cheiro*. Nas linguagens técnicas, essas possibilidades de composição geram UTs sintagmáticas ou poliléxicas.

Outra combinação bastante freqüente, também identificada nas linguagens técnicas, é a de verbo+substantivo, em que a forma verbal substantivada, “nos compostos modernos ... se apresenta na terceira pessoa do singular do presente do indicativo” (KEHDI, 1997, p. 43), como os exemplos *saca-rolhas*, o “objeto que saca rolhas”, *guarda-chuva*.

Bechara (1999, p. 356) lista ainda uma série de combinações possíveis na composição de bases autônomas em relação de subordinação: pronome+substantivo (*Nossa Senhora*); numeral+substantivo (*onze-horas*); advérbio (*bem*, *mal*, *sempre*)+substantivo, adjetivo ou verbo (*sempre-viva*); verbo+advérbio (*ganha-pouco*); um grupo de palavras ou uma oração inteira, com valor nominal (um *toma-lá-dá-cá*).

B) Composição pela combinação de bases não-autônomas (formas presas)

Também é muito comum em português a formação de palavras compostas a partir de combinações com bases presas, que também podem ser vernáculas ou cultas (radicais gregos ou latinos). Esse processo visa também a suprir a necessidade de denominação, especialmente nas áreas técnicas e científicas, quer pela formação de nomes, quer pela formação de adjetivos que darão a nomes mais genéricos uma maior especificidade.

Apesar das variadas possibilidades de combinação, um número relativamente pequeno de radicais é o mais comum de se observar. Diferentemente da composição com bases livres, nesse tipo de composição o segundo termo é o núcleo e o primeiro termo é o especificador.

Basilio (1999, p. 35) lembra que, em função do objetivo de denominação na linguagem técnico-científica, geralmente não se verificam nesses casos, como já

mencionamos na Seção 3.4.1.1.2, construções metafóricas: “As formações são sempre descritivas e eventuais distanciamentos entre o significado do todo e o das partes se devem a fatores usuais de evolução semântica, assim como a fatores de diversificação terminológica”.

Pode-se observar a predominância de determinados radicais na composição de UTs específicas das diferentes áreas, e como já descrito por vários pesquisadores (cf. ESTOPÁ, na biomedicina, em catalão; em língua portuguesa, cf. ALVES, 2002, e ARAÚJO, 2002, na economia; BARROS, 2005, na dermatologia; BORGES, 1998, nas geociências; CANO, 2001, nas ciências; PONTES, 2001 na terminologia do caju; SBABO, 2003, na periodontia; a equipe TERMISUL, 1998, 2000, na área do direito ambiental; para citar apenas alguns exemplos). Essa preferência não se dá aleatoriamente, mas em função dos conceitos fundamentais para cada área. A terminologia da indústria moveleira não será exceção, como veremos adiante, a partir da análise das UTs localizadas no *corpus*.

3.4.1.3 UTs abreviadas

De um modo geral, podem ser consideradas UTs abreviadas ou reduzidas aquelas que, por um processo de truncamento ou abreviação propriamente dita, são uma redução de uma unidade lexical autônoma, bem como as que resultam da redução de termos originalmente complexos ou mesmo poliléxicos a siglas, acrônimos ou abreviaturas. São, por isso, também unidades construídas, e seu estudo tem para a análise terminológica grande importância pelas relações que seu processo de formação revela. Por um lado, como já mencionado na Seção 3.4, é um procedimento comum de formação de termos, denominado por Sager (1990) de “compressão” e compreendido como uma modificação de recursos disponíveis. Além disso, como apontado tanto por Dubuc (1999) como por Alves (2002), as formas abreviadas revestem-se de um aspecto neológico e, ao crescerem em seu grau de lexicalização, passam a comportar-se como unidades lexicais primitivas, gerando derivados e compostos – em suma, sofrendo modificações por terem passado também a ser um “recurso disponível” da língua.

Pelo fato de nem todos os autores pesquisados explicitarem uma distinção criteriosa, basearemos nossa explanação nas orientações didáticas dadas por Dubuc (1999), complementando com informações colhidas nas outras obras consultadas. Dubuc (1999, p.

144), então, distingue três procedimentos possíveis na abreviação de palavras: o truncamento (braquissesmia ou abreviação propriamente dita), a siglação e a acronímia (ou acrossemia), que resultam, respectivamente, em formas abreviadas, siglas e acrônimos. Vejamos cada um desses procedimentos em maior detalhe.

A) Truncamento, braquissesmia ou abreviação propriamente dita

O truncamento (truncar = “cortar o tronco”), braquissesmia (*braqui*= do grego, “curto”, “breve”) ou abreviação (abreviar = “tornar mais breve”) consiste na segmentação e uso de apenas uma parte da unidade lexical. Nas palavras de Bechara (1999, p. 371), a abreviação consiste no emprego de uma parte da palavra pelo todo, por brevidade de expressão: “A forma abreviada passa a constituir uma nova palavra e, nos dicionários, tem tratamento à parte, quando sofre variação de sentido ou adquire matriz especial com relação àquela donde procede.” É o que aconteceu, por exemplo, com *inoxidável*, que já tem a forma abreviada *inox* consagrada pelo uso há bastante tempo e já registrada no *Michaelis* e no *Houaiss* (este último com indicação de que é uma marca registrada).²⁹

Monteiro (1986, p. 174), que prefere o uso do termo braquissesmia (informando ter sido cunhado por Carnoy), aponta que a subtração pode se dar nos elementos terminais do vocábulo, pelo processo de apócope (*poliomielite* → *pólio*), nos iniciais, por aférese (*José* → *Zé*), ou nos mediais, por síncope (*maior* → *mor*). O autor também aponta a grande produtividade da braquissesmia na linguagem oral.

Este fenômeno também está presente na evolução de alguns prefixos, que, após seu emprego generalizado em substituição a todo o vocábulo, passaram a assumir novo significado e compor novas palavras como se fossem uma base lexical autônoma.

Dubuc (1999, p. 145-146) traz dois exemplos bastante elucidativos: *auto* e *tele*. Ambos funcionavam originalmente apenas como prefixos, o primeiro significando “por si mesmo” e o segundo, “a distância”. A partir da difusão, por necessidades sociais e culturais, dos objetos *automóvel* e *televisão*, a necessidade de brevidade de expressão, pelo mesmo movimento de abreviação, promoveu a redução para *auto* e *tele*³⁰. Em um novo movimento,

²⁹ Lembramos que, na Seção 3.4.2.1.1, comentamos que DUBUC (1999, p. 155) apontava o fenômeno em *inox* como uma derivação regressiva.

³⁰ Esse uso é mais comum em língua espanhola que em língua portuguesa.

cada uma das formas abreviadas, representando toda a unidade da qual foi reduzida, gerou novas unidades, das quais podemos citar como exemplos, em língua portuguesa: *automecânica* (= mecânica de automóveis), *autopeças* (= peças para automóveis), *telenovela* (= novela veiculada pela televisão), *telemânico* (= maníaco por televisão).

Em português, apesar de não ser usual o emprego de *tele*, isoladamente, por *telefone*, também podem ser identificados vários compostos formados a partir dessa forma reduzida como se fosse uma base autônoma: *telelista* (= nome de marca de uma lista telefônica), *telemarketing* (= serviço de divulgação e venda de produtos por telefone), *telentrega* /*tele-entrega*³¹ (= entrega de encomendas feitas por telefone).

Outra peculiaridade das formas abreviadas é que elas podem juntar-se ainda a outras formas abreviadas para compor uma unidade lexical de sentido novo. Esse processo é conhecido na gramática da língua portuguesa como **combinação** (BECHARA, 1999, p. 372). Alves (2002, p. 69-70) o apresenta no capítulo intitulado “Outros processos”, denominando-o de **palavra-valise** e explicando que nesse “tipo de redução, duas bases – ou apenas uma delas – são privadas de parte de seus elementos para constituírem um novo item léxico: uma perde sua parte final e outra, sua parte inicial.” São bastante conhecidos os exemplos em língua portuguesa: *biônico*, uma combinação de *bio-*, de *biológico* + *-ônico*, de *eletrônico*; os neologismos jocosos apontados por Bechara (1999, p. 372): *portunhol*, forma de se referir ao espanhol, de onde vem *-nhol*, falado com muita influência do português, de onde vem *portu-*, e *aborrecente*, um adolescente, de onde vem *-(ce)nte*, que aborrece, de onde vem *aborre(ce)*.

B) Siglação e acronímia ou acrossemia³²

Pelas várias semelhanças entre esses dois procedimentos³³, trataremos as siglas e os acrônimos conjuntamente nesta seção. Tanto umas como os outros consistem numa combinação das letras iniciais das palavras que representam. Para Dubuc (1999, p. 144), a

³¹ A falta de uma posição definitiva quanto à grafia correta desta expressão é um reflexo da dúvida quanto à natureza da forma abreviada *tele*. Se fosse um prefixo, isso já estaria determinado e normatizado nas gramáticas.

³² O termo *acronímia*, bem como sua variante *acronimia*, só estão registrados no *Houaiss*, com indicação de datação aproximada de 1950, mas seus equivalentes são amplamente empregados tanto nas obras consultadas em inglês quanto em espanhol. Não há, no nosso entender, traços semânticos distintivos suficientes para distinguir, nas definições dadas pelas nossas obras lexicográficas maiores, *acrossemia* de *acronímia*, o que nos faz levantar a hipótese (que não teremos espaço para investigar no escopo deste trabalho) de que *acronímia* seja um estrangeirismo acolhido pela Língua Portuguesa na época registrada pelo *Houaiss*.

³³ Muitos autores, como Alves (2002), Bechara (1999) e Kehdi (1997), sequer os distinguem.

diferença entre ambos é que, enquanto na sigla essas letras são lidas separadamente, no acrônimo existe a possibilidade de pronunciá-las facilmente como se fossem um vocábulo. Assim, *MPB* (= eme-pê-bê, que representa “**m**úsica **p**opular **b**rasileira”) seria considerado uma sigla, enquanto *ONU* (= “ônu”, que representa “**O**rganização das **N**ações **U**nidas”) seria um acrônimo.³⁴ Encontramos respaldo para essa posição, em língua portuguesa, na definição de sigla dada pelo *Aurélio*:

Sigla

4. Reunião das letras iniciais dos vocábulos fundamentais de uma denominação ou título, sem articulação prosódica, constituindo meras abreviaturas.

Também é possível que os acrônimos sejam constituídos por mais de uma letra ou até sílabas, não apenas a letra inicial, das palavras que substituem. Exemplos seriam *radar*, que representa “**r**adio **d**etecting **a**nd **r**anging” (= “técnica e aparelho de localização e determinação de distância de um objeto afastado (avião, submarino, etc.) por meio de emissão de ondas radioelétricas e a detecção e análise do pulso refletido pelo objeto”^{HOUA}) e *sonar*, que representa “**s**ound **n**avigating **a**nd **r**anging” (= “técnica e aparelho para detectar objetos imersos em água e determinar-lhes a posição e a velocidade, utilizando a emissão de pulsos de ultra-sons e a recepção e identificação do eco”^{AURE}), ou Unisinos (= Universidade do Vale do Rio dos Sinos). Ao substituir nomes próprios, é comum que o acrônimo de mais de três letras mantenha apenas a primeira maiúscula.

Monteiro (1986, p. 175-176) também distingue as siglas dos acrônimos, e considera que os vocábulos produzidos por acrossemia têm autonomia de significado, já que são lidas e pronunciadas como formas simples e não como as expressões que abreviam. Na sigla, ao contrário, a “seqüência de fonemas não se organiza em padrões silábicos próprios da articulação das palavras portuguesas” (p. 176). O autor também enfatiza que existe a possibilidade de o vocábulo acrossêmico substituir completamente a expressão que designa, além de muitas vezes seus significados se enriquecerem dos valores conotativos que as expressões originárias podem transmitir (cita como exemplo uma instituição, Centro de Orientação e Reprogramação Psicoorgânica, cujo acrônimo é CORPO).

³⁴ Zanotto (2002, p. 268) denomina as primeiras “siglóides” e os segundos, “siglemas”.

Nos estudos terminológicos, as siglas e os acrônimos são combinações das iniciais de uma unidade terminológica poliléxica, motivo pelo qual poderíamos estar incluindo toda essa fundamentação teórica também na próxima seção, que dá conta das UTs poliléxicas. No entanto, muitas dessas formas apresentam já alto grau de lexicalização, indicado pela grafia completamente em minúsculas, o que poderia permitir tratá-las como unidades simples (ESTOPÀ, 2001, p. 73, nota 6). Acreditamos que essas são unidades bastante complexas, como se verá a seguir, por isso a opção por abordá-las nesta seção.

Alves (2002, p. 56) considera o processo de formação de UTs abreviadas em forma de siglas ou acrônimos um tipo “especial de composição sintagmática” muito produtivo para a formação de unidades neológicas, em decorrência da “lei de economia discursiva”: “O sintagma é reduzido de modo a tornar-se mais simples e mais eficaz no processo de comunicação.”

Diferentemente das formas abreviadas propriamente ditas, as siglas e os acrônimos podem gerar formas derivadas pelo acréscimo de sufixos, o que também não ocorre, como lembra Monteiro (1986, p. 176), com locuções. Isso se explica pelo fato de, muitas vezes, as denominações completas serem menos conhecidas que as siglas correspondentes; como resultado, “estas passam a ser sentidas como palavras primitivas, das quais se formam derivados” (KEHDI, 1997, p. 52). Assim, as siglas de partidos políticos brasileiros, como PMDB ou PT, geram os adjetivos *pemedebista* ou *peemedebista* e *petista*.

Estopà (2001, p. 73) lista cinco características que as siglas apresentam (que podem ser estendidas aos acrônimos) que as tornam tão particulares nos estudos de linguagens especializadas: a) freqüentemente, têm caráter internacional; b) são semanticamente opacas, já que a única relação que têm com o sintagma que substituem são as iniciais; c) apresentam forma tipográfica singular, pois costumam ser escritas em letras maiúsculas, sem pontos ou espaços em branco; d) costumam ser formadas por um conjunto de três a cinco letras que substitui um segmento de, geralmente, três palavras; e) aparecem habitualmente no texto entre parênteses, imediatamente após o segmento expandido que substituem. Pelo que observamos em textos, especializados ou não, podemos acrescentar que não é incomum a forma expandida ocorrer entre parênteses ou travessões após a sigla, caso esta seja de uso mais corrente.

Kuguel (2002, p. 584) aponta que a siglação se liga a textos mais especializados e que nos casos em que é usada em textos de menor nível de especialização aparece sempre

junto à forma plena. Em suas análises, a autora concluiu que as siglas geralmente são mais empregadas na denominação de processos que de objetos.

Alves (2002, p. 57) acrescenta que essas formações distribuem-se normalmente entre os substantivos e podem também flexionar quanto ao gênero, que geralmente segue o do primeiro elemento do sintagma reduzido. Quanto ao número, podem variar ou não.

Rondeau (1984, p. 138) observa que a siglação (e estendemos a observação à acronímia), justamente por ser um modo de denominação tão prolífero, deve obedecer a certas restrições. Por exemplo, é necessário evitar-se ambigüidades que poderiam ser criadas pelo uso de uma sigla já associada a uma noção ou a uma designação, bem como de se evitar a sinonímia interlingüística, ou seja, não fabricar uma sigla própria a cada língua para representar uma mesma noção. Por exemplo, a AILA e a ISO têm a mesma sigla em todas as línguas; por outro lado, representam a mesma realidade em duas línguas diferentes. O autor justifica que a “razão que milita em favor desta posição é que a sigla pertence, como o símbolo, ao sistema semiológico, mas não ao sistema lingüístico; como o símbolo, deve constituir uma entidade estática, funcionando fora das línguas naturais, mesmo que, na origem, seja proveniente de uma língua em particular”.

Kuguel (2002) aponta vantagens e desvantagens para o emprego das siglas:

A siglação tem a vantagem, sobre a RA [redução anafórica], de manter intacta a quantidade de constituintes do sintagma terminológico. Deste modo se assegura a concentração conceitual do mesmo, evitando a ambigüidade entre especialistas de um mesmo domínio. A desvantagem que têm os sintagmas terminológicos siglados é que a peça léxica se torna mais opaca –o corpus mais ainda porque as siglas se formam tomando as iniciais dos constituintes do sintagma terminológico em inglês – e que o texto perde em qualidade coesiva. (KUGUEL, 2002, p. 584)

É nesse sentido também que se diz que as siglas e os acrônimos passam a ser, nas linguagens de especialidade, um “termo coringa”, pois, apesar da predominância de seu emprego como substantivo, podem também valer como adjetivo e como advérbio. Fica, porém, também o alerta: “O item léxico formado acronimicamente, que tem a função de permitir uma economia no ato da comunicação, somente exerce tal papel se a sigla for interpretada pelos receptores.” (ALVES, 2002, p. 56-57). Daí a necessidade de as siglas apresentarem-se, a miúdo, acompanhadas de todo o sintagma ou de sua definição, o que acaba contribuindo para a variação denominativa.

3.4.2.2 UTs poliléxicas

Como aponta Estopà (2000, p. 234), as UTs poliléxicas são as unidades mais prototípicas e mais freqüentes nos textos especializados, apresentando as características morfossintáticas mais explícitas, o que facilita sua extração nos *corpora* especializados.

A principal característica das UTs poliléxicas é o fato de que se constituem pela lexicalização de estruturas sintáticas, motivo pelo qual são também chamadas de composições sintagmáticas ou sintagmas terminológicos. Esses sintagmas são constituídos por no mínimo dois elementos fundamentais: um elemento determinado, que expressa o conceito fundamental, e um elemento determinante, que restringe, de algum modo, a abrangência desse conceito. Essa situação já havia sido apontada por Wüster (1998, p. 88) ao abordar, no processo de denominação, a determinação:

No caso da determinação, o conceito de base se chama *constituente determinado*, enquanto que o caráter restritivo se chama *constituente determinante*. Se o constituinte determinado ou o constituinte determinante se expressam mediante uma única palavra, então ao constituinte determinado se denomina *palavra de base* e ao constituinte determinante se denomina *determinante* (como na gramática tradicional). (WÜSTER, 1998, p. 88)

Para Alves (2002, p. 54), os sintagmas terminológicos geralmente resultam “de uma indecisão em relação à designação de uma nova noção. A denominação em forma de sintagma pode vir a ser substituída por uma única base ou o sintagma pode chegar a cristalizar e inserir-se no léxico da língua.”

Rey (1992, p. 71; 1995, p. 107) diz que a forma de sintagmas nominais é bastante adotada nas ciências e talvez mais ainda nas técnicas, em várias línguas.

Cabré (1993, p. 177) aponta ainda que essas estruturas são mais freqüentes na terminologia que no léxico comum. Corrobora, assim, a idéia de Dubuc (1999, p. 81), que afirma que a unidade terminológica “se encontra mais vinculada com a situação concreta de comunicação que a unidade léxica, motivo pelo qual adota, na maioria das vezes, uma forma menos lexicalizada”, fato que vincula à maior a freqüência das formas sintagmáticas nas unidades terminológicas.

Também não é raro observar-se, segundo Alves (2002, p. 54), que o “vocabulário de uma tecnologia ou de uma ciência em formação condiciona o surgimento de unidades lexicais sintagmáticas em que se observa o empréstimo de temas de disciplinas conexas” (ALVES, 2002, p. 55), para o que cita como exemplo *ônibus espacial*, em que o “primeiro elemento, o substantivo determinado, é proveniente do vocabulário dos transportes terrestres, e o elemento determinante, referente ao domínio cósmico, é o que imprime um caráter específico ao sintagma” (ALVES, 2002, p. 55).

A abundância dos sintagmas terminológicos é explicada, para Alpízar (1994, p. 94), como uma consequência do modelo de formação léxica mais frequentemente verificado na prática científica e técnica:

a partir de um elemento inicial, simples ou complexo, se adicionam modificadores, que delimitam ou particularizam seu conteúdo, para responder à necessidade de denominar novas realidades. Esses modificadores, como consequência do uso reiterado, chegam a formar uma unidade denominativa estável com o modificado, reconhecível como tal pelos falantes, e esse novo termo, complexo ou mais complexo que o primeiro, acaba por lexicalizar-se, isto é, por fixar-se no conjunto léxico de que se dispõe para a comunicação especializada. (ALPÍZAR, 1994, p. 94)³⁵

Paralelamente às possibilidades praticamente ilimitadas de expansão de um sintagma pelo acréscimo de modificadores, surgem as dificuldades de delimitação de sintagmas e de distinção entre esses e formações fraseológicas ou discursivas livres. Krieger (2004) comenta:

As expansões, que exprimem especificidades cognitivas e técnicas, constituem um mecanismo denominativo típico das terminologias. Em realidade, todo processo de lexicalização comporta graus relacionados à frequência dos usos das estruturas sintagmáticas de valor terminológico. Por essa razão, é comprometedor afirmar que a apreensão dos conteúdos vinculados pelos termos complexos dispensa toda e qualquer análise componencial, independente do nível de profundidade e cientificidade em que esta se realiza. (KRIEGER, 2004, p. 336).

Assim, a conformação de unidades poliléxicas chama a uma análise dos componentes do sintagma de modo que se possa não apenas apreender toda a dimensão dos

³⁵ Observe-se que Alpízar (1997), em consonância com os trabalhos iniciais de Cabré (1993), utiliza o nome *complexo* para referir tanto unidades monoléxicas complexas como unidades poliléxicas, o que Estopà (2001) e IulaTerm (2002) chamam de *unidades construídas*, postura que também adotamos neste trabalho.

conceitos denominados, como também avaliar o grau de lexicalização da unidade denominativa.

3.4.2.2.1 Padrões de estruturação das UTs poliléxicas

A construção de unidades sintagmáticas vai se realizar em consonância com os padrões de formação lexical e sintática das diferentes línguas e famílias lingüísticas. Em inglês, por exemplo, os determinantes podem ser antepostos ao nome determinado, como adjetivos, numa simples justaposição de nomes, processo estudado gramaticalmente como uma forma de composição lexical, enquanto que estruturas em que ao determinado seguem determinantes precedidos de preposições podem ser estudadas como colocações, que poderão vir a se lexicalizar por uma redução gradual à forma composta (cf. SAGER, 1990, p. 65-67).

Para ilustrar, podemos citar e explicar exemplos fornecidos por Sager (1990, p. 66). No primeiro caso, *machine translation* seria em inglês um nome composto, em que “tradução [feita por/através de uma] máquina” gera o conceito “tradução automática”; no segundo caso, *a box for tools*, originalmente uma colocação livre significando “uma caixa para ferramentas”, evoluiu até chegar a *tool box* ou *toolbox*, “caixa de ferramentas”.

Rey (1992, p. 71-72) comenta também diferenças de construção entre o alemão e o francês, a partir, entre outros, dos exemplos *facteur de transmission* (francês) e *Transmissionsgrad* (alemão), que significam “fator de transmissão”: “As estruturas semânticas são análogas, as estruturas formais o são freqüentemente, mas o determinante é anteposto no alemão, posposto em francês e, o que mais nos interessa aqui, preso ao determinante em alemão para formar uma unidade lexical complexa.” Ambos os autores comentam que essa forma de composição pode resultar em economia e coesão, mas perde em transparência, ou seja, fica mais difícil identificar a motivação para a formação do termo.³⁶

Com base em autores como Rey (1992), Cabré (1993, 1999) e Estopà (2000), pode-se concluir que as línguas românicas seguem um padrão bastante semelhante de formação de unidades terminológicas poliléxicas. No francês, Rey (1992, p. 71) aponta que sua estrutura é

³⁶ Também Wüster (1998, p. 89) apontava essa dificuldade de interpretação quando da redução de sintagmas preposicionados em compostos em que se suprime a preposição, citando como exemplo *Münchner Zug*, que poderia tanto significar “o trem que vai a Munique” quanto “o trem que vem de Munique”.

constante: “um elemento determinado (nome ou sintagma nominal, ele mesmo analisável) e uma determinação realizada por um ou vários adjetivos ou complementos preposicionais”, o que vem a coincidir com o português, o espanhol, o catalão.

Dito de outra forma, as estruturas mais frequentes que as UTs poliléxicas podem assumir nas línguas românicas são o sintagma nominal formado por nome+adjetivo, expressa como $[N[A]_{SAdj}]_{SN}$, e o sintagma nominal formado por nome+sintagma nominal preposicionado, expresso como $[N[de(art)[N]_{SPrep}]_{SN}$. Nessa estrutura, o nome sempre será o núcleo determinado, e o adjetivo, seja ele simples ou perifrástico – isto é, sob a forma de uma locução adjetiva ou sintagma nominal preposicionado –, desempenhará a função de determinante.

Além disso, a estrutura das UTs poliléxicas pode resultar da combinação de duas UTs (*embolia pulmonar, aditivo antibolha, excímero intermolecular*) ou uma UT e uma palavra não-terminológica (*capacidade pulmonar, resistência intermolecular, mesa de tintagem, revisora rebobinadeira, lâmina pré-composta*), ou ainda de duas palavras não-terminológicas que, quando juntas, referem um conceito específico de uma área um domínio de conhecimento (*mesa de cabeceira, cadeira de rodas, madeira reconstituída*). Em qualquer dos casos, alerta Sager (1990, p. 76), a nova entidade criada deve representar um conceito.

3.4.2.2.2 Dificuldades na detecção de UTs poliléxicas

Pelo fato de a construção sintagmática das UTs poliléxicas ser tão semelhante na terminologia como na língua comum, outros problemas podem ser decorrentes, especialmente relacionados à dificuldade de detecção dessas UTs, como bem resume Cabré (1993):

Essas estruturas sintagmáticas ou sintagmas terminológicos se regem pelas mesmas regras combinatórias que os sintagmas livres; aparentemente não se distinguem por nenhum traço formal específico. Por essa razão é difícil distinguir entre sintagmas terminológicos e sintagmas livres; e igualmente não é nada fácil conseguir delimitar com exatidão o segmento que corresponde a um sintagma terminológico, já que a forma de um termo sintagmático pode chegar a coincidir inclusive com sua própria descrição. (CABRÉ, 1993, p. 177)

Dessa forma, um importante trabalho do terminólogo e do terminógrafo é, nas palavras de Alpízar (1994, p. 94), a “delimitação das fronteiras, em um contexto dado, entre um termo e outro, ou entre termos e vocábulos da língua comum”, que vai incidir diretamente sobre a escolha dos vocábulos ou expressões que figurarão como entradas de verbetes de dicionário, ou seja, “seu tratamento como lema”. Na prática, é um ponto bastante difícil de esclarecer, pois nem sempre é evidente o pertencimento ou não pertencimento de um modificador (inclusive um conjunto de modificadores do termo), isto é, o estabelecimento dos limites da unidade terminológica.

Para Dubuc (1999, p. 81), a “relação determinante/determinado é a que constitui a chave da segmentação da unidade terminológica.” E mais adiante reitera: “Por conseguinte, o elemento fundamental da segmentação da unidade terminológica se encontra na análise da relação entre o determinante e o determinado. De fato, só o determinante traz uma precisão fundamental ao determinado porque pode formar parte da unidade terminológica”, sugerindo uma distinção entre determinantes essenciais e acidentais (DUBUC, 1999, p. 82).³⁷

[...]

Determinantes acidentais dão aqueles que não modificam o sentido do determinado e que, em todo caso, implicam modificações de aspecto ou circunstância. [...]

Com os determinantes essenciais ocorre o contrário. O determinante modifica a natureza do determinado ou supõe uma relação tão estreita com ele que quando se suprime muda o sentido do determinado. [...] É claro que é a análise do conceito que nos informa acerca do alcance efetivo do determinante. Por outro lado, um mesmo determinante, segundo o caso, pode ter uma função essencial ou ser um determinante circunstancial. (DUBUC, 1999, p. 82-83)

Para que se possa considerar o determinante como essencial, devem ser definidos critérios que permitam avaliar o grau de coesão entre o determinante e o determinado, o que tem sido feito por diversos autores. Dubuc (1999, p. 83), por exemplo, sugere quatro critérios de caráter cumulativo, que vão permitir julgar a relação entre eles: o grau de lexicalização de termos; o estabelecimento de uma relação de classificação ou oposição; a co-ocorrência; e recursos tipográficos.

³⁷ A distinção entre *essenciais* e *acidentais* é sugerida por Dubuc (*op. cit.*) como critério para distinguir unidades fraseológicas e unidades discursivas livres, em que o papel de determinante seria cumprido sintaticamente pelo complemento verbal. Diz o autor: “As mesmas considerações são válidas para o verbo e seu complemento. Quando o complemento modifica o conteúdo semântico do verbo, significa que está unido a ele por uma relação essencial. Nesse caso, forma parte da unidade terminológica.” Esse é, assim, um critério importante para a identificação de Unidades Fraseológicas Especializadas.

- a) *Grau de lexicalização do termo*. Quanto maior o grau de lexicalização, maior é a probabilidade de que se trate de uma unidade terminológica, pois “a coesão entre as partes do sintagma que faz com que essas partes sejam indissociáveis depois de uso prolongado”. (DUBUC, 1999, p. 83). Nesse aspecto, adquire importância especial o emprego ou não de artigos, adjetivos possessivos ou demonstrativos: sua ausência pode ser “índice de uma lexicalização avançada”, enquanto a “presença do artigo particulariza, ou seja, o artigo tira o valor léxico do termo” (DUBUC, 1999, p. 83).

Observamos, por exemplo, na terminologia dos móveis, que “mesa de centro” refere um tipo específico de mesa, de dimensões menores e pernas mais baixas, usada em salas de estar, geralmente em frente a um sofá e em conjunto com “mesas de canto”. Já esse conceito não se sustenta se houver a inserção de artigo no sintagma: “mesa do centro” pode ser qualquer mesa (alta, grande, para refeições, para estudo) que tenha sido colocada no centro de algum ambiente. Dubuc (1999) ressalta ainda que, em terminologia, há uma tendência a que o grau de lexicalização seja mais débil que em lexicografia, mas, de qualquer forma, pode-se dizer “que uma lexicalização forte indica sempre a presença de uma unidade terminológica, mas pode dar-se uma unidade terminológica sem lexicalização forte” (DUBUC, 1999, p. 84).

- b) *Estabelecimento de uma classificação ou oposição*. Se a caracterização que o determinante traz ao determinado permite estabelecer relações de oposição entre conceitos (em nosso exemplo anterior, o conceito de “mesa de centro” de oposição ao de “mesa de canto”) ou permite uma hierarquização entre os conceitos, de modo que se possa classificá-los, está-se, para Dubuc (1999), diante de um determinante que forma parte de uma unidade terminológica (DUBUC, 1999, p. 84).

Assim, em “mesa de jantar”, “mesa de pingue-pongue”, “mesa de sinuca”, “mesa cirúrgica”, além de nas duas já citadas, os determinantes são parte integrante das UTs, pois o conjunto de conceitos pode ser classificado – neste caso, de acordo com a finalidade da mesa.

- c) *Co-ocorrência*. Também chamada de **colocação**, a co-ocorrência, ou seja, o que acontece “quando uma mesma combinação de palavras se encontra em uma área temática com certa frequência”, pode indicar a presença de uma unidade

terminológica. Cada palavra pode constituir, separadamente, uma UT, mas, quando juntas, formam uma terceira ainda.

O autor traz como exemplo, em inglês, a expressão *wage and salary* (ambos referentes a pagamento recebido por trabalhos prestados, sendo o primeiro, geralmente, pago a cada semana e o segundo, mensalmente), comum na área de gestão de salários, que costumam aparecer como uma expressão em textos da área.

- d) *Artifícios tipográficos*: a presença de uma UT freqüentemente se manifesta pelo emprego de recursos tipográficos, como itálico, negrito, maiúsculas, sublinhado, aspas. No ambiente textual, esses artifícios podem ser empregados sempre que o autor quer destacar um conceito básico da especialidade.

Como bem ressalta Dubuc (1999, p. 85), esses critérios não podem ser tomados nem isoladamente, nem de forma absoluta. São apenas indícios, e em cada caso cabe a tarefa de considerar sua pertinência na identificação de sintagmas terminológicos no discurso especializado.

Para Alpízar (1994, p. 95), o critério básico para determinar um sintagma terminológico como um a unidade de denominação é o fato de que “não se pode dissociar o conjunto sem alterar o sentido”, pois “tal conjunto expressa uma noção única e permanente.” Também ele ressalta que vários critérios têm sido sugeridos por diferentes autores para orientar a investigação da extensão do termo: formais, semânticos, quantitativos, taxonômicos e neónímicos. À semelhança de Dubuc (1999), o autor concorda com a dificuldade em eleger, entre tanto, um único critério que permita delimitar os sintagmas terminológicos:

[...] nenhum deles por si só, pode levar à solução, pois não há soluções definitivas, salvo a indicação de comprovar que se está, ou não, diante de um conjunto estável referido a uma noção única, conjunto cujos elementos, portanto, perderam total ou parcialmente seu conteúdo semântico, para fundi-lo na totalidade (ALPÍZAR, 1994, p. 96)

Por fim, acaba sugerindo, como critério mais significativo, a recorrência em contextos especializados:

O uso real nos textos ou na comunicação entre especialistas, a ocorrência de uma forma sempre igual nos contextos e fontes diversas, é, portanto, o único critério de valor enquanto a essas formações. [...] por extensas que sejam, têm um valor de elemento único dentro de uma nomenclatura, são verdadeiras unidades de denominação no interior de um sistema léxico determinado. (ALPÍZAR, 1994, p. 96)

A busca por formas recorrentes e relativamente fixas conduz, inevitavelmente, a uma investigação sobre os elementos responsáveis pela determinação no interior do sintagma terminológico. Assim, o trabalho sobre terminologias não pode prescindir do estudo do componente adjetivo.

3.4.2.2.3 O componente adjetivo na constituição das UTs poliléxicas

Se concordarmos com Dubuc (1999, p. 82) que a chave para a segmentação das unidades terminológicas poliléxicas está na relação entre o determinante e o determinado e se levarmos em conta que, nas línguas românicas, uma das estruturas básicas das UTs é o sintagma nominal formado por nome+adjetivo, expressa como $[N[A]_{SA_{adj}}]_{SN}$, veremos a relevância que adquire o estudo do adjetivo para o trabalho terminológico.

De fato, para Estopà (2000, p. 235), essa é a estrutura do “sintagma mais freqüente de todos os domínios especializados”, e, por esse motivo, a autora propõe demonstrar que “é o valor do componente adjetivo que o permite discriminar as UT que apresentam esta estrutura”.

Voltaremos nosso olhar, então, para o adjetivo simples, já que, pela ausência de marcas distintivas *a priori* que possam atribuir valor terminológico a um adjetivo, maior é a dificuldade na identificação de UTs poliléxicas com a estrutura básica nome+adjetivo.

Inicialmente, é necessário definirmos adjetivo. Bechara (2004, p. 142) diz que adjetivo “é a classe de lexema que se caracteriza por constituir a *delimitação*, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma *parte* ou a um *aspecto* do denotado”.

Em outras palavras, Moura Neves (2000, p. 179) reitera essas características ao dizer que os “adjetivos são usados para atribuir uma propriedade singular a uma categoria (que já é um conjunto de propriedades) denominada por um substantivo”.

Quanto a sua estrutura, Bechara (2004) observa que o

adjetivo pertence a um inventário aberto, sempre suscetível de ser aumentado. A estrutura interna ou constitucional do adjetivo consiste, nas línguas flexivas [como é o caso do Português], na combinação de um signo lexical expresso pelo radical com signos morfológicos expressos por desinências e alternâncias, ambas destituídas de existência própria dessas combinações. (BECHARA, 2004, p. 142)

Quanto a sua função sintática, o adjetivo pode exercer, para Moura Neves (2000, p. 180):

- a) função adnominal (a função tradicionalmente denominada “adjunto adnominal”), em que o adjetivo é periférico no sintagma nominal, acompanhando o substantivo;
- b) função de predicativo, em que o adjetivo é o núcleo no sintagma verbal em um predicado nominal, quando o verbo é de ligação (a função tradicionalmente denominada “predicativo do sujeito”), ou ocupa junto com o verbo a posição de núcleo num predicado verbo nominal (as funções denominadas “predicativo do sujeito” e “predicativo do objeto);
- c) função de argumento (a função tradicionalmente denominada “complemento nominal”), em que o adjetivo exprime o que seria um complemento do nome na estrutura argumental do nome com o qual ocorre;
- d) função apositiva, constituindo uma expansão de um termo ocorrente na oração;
- e) funções próprias de substantivo, quando o adjetivo passa a designar um conjunto de propriedades e é o núcleo do sintagma nominal (como já observamos anteriormente, na Seção 3.4.1.2.1, nos casos de conversão – mudanças gramaticais), passando a aceitar determinação e admitir qualificação.

Para o estudo das UTs poliléxicas, será de interesse especial aqui a função adnominal, já que é nessa função que se verifica a coincidência com a composição do sintagma terminológico.

Como vimos, a estrutura básica do sintagma terminológico é constituída de um nome, que representa o conceito base, e um adjetivo, que delimita esse conceito ao atribuir-lhe uma propriedade singular. Para Moura Neves (2000, p. 179), essa atribuição pode funcionar de dois modos: qualificando ou subcategorizando (isto é, classificando). Essa distinção parte de um ponto de vista semântico, já que diz respeito às propriedades que os determinantes conferem ao núcleo determinado.

A) Adjetivos qualificativos

Adjetivos qualificativos, também ditos qualificadores, são os que, segundo Moura Neves (2000, p. 184-185), indicam, “para o substantivo que acompanham, uma propriedade que não necessariamente compõe o feixe das propriedades que o definem”, pois o qualificam, “o que pode implicar uma característica mais, ou menos, subjetiva, mas sempre revestida de certa vaguidade.” Segundo a autora, esse fenômeno de atribuição de propriedade equivale a um processo de predicação. Por isso, os adjetivos qualificativos são também considerados predicativos.

Por exemplo, no sintagma *madeira cara*, o adjetivo *cara* predica sobre o nome *madeira* ao atribuir-lhe uma propriedade, mais ou menos subjetiva, que não compõe o conjunto das propriedades que definem o conceito por ele expresso.

Os adjetivos qualificativos caracterizam-se por serem graduáveis e intensificáveis. No exemplo anterior, podemos dizer que *essa madeira é mais cara que aquela*, (o adjetivo aceita grau) e que *essa madeira é extremamente cara* (o adjetivo aceita intensificação).

Ainda segundo Moura Neves (2000), os adjetivos qualificativos podem expressar valores semânticos de modalização (de certeza ou asseveração, de eventualidade) e de avaliação.

B) Adjetivos classificadores

Os adjetivos classificadores caracterizam-se, segundo Moura Neves (2000), pelo seu caráter não-vago, bem como por corresponderem, de modo geral, a sintagmas nominais na

forma de locuções adjetivas do tipo de+nome. Muitos desses adjetivos expressam noções adverbiais, restringindo o domínio de extensão daquilo que é referido pelo nome ou localizando-o no tempo ou no espaço.

Nesse processo, estabelecem-se relações com os conceitos cujo domínio de extensão ou cuja localização são restringidos de forma diferente, motivo pelo qual os adjetivos classificadores podem também ser chamados de relacionais.

Bosque (1993) tece importantes considerações sobre esses adjetivos:

Os adjetivos que se costuma chamar de “relacionais”, “não-predicativos”, “classificatórios”, “denominais” e “referenciais”, entre outras denominações, se caracterizam precisamente por não serem qualificativos, ou seja, não denotam qualidades ou propriedades dos substantivos, mas pelo fato de estabelecerem conexões entre essas entidades e outros domínios ou âmbitos externos a elas com as quais situam ou classificam os substantivos sobre os quais incidem. (BOSQUE, 1993, p. 10)

Estopà (2000) aponta diferenças não apenas semânticas entre os adjetivos qualificativos e os relacionais (classificadores):

Os adjetivos que *originalmente* são relacionais se diferenciam do resto dos adjetivos por motivos principalmente semânticos, mas também de ordem morfossintática. Morfologicamente, estes adjetivos costumam ser derivados, formados a partir de um nome e de um sufixo determinado (-al, -ar, -ico, -ismo, etc.), sintaticamente não têm natureza predicativa e, portanto: não podem funcionar como atributos em frases copulativas, não podem ser predicados em orações reduzidas, não aparecem em posição pré-nominal, não se podem coordenar com adjetivos qualificativos, requerem adjacência com o substantivo. E semanticamente não aceitam uma modificação de gradação, manifestam quase todas as relações semânticas que permitem os complementos com *de*. (ESTOPÀ, 2000, p. 237)

Conforme Dubuc (1999, p. 83), como já vimos, um dos possíveis critérios para a identificação de determinantes que formam parte de uma unidade terminológica é o fato de sua presença permitir relações de oposição ou hierarquização entre os conceitos que eles determinam. Pelo que se viu acima, os adjetivos classificadores, ou relacionais são aqueles que, por excelência, podem realizar a determinação dessa forma.

No entanto, essa não é a única possibilidade, pois um adjetivo (bem como uma locução adjetiva) pode adquirir valor terminológico, dependendo do domínio de conhecimento em que se insere, como veremos na próxima seção.

3.4.2.2.4 Valor terminológico dos adjetivos

Para Estopà (2000, p. 236), essa dicotomia entre adjetivos qualificativos e classificadores não dá conta da realidade ao se analisar a presença de adjetivos nas UTs poliléxicas, porque um mesmo adjetivo pode ser relacional ou qualificativo, o que confere um caráter de ambigüidade a essa distinção.

Finatto e Huang (2005), em concordância com Finatto, Huang e Entzweiler (2003), após o estudo do comportamento dos adjetivos em textos de química e medicina, propõem uma classificação dos adjetivos que vem ao encontro do que os autores citados até agora afirmam, mas que deixa um espaço para a resolução da ambigüidade apontada por Estopà acima. As autoras sugerem a existência de adjetivos discursivos, adjetivos terminológicos e adjetivos semi-terminológicos. Os adjetivos discursivos, segundo elas, são formas não-marcadas, sem um valor terminológico *stricto sensu*, usados na linguagem cotidiana, baseados no adjetivo do tipo qualificativo descrito anteriormente. Os adjetivos terminológicos, ao contrário, são estritamente relacionais e identificados como específicos de uma área de conhecimento, subclassificando o substantivo que acompanham. Já os adjetivos semi-terminológicos seriam “mutáveis”, no sentido de que em um dado contexto podem ter uma função discursiva, circulando na linguagem cotidiana, mas em contextos técnico-científicos podem adquirir caráter terminológico. Essa terceira possibilidade é de grande relevância para as linguagens especializadas, como veremos a seguir.

Segundo Estopà (2000, p. 236), autores como Soler (1997) e Bosque (1993) preferem falar “não de tipos de adjetivos, mas de valores (relacional ou qualificativo) que podem adquirir os adjetivos segundo o nome com que se combinam e o contexto ou âmbito temático em que aparecem”.

Para a autora (2000, p. 236), do ponto de vista terminológico, a “função do adjetivo nas UT com estrutura $[N[A]_{SAj}]_{SN}$ é sempre classificar o nome, subespecificá-lo em sua

classe mais genérica.” Desta forma, nas unidades terminológicas, “o uso ativado é exclusivamente o relacional, porque a função do adjetivo neste tipo de unidades especializadas é sempre classificar o substantivo a que se agrega” (2000, p. 237).

Essas considerações, baseadas em sua análise morfossemântica dos adjetivos em medicina, levam Estopà (2000) a propor que um adjetivo que é originalmente considerado qualificativo pode ter essa função desativada para ativar sua propriedade relacional ou classificadora, em consonância com Bosque (1993, p. 20), para quem, em domínios especializados, essa recategorização é muito freqüente:

Assim, os adjetivos, majoritariamente simples, que tendem a ativar o valor qualificativo enquanto unidades especializadas, não aparecem nunca isoladamente, mas podem formar parte de uma UT poliléxica. Quando isso acontece, desativam o valor qualificativo adquirido como *default* e ativam o valor relacional. Isso significa que os adjetivos qualificativos podem, em um domínio concreto, adquirir o valor de adjetivo classificador. (ESTOPÀ, 2000, p. 237)

Também Moura Neves (2000, p. 200) identifica essa possibilidade ao afirmar que, especialmente em sintagmas cristalizados, os adjetivos qualificadores podem passar a classificadores. Embora a autora faça essa afirmação com relação à língua comum apenas, podemos fazer uma analogia com linguagens especializadas, uma vez que o alto grau de fixidez de um sintagma geralmente é indicativo de uma unidade terminológica sintagmática, uma unidade poliléxica.

Para Estopà (2000, p. 238), em “textos especializados, um indício para reconhecer que um adjetivo está atuando como classificador é a presença de adjetivos em relação de contraste que modificam a um mesmo substantivo”. Cita, do domínio da medicina, os exemplos *maxilar superior* e *maxilar inferior*, *intestino grosso* e *intestino delgado*, entre outros, após o que comenta:

Nem superior, inferior, grosso, delgado, [...] são adjetivos que, automaticamente, sejam especializados ou classificadores; somente quando se combinam com um termo (que pertence a um paradigma conceitual) o subclassificam e convertem a combinação $[N[A]_{SA_{adj}}]_{SN}$ em um tipo de classe a que pertence o nome. E no caso de que o adjetivo de uma seqüência não funcione como classificador, significa que esta seqüência não é terminológica, mas discursiva ou fraseológica. (ESTOPÀ, 2000, p. 238)

Isso reforça a idéia de que é imprescindível, ao se buscar identificar as unidades terminológicas próprias de um determinado domínio de conhecimento, que se parta da delimitação de seus conceitos fundamentais, para poder estabelecer paradigmas conceituais. Dessa forma, é possível que se proceda a um estudo dos adjetivos que podem adquirir valor terminológico em tal domínio, sejam eles, originalmente, qualificativos ou classificadores. Podemos concluir com Estopà (2000):

De fato, cada área do conhecimento conta com um conjunto de adjetivos qualificativos que podem ser constituintes de uma UT poliléxica. E quando esses adjetivos formam parte de uma UT poliléxica, se convertem em adjetivos classificadores sub-especificando o substantivo a que modificam. (ESTOPÀ, 2000, p. 238)

3.4.2.2.5 Identificação de traços conceituais do componente adjetivo

A pertinência de um termo a uma determinada terminologia depende da pertinência de seu conteúdo à estrutura conceitual da área que essa terminologia descreve e representa. O reconhecimento desse conteúdo conceitual só é possível mediante o reconhecimento, no contexto em que a terminologia se insere, de elementos que permitam revelar e descrever as especificidades desse conceito. Costuma-se pensar que os elementos mais significativos são aqueles que expressam a natureza, o fim, a matéria ou a causa de um objeto, já que esses aspectos são os que, na essência, apontam características que marcam hierarquias, oposições, etc. No entanto, como já se viu anteriormente, elementos descritores de dimensão, forma, tempo, modo, associados primordialmente à adjetivação qualificativa, também contribuem com informações úteis e podem assumir uma função relacional na determinação dos conceitos base.

Assim, em cada área de especialidade, de acordo com a estrutura conceitual que a conforma, será possível identificar, também no interior dos sintagmas terminológicos, relações conceituais, que serão descritas pelos constituintes determinantes, ou seja, aqueles responsáveis pela determinação do conceito base. Esses determinantes correspondem, formalmente, ao componente adjetivo das UTs poliléxicas, e a determinação que realizam é expressa sob a forma de adjetivos, originalmente, classificadores (relacionais) ou sob a forma

de adjetivos qualificativos que assumam valor de classificador no interior de determinada terminologia.

Krieger (2004) assim resume as implicações para a identificação dos traços conceituais das UTs poliléxicas:

A significativa presença desse recurso descritivo nas comunicações especializadas, em muito vinculado ao espetacular desenvolvimento científico e tecnológico atual, além da presença de outras estruturas lingüísticas que também contribuem para veicular conhecimento especializado, constitui um dos impasses da identificação terminológica. Isso porque, é nesse contexto que se inscrevem os problemas de uma unidade lexical complexa. Assim, nem sempre é fácil determinar onde inicia e onde termina um termo, tendo em vista ainda as expansões que se agregam a termos simples [...]. (KRIEGER, 2004, p. 335)

A isso deve-se acrescentar as observações de Dubuc (1999), que ressalta que, embora as formas sintagmáticas sejam dominantes em todas as terminologias, elas podem, em seus contextos de ocorrência, apresentar-se de forma abreviada. O autor enfatiza a necessidade de registro dessas formas: “Para efeitos da confecção de fichas terminológicas, a forma mais extensa ou com mais elementos deve constituir a unidade terminológica básica e as formas abreviadas devem ser tratadas como sinônimos” (DUBUC, 1999, p. 81-82).³⁸

Com bases nas afirmações desses autores, somos levados a reiterar a posição de Cabré (2001), para quem os termos de uma especialidade são unidades lingüísticas de forma e conteúdo, sujeitos às mesmas condições que as palavras da língua comum, e por isso constantemente em processo de evolução. Isso significa admitir diferentes valores pragmáticos e condições de variação denominativa, no interior da qual se observam os fenômenos de sinonímia e redução.

A análise que propomos neste trabalho, cujos procedimentos serão descritos no Capítulo 4 a seguir, pretende levar em consideração essa postura ao oferecer uma descrição das unidades terminológicas da linguagem usada na comunicação especializada para referir e expressar os saberes envolvidos na Indústria Moveleira, a ser apresentada no Capítulo 5.

³⁸ Entendemos aqui “abreviadas” como equivalente a “reduzidas”, e “sinônimo” como equivalente a “variantes”.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* TEXTUAL

O *corpus* textual que serviu de base para as análises deste trabalho foi especialmente constituído a partir do anuário *ForMóBILE: Guia de Referência da Indústria Moveleira*, edições de 2003 e 2004, concebido pela Alternativa Editorial Ltda. para ser um guia de consulta para indústrias moveleiras e revendas. A editora, com mais de 20 anos de experiência e dedicação ao mercado moveleiro no Brasil, oferece uma gama de publicações que atendem desde lojistas (revista *MóBILE Lojista*), marceneiros (revista *MóBILE Sob Medida*), arquitetos e decoradores (revista *MóBILE Decora*) até as grandes indústrias (revista *ForMóBILE*). Anteriormente denominada *MóBILE Fornecedores* e circulando há mais de 17 anos, a *ForMóBILE* foi a revista que originou a publicação do *Guia de Referência*.

O *Guia de Referência* constitui, em última análise, um catálogo em que o fabricante de móveis pode encontrar informações sobre qualquer produto ou serviço relacionado à área, já que traz, além da divulgação de uma ampla gama de fornecedores, grande número de informações, tanto técnicas quanto de mercado.

De acordo com o material de divulgação da própria editora, é neste *Guia* que “os fornecedores mostram suas linhas de produtos mais importantes, trabalham institucionalmente sua marca e buscam novos clientes”, bem como “os fabricantes de móveis encontram novos parceiros, as mais recentes tecnologias, as últimas novidades em matérias-primas ou ferragens”. É um material para circulação nas fábricas de móveis (especialmente empresas de médio porte) e nas revendas para marceneiros, sendo possível adquiri-lo somente em feiras específicas do setor moveleiro, juntamente com a assinatura da revista *ForMóBILE* ou diretamente da editora, o que o direciona e limita a um público especializado.

O anuário é dividido em quatro seções temáticas, correspondendo a sub-áreas da indústria moveleira: a) matérias-primas e insumos; b) componentes; c) ferragens e acessórios; d) máquinas e equipamentos. É composto por *Cadernos Técnicos* (com algumas seções patrocinadas por empresas-líder no segmento), com descrição de produtos e instruções para uso adequado e melhor aproveitamento, e por *anúncios publicitários*. Além disso, traz, em cada edição, um panorama atualizado sobre a indústria moveleira no Brasil.

4.2 SUBÁREA SELECIONADA

O *corpus* textual foi constituído pela totalidade dos textos – *Cadernos Técnicos* e *anúncios publicitários* – constantes na seção temática “Matéria-prima e insumos” do anuário, totalizando 54 mil palavras. Esta subárea foi selecionada por representar prototipicamente a terminologia da grande área da indústria moveleira no sentido de que as matérias-primas e insumos fazem parte do processo produtivo em que as demais áreas também participam. Em outras palavras, os conceitos fundamentais da área estão representados pelos termos ali constantes.

4.3 GÊNEROS TEXTUAIS E OBJETIVOS DA COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA NO *CORPUS* SELECIONADO

Em função de o público-alvo do anuário *ForMóvil: Guia de Referência da Indústria Moveleira* ser constituído por pelo menos iniciados na área, dado o limite de sua circulação a meios diretamente relacionados à indústria moveleira, acreditávamos, antes de procedermos à análise, poder encontrar nos *Cadernos Técnicos* textos altamente técnicos. Como afirmamos no Capítulo 2, “falar técnica”, “ler técnica” e “comunicar técnica” são pressupostos para o “fazer técnica”, e assim a expectativa inicial era a de que a comunicação especializada nesse domínio e conhecimento fosse de certo modo hermética, sem deixar de cumprir a função referencial de informar e descrever, como apontado por Cabré *et al.* (2001). Isso corresponderia a uma situação comunicativa em que, como descreve Pearson (1998, p. 36), a comunicação se dá entre especialistas e a linguagem especializada é compartilhada por todos,

configurando textos com probabilidade de apresentar densidade terminológica alta, uma vez que os “falantes concordam em compreender e usar a terminologia como originalmente definida e, em geral, só explicarão a terminologia que está sendo usada quando estiverem redefinindo um conceito existente ou cunhando um novo termo”.

No entanto, logo foi possível identificar um grande número de recursos textuais empregados para situar o leitor, como construções parafrásticas, equivalências de termos novos, siglas acompanhadas das respectivas formas plenas, traduções. O emprego desses recursos seria desnecessário se os textos fossem dirigidos de especialista para especialista. Assim, pudemos deduzir que estávamos lidando com textos de especialistas dirigidos a iniciados, numa situação comunicativa que Pearson (1998, p. 37) coloca num segundo nível de especialização e, conseqüentemente, de densidade terminológica: “a comunicação será intercalada com explicações que podem, quando necessário, incluir o uso de vocabulário mais geral”. A autora prossegue: “Já que a função da comunicação nesse contexto é ajudar o leitor a melhorar seu conhecimento do domínio, as explicações serão bastante detalhadas e específicas” (*idem*).

Também Hoffmann (1998, p. 63-64) fala em uma estratificação vertical dos textos segundo características específicas e nível de abstração. Assim, teríamos textos em um nível ou estrato A, com nível máximo de abstração, em um extremo, e textos em um nível ou estrato E, com um nível muito baixo de abstração, no outro, enquanto num nível ou estrato intermediário poderiam ser localizados textos, respectivamente, nos estratos B, C e D, com um nível muito elevado, um nível elevado ou um nível baixo de abstração.

Podemos situar, de acordo com a especificação de Hoffmann (1998), os textos que compõem nosso *corpus* de análise entre os níveis ou estratos C e D, dependendo da temática apresentada. Isso é corroborado pela caracterização das formas lingüísticas proposta pelo autor para esses níveis, a saber:

- C: linguagem natural com um elevado número de terminologia especializada e uma sintaxe muito controlada
- D: linguagem natural com um elevado número de terminologia especializada e uma sintaxe relativamente livre (Hoffmann, 1998, p. 63)

O autor também relaciona esses estratos ou níveis ao âmbito de utilização dos textos, do que resultaria, para o nível C, uma utilização nas ciências aplicadas e na técnica e, para o nível D, na produção material.

Como resume Barros (2006), essa classificação baseada no eixo vertical prende-se à densidade terminológica dos textos, indo dos mais especializados (como, por exemplo, um manual técnico) para os menos especializados (como, por exemplo, textos da imprensa escrita). Barros lembra ainda que ao nível de especialização estão associados a densidade semântica (citando CIAPUSCIO, 2003) e o uso das formas lexicais: “Por exemplo, em um texto especializado em ciências da vida escrito por e para especialistas, o conteúdo conceptual de um termo é pleno, enquanto que esse se dilui quando o texto é de divulgação científica.” (BARROS, 2006).

Com base nos autores citados, concluímos que, pelas características de linguagem e pela densidade terminológica, os textos dos *Cadernos Técnicos* podem ser considerados **textos de divulgação técnica**, à semelhança dos textos de divulgação científica, em que **o há** um mediador (geralmente o jornalista) que “traduz” para o leitor “não tão especialista”, mas iniciado na área, detalhes mais técnicos dos temas abordados, com o objetivo de introduzi-lo ao assunto.

Os **anúncios publicitários**, por sua vez cumprem o papel que deles se espera: apresentar a consumidores em potencial novos produtos, argumentando a favor de sua adoção, objetivo da publicidade comercial, e/ou tornar mais conhecida uma empresa fabricante ou fornecedora dos produtos, objetivo da publicidade institucional. Segundo Hoffmann (1998, p. 63-64), os textos utilizados no âmbito do “consumo” seriam os de nível baixo de abstração, em que há o emprego da “linguagem natural com alguns termos especializados e uma sintaxe livre” na comunicação entre representantes do comércio e consumidores. Como, porém, os produtos divulgados dirigem-se a um público com nível de especialização maior que o público leigo geral, observamos um emprego elevado de termos especializados, situando os anúncios publicitários do *corpus* de análise mais próximo dos que Hoffmann considera o nível ou estrato D no eixo vertical da classificação de textos especializados.

Desta forma, pode-se dizer que os objetivos da comunicação especializada nesta área, como levada a cabo pelo material selecionado, são divulgar e informar sobre produtos, descrevendo-os e instruindo sobre seu uso, além de expor argumentos que, em última

instância, servirão para persuadir o público-alvo sobre as vantagens ou desvantagens da escolha de determinado item ou fornecedor.

Apesar de o foco serem os textos constantes do anuário, foram consultados manuais técnicos disponibilizados via Internet pelas empresas patrocinadoras dos *Cadernos Técnicos*, e até os próprios especialistas dessas empresas, sempre que se constatou a necessidade de verificar ou aprofundar informações a respeito dos termos selecionados, especialmente no tocante a características específicas e pertinência à área, bem como para formular as definições que serão apresentadas ao longo da análise.

4.4 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

Para localização dos termos-chave da área e observação dos padrões de formação e emprego de termos no *corpus*, utilizamos o programa *WordSmith Tools*, disponibilizado pela Oxford University Press³⁹, um *software* que integra ferramentas que se destinam a verificar o comportamento das palavras nos textos. Com a ferramenta *Wordlist*, foi possível visualizar todas as palavras dos textos, ordenadas alfabeticamente e por frequência, além de obter dados estatísticos sobre a composição do texto. Com a ferramenta de concordância, *Concord*, utilizada para investigar palavras e sintagmas em contexto, foi possível verificar colocações, coligações e preferências semânticas.

A busca por colocações (o uso de certas palavras sempre acompanhando certas outras), coligações (escolhas gramaticais) e preferências semânticas faz parte do trabalho de um *software* de concordância, e os resultados geralmente revelam tanto instâncias de padronização como de variação, ambas buscadas neste trabalho. O emprego dessas ferramentas para a consecução dos objetivos propostos está ancorado em propostas de trabalho no âmbito da lingüística de corpus, como explicitado por BERBER SARDINHA (2000) abaixo:

A padronização se evidencia pela recorrência, isto é, uma colocação, coligação ou estrutura, que se repete significativamente, mostra sinais de ser na verdade um padrão lexical ou léxico-gramatical. A linguagem informa padrões que apresentam

³⁹ A versão demonstração pode ser obtida através de <<http://www.oup.co.uk>>.

regularidade (se mostram estáveis em momentos distintos, isto é, têm frequência comparável em corpora distintos) e variação sistemática (correlacionam-se com variantes textuais, genéricas, dialetais, etc.). (BERBER SARDINHA, 2000, p. 351)

Os textos usados como *corpus* de base, como dissemos, totalizaram 54 mil palavras, sendo aproximadamente 27 mil palavras (*tokens*) em cada uma das edições (6.176 mil *types* no total, 4.500 *types* em cada edição). Entre estas, foram selecionados 332 termos para constituir a amostra, extraídos manualmente tanto dos textos de divulgação técnica quanto dos anúncios publicitários.

A seleção dessas unidades terminológicas se deu por sua representatividade tanto no plano conceitual quanto no plano formal. Quanto ao plano formal, foram selecionadas unidades terminológicas cuja formação se dá de acordo com os padrões de formação mais comumente encontrados no *corpus*.

Quanto ao plano conceitual, foram selecionadas unidades terminológicas representativas em termos de abrangência da subárea – i.e., aquelas que representam conceitos fundamentais no interior da subárea matéria-prima e insumos, incluindo operações e resultados. A pertinência dos conceitos e dos termos que os designam foi verificada mediante a localização desses conceitos nos modelos prototípicos de fluxograma de produção da indústria moveleira, que serão apresentados no Capítulo 5

4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise da terminologia da Indústria Moveleira empreendida neste trabalho pretende, antes de tudo, ser de utilidade prática, de modo a preencher a grande lacuna detectada nas obras terminológicas e terminográficas em português (podendo também servir de ponto de partida para elaboração de produtos bilíngües). Isso não significa que o trabalho dispensará fundamentação teórica; pelo contrário, buscará em diversos autores o embasamento teórico suficiente para dar conta de todas as especificidades do termo nesta linguagem de especialidade, extraíndo de diferentes propostas elementos aplicáveis à terminologia em foco e à análise pretendida.

O trabalho toma como ponto de partida os dois problemas básicos apontados pela Terminologia atual: a identificação de unidades terminológicas e a segmentação de unidades

de estrutura sintagmática (unidades poliléxicas). A busca da resolução desses problemas levou a investigar questões como:

- O que é específico da terminologia técnica em língua portuguesa?
- Existe um padrão preferencial de formação de termos na área da Indústria Moveleira?
- Que tipo de influência os gêneros textuais em que os termos se inserem podem exercer sobre seu comportamento?

Tendo vivenciado essas dificuldades quando de uma primeira tentativa de elaboração de um dicionário bilíngüe na área da indústria moveleira, foram de sobremaneira relevantes as contribuições dadas por autores cujo trabalho prático na terminologia possibilitou aliar princípios metodológicos gerais a respostas concretas e exemplos claros. Trabalhos de autores como Sager (1990), Dubuc (1999), Estopà (2000; 2001), Freixa (2001), Alves (2002) ofereceram não apenas sugestões de roteiros práticos de análise, como também serviram de inspiração para esta investigação.

Também foi importante não perder o ponto de vista do tradutor, como agente mediador da comunicação especializada. Nesse sentido, pode-se dizer que os resultados deste trabalho podem ser úteis para quem pretenda se lançar à tarefa da “terminologia comparada”, expressão sugerida por Dubuc (1999) para denominar o “estudo que fazem os terminólogos para os tradutores com o objetivo de oferecer-lhes equivalentes adequados para os termos que esses devem traduzir em um contexto dado” (PARÉ, 1999, no prefácio à primeira edição de *Manual de terminología*).

Inicialmente, este trabalho de análise se inscreve no âmbito da terminologia de base comunicativo-textual e nos princípios teóricos lançados pelo grupo IulaTerm (2001). A proposta da investigação levada a cabo pela equipe é resolver dois aspectos bastante complexos na terminologia atual: o problema de reconhecimento automático de termos e sua delimitação quando formam unidades sintagmáticas, e o estabelecimento dos nódulos conceituais e das relações em uma determinada área de conhecimento especializado a partir de sua representação em um texto (CABRÉ & FELIU, 2001). Desta proposta, embora não tenhamos como objetivo o reconhecimento automático de termos, aproveitamos os princípios teóricos que permitiram justificar a seleção de determinadas unidades terminológicas como prototípicas da terminologia da Indústria Moveleira e estabelecer o campo conceitual em que se situam, conforme as relações explicitadas nos textos que compuseram o *corpus* inicial de

análise. Também foram importantes as propostas de caracterização do conhecimento especializado e de sua representação em textos, que complementamos com dados mais específicos sobre os gêneros textuais em estudo.

A análise pontual da terminologia da Indústria Moveleira foi possível pela observação dos termos como objetos lingüísticos, em seus aspectos semânticos e formais (morfofossintáticos). Procuramos, no Capítulo 3, apresentar subsídios teórico-metodológicos para orientar a análise a ser explicitada no Capítulo 5.

Para dar conta da face semântica da terminologia da Indústria Moveleira, procuramos, inicialmente, no Capítulo 3, fazer um levantamento das relações conceituais mais freqüentes em terminologia. Para esse levantamento, seguimos principalmente as orientações dadas por Sager (1990). No Capítulo 5, procuramos descrever a Indústria Moveleira como um domínio de atividades pragmáticas que, embora voltadas à aplicação prática de tecnologias, não deixa de ter uma estrutura conceitual subjacente, que se configura como uma estrutura cognitivo-funcional. Com base nela é que passamos a identificar as relações conceituais que constituem a terminologia da Indústria Moveleira e sua expressão sob a forma de unidades terminológicas desse domínio. Ao conjunto de observações resultante dessa primeira parte da análise chamamos de *o plano conceitual da terminologia da Indústria Moveleira*.

Para dar conta da face formal da terminologia da Indústria Moveleira, seguimos, no Capítulo 3, a sistematização proposta por Dubuc (1999) na descrição dos procedimentos mais usuais de formação de termos. Como já havíamos lá explicitado, essa escolha se deveu ao maior detalhamento apresentado pelo autor na descrição formal dos termos. Também apresentamos, sempre que pertinentes, subsídios trazidos por outros autores que se debruçaram sobre a descrição morfofossintática tanto de palavras quanto de termos da língua portuguesa, como Alves (2002), Barbosa (1990), Basilio (1995), Bechara (1999), Faulstich (2002), Kehdi (1997), Lamberti (1999) e Moura Neves (2000). Reiteramos que, ao basear a análise da terminologia da Indústria Moveleira não só em obras sobre Terminologia, mas também em gramáticas e descrições lingüísticas diversas, buscamos corroborar a idéia corrente de que as terminologias pertencem ao sistema lingüístico das línguas naturais.

Com base nessa descrição, no Capítulo 5, a seguir, procedemos a uma análise morfofossintática das unidades terminológicas identificadas no *corpus*, de modo a identificar os procedimentos de formação de maior ocorrência nesta linguagem de especialidade. Ao

conjunto de observações resultante dessa segunda parte da análise chamamos de o *plano formal da terminologia da Indústria Moveleira*.

As definições dos termos que exemplificam tanto os aspectos semânticos quanto os formais analisados são importantes porque, através delas, pode-se mais uma vez corroborar a pertinência do termo ao domínio de especialidade em questão. Caso não fornecida pelo próprio material textual do *corpus*, a definição foi buscada nos manuais técnicos disponibilizados pelas empresas, em normas técnicas ou em outras obras de referência. Foi dada preferência às definições constantes no *Glossário Madeira/Mobiliário*, já que é a obra terminográfica elaborada pelo SENAI/CETEMO (Centro Tecnológico do Mobiliário), instituição ligada à Confederação Nacional da Indústria e responsável pelo ensino técnico na área moveleira no Brasil. No entanto, esse *Glossário*, como se pode deduzir do próprio título, não tem a pretensão de abarcar toda a terminologia da indústria moveleira – lacuna que motivou, inicialmente, este nosso trabalho. Assim, foram buscadas definições em outras obras de referência, como dicionários específicos de áreas relacionadas, bem como em enciclopédias e obras lexicográficas. Na ausência dessas, criamos a definição.

A autoria das definições é dada pela abreviatura indicativa do texto-fonte, exceto a definição por nós criada, que é assinalada com um asterisco. Os dados completos das obras consultadas encontram-se na seção de Referências Bibliográficas, e a listagem de todas as abreviaturas é dada no início deste trabalho.

Acreditamos que o material resultante dessa análise constituirá um conjunto de dados suficiente para a elaboração de um glossário específico da terminologia da Indústria Moveleira em português do Brasil.

É importante ressaltar ainda que, em função do *corpus* que serviu de base para a análise, os resultados obtidos permitem generalizações apenas na medida em que sejam vistos como um recorte sincrônico dos modos de dizer dessa linguagem de especialidade num tempo e num espaço determinados: primeiros anos do século XXI, português falado no Brasil.

Ao concluirmos este trabalho, esperamos poder oferecer uma descrição e uma sistematização da terminologia da Indústria Moveleira enquanto uma terminologia técnica, de modo a permitir a terminólogos posteriores estudos comparativos e a terminógrafos, uma base

substancial para a elaboração de obras de referência para tradutores e para os diversos profissionais que lidam com essa linguagem de especialidade.

5 A TERMINOLOGIA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA

O objetivo principal deste Capítulo 5 é o de realizar uma descrição sistemática da terminologia da Indústria Moveleira, observando a face semântica, a face formal e a face pragmática de suas unidades terminológicas.

Entendemos que essa descrição, centrada na terminologia técnica, permitirá posteriores estudos comparativos, considerando que, enquanto já é possível contar com um significativo número de trabalhos a respeito de terminologias científicas, poucas descrições de terminologias técnicas estão disponíveis até o momento, e nenhuma sobre a indústria moveleira.

Para tal descrição, empreendemos uma análise pontual, com base em um *corpus* textual, a partir do qual foi possível identificar um conjunto de termos desse domínio de especialidade. Os textos integrantes das edições 2003 e 2004 do *ForMóbile: Guia de Referência da Indústria Moveleira*, serviram de base para a constituição do *corpus* terminológico e para exemplificar o comportamento dos termos com contextos de ocorrência.

Cabe lembrar mais uma vez que este trabalho não está centrado no produto da Indústria Moveleira, o *móvel*. Sobre ele, vasta informação pode ser localizada em uma gama glossários, em enciclopédias e em dicionários específicos, listados na Bibliografia Consultada, os quais também serviram de fonte para dados aqui apresentados. O foco deste trabalho é a Indústria Moveleira, como um domínio de conhecimento para o qual contribuem diversos outros domínios correlatos de atividades tecnológicas, como se verá a seguir. A terminologia da Indústria Moveleira (doravante TIMov), assim, é uma terminologia vasta, em que estão representados os conhecimentos de todas os domínios que nela confluem.

O primeiro passo para a descrição da TIMov foi, então, a delimitação do domínio da Indústria Moveleira, pela identificação do que denominamos de sua estrutura cognitivo-funcional, já que se trata de uma área tecnológica, mas na qual os conceitos não deixam de assumir relevância. Essa identificação é, sem dúvida, fundamental para confirmar o

pertencimento determinar o lugar ocupado pelas unidades terminológicas (UTs) na representação dos conceitos fundamentais dessa estrutura, o que contribui para corroborar seu estatuto de termo e seu pertencimento ao domínio da TIMov. Com isso, observamos a face semântica dos termos, sob o prisma das relações conceituais identificadas nos aspectos da realidade por eles lingüisticamente representados. Cada tipo de relação conceitual, como definidas no Capítulo 3, é exemplificado com termos representativos, extraídos do *corpus* textual, em seus contextos de ocorrência. Os resultados dessa observação encontram-se na primeira parte deste Capítulo, *O plano conceitual da TIMov*.

A segunda parte deste Capítulo apresenta os resultados da análise morfossintática das unidades terminológicas selecionadas, buscando identificar aspectos de padronização na constituição dos termos na TIMov. Essas UTs serão analisadas e exemplificadas em contextos de ocorrência extraídos do *corpus* textual e, sempre que pertinente, serão explicitadas as relações conceituais existentes entre os conceitos por elas expressas. Os resultados dessa observação encontram-se na Seção *O plano formal da TIMov*.

Ao longo da análise, abordaremos também aspectos de variação denominativa, a qual procuraremos associar à face pragmática dos termos, isto é, às situações comunicativas de emprego e aos usuários nelas envolvidos, também relacionadas aos gêneros textuais em que os termos são veiculados.

Paralelamente à descrição da TIMov, no tocante à configuração de suas UTs, procuraremos incluir, ao longo de toda a análise, dados relativos a aspectos textuais que podem ser úteis, em textos especializados, na identificação dos termos e da relação entre os conceitos por eles expressos.

Para identificação da fonte dos exemplos, a edição do *ForMóbile: Guia de Referência da Indústria Moveleira* de 2003 é codificada como **ForMob03** e a de 2004, como **ForMob04**.

As UTs sob investigação serão apresentadas em *itálico* ao longo da análise, mas, nos exemplos dados, serão **negritadas**, para ênfase e facilidade na localização do leitor, embora nos seus contextos de ocorrência originais possa não haver qualquer marca de realce. A relação de todas as UTs analisadas encontra-se no Anexo 1.

Ao final do capítulo, procuraremos oferecer uma síntese das observações feitas, de modo a se ter uma descrição sistemática da terminologia da Indústria Moveleira na atualidade.

5.1 O PLANO CONCEITUAL DA TIMov

Vimos, no Capítulo 3, que não se pode considerar a existência de sistemas conceituais absolutos. Para além das relações hierárquicas previstas pela lógica clássica e particularmente úteis na TGT, a saber, as relações lógicas (isto é, as chamadas genéricas, ou genérico-específico) e ontológicas (isto é, as chamadas partitivas, ou parte-todo), a concepção atual de Terminologia considera uma infinidade de relações complexas, não-hierárquicas, de acordo com as necessidades específicas da prática terminológica e com as da comunidade de usuários de uma dada terminologia, que determinarão essa prática. Como diz Sager (1990), a terminologia “não se preocupa com sistemas conceituais absolutos, mas apenas com sistemas criados para o propósito específico de auxiliar a comunicação” (SAGER, 1990, p. 29).

Para podermos caracterizar e descrever a terminologia da Indústria Moveleira, é preciso identificar a dimensão conceitual de seus termos, ou seja, estabelecer as relações entre os conceitos por eles expressos. Deste modo, é possível esboçarmos a estrutura de conhecimento que a conforma.

Essa estrutura, como veremos, não será ditada exclusivamente por relações lógicas e ontológicas, mas buscará adequar-se aos objetivos da comunicação nesta área, que envolve usuários – desde especialistas até iniciados no assunto – dos diversos domínios correlatos de atividades tecnológicas que para ela contribuem.

A construção da estrutura cognitivo-funcional da Indústria Moveleira precisa tomar como ponto de partida o fato de que ela é uma *indústria de transformação*. Toda indústria de transformação se volta à produção de matérias-primas e bens, opondo-se à indústria extrativa, cujas atividades estendem-se apenas até o beneficiamento de produtos vegetais ou minerais. A indústria moveleira, porém, limita-se à *produção de bens*.

Como se pode observar na figura 5 a seguir, considerando-se a indústria moveleira como parte do grande sistema *industrial de base florestal*, ela se caracteriza, ainda, por realizar uma segunda transformação industrial, ou seja, emprega recursos que já sofreram uma primeira transformação industrial para, depois de uma nova transformação, poder gerar seu produto.

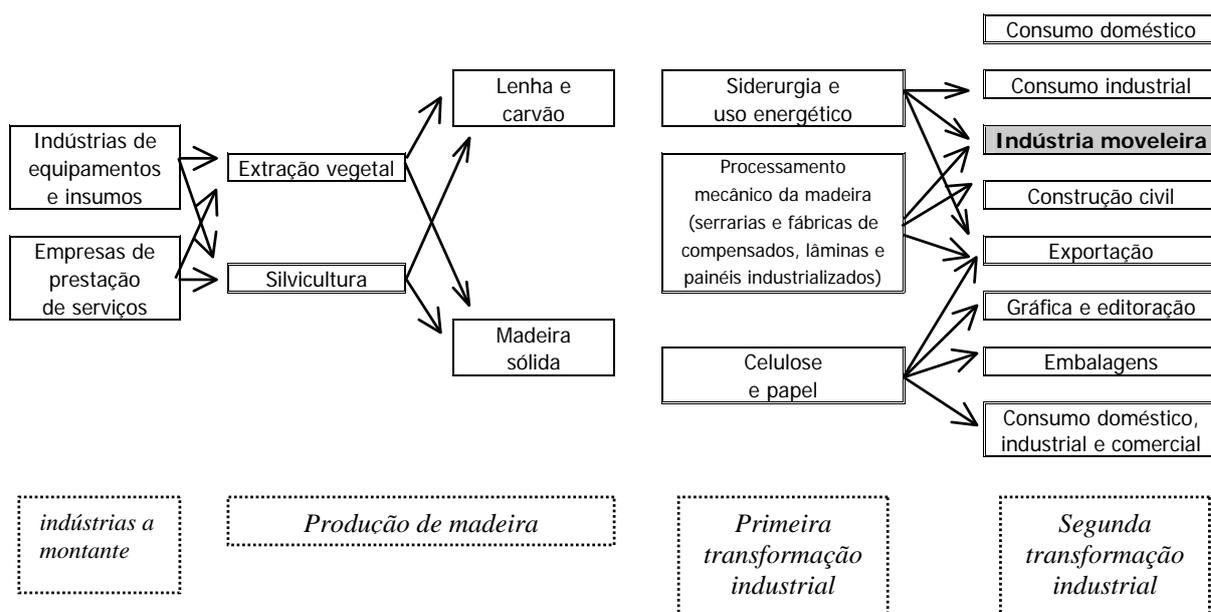


Figura 5. Inserção da Indústria Moveleira no sistema industrial de base florestal (adaptado de BACHA, 2000, e UNICAMP-IE-NEIT, 2002)

Como responsável por uma segunda transformação industrial, pode-se afirmar que a Indústria Moveleira é um setor da *produção industrial* responsável por *atividades* em que determinadas *matérias-primas* deverão sofrer determinados *processos*, realizados com o emprego de determinados *equipamentos*, a fim de se *transformarem* em bens ou *produtos*: os móveis.

É importante esclarecer que por **produção** entendemos, em consonância com Gryna (1974, p. 17.2) a “atividade de conduzir os processos, máquinas e ferramentas, e de realizar as operações mentais e manuais associadas para fazer produtos a partir de materiais e componentes básicos.”

Assim, domínios de atividades tecnológicas afeitos a diferentes indústrias participam da configuração da Indústria Moveleira, entendida como um subsistema no interior de um amplo sistema industrial. Deste modo, a terminologia da Indústria Moveleira (TIMov), conforme o recorte feito para este trabalho, compreende também as terminologias próprias de cada uma das indústrias responsáveis pela preparação dos produtos intermediários utilizados em seus processos produtivos. Essas inter-relações estão ilustradas na Figura 6 a seguir.

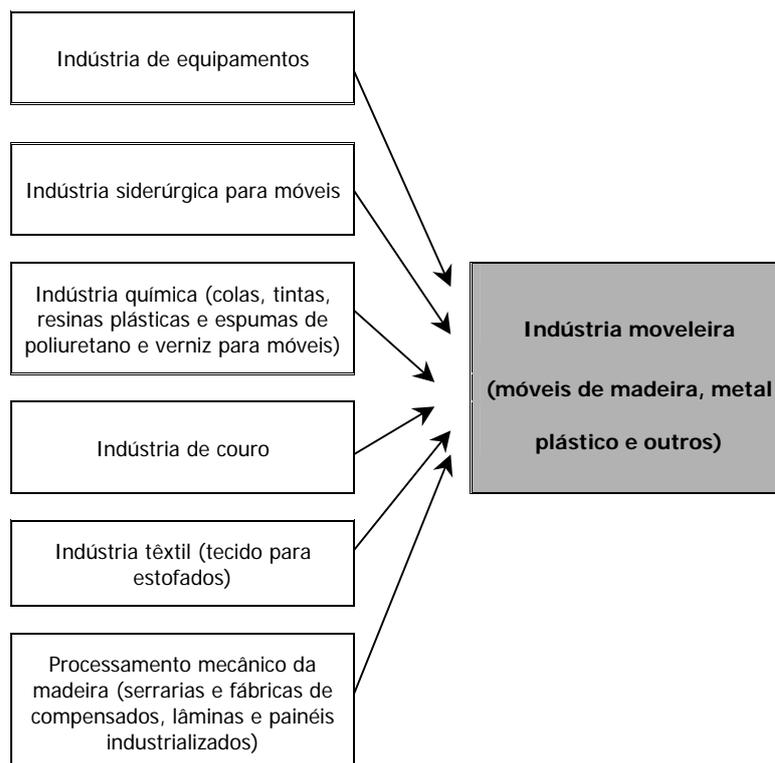


Figura 6. Subsistema da Indústria Moveleira e confluência de outros sistemas industriais (adaptado de BACHA, 2000, e UNICAMP-IE-NEIT, 2002)

A estrutura cognitivo-funcional da Indústria Moveleira, que se caracteriza, portanto, como uma indústria de transformação, move-se ao longo de um eixo que inicia com a seleção da matéria-prima do substrato, de acordo com especificações dadas num projeto anteriormente elaborado com vistas à produção de determinado móvel, e que termina com as peças acabadas, prontas para a montagem do móvel, como representado pelo esquema da figura 7 a seguir.

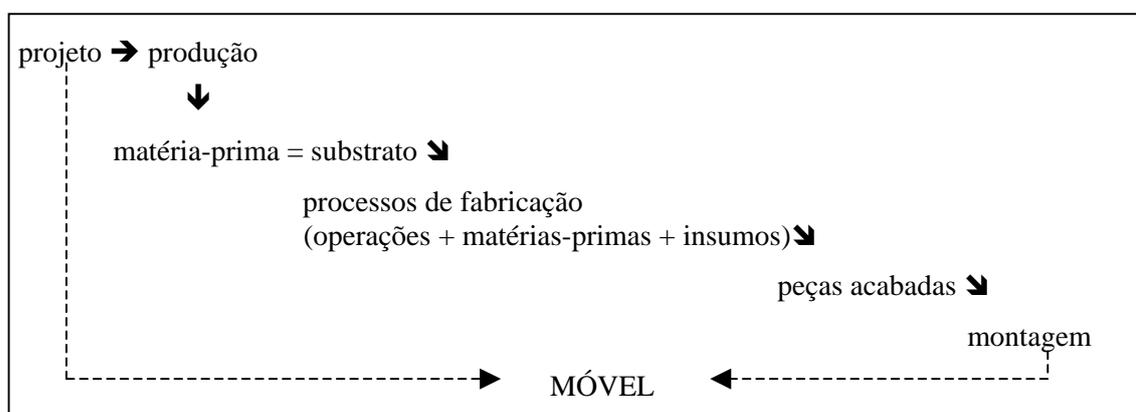


Figura 7. Representação esquemática do eixo cognitivo-funcional da TIMov

Se descartarmos a fase inicial de projeto e a fase final da montagem⁴⁰, teremos um modelo prototípico de fluxograma de produção em que determinada matéria-prima – o substrato inicial – vai sendo preparada para processos posteriores, através de operações específicas, até o acabamento final.

A escolha da matéria-prima do substrato determina grandemente que processos serão executados, bem como que outras matérias-primas e insumos serão agregados, sendo esses, por sua vez, também resultantes de processos anteriores ou submetidas a processos posteriores pelo emprego de determinadas máquinas e equipamentos e utilização de determinados insumos.

O próprio substrato, como se depreende da figura 6, já é o resultado de algum processo anterior e, assim como cada matéria-prima ou insumo agregado no fluxograma de produção, remete aos domínios correlatos de atividades tecnológicas que se integram à da indústria moveleira, que delas depende para sua própria configuração.

O fluxograma de produção se configura, assim, como a representação de uma cadeia produtiva, que pode ser vista então como uma seqüência encadeada de processos, com algumas etapas obrigatórias e outras em que escolhas devem ser feitas. As etapas e sua seqüência podem variar dependendo do porte da empresa, seu nível de tecnologia, máquinas de que dispõe, entre outros fatores, mas sempre terão como ponto de partida a escolha do substrato inicial.

Nas figuras 8 e 9 a seguir, apresentamos dois exemplos de fluxograma de produção, a partir de substratos diferentes, que podem ser tomados como modelos prototípicos do processo produtivo, em duas situações diferentes.

⁴⁰ Os processos de montagem não são necessariamente executados pela unidade industrial. Muitas vezes, essa etapa cabe à loja que comercializa o móvel, com o acréscimo de complementos e/ou acessórios (aramados, puxadores, etc.), geralmente fornecidos prontos por terceiros. Cabe também observar que, embora muitas vezes prevista já desde o projeto, a embalagem não será considerada aqui como parte do processo produtivo, uma vez que, mesmo sendo realizada na fábrica, não tem influência direta sobre o processo de produção.

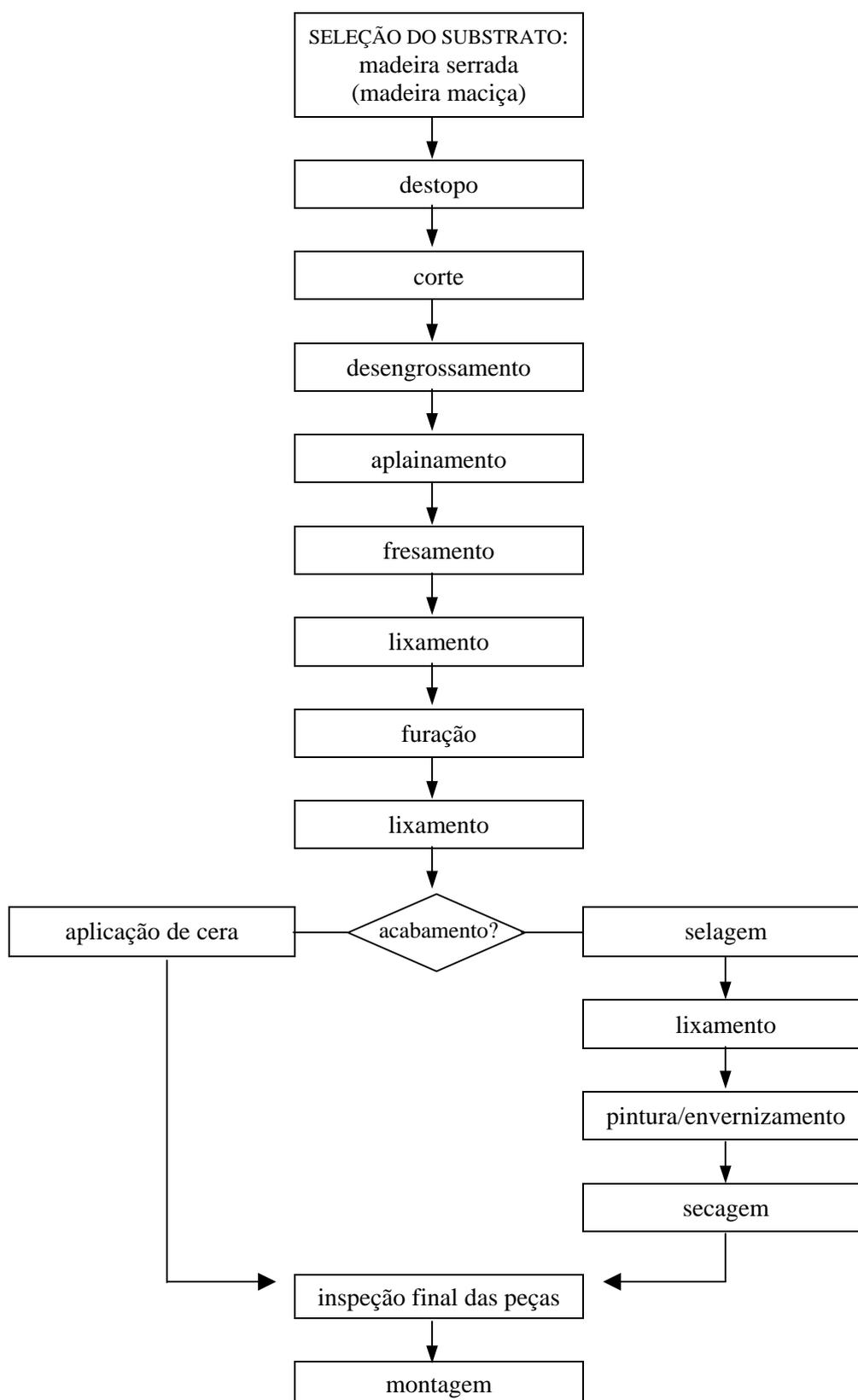


Figura 8. Modelo prototípico de fluxograma de produção na indústria moveleira a partir de painel de madeira serrada (madeira maciça)

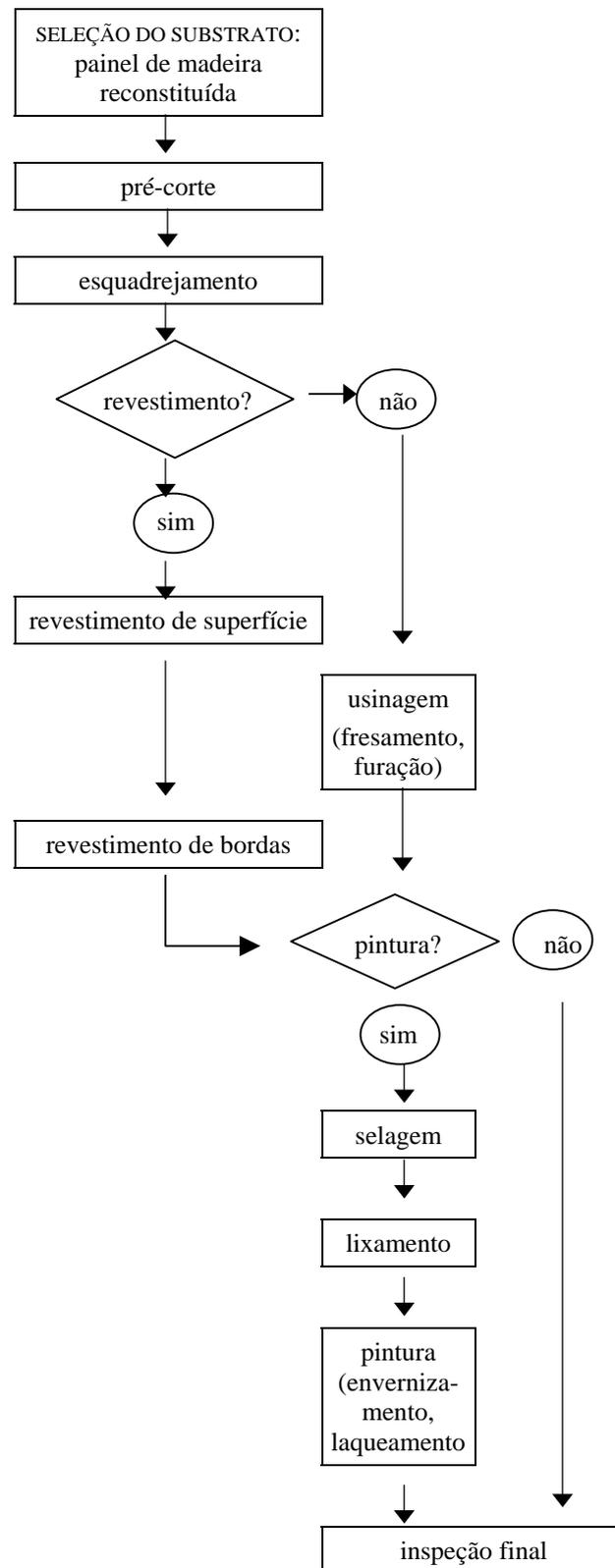


Figura 9. Modelo protótipo de fluxograma de produção na indústria moveleira a partir de painel de madeira reconstituída

Consoante com o modelo prototípico de fluxograma de produção representado esquematicamente na figura 7, observamos a seqüência de atividades prevista, bem como etapas em que decisões devem ser tomadas, seja em função da matéria-prima utilizada, seja em função do tipo de acabamento pretendido.

Na primeira situação, o ponto de partida é a utilização de *madeira serrada* ou *madeira maciça* como matéria-prima do substrato. Na segunda, a matéria-prima empregada são *painéis de madeira reconstituída*, que podem ser de diferentes tipos, levando, assim, à escolha de diferentes processos.⁴¹

Um técnico, ao observar ambos os fluxogramas, poderá reconhecer a representação esquemática da seqüência de processos produtivos da Indústria Moveleira. Um terminólogo, por outro lado, terá que se colocar perguntas que relacionem os termos aos conceitos a eles subjacentes. Poderá, por exemplo, se perguntar: “que conceito de ‘corte’ está sendo levado em conta neste domínio de conhecimento?”, ou “Como se denomina a ferramenta empregada para realizar a operação de aplainamento” ou “Como se denomina o material para realizar a operação de selagem?”.

Desta forma, de ambos os fluxogramas de produção, elaborados para ilustrar prototipicamente o encadeamento de processos e materiais empregados na Indústria Moveleira, podemos depreender, como subjacente, uma estrutura cognitivo-funcional, que é expressa por uma terminologia própria.

Nesta complexa estrutura cognitivo-funcional, podemos identificar os termos que descrevem e representam o conhecimento ali envolvido e atestar sua pertinência ao domínio. Os termos pertinentes à TIMov representam, fundamentalmente, denominações de *matérias-primas e insumos*,⁴² os *processos* a que são submetidos e os *equipamentos* (incluindo *máquinas e ferramentas*) utilizados para a transformação em produtos. São esses então os eixos estruturais da área, o que permite considerar o fluxograma do processo produtivo, de certa forma, equivalente a uma **árvore de domínio**.

⁴¹ Agradeço ao colega Prof. Éverton Hillig, do Departamento de Engenharia Química da Universidade de Caxias do Sul, atual coordenador do Curso de Tecnologia em Produção Moveleira, pelo auxílio na elaboração dos fluxogramas.

⁴² O *Guia ForMóbile* inclui nessa categoria: abrasivos, adesivos, couros e sintéticos, embalagens e plásticos, espumas, fitas de borda, materiais para estofados, painéis, revestimentos, tecidos, tintas e vernizes, vidros e espelhos.

À complexidade dessa estrutura cognitivo-funcional alia-se sua dinamicidade, que se reflete em sua constante renovação, consoante com o próprio desenvolvimento industrial do setor. O anuário *ForMóbile: Guia de Referência da Indústria Moveleira*, em sua edição de 2004, explica:

O desenvolvimento do setor moveleiro muitas vezes é motivado pela tecnologia e inovação das matérias-primas, a fim de atender o mercado cada vez mais exigente na perfeição do acabamento, na resistência e nos padrões de cores e texturas. (ForMóbile, 2004, p. 50)

O delineamento da estrutura cognitivo-funcional da Indústria Moveleira nos permitirá, agora, identificar as unidades terminológicas que representam os conceitos fundamentais desse domínio e as relações existentes entre eles.

5.1.1 Relações conceituais na TIMov

Apesar de a TIMov ser representativa de uma área em que, como se pode observar pelas estrutura cognitivo-funcional esboçada, predominam atividades pragmáticas, sua terminologia também apresenta uma dimensão conceitual, e as unidades terminológicas que a constituem exprimem diferentes relações conceituais.

Como sugere Dubuc (1999, p. 86-87), o estabelecimento de relações conceituais em uma dada terminologia deve levar em conta os contextos definitórios, explicativos e associativos em que as UTs se encontram, para que essas relações possam ser confirmadas. A observação das UTs selecionadas para análise, a partir do seu comportamento nos textos que compuseram o *corpus* de análise, permitiu identificar muitas dessas relações, de diferentes naturezas.

A análise do *corpus* permitiu localizar diversas relações do tipo genérico-específico, a maioria das quais orientada pela indicação da natureza da subdivisão do conceito, ou seja, classificando seus traços semânticos a partir de facetas. Os contextos apresentaram também um número significativo de relações partitivas (parte-todo). No entanto, pode-se constatar uma predominância de relações conceituais complexas (associativas) na TIMov, especialmente evidenciadas ao se tratar das unidades terminológicas poliléxicas.

Essas relações serão discutidas e exemplificadas a seguir, nas Seções 5.1.1.1 a 5.1.1.3. Buscaremos também identificar os mecanismos textuais usados para indicar aos leitores essas relações entre conceitos.

Além disso, na segunda parte da análise (Seção 5.2), ao discutirmos os padrões de formação de termos na TIMov, também acrescentaremos observações a respeito das relações conceituais identificadas.

5.1.1.1 Relações genérico-específico na TIMov

Vimos, no Capítulo 3, que as relações lógicas do tipo genérico-específico estabelecem uma ordem hierárquica, em que conceitos pertencentes a uma mesma categoria organizam-se de tal forma que todos os conceitos mais específicos estão em relação de subordinação com um conceito genérico, e essa relação entre o conceito superordenado e o(s) subordinado(s) não é reversível.

As relações genérico-específico podem ser observadas quando é possível perceber estruturas, conforme sugere Sager (1990), como “X é um tipo de A” ou “X, Y e Z são tipos de A”, sendo A o conceito superordenado e X, Y e Z os conceitos subordinados.

Os contextos apreendidos pelos textos que constituíram o *corpus* forneceram indicações da existência de conceitos em relação genérico-específico tanto relativos a matérias-primas (substratos), quanto a insumos e processos. Os exemplos (1), (2) e (3) a seguir ilustram essas relações.

(1)

Algumas opções de **acabamentos de bordas** são:

- **laqueamento**
- **fitas de borda** de FF, PVC, papéis melamínicos, lâminas de madeira
- **encabeçamento** com madeira maciça, MDF, plásticos, metais, etc. (ForMob04, p. 96)

No exemplo (1), o próprio contexto nos informa a existência de uma estrutura conceitual em que *acabamento de bordas* (A) é o termo que representa um conceito superordenado, ao qual se subordinam os outros três, *laqueamento*, *fita de borda* e *encabeçamento* (X, Y e Z), o que nos permite dizer, de acordo com Sager, que X, Y e Z são

tipos de A. Apesar de o paralelismo sintático não estar perfeito, pode-se depreender que são possíveis três diferentes processos para dar acabamento às bordas, além de, em dois deles, serem especificados os materiais que podem ser usados para tal.

Laqueamento dispensa, para o público-alvo da publicação, a menção ao produto empregado para realizá-lo, que é a tinta *laca*. É provavelmente também a familiaridade esperada com a área que permite a elipse do verbo *aplicação* ou *colagem* no segundo processo, em que há a indicação dos tipos de materiais de que pode ser constituída a *fita de borda* (= “lâmina de madeira ou de outro material, geralmente colada, que serve para proteger e decorar a borda ou o canto visível de uma chapa”^{MAMO}).⁴³

Já o terceiro deles, *encabeçamento*, remete à definição dada, na língua comum, ao verbo *encabeçar*, processo de “unir dois objetos pelo topo”^{AURE}, e à forma adjetiva *encabeçado*, que se diz, em carpintaria, de “tábua que tem a extremidade encaixada em outra tábua”.^{HOUA} Essa UT pode indicar, na TIMov, tanto o processo quanto a peça utilizada para realizá-lo (= “espécie de moldura usada para contornar a borda de uma chapa ou de uma peça de mobiliário, como um tampo de mesa”*), que pode ser de diferentes materiais, como mostra o contexto.

A estrutura conceitual aqui exemplificada pode ser representada através de uma estrutura arbórea, representada na figura 10 a seguir, em que, entre o primeiro e o segundo níveis, como diz Sager (1990, p. 30), “tudo o que pode ser dito do conceito genérico pode também ser dito do conceito específico”.

⁴³ Assim como procedemos no Capítulo 3, em que ilustramos diversos aspectos da análise com exemplos de palavras e termos e suas respectivas definições, serão dadas definições dos termos usados para exemplificar os aspectos analisados na TIMov. A autoria das definições é dada pela sigla indicativa do texto-fonte, que podem ser obras de referência tanto terminológicas, quanto enciclopédicas e lexicográficas, bem como páginas da *web* disponibilizadas por fabricantes e fornecedores. Na ausência de definições nessas obras, criaremos a definição, o que será indicado por um asterisco. Os dados completos das obras consultadas encontram-se na seção de Referências Bibliográficas, e a listagem de todas as siglas indicativas dos textos-fonte é dada no início deste trabalho. Cabe também ressaltar que a inclusão de definições localizadas em obras lexicográficas encontra respaldo nas palavras de Rey: “[...] a informação terminológica está longe de estar ausente ou debilmente representada num grande dicionário de língua, mas é ajustada às regras de uma apresentação particular, a do lexicólogo. O que domina e deve dominar nessa perspectiva descritiva são os níveis de uso e não atribuições hierárquicas de campo de domínio, as colocações mais frequentes e mais comuns e não sintagmas terminológicos, o sentido de uso no discurso e não a estrutura conceitual.” (REY, 1995, p. 185)

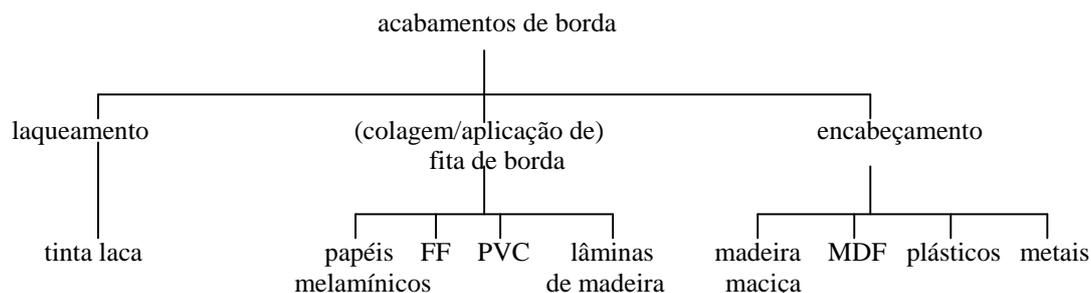


Figura 10. Estrutura arbórea que representa a relação entre *acabamentos de borda* como um conceito superordenado e seus conceitos subordinados

O termo superordenado e seus subordinados estão em uma relação vertical, que pode ser lida como “laqueamento é um tipo de acabamento de borda”, “(aplicação de) fita de borda é um tipo de acabamento de borda”, “encabeçamento é um tipo de acabamento de borda”.

A especificidade dos conceitos de segundo nível, porém, é maior, o que equivale a dizer que cada um dos elementos subordinados tem traços conceituais que lhe são próprios, além daquele compartilhado com os outros elementos que se encontram num mesmo nível hierárquico.

No terceiro nível, as informações dadas pelo texto indicam uma mudança de critério na relação: os subordinados passam a designar insumos utilizados para realizar o processo expresso nos termos do segundo nível, aos quais se subordinam. Abordaremos em mais profundidade esse caso no item 5.1.1.3, quando falaremos de relações associativas.

(2)

Uma forma de classificar as chapas de **madeira compensada** é por meio de seu local de utilização. De acordo com o projeto de norma 31.000.05/001-2, do Comitê Brasileiro de Madeiras, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os compensados são classificados em três tipos básicos, principalmente de acordo com o tipo de resina empregada: a) **Interior** (IR) – para uso em locais protegidos, da ação da água ou de alta umidade relativa; b) **Intermediário** (IM) – para ambientes com alta umidade relativa; e c) **Exterior** (EX) para uso exterior ou em ambientes fechados submetidos à ação de água. (ForMob03, p. 64)

O exemplo (2) traz a indicação textual de que existe uma relação genérico-específico no emprego do verbo “classificar”, uma vez que uma das acepções desse verbo é justamente a empregada na estruturação hierárquica das nomenclaturas científicas: “determinar a classe, ordem, família, gênero e espécie”.^{HOUA e MICH}

Deste modo, *madeira compensada* (= *compensado* = “chapa composta de lâminas cruzadas entre si ou de lâminas em combinação com miolo sarrafeado ou outro tipo de chapa, à base de madeira”^{MAMO}) é o termo que designa o conceito superordenado, ao qual estão subordinados os três tipos, “Interior”, “Intermediário” e “Exterior”, definidos no próprio texto.

As informações que permitem recuperar as relações entre conceitos genéricos e específicos podem também estar dispersas ao longo de um texto, sendo necessário buscá-las em trechos mais longos. No *Caderno Técnico* intitulado “Adesivos e suas aplicações”, encontramos dados que permitem perceber a estrutura hierárquica entre os diversos tipos de adesivos.

(3)

Adesivos são substâncias orgânicas que, quando interpostas entre os dois substratos, os quais podem ser de igual natureza ou diferentes, são capazes de mantê-los unidos através de forças atrativas, que podem ser químicas e/ou mecânicas. Estas forças atrativas promovem resultados finais de resistência adesiva que podem superar as forças coesivas dos próprios substratos. [...]

Classificação

Com relação a sua natureza, os adesivos são divididos em dois grupos:

Naturais

Podem ser **de origem vegetal** (como o **amido**, a **dextrina** e o **látex natural**) e **de origem animal** (como a **caseína**, **albuminas** e a própria **cola animal**). Materiais inorgânicos, embora naturais, não são classificados como adesivos e sim como cimentos.

Sintéticos

Podem ser:

Termoplásticos: estes adesivos amolecem sob a ação do aquecimento e se solidificam quando resfriados. Normalmente, são facilmente atacados por solventes orgânicos. Eles podem ser classificados como: **à base d'água** (como os **adesivos vinílicos, acrílicos, etileno-vinil acetatos, estireno-butadieno**, etc.) **à base de solvente** (como os **vinílicos e acrílicos**) ou os **termofusíveis (hot-melt)**.

Termofixos: estes adesivos são reticuláveis, ou seja, após "curados" não sofrem a ação do calor e, de maneira geral, dos solventes orgânicos. Estas características de insolubilidade e infusibilidade são inerentes às resinas sintéticas formadas por ligações cruzadas. Exemplos: **adesivos uréicos, fenólicos, resorcínicos**, alguns **vinílicos**, etc.

(ForMob03, p. 2)

Adesivos, termo que tem seu conceito definido na abertura do texto (3), funciona como um termo superordenado ao qual, sucessivamente, se subordinam tipos mais específicos. Assim, *adesivos naturais* e *adesivos sintéticos*, representados num segundo nível nessa estrutura, são conceitos subordinados a *adesivos*, mas superordenados em relação àqueles do terceiro nível, *adesivos de origem vegetal* e *adesivos de origem animal*, e *adesivos termoplásticos* e *adesivos termofixos*.

Igualmente, esses últimos representam conceitos superordenados aos do quarto nível, que, em alguns casos, estarão superordenados a um quinto nível ainda.

A estrutura hierárquica poderia ser assim representada (figura 11).

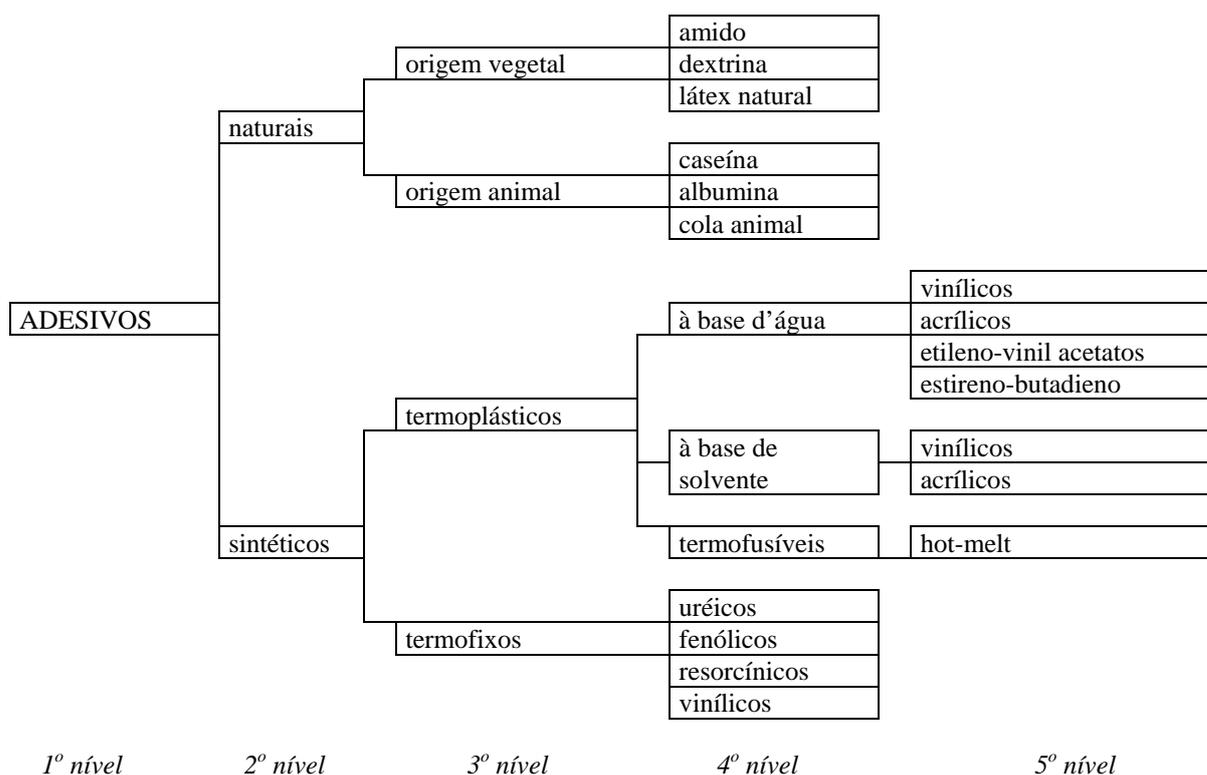


Figura 11. Estrutura arbórea que representa a relação entre *adesivos* como um conceito superordenado e seus conceitos subordinados

O *corpus* analisado permite apontar alguns mecanismos textuais usados para indicar aos leitores relações entre conceitos genéricos e conceitos específicos. Nos exemplos analisados, identificamos estruturas dos tipos:

- A [poder ser] classificado em X, Y, Z e
- X, Y, Z [ser] opções / tipos disponíveis de A,

em que A representa o conceito superordenado e X, Y e Z, os conceitos subordinados.

Outras estruturas identificadas incluem:

- A [ser / poder ser] dividido em *n* grupos / tipos / segmentos (X, Y, Z),
- X, Y, Z [ser] os A mais utilizados / conhecidos e

- [existir] diversos tipos de A,

como se observa nos exemplos (4), (5) e (6) a seguir.

(4)

Esses revestimentos podem ser divididos em três segmentos de produtos. (ForMob03, p. 38)

(5)

As mais conhecidas e utilizadas no Brasil são o mogno, cedro, imbuia, cerejeira, marfim, curupixá, figueira, freijó, ipê, pinus, pinho, goiabão, jatobá, sucupira [...]. (ForMob04, p. 111)

(6)

Existem dois tipos de multilaminado: o comum, construído com cola uréia-formoldeído, que não é a prova d'água, e o naval, que é feito com cola fenol-formoldeído – a prova d'água. (ForMob04, p. 120)

Além disso, estruturas sintáticas paralelas também auxiliam a identificação, como se observa em “Podem ser de origem vegetal (...) e de origem animal”.

Essas pistas contextuais podem ser úteis para o terminólogo, na compilação e análise de dados terminológicos, ou para o terminógrafo, na elaboração de obras terminográficas, para identificar conceitos em relação lógica do tipo genérico-específico.

5.1.1.2 Relações parte-todo na TIMov

A conexão entre conceitos que consistem de mais de uma parte e suas partes constituintes é indicada por relações parte-todo ou partitivas. Como sugere Sager (1990), estruturas como “X é uma parte constituinte de A” ou “A é constituído de X, Y e Z” explicitam essas relações.

Também na TIMov é possível identificar relações partitivas, como mostram os exemplos (7) e (8).

(7)

Conhecidas como abrasivos revestidos, as **lixas** são formadas por componentes conhecidos por **costado**, **grãos abrasivos** e **adesivos**. (ForMob03, p. 72)

(8)

Sarrafeado – É formado com **sarrafos de madeira**, colados lado a lado e recobertos com duas **lâminas de madeira torneada**, dispostas transversalmente no sentido das fibras da madeira. (ForMob04, p. 121)

As *lixas*, definidas no próprio texto como “abrasivos revestidos”, são um todo que é composto de três partes (*costado*, *abrasivo* e *adesivo*), sem as quais não poderia representar o mesmo conceito. Igualmente, um compensado só é considerado sarrafeado se for constituído de sarrafos de madeira e uma lâmina de madeira torneada revestindo cada uma das faces.

Além das já indicadas por Sager (1990), identificamos no *corpus* analisado a estrutura do tipo “A [ser formado por] X, Y, Z” como uma importante pista contextual para identificação de relações parte-todo, útil para terminólogos e terminógrafos que busquem nos textos especializados a representações do conhecimento de uma determinada área.

5.1.1.3 Relações associativas (complexas) na TIMov

Vimos que as relações complexas são também relações lógicas, mas as associações feitas entre os conceitos fogem à hierarquia genérico-específico ou à parte-todo. Tanto Sager (1990) como Dubuc (1999) apontam a importância dessas relações para a compreensão dos conceitos, por revelarem sua natureza, muito mais que permitir sua classificação.

As relações associativas são as mais abundantes no *corpus* analisado. No entanto, pelo fato de, ao longo da análise dos padrões de formação de termos na TIMov (Seção 5.2), trazermos grande número de dados sobre essas relações, discutiremos aqui apenas dois exemplos.

No exemplo (1), apresentado à página 169, observamos que a relação entre o elemento superordenado *acabamentos de borda* e os subordinados *laqueamento*, *(colagem) de fitas de borda* e *encabeçamento* é do tipo genérico-específico, isto é, cada um dos subordinados (segundo nível) é um tipo de processo ou operação da TIMov genericamente expressa pelo elemento superordenado (primeiro nível).

O mesmo já não pode ser dito desses últimos conceitos para com os que representamos, na estrutura arbórea, em um nível abaixo. No segundo nível, temos unidades terminológicas que representam conceitos relativos a processos ou operações, mas no terceiro nível temos unidades terminológicas que designam materiais utilizados como insumos para realizar tais processos. Isso configura um tipo de relação que Sager (1990) chamaria de processo-produto, que pode ser lida como “para realizar tal processo, é necessário/possível empregar tal produto”. Para sermos mais específicos ainda, podemos dizer que essa relação é do tipo insumo-operação, isto é, “para realizar tal operação, é necessário/possível empregar tal insumo”.

No exemplo (3), à página 172, o texto nos informa que *adesivos* são um tipo de material que tem uma determinada propriedade, que é a de manter dois substratos unidos através de forças atrativas, quando interposto entre eles. Esse tipo de relação é chamado de material-propriedade.

Relações complexas ou associativas são, por um lado, mais abundantes, mas, por outro, menos fáceis de identificar, pois pode haver tantas pistas contextuais quantos são os tipos de relações existentes entre conceitos.

Vemos, assim, que, apesar de se tratar de uma terminologia técnica, voltada à prática, é possível delinear uma estrutura cognitivo-funcional da TIMov, em que as relações entre os conceitos se dão de diferentes formas, de modo a expressar os saberes próprios deste domínio.

5.2 O PLANO FORMAL DA TIMov

Analisar a face formal das UTs de uma determinada terminologia implica observar os procedimentos de formação comumente empregados e as características morfossintáticas frequentes. Com base nos resultados dessa observação, pode-se buscar padrões constitutivos, que, além de seu propósito de descrição, podem também servir como orientação na constituição de novos termos de uma área especializada. Esse conjunto de observações e resultados da análise empreendida tendo como foco a TIMov configura o plano formal dessa terminologia.

Como vimos no Capítulo 3, vários são os procedimentos empregados na formação de termos. Na descrição teórica desses procedimentos, utilizamos trabalhos de diversos autores, adotando, porém, como fio condutor, a descrição realizada por Dubuc (1999), pelo maior detalhamento oferecido por esse autor e pela maior possibilidade de analogia com a língua portuguesa. Para a descrição dos procedimentos de constituição das unidades terminológicas da TIMov, assim, coerentemente com os subsídios teóricos apresentados, continuaremos a seguir as orientações de Dubuc como fio condutor, comparando-as e complementando-as, sempre que pertinente, com as dos outros autores consultados.

Dividimos a análise em duas grandes partes, consoante com a proposta de Dubuc (1999). Na Seção 5.2.1, abordaremos os procedimentos de formação indireta, que incluem extensão semântica, mudanças gramaticais e empréstimos, e na Seção 5.2.2, os procedimentos de formação direta, em que serão vistos os aspectos morfossintáticos propriamente ditos da constituição das UTs, tomando como ponto de partida o fato de que elas podem ser unidades construídas ou não construídas.

Cabe ressaltar que, ao longo da análise empreendida nesta Seção, as relações conceituais identificadas serão também explicitadas, complementando as informações trazidas na primeira parte da análise, *O plano conceitual da TIMov* (Seção 5.1) De igual forma, dados significativos para a caracterização do texto especializado nessa área serão apontados, os quais serão levados em conta quando da discussão da face pragmática das UTs da TIMov.

5.2.1 Procedimentos de formação indireta na TIMov

A interface do conceito de *móvel*, como um objeto que faz parte do dia-a-dia das pessoas comuns, e de seu conceito como o produto de uma elaborada cadeia produtiva abre espaço para a **terminologização** de diversas palavras e expressões da língua geral, assim como o de muitas ferramentas (*serra*) e materiais (*cola, prego, papel, tinta, vidro*). Como não incluímos no escopo deste trabalho a análise de um *corpus* paralelo não-especializado, vocábulos que sofreram terminologização serão simplesmente analisados como termos pertinentes à área da TIMov.

Para descrever os procedimentos de formação indireta de termos na TIMov, seguiremos as três categorias propostas por Dubuc (1999) e já explicitadas no Capítulo 3: extensão semântica, mudanças gramaticais e empréstimo.⁴⁴

5.2.1.1 Formação indireta de UTs na TIMov por extensão semântica

A extensão ou transferência semântica supõe a ampliação do significado de uma UT de uma linguagem de especialidade para que, por extensão lógica, recubra uma realidade próxima, ou seja, designe um outro conceito dentro da mesma especialidade. Isso pode se dar pelo deslocamento da relação lógica (que envolve sempre uma relação metonímica), por analogia ou por assimilação.

5.2.1.1.1 Extensão semântica por deslocamento de uma relação lógica

Para recordarmos, o **deslocamento de uma relação lógica** foi definido no Capítulo 3 por Dubuc (1999) como uma transformação do significado, ou, como diz Bechara (1999), uma translação de significados pela proximidade de idéias, a partir de uma mudança da perspectiva a partir da qual se focaliza a relação entre o termo e seu conceito, o que pode ser localizado nas linguagens especializadas em pelo menos seis diferentes formas mais comuns. No *corpus* analisado, não foram identificadas ocorrências de UTs formadas por extensão de significado que suponha uma passagem do concreto para o abstrato (ou vice-versa), nem da matéria para o objeto, do signo para o significado ou do continente para o conteúdo.

Identificamos, porém, UTs que exemplificam o emprego metonímico de vocábulos em que se dá a passagem da parte para o todo (ou vice-versa) e da causa para o efeito. Os casos do emprego do nome do indivíduo pela espécie, em que há a mudança de condição de substantivo próprio para substantivo comum, serão analisados adiante, conforme a proposta de Dubuc (1999) já mencionada no Capítulo 3, como formação indireta de termos por mudanças gramaticais.

⁴⁴ Assim como proposto no Capítulo 3, reservamos espaço exclusivo para empréstimos interdisciplinares entre os procedimentos genericamente chamados “Empréstimos”, que veremos na Seção 5.2.1.3.

A) Da parte para o todo

Identificamos no *corpus* analisado uma instância de termo em que se dá a passagem do todo para a parte: *serra*.

O termo *serra* designa uma máquina ferramenta indispensável na indústria moveleira, usada para seccionar tábuas e painéis nas dimensões necessárias e formatos desejados para as peças que compõem os móveis. É definido como um “instrumento cortante que tem como peça principal uma lâmina ou um disco dentado de aço.”^{MAMO} Em alguns contextos, porém, é possível perceber que a UT é usada para designar não todo o instrumento, mas apenas a lâmina ou disco dentado, como exemplificado em (9a), (9b) e (9c) abaixo.

(9a)

Serra que já esgotou o poder de afiação. (ForMob03, p. 30)

(9b)

Afiar a **serra**. (ForMob03, p. 30)

(9c)

Forma do dente da **serra** não adequada ao corte do MDF. (ForMob03, p. 30)

Nos exemplos, pode-se observar que o objeto referido não é o instrumento em sua totalidade, mas a lâmina ou o disco, já que é essa a parte da serra que pode ser afiada e que tem dentes. Tem-se, assim, um exemplo de caso em que o nome do todo designa uma parte desse todo.

B) Da causa para o efeito

Mais abundantes na TIMov são as ocorrências de UTs que exemplificam a passagem de causa para efeito, explicitando relações de significado do tipo causa-efeito. Observaremos, para fins de ilustração, quatro dessas UTs: *serragem*, *acabamento*, *embalagem* e *revestimento*.

A primeira acepção nos, dicionários de língua geral, para *serragem* é a de “ato ou efeito de serrar”^{MICH}, ou seja, o ato de serrar, a serragem, é a causa do efeito de serrar, a serragem, que também designa as “partículas de madeira, produzidas pela serra ao serrar”^{MICH}. Observe-se que o emprego desse vocábulo como causa e como efeito, bem como de vários outros formados por derivação a partir de uma base verbal⁴⁵, já é tão comum em língua portuguesa que, além de explicado nos compêndios de gramática, está até dicionarizado (resultando, em muitos casos, numa definição insuficiente e insatisfatória por ser redundante).

O que parece ainda não estar contemplado de forma sistemática nos dicionários consultados é uma outra possibilidade de extensão semântica por deslocamento da relação lógica que se dá quando uma UT que designa uma ação e o efeito por ela provocado passa a ser empregada também para denominar o produto ou o material com o qual se realiza tal ação, estabelecendo-se uma relação de significado do tipo processo-instrumento. Cabe ressaltar que entendemos aqui “instrumento” de forma ampla, englobando dispositivos, produtos, materiais, enfim, tudo o que pode ser concretamente utilizado para levar a cabo a ação ou o processo nomeados. Como exemplos dessa transferência de significado na TIMov podemos citar as UTs *acabamento*, *embalagem* e *revestimento*, cujo emprego se observa nos textos (10a, b, c), (11a, b) e (12) a seguir.

Em (10a), a UT *acabamento* está sendo usada para designar uma operação, assim como o estão *afiação* e *desbaste*, como o próprio texto nos informa. Numa das ocorrências, aparece também especificada pelo adjetivo *fino*. Esta seria a primeira acepção prevista, correspondendo a “ação”.

(10a)

Se você procura excelência na relação custo-benefício em operações como afiação de fresas e serras de corte, desbaste, **acabamento** e fino **acabamento**, confie na Carborundum. (ForMob04, p. 165) – anúncio publicitário da Carborundum

Já em (10b) e (10c), também extraídos de anúncios publicitários, verificamos, em primeiro lugar, uma diferença na forma: o emprego da UT em sua forma plural. Em (10b), o texto nos informa que “padrões e *acabamentos* podem ser criados”, indicando o resultado de uma operação. Em (10c), porém, o substantivo “linha” nos indica que o anúncio divulga o

⁴⁵ Os processos de formação de UTs por derivação e composição serão estudados em detalhe mais adiante, na Seção 5.2.1.2.

conjunto dos produtos fabricados e comercializados pela empresa; desse modo, entende-se que os diferentes *acabamentos* oferecidos são, na verdade, diferentes produtos utilizados para dar acabamento aos móveis.

(10b)

Uma variedade de padrões e **acabamentos** é criada a partir desses conceitos, cada vez mais valorizados pela sociedade moderna. (ForMob03, p. 23) – anúncio publicitário da Masisa

(10c)

Linha de **acabamentos** texturizados (ForMob03, p. 137) – anúncio publicitário da Farben S/A Indústria Química

Esta possibilidade de transferência de significado não é exclusiva do texto publicitário, mas deve-se concordar que ele cria um ambiente discursivo mais propício para o fenômeno, que pode ser observado com as UTs *embalagem* e *revestimento*, em (11a), (11b) e (12).

(11a)

Essa é uma **embalagem** vantajosa, pois o cliente pode conferir a integridade do material, sem remover a **embalagem** protetora. (ForMob04, p. 115)

(11b)

Fácil armazenagem, devido à **embalagem** de proteção. (ForMob04, p. 139) – anúncio publicitário da Mapro Indústria Química e Metalúrgica

(12)

Revestimentos PU: esmaltes, vernizes e fundos (. . .)

Revestimentos à base Nitro: lacas, fundos e seladoras (. . .)

Revestimentos curáveis por ultravioleta (UV) (. . .) (ForMob03, p. 140) – anúncio publicitário da Akzo Nobel

Em (11a), cada ocorrência da UT traz consigo uma possibilidade de extensão significado. A *embalagem* vantajosa pode ser tanto a operação de embalar, que tem resultados vantajosos, como o instrumento – produto, material, dispositivo – empregado para realizar essa operação. Já em (11b), o item que está sendo divulgado pelo anúncio traz como argumento de venda ainda a facilidade com que pode ser armazenado, pelo fato de ser

revestido por uma *embalagem* (isto é, o material/dispositivo usado para embalá-lo) que o protege. Em (12), à semelhança do que se verifica em (10c), as três ocorrências de *revestimento* remetem ao material ou produto que pode ser empregado para realizar a ação de revestir. Assim, tanto em (10c) quanto em (11a), (11b) e (12), temos uma transferência de significado da operação para o instrumento com que é realizada.

É importante salientar que é a observação dessas UTs em seus contextos de ocorrência o que permite realizar a interpretação da extensão semântica que se processa. É essa mesma observação que nos permite considerar, em consonância com o trabalho de Bevilacqua (2003; 2004), que, por seu caráter resultativo, os vocábulos destacados assumem estatuto de termo, e não de unidade fraseológica.

5.2.1.1.2 Extensão semântica por analogia

A **extensão por analogia** – atribuição de nova acepção a um vocábulo pela constatação de alguma semelhança, assim como ocorre em processos metafóricos nas linguagens não-especializadas – pode se dar por forma ou por função. Já comentamos que, nas línguas latinas, a formação por símile é mais rara, pela própria estrutura mais analítica dessas línguas, assim como construções metafóricas tendem a ser menos encontradas nas terminologias técnicas. Na TIMov, no *corpus* analisado, foram identificados apenas dois exemplos, ambos em construções sintagmáticas, exatamente na forma menos esperada, a símile, como podemos ver nos textos (13) e (14) abaixo.

(13)

Ainda em relação às dobradiças, é recomendável o uso de **dobradiças tipo caneco**. (ForMob03, p. 21)

(14)

O OSB admite **junção do tipo macho e fêmea**. (ForMob03, p. 22)

Em ambos os casos, temos uma extensão por analogia de forma, como indicam as definições dadas a seguir.

Macho e fêmea é a designação comum para qualquer tipo de encaixe, junta ou sambladura “que faz a junção entre duas peças que têm entalhadas, em certos casos, a lingüeta em uma e a ranhura em outra, e, em outros, a respiga em uma e a mecha em outra.”^{HOUA} A *Sotheby’s Concise Encyclopedia of Furniture* (1998, p. 199) a define como “uma junta de ângulo reto que é feita cortando-se uma ranhura em uma das peças de madeira, na qual se encaixa uma projeção da outra”. Essa definição pode ser mais bem compreendida quando assim complementada: *macho* é a denominação da “saliência longitudinal na borda de uma tábua, destinada a encaixar-se em uma ranhura correspondente (*fêmea*) de outra tábua.”^{MICH} Nesse caso, a analogia se faz, como se pode concluir, com referência à anatomia animal.

A figura 12 abaixo ilustra duas peças prontas para encaixe *macho e fêmea*.

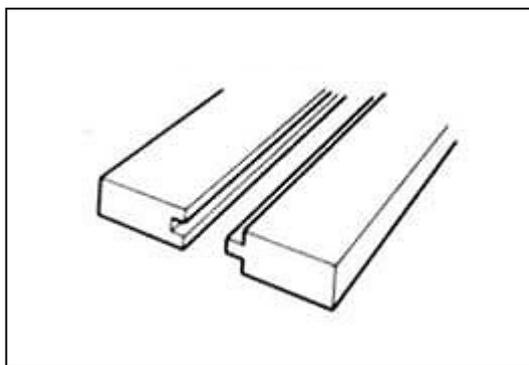


Figura 12. Encaixe (junção) macho e fêmea

(Disponível em: <<http://www.furniturebuying.com>>. Acesso em: 16 mar 2006)

A *dobradiça tipo caneco* é uma espécie de dobradiça (= “peça de metal formada de duas chapas unidas por um eixo comum e sobre a qual gira a janela, a porta, etc.”^{MICH}) dotada de uma parte cilíndrica, com geralmente 35mm de diâmetro e em média 10mm de altura, que é embutida num orifício de dimensões equivalentes furado na parte traseira das portas dos móveis (geralmente armários e roupeiros), permitindo ajuste tridimensional. Nesse caso, a analogia se faz pela semelhança com a forma côncava de um caneco, que é “uma caneca estreita e alta”.^{MICH} As figuras 13 e 14 abaixo ilustram, sob dois ângulos diferentes, uma dobradiça caneco.



Figura 13. Dobradiça (tipo) caneco

(Disponível em: <<http://www.tatshingmfg.com.hk/612b>>. Acesso em: 16 mar 2006.)



Figura 14. Dobradiça (tipo) caneco

(Disponível em: <<http://www.directindustry.com/prod/sugatsune>>. Acesso em: 16 mar 2006.)

A *dobradiça caneco* é um entre os vários tipos de dobradiças utilizados na indústria moveleira, assim como a junção (também dita “junta”) *macho e fêmea* é um entre os vários tipos de junções utilizadas na montagem de peças de mobiliário, diferenciando-se dos demais tipos por alguma diferença específica. Assim, é importante salientar que essa relação entre a existência de um conceito superordenado mais genérico (“dobradiça” e “junção”) e conceitos subordinados mais específicos (“caneco” e “macho e fêmea”), relação que nos exemplos claramente explicitada pela presença do substantivo “tipo” na estrutura da símile, é um elemento tipicamente marcador de terminologias. Essa relação conceitual também seria mantida, mesmo que menos explicitamente, caso tivesse sido feita uma escolha por outra estrutura que não a de símile, como as localizadas nos dicionários, páginas da *web* ou enciclopédias consultadas.

5.2.1.1.3 Extensão semântica por assimilação

Na extensão por **assimilação**, tem-se uma transferência do nome de um objeto a uma nova forma desse objeto. No *corpus* analisado, *laca* é exemplo desse caso. Embora tenha

ocorrido uma única vez no *corpus*, é de grande utilização na linguagem especializada dos móveis.

Originalmente, o termo designa uma “resina vermelha obtida de várias plantas; goma-laca”^{AURE}. Pelo fato de haver necessidade de uso mais amplo do material, e pelo custo elevado e dificuldade de obtenção, modernamente desenvolveu-se uma tinta, para aplicações industriais, cujo resultado é o mesmo aspecto, com vantagens oferecidas pela tecnologia. Essa nova substância, definida como uma “combinação de uma substância corante com um mordente e diversas outras substâncias”^{AURE} e também como uma “espécie de verniz que se obtém pela precipitação de um corante orgânico sobre uma base inorgânica”^{AURE}, recebeu também a denominação *laca*, ou seja, uma nova forma do objeto original recebe, por assimilação, o nome do antigo.

Mesmo em combinações sintagmáticas em que é feita uma especificação dos componentes do produto, o significado do termo genérico formado é mantido. Encontramos em (15) um exemplo de emprego dessa UT.

(15)

Dica: para se obter uma **laca** à base de poliuretano é necessário que se formule um composto semelhante a um primer mas sem cargas, e sim pigmentos. (ForMob03, p. 1)

Também se pode considerar um caso de extensão por assimilação o emprego de *resina*, que denomina “substâncias sólidas altamente viscosas, de natureza macromolecular, que geralmente contêm grupos reativos”^{POLI}, hoje obtidas industrialmente, como mostra o exemplo (16), mas originalmente empregado apenas para resinas naturais, como exemplificado em (17).

(16)

Com a adição de produtos químicos (**resinas**), as fibras ganham aspecto de espuma. (ForMob03, p. 27)

(17)

Madeiras coníferas como pinho ou pínus contêm altos níveis de **resinas** que impedem a penetração do adesivo. (ForMob03, p. 4)

5.2.1.2 Formação indireta de UTs na TIMov por mudanças gramaticais

Mudanças de categoria, também chamadas de conversão, bem como mudanças de gênero, de número ou de condição são mecanismos gramaticais comuns no português do Brasil, como em outras línguas naturais. São também amplamente aplicados em linguagens de especialidade, determinando a criação indireta de novos termos.

Algumas UTs da TIMov são também assim formadas, predominando as formadas por conversão (mudança de categoria gramatical) e por mudança de número, que serão analisadas a seguir. Cabe antes observar que, no *corpus* analisado, foi identificada apenas uma ocorrência de UT formada por mudança de condição, mas não foi identificada nenhuma ocorrência de UTs formadas por mudança de gênero.

5.2.1.2.1 Conversão

Ao estudarmos as UTs formadas por conversão, estudamos palavras ou termos em que ocorreu a transposição para uma categoria gramatical diferente daquela da primeira aceção. Na análise do *corpus*, foi possível identificar UTs em que se verificou a conversão de adjetivo em substantivo e de particípio passado de verbo em substantivo, o que indica ser este um procedimento bastante produtivo na TIMov, como veremos a seguir.

Nesses dois tipos de conversão, como já aventamos anteriormente, é provável que os termos tenham se originado de UTs poliléxicas de estrutura determinado+determinante, em que o adjetivo ou o particípio passado exerciam a função de determinantes e o substantivo recobria conceitos genéricos como “máquina”, “ferramenta”, “aparelho”, “substância”, o que é bastante comum em terminologia. A elipse do substantivo transfere para o adjetivo ou particípio a carga semântica da unidade e a função de designação.

Não foram identificados no *corpus* analisado casos de conversão de substantivo em adjetivo, exceto em processos de composição, que serão estudados adiante. Conforme antecipado, também não foram identificados casos de conversão de verbo em substantivo ou conversão de gerúndio em substantivo: para o primeiro tipo, o nível de formalidade dos textos

não é o adequado para um recurso estilístico dessa natureza; para o segundo, há outros recursos preferidos para marcar a idéia de “paciente de processo em andamento”.

A) Conversão de adjetivo em substantivo

A conversão de adjetivo em substantivo é, como já vimos, bastante freqüente na linguagem comum, por se constituir numa maneira muito eficiente de designação: a designação por caracterização (cf. Basilio, 1995, p. 61-62). Nas linguagens especializadas, esse procedimento se revela bastante produtivo quando associado a um processo anterior de redução de sintagma de função determinado+determinante, em que o núcleo determinado – um substantivo – é suprimido e o adjetivo – o determinante – assume a função substantiva e a carga semântica de toda a unidade. Desse modo, um indicador de UTs assim formadas podem ser sufixos derivacionais formadores de adjetivos. O caráter terminológico dos vocábulos é ativado e reconhecido por seu uso especializado em ambientes textuais.

Observamos na TIMov principalmente a conversão em substantivo de adjetivos formados por derivação em **-dor** e de adjetivos que, historicamente, correspondem à forma do particípio presente de verbos, derivados em **-nte**. As UTs identificadas no *corpus* têm registrada como primeira acepção nos dicionários de língua geral sua função adjetiva: *catalisador*, *estabilizador*, *corante*, *mordente*, *solvente*. Seu emprego como substantivo é sempre especializado, como observamos nos exemplos (18) a (20).

(18)

Use **catalisador** adequado. (ForMob04, p. 51)

(19)

Além deles, são adicionados **estabilizadores** como silicone, estanho e **corantes**. (ForMob04, p. 72)

(20)

Linha tingidores e **mordentes: solventes** e a base d'água. (ForMob03, p. 143) – anúncio publicitário da Sherwin-Williams

Os sentidos recobertos pelos vocábulos em suas formas adjetivas são dedutíveis pela simples observação de sua estrutura morfológica, conforme atestam as definições do

Michaelis: *catalisador* = “diz-se de substância que produz catálise”; *corante* = “que ou aquilo que cora”; *estabilizador* = “que estabiliza”; *mordente* = “que morde; corrosivo”; *solvente* = “que solve ou pode resolver”.

Os adjetivos são empregados para caracterizar substâncias; ao serem convertidos em substantivos, passam a designar as substâncias portadoras da propriedade expressa pelo adjetivo.

Cada vocábulo adquire, assim, estatuto de termo, designando conceitos específicos próprios da TIMov, todos oriundos da (engenharia) química e relacionados ao acabamento de móveis. Isso é atestado pelas definições trazidas nos próprios dicionários lexicográficos e, com maior precisão, em dicionário especializado. Temos então:

- *catalisador* = “substância catalisadora; acelerador”^{AURE}; “substância que modifica a velocidade de uma reação química”^{HOUA}; “substância que muda a velocidade de uma reação química sem ela própria sofrer alterações permanentes na composição ou tornar-se parte da estrutura molecular de um produto”^{ROSA}
- *corante* = “substância que cora ou dá cor”^{AURE}; “substância que possui cor e que a transmite para outra(s)”^{HOUA}; substância capaz de dar cor a um material, como plásticos, papéis, etc.”^{ROSA}
- *estabilizador* = “substância que torna estável uma solução”^{AURE}; “materiais adicionados a um plástico para impedir ou retardar a degradação, geralmente causada por calor ou radiação ultravioleta”^{ROSA}
- *mordente* = “qualquer substância que, combinada com um corante, serve para fixar as cores”^{AURE}; “substância capaz de ligar um corante a um tecido”^{ROSA}
- *solvente* = “líquido capaz de dissolver um bom número de substâncias”^{AURE e HOUA}; “qualquer substância, geralmente líquida, que dissolve outras substâncias, “liberando” sólidos de seu estado confinado”^{ROSA}

Outros exemplos de UTs formadas em **-dor** serão analisados na Seção 5.2.2.2.1, quando abordaremos a derivação sufixal. Mais exemplos de conversão de adjetivo em substantivo serão analisados e comentados à medida que forem apresentados para ilustrar outros procedimentos comuns de formação de termos na TIMov.

B) Conversão de particípio passado em substantivo

É bastante comum, nas linguagens de especialidade, a conversão de particípio passado em adjetivo e então em substantivo. A passagem de adjetivo para substantivo geralmente se dá, como vimos anteriormente, pela redução da estrutura determinado+determinante a uma UT em que, após a elipse do substantivo, o adjetivo restante assume a carga semântica de toda a estrutura original.

No *corpus* analisado, os adjetivos *aglomerado* e *compensado*, ilustrados em (21) e (22), respectivamente, especificam duas formas distintas de processamento da madeira para obtenção de chapas ou painéis. Por redução, esses adjetivos passam a funcionar como substantivos, resultando nas UTs nominais que designam o material que sofreu essas formas de processamento, como ilustrado em (23).

(21)

O uso dos painéis de madeira **aglomerada** é bastante versátil. (ForMob04, p. 68)

(22)

Uma forma de classificar as chapas de madeira **compensada** é por meio de seu local de utilização. (ForMob03, p. 64)

(23)

Corrige imperfeições em madeiras e **compensados**, **aglomerados** e MDF. (ForMob04, p. 173)

Outro fenômeno observável na TIMov com relação aos adjetivos originários de particípio passado de verbos é a mudança de sentido obtida pelo emprego como substantivo em sua forma plural, que veremos em maior detalhe na próxima Seção.

5.2.1.2.2 Mudança de número: singular x plural

O simples uso de um termo na forma plural pode implicar uma mudança de significado pela nomeação de conceitos diferentes no todo ou em parte. Uma possibilidade,

apontada por Dubuc (1999), é a de que um termo passe a designar uma noção mais concreta ao tomar a forma plural, no sentido de que remete a vários e distintos indivíduos de uma mesma espécie, suscetíveis de contagem, e não a uma unidade indivisível.

Vimos que isso pode se refletir, em termos gramaticais, na distinção entre substantivos contáveis e não-contáveis, contrapondo, nas palavras de Moura Neves (2000, p. 82), a noção de “elementos individualizados de um conjunto passível de divisão em conjuntos unitários” à de uma “substância homogênea que não pode ser dividida em indivíduos, mas apenas em massas menores, e que pode ser expandida indefinidamente, sem que sejam afetadas suas propriedades cognitivas e categoriais”. É importante perceber que a identificação desse traço de sentido adicional nos conceitos seria bem mais difícil se não fosse a observação do termo *in vivo*, ou seja, no interior dos textos especializados.

Um fenômeno observável na TIMov com relação à mudança de significado possibilitada pelo emprego de uma UT em sua forma plural diz respeito aos adjetivos originários de particípio passado de verbos e convertidos em adjetivos. Na TIMov, observam-se alguns casos em que a pluralização desses substantivos apresenta sentidos especializados. Podemos citar como exemplos *estofados* e *injetados*.

Estofados, como adjetivo, traz como parte de seu conceito o traço “que sofreu estofamento” ou “guarnecido de estofa”^{MICH}. Esse traço está também presente no substantivo que dele se originou quando da expressão “móvel estofado” o nome “móvel” sofreu elipse. Na forma plural, para além de remeter a mais de um móvel que sofreu estofamento, designa um conjunto específico de móveis, e essa acepção está registrada em dois dos principais dicionários da língua portuguesa do Brasil: “conjunto de sofá e cadeiras estofadas (tb. us. no pl.)”^{HOUA} e “o conjunto de sofá (1) e cadeira(s) estofados [M. us., nesta acepç., no pl.]”^{AURE} No entanto, não pareceria aceitável a substituição, num texto, desse termo na forma singular pelo significado proposto: “Vou comprar um *estofado*” não parece referir o mesmo que “Vou comprar um *conjunto de sofá e cadeiras estofadas*”.

Parece-nos, sim, que o uso especializado de *estofado* para referir um conjunto de móveis só se dá quando o termo é empregado na forma plural, o que se verifica na publicidade atual, e deveria estar corretamente dicionarizado. Na verdade, a observação de anúncios publicitários fora do *corpus* analisado indica que o termo, na atualidade, designa um conjunto específico de móveis, composto, mais frequentemente, por um sofá e duas poltronas,

ou por dois sofás de tamanho diferente.⁴⁶ Na publicidade que circula no Estado do Rio Grande do Sul, pelo menos, não se verifica a acepção de “sofá mais cadeiras”.

No *corpus* analisado, há 17 ocorrências de *estofados* no plural, como ilustrado em (24), contra duas ocorrências apenas de *estofado* no singular, como vemos em (25), em que o termo remete a outra acepção ainda: uma parte da cadeira que recebeu estofamento.

(24)

Nos Estados Unidos, a utilização do couro abrange mais de 25% dos **estofados**, e na Europa 40%. (ForMob03, p. 67)

(25)

Produzidos em moldes, sob pressão, os **injetados** (espuma moldada) compõem o **estofado** ou encosto da cadeira e permitem assentos mais arrojados na forma, com saliências e reentrâncias, e de geometria mais elaborada. (ForMob04, p. 126)

Observamos também em (25) o emprego de outra UT no plural, *injetados*, que, para além de indicar alguma substância “que foi transferida a um molde ou recipiente por injeção”, passou a designar produtos de espuma moldada obtidos através de um processo específico, como indicado no próprio texto. O processo de formação é também a conversão de um participio passado de verbo em adjetivo e posteriormente em substantivo. No *corpus*, as duas ocorrências se dão na forma plural, o que pode indicar esse uso especializado, ainda não dicionarizado.

5.2.1.2.3 Mudança de condição: nome próprio x nome comum

Chama-se mudança de condição ao que ocorre quando um substantivo próprio passa a ser usado como um substantivo comum. Como já vimos, esse é um procedimento bastante empregado na formação de unidades terminológicas nas ciências, especialmente quando um método, processo ou invento recebe a denominação do inventor ou cientista por ele responsável, um fenômeno também conhecido como eponímia.

⁴⁶ Nessa acepção, também ocorre a variante *conjunto estofado*.

Na TIMov, um procedimento semelhante é o que se dá quando a marca com que foi nomeado um produto específico passa a ser empregada para denominar todos os produtos de características semelhantes.

Antes, porém, de passarmos à análise do termo identificado no *corpus*, é importante lembrar o que é e para que serve a marca de um produto.

Segundo Gomes (2003, p. 182), a primeira função do aspecto textual da publicidade é dar um nome ao produto: “Esta função se cumpre através de sua marca e este ato de denominação é o que gera e sustenta a existência de toda a mensagem publicitária.” Daí se depreende a definição de marca que a autora traz: “Marca é um nome, termo, sinal, símbolo ou desenho, ou uma combinação dos mesmos, que pretende identificar os bens e serviços de um vendedor ou grupo de vendedores e diferenciá-los daqueles dos concorrentes” (GOMES, 2003, p. 182).

A mudança de um nome próprio em nome comum é um fenômeno relativamente freqüente na vida do consumidor brasileiro, como registra a autora:

O caráter agressivo da marca é o que permite ao seu proprietário conquistar o mercado, muito mais pela autoridade delegada pela publicidade do que pelo próprio produto que a porta. A marca que essencialmente é um nome próprio passa, muitas vezes, a configurar como um nome comum que substitui o gênero de produtos similares ao ser por ela designados, como foram o caso de Modess por absorvente; Frigidaire por geladeira; Nescafé por café solúvel; Gillete por lâmina de barbear; Brahma por cerveja; Bom-Bril por esponja de aço; Bic por caneta esferográfica; Xerox por fotocópia e tantas outras que ficaram na história do consumo. (GOMES, 2003, p. 183).

Fenômeno semelhante é o que ocorreu com *Formica*, nome do fabricante e marca registrada do primeiro laminado plástico de alta pressão (insumo para revestimento de superfícies) colocado no mercado moveleiro mundial.

O produto foi criado por Daniel J. O’Conor e Herbert A. Faber em 1912, que fundaram em 1913 a Formica Corporation, com base em Cincinnati, Ohio, nos Estados Unidos, e destinava-se originalmente para isolamento elétrico, em substituição à mica; daí a origem do nome “for” (por, em lugar de) + “mica”.⁴⁷ Disponível ao consumidor a partir da década de 1930, o material ganhou em resistência quando às resinas fenólicas que

⁴⁷ Mica = “designação comum aos membros de um grupo de silicatos monoclinicos, foliados, com excelente clivagem basal; são comuns em muitas rochas ígneas e metamórficas, us. como isolantes e algumas vezes em objetos ornamentais”^{HOUA}

impregnavam o papel foi acrescida resina melamínica. Na década de 1950 começou a ser empregado em aplicações residenciais como material de revestimento, especialmente na indústria de móveis, em função das propriedades de isolamento à água, resistência ao calor e à abrasão e facilidade de limpeza, ao que se agregou, em 1957, padrões decorativos criados pelo designer Raymond Loewy, impressos na superfície.

Em 1979 a empresa abandonou os produtos de aplicação na engenharia industrial para concentrar-se na produção do laminado decorativo, diversificando, após isso, toda sua linha de produtos de materiais compósitos. Na relação da linha de produtos, esse primeiro material de revestimento é hoje referido como *Formica® Standard*, como observaremos no exemplo (26), adiante.

A Formica Corporation tem subsidiárias em diversos países, às quais é dado o direito de fabricação e comercialização dos produtos que levam sua marca (figura 15).



Figura 15. Logotipo da marca comercial Formica

No Brasil, atualmente, é a Formiline Indústria de Laminados, com base em Suzano, São Paulo, que detém esses direitos, e vem investindo em campanhas para resguardar o nome comercial. No *website* da empresa, encontramos textos como os que seguem, veiculados nas seções destinadas especialmente à imprensa.⁴⁸

Atenção! Formica® é marca!

Hoje, existem no mercado de revestimentos alguns produtos que se utilizam da tradição e da aproximação "marca e nome de gênero do produto" para se autodenominarem como Formica®. O consumidor só sai perdendo porque as características da Formica® superam a qualidade dos concorrentes, que não são laminados decorativos de alta resistência. (Disponível em: <<http://www.formica.com.br/jornalistas/indexjorna.htm>>. Acesso em: 11 mar 2006.)

⁴⁸ Esses textos não fazem parte do *corpus* analisado. No entanto, as informações neles contidas, tanto em termos de conteúdo quanto em termos lingüísticos, auxiliam na compreensão da análise que segue, por isso sua inclusão nesta Seção.

Nesse texto, percebe-se, em primeiro lugar, o reconhecimento de que o mercado está fazendo uso do nome para referir-se genericamente a produtos de características similares “alguns produtos se utilizam da tradição ... para se autodenominarem Formica®”. Além disso, percebe-se um apelo ao bom-senso do consumidor, como argumento para que não se deixe enganar por aquilo que não é o “verdadeiro” produto, caso opte por adquirir outro laminado de alta pressão que não leve sua marca registrada.

Neste outro texto, um *release* para a imprensa, é dada uma série de esclarecimentos com intuito de informar o consumidor sobre os motivos pelos quais o nome de marca é usado, erroneamente, para referir-se a outros laminados de alta pressão que não os fabricados por ela. Esses mesmos esclarecimentos são empregados como a base da argumentação para que o consumidor procure por e prefira a marca Formica®.

Não existe Formica® líquida

Fonte: Sosni
Março/2006

Muita gente confunde Formica® com outros materiais de qualidade inferior. É preciso esclarecer que Formica® é a marca da empresa líder em fabricação de laminados decorativos de alta resistência no Brasil, a Formiline Indústria de Laminados Ltda. Não existe fórmica líquida. Na verdade a pintura (grofato) tem a superfície parecida com a do laminado decorativo, mas as características não são as mesmas. Outra confusão é quanto ao painel revestido de melamina, que também não é laminado decorativo. Não existe fórmica de baixa pressão e nada de comparar o produto ao plástico, são completamente diferentes. Com isso, você só sai perdendo, porque as características da Formica® superam a qualidade dos concorrentes e de alguns produtos que não são laminados decorativos de alta resistência, como o plástico, o vidro e o revestimento melamínico de baixa pressão.
(Disponível em: <<http://www.formica.com.br/jornalistas/clipping03.htm>>. Acesso em: 11 mar 2006.)

Posto de outra maneira, o *website* da empresa preocupa-se em manter a associação do nome da marca aos produtos fabricados pela empresa, especialmente o laminado de alta pressão. Isso também se reflete nos anúncios publicitários que fazem parte do *corpus* analisado neste trabalho, figuras 16 e 17, cujos textos estão destacados em (26) e (27).

FORMICA

VALORIZA SEU PROJETO

Ingenheiros gerenciais
coordenados pelo ICA

- Formica Standard
- Formica Postforming
- Legno Decorata
- Formica Gigante
- Cola de Contato Formica
- Cola PVA Extra Formica
- Solvente Formica
- Formipiso
- Formiwall
- Formiflex
- Formica Fogo Retardante
- Formica Lousa
- Formica Estrutural
- Formica Alta Resistência HD/HW
- Exterior Grade
- Estrutural Fenólico Formas de Concreto
- Formica para Balanceamento
- Rejuntamento Formica
- Linha Alta Decoração
- Linha Laminato

SAC Serviço de Atendimento ao Cliente
0800-193230

Através do Serviço de Atendimento ao Cliente, a Formica oferece ao mercado amplo suporte técnico, informações sobre produtos, aplicações e usos.

FORMICA®
www.formica.com.br

123

Figura 16. Anúncio publicitário da Formica S.A. veiculado no ForMóbile 2003

(26)

Formica
Valoriza seu projeto

Formica Standard
Formica Postforming
Legno Decorata
Formica Gigante
Cola de Contato Formica
Cola PVA Extra Formica
Solvente Formica
Formipiso
Formiwall
Formiflex

Formica Fogo Retardante
Formica Lousa
Formica Estrutural
Formica Alta HD/HW
Exterior Grade
Estrutural Fenólico Formas de Concreto
Formica para Balanceamento
Rejuntamento Formica
Linha Alta Decoração
Linha Laminato (ForMob03, p. 123)



Figura17. Anúncio publicitário da Formica S.A. veiculado no ForMóbile 2004

(27)

Dê mais vida para seus projetos.

Este anúncio é pouco para listar todas as vantagens de usar Formica.

Porque além de beleza, sofisticação, durabilidade e tradição, a Formica ainda oferece mais de 100 padrões com diversos tipos de acabamentos.

Um diferencial que permite criar projetos inovadores e extremamente duráveis.

Quem conhece Formica sabe: beleza também é sinônimo de qualidade, afinal só Formica é Formica.

As cores da natureza com a durabilidade Formica. (ForMob04, p. 149)

Observa-se, em ambos os anúncios, que a referência aos produtos é sempre feita pelo nome próprio, indicado pela inicial maiúscula e ausência de acentuação. Nos casos em que o nome de marca é empregado em composições sintagmáticas, acompanhado por determinante, ele representa o próprio produto laminado de alta pressão, assumindo a carga semântica da equação “nome do produto+marca do produto”. Além da já mencionada *Formica standard*, o que equivale a dizer que esse é o laminado de alta pressão tradicional ou original, tem-se, por exemplo, *Formica Postforming*, que é um laminado de alta pressão com a característica adicional de poder ser moldado a superfícies curvas (ou “pós-formado”); ou *Formica Lousa*,

que é o laminado de alta pressão destinado especificamente ao emprego como lousa de giz, para estabelecimentos educativos, etc.

Diferentemente, nas composições sintagmáticas em que o nome de marca acompanha designações de outros produtos de linha da empresa, ou seja, em que é o determinante, aí, sim, funciona apenas como nome de marca. É o caso de *Cola de Contato Formica* (= “cola de contato que leva a marca Formica”), *Solvente Formica* (= “solvente que leva a marca Formica”), por exemplo. Além de indicar a marca que identifica o produto, a presença do nome próprio nesses exemplos também implica que esses produtos foram especialmente desenvolvidos para serem utilizados juntamente com o produto principal da marca, o laminado de alta pressão. Assim, a Cola de Contato Formica é a cola especialmente formulada para colar o laminado de alta pressão, assim como o Solvente Formica é o solvente especialmente desenvolvido para remover a cola que entrou em contato com o laminado de alta pressão em locais em que não era desejada.⁴⁹

Esse mesmo emprego do nome próprio não se verifica nos textos dos *Cadernos Técnicos*. Neles, o nome de marca passa a funcionar como uma UT que representa, de maneira genérica, o material designado pela UT poliléxica *laminado de alta pressão* (bem como suas variantes *laminado plástico de alta pressão* ou *laminado decorativo de alta pressão*).

Os textos dos *Cadernos Técnicos* trazem marcas explícitas dessa situação de presumida equivalência conceitual (exatamente o que os textos publicitários procuravam desfazer), apresentando uma das UTs entre parênteses, como em (28) e (29), ou a explicação “conhecidos popularmente como”, em (30). Disso se pode concluir que, fora dos anúncios publicitários da empresa, *fórmica*, como inicial minúscula e acentuada, é uma variante denominativa de *laminado de alta pressão*.

(28)

O OSB pode ser folheado com lâminas de madeira naturais ou pré-compostas e com laminado plástico de alta pressão (**fórmica**). (ForMob03, p. 22)

⁴⁹ Não está incluído nos objetivos deste trabalho observar processos de formação de nomes de marca. No entanto, gostaríamos de deixar registrado que não é incomum que alguns nomes de marca gerem formas abreviadas que passam a funcionar como elementos prefixais. É o que ocorre com *Formica*, quando se suprime a última sílaba e as duas sílabas iniciais formam outros nomes de produtos ao se unirem a outros lexemas, indicativos de algum tipo de material, uma característica sua ou local de utilização/aplicação, como em (26): *Formipiso*, *Formiwall*, *Formiflex*.

(29)

Esses painéis podem ser fornecidos crus para, então, receberem pintura ou impressão (no caso de superfícies uniformes e de baixa absorção) ou para serem revestidos com papéis tipo FF (finish foil), lâminas naturais de madeira, lâminas de madeira pré-compostas, laminado de baixa pressão (BP), PVC, laminado de alta pressão (“fórmica”), entre outros. (ForMob03, p. 32)

(30)

Indicados para aplicação em aglomerados, compensado, madeira maciça, MDF, além de chapa dura e superfícies metálicas, os laminados decorativos de alta pressão, conhecidos popularmente como fórmica, têm inúmeras vantagens, como praticidade e alta resistência. (ForMob03, p. 62)

Vamos procurar explicar como se dá essa situação de sinonímia fazendo referência ao papel da publicidade e da marca já mencionado no início desta Seção, pois, certamente, a publicidade é uma das grandes responsáveis por esse processo.

Tão antiga quanto a história da publicidade é o uso de marcas para identificar e distinguir produtos, sempre usadas em associação a diferentes níveis de qualidade perceptíveis pelo consumidor Gomes (2003) explica a origem dessa associação:

As marcas, como são conhecidas hoje em dia, derivaram do sistema de grêmios de artesãos da Idade Média, quando comerciantes marcavam suas mercadorias para exercer um controle da produção, proporcionando apenas para si os benefícios do comércio local. Transportados e vendidos os produtos fora do território da jurisdição dos grêmios, a marca acabou representando uma “marca de qualidade” daqueles produtos. (GOMES, 2003, p. 86)

Percebe-se, então, a importância que a marca assume na relação produto-consumidor. Gomes (2003, p. 58) esclarece: “O nome da marca sugere uma diferença de produto para o consumidor. É quando o conceito de satisfazer o desejo do consumidor começa a entrar em cena.”

Carvalho (1998) explica o funcionamento da publicidade enquanto maneira de transformar o (potencial) consumidor em um aliado, no sentido de fazer com que ele, ao consumir determinado produto e apreciá-lo, passe a empregar o nome de marca que o individualiza, reforçando sua ligação afetiva com o produto em si e através daquilo que ele evoca. Diz a autora:

A imposição do nome próprio (marca), fazendo do consumidor um aliado, é a grande tarefa da mensagem publicitária. Ao divulgar o objeto e sua marca, contribui para o conhecimento dos objetos do cotidiano.

A marca torna-se um instrumento de categorização do real, um seletor – à sua maneira, ela categoriza o mundo. Além disso, constrói a passagem do realismo da matéria (nome comum) ao simbolismo (nome próprio), uma vez que o vocabulário que designa originalmente uma marca torna-se, para o público, o nome do próprio objeto. Em geral, isso ocorre a partir do sucesso da marca lançada primeiro no mercado. [...]

Conceito básico de publicidade, a marca resume, com muita propriedade, as ilimitadas possibilidades de uma linguagem de consumo. Todos os produtos, exceto a maioria dos alimentícios perecíveis, apresentam-se ao consumidor com um nome próprio.

A primeira função da marca é particularizar o produto; a segunda é mobilizar as conotações afetivas. Numa economia de concorrência, poucos produtos conservam uma superioridade técnica. Para que venda bem e desperte ligações afetivas suficientes para garantir a fidelidade à marca, é preciso individualizar o produto, dotando-o de associações e imagens, atribuindo-lhe significações em diversos níveis. [...] (CARVALHO, 1998, p. 37-39)

E prossegue: “Conferir ao objeto um nome próprio, em lugar de um nome comum, é permitir ao objeto uma extraordinária promoção por meio da aquisição de identidade” (CARVALHO, 1998, p. 39).

Essa identidade é reforçada quando, na mente do consumidor, é feita, como nos diz Gomes (2003, p. 183) uma “transição do nome próprio (marca) para o atributo (a imagem da marca).” A autora explica:

Nesta transição se dá, através de um processo analógico com o da personalidade humana, um “caráter” ao produto. A marca é herdeira de uma psicologia, além de lhe ser atribuída uma história, e é aí que aparece a mensagem publicitária como o agente produtor de uma “poética do objeto”, que, segundo Pêninou, transforma o entendimento em sensibilidade e o valor anônimo do produto na apropriação privada do valor. (GOMES, 2003, p. 183)

Com base nas reflexões dessas autoras, pode-se concordar que *Formica*, a primeira marca lançada no mercado para denominar o laminado de alta pressão, cumpriu mais do que eficazmente o papel de deixar sua impressão na mente do consumidor, sendo a marca, por isso, associada ao produto em si de tal forma que se tornaram sinônimos na mente do consumidor. O passo seguinte nessa cadeia associativa é pensar no nome não mais como marca, mas como um nome comum que genericamente se refere àquele produto ou a similares.

O registro em uma obra lexicográfica é um forte indício dessa conversão em nome comum, como se observa no verbete do *Houaiss*.

fórmica:

s.f. (c1940) MATER placa laminada de plástico fenólico us. para revestimento de paredes, móveis e afins <forrou as paredes da cozinha com f.> ☉ USO caso de marca registrada (Fórmica) que passou a designar o seu gênero

Além dos exemplos já apresentados em (28), (29) e (30), temos ainda no *corpus* algumas ocorrências desse nome usado em função adjetival, como em (31).

(31)

Adesivos

Os mais indicados são os PVA (cola branca), uréia formaldeído (tipo cascamite) e cola de contato (cola **fórmica**). (ForMob04, p. 116)

Em (28) ocorre uma outra forma de substituição, em que o nome próprio que acompanha o nome de outro produto da empresa – a cola – para identificar sua marca, assume apenas a outra possibilidade de sentido a que nos referimos anteriormente, a de “desenvolvida especialmente para”. Assim, o produto que é designado genericamente pelo termo *cola de contato* acaba sendo também denominado por uma forma “comunizada” do nome de marca que primeiro ficou gravado na memória do consumidor, a *Cola de Contato Formica*.

Particularmente no caso de nomes de marca, a conversão de nome próprio em nome comum tem dois resultados antagônicos. Por um lado, o impacto causado pela marca e sua permanência na mente do consumidor associada à idéia de qualidade aumentam a fidelidade do consumidor e, como num círculo vicioso, a maior divulgação do produto, que leva a um maior consumo, maior fidelidade, etc. Cria-se, no dizer de um dos principais teóricos da publicidade, David Olgivy, uma “imagem de marca”, criada em decorrência de

todo o conjunto de características, pelas imagens sugeridas através da publicidade, da embalagem, pelo espírito, política de vendas realizada pelo fabricante e, em última instância, por uma série de idéias ou imagens que o consumidor vem associando ao produto, até identificá-lo com seus gostos ou preferências. (GOMES, 2003, p. 216)

Por outro lado, é possível chegar-se ao ponto em que a marca passa a denominar os diversos produtos concorrentes, com características similares, mas com outros atrativos para o potencial consumidor. Ironicamente, ao se fazer isso, percorre-se justamente o caminho inverso àquele pretendido pela publicidade, já que se perde a individualidade que a marca deveria dar ao produto.

5.2.1.3 *Empréstimos*

Como vimos no Capítulo 3, o **empréstimo** é um fenômeno através do qual se transfere uma unidade léxica de um sistema lingüístico estrangeiro para o sistema lingüístico nativo, configurando-se como um empréstimo externo, ou de um subsistema lingüístico a outro, dentro de uma mesma língua, configurando-se como um empréstimo interno.

No primeiro caso, muitos autores fazem uma distinção entre empréstimo e estrangeirismo. No segundo caso, chama-se também de empréstimo interdisciplinar.

Na TIMov, podemos destacar alguns exemplos de termos oriundos de empréstimos lingüísticos, como veremos a seguir.

5.2.1.3.1 *Empréstimos internos*

Nos casos em que se atribui a um termo de um determinado campo do conhecimento um novo conceito, em outro campo do conhecimento, em uma mesma língua, diz-se que se tem um empréstimo interno ou interdisciplinar.

Destacamos, na TIMov, um importante exemplo de empréstimo interno ou interdisciplinar: *cura*.

O substantivo *cura*, de origem latina, considerado por alguns puristas como um galicismo (HOUAISS, 2002), pode ter sido tomado emprestado do domínio da medicina, em que é empregado para referir o “restabelecimento de saúde” ou o “meio de debelar uma doença; tratamento”^{AURE}. Antes de seu emprego em um dos domínios de atividades correlatas

à TIMov, a engenharia química, porém, encontramos uma referência a uma prática bastante antiga empregada na fabricação de alimentos, muito antes de a engenharia de alimentos se tornar um profícuo campo de estudos. Na área de alimentação, as obras lexicográficas consultadas informam que *cura* significa um “método de curar (‘secar’) queijos, chouriços e outras iguarias”^{HOUA} ou o “processo de secar (queijos) ao calor ou ao fumeiro”.^{MICH}

O termo foi tomado de empréstimo pela área da química industrial, para significar uma “promoção de mudança físico-química, usualmente pela aplicação de calor ou produtos químicos, em matéria-prima ou produto acabado (p. ex., em tratamento de couro, borracha, fumo etc.)”^{HOUA}, acepção em que também é empregado na TIMov. A mudança físico-química geralmente esperada como resultado da cura é também uma espécie de secagem, mas que resulta no endurecimento ou solidificação de adesivos, com o acréscimo de propriedades de coesão. É isso que se verifica nos exemplos (32) e (33) abaixo.

(32)

Solidificação

Os adesivos sempre são aplicados no estado líquido e solidificam após aplicação, a qual ocorre através de alguns meios:

- secagem: retirada do(s) solvente(s) orgânico(s) ou inorgânico(s) através da evaporação, que pode ser de forma natural ou forçada;
- polimerização (crosslinking): consiste na reação entre as moléculas do adesivo, transformando-as em cadeias longas e complexas, mas que promovem colagens estruturais;
- **cura**: estágio final da polimerização de um adesivo. Os adesivos curados apresentam propriedades coesivas bem diferentes dos adesivos que apenas solidificam. Estas adesões, de maneira geral, apresentam alta resistência mecânica, resistência térmica e resistência à água. (ForMob03, p. 3)

(33)

Os adesivos apresentam adesão e coesão. Podemos definir a coesão como sendo a resistência interna de um produto adesivo, ou seja, é a resistência intermolecular do produto final, isto é, depois de solidificado ou curado. Em geral, os adesivos que apresentam maior dureza após a solidificação ou **cura** também apresentam maior força coesiva. (ForMob03, p. 3)

É importante lembrarmos que, como diz Dubuc (1999, p. 152) “os termos tomados como empréstimo mudam de conteúdo semântico” sempre que ocorre essa transposição de um campo do conhecimento a outro. Ainda assim, é possível reconhecer determinado grau de analogia entre eles. Em função disso, pode-se observar, a partir de um empréstimo interdisciplinar, também a ocorrência de uma extensão semântica por analogia, na TIMov verificada como uma decorrência de avanços tecnológicos.

É o que podemos observar no exemplo (34) abaixo.

(34)

Túnel de **cura** UV

São produtos próprios para secagem pela ação de luz ultravioleta, formulados com resinas específicas, que são pré-incorporadas a agentes de endurecimento ou fotoiniciador. Sua **cura** é obtida instantaneamente através de um processo fotoquímico, desencadeado depois que o produto é exposto à luz irradiada de lâmpadas ultravioletas. (ForMob03, p. 47)

Ainda no campo da engenharia química, mas referindo-se a tintas e vernizes, o termo *cura* adquire outros traços semânticos ao integrar uma UT poliléxica: *cura UV* (ou seja, aquela que se dá por exposição a luz ultravioleta), que gera ainda *túnel de cura UV* (ou seja, um túnel por onde passam as peças que serão curadas por esse processo).

O termo adquire nova intensão. Nesse caso, o endurecimento resultante do processo não implica aumento da força coesiva, como no caso dos adesivos. Outra diferença importante é a de que para essa cura não basta o acréscimo de produtos químicos; é necessária também a aplicação da luz ultravioleta para que a secagem ocorra.

Dubuc (1999, p. 152) diz que a mudança de conteúdo semântico, quando dos empréstimos interdisciplinares, geralmente provoca queixas dos especialistas, por parecer ser um “uso errado” das palavras. O próprio autor apresenta uma resposta adequada a isso:

É necessário lembrar que um termo só existe por referência à área que o emprega. Os empréstimos interdisciplinares não têm nada de mal sempre que se precise muito bem o conceito do termo a respeito da especialidade. (DUBUC, 1999, p. 152)

5.2.1.3.2 *Empréstimos externos*

Buscamos na TIMov dois tipos de empréstimos externos: os empréstimos propriamente ditos, também chamados de empréstimos naturalizados, e os estrangeirismos. Enquanto os primeiros têm sua forma adaptada à grafia da língua que os recebe, os segundos mantêm a grafia original, seja para designar uma realidade também estrangeira (a que Dubuc, 1999, chama de “estrangeirismos”) ou uma realidade que é transladada do estrangeiro para

formar parte do universo dos locutores da língua que o acolhe (a que o autor chama de “empréstimo integral”).

A) Empréstimos

Duas UTs apenas, entre os empréstimos externos identificados, têm sua forma adaptada já dicionarizada em língua portuguesa, o que permitiria estudá-las como um empréstimo propriamente dito: *vídia* e *paleta*. Ambas, porém, merecerão um tratamento especial neste trabalho.

Primeiramente, *vídia*, empréstimo do alemão *widia*, é, uma forma que pode ser estudada sob dois outros aspectos: ela se origina de duas formas abreviadas, *wie* e *diamond*, que depois são aglutinadas, formando uma nova estrutura. Pela complexidade dos processos, dedicaremos espaço exclusivo para essa UT na Seção 5.3, ao abordarmos as formas abreviadas.

Já a UT *paleta* poderia ser estudada nesta Seção, se tivesse ocorrido no *corpus*. Forma variante de *paleta*, designa, originalmente, um “estrado sobre que se dispõem volumes para facilitar a descarga de navios”.^{HOUA} Na TIMov, tem significado equivalente, apenas alterando-se a parte final da definição, já que o estrado pode ser usado para transportar ou simplesmente armazenar peças.

No entanto, nos textos do *corpus* analisado percebe-se apenas o emprego do termo na sua forma original em inglês, com 21 ocorrências, como mostra o exemplo (35) abaixo.

(35)

Já os **pallets** devem ser armazenados horizontalmente. O empilhamento deve ser limitado a dois **pallets**, devidamente alinhados, mantendo-se entre eles uma superfície rígida e plana, com resistência suficiente para evitar danos nas chapas do **pallet** inferior. (ForMob03, p. 63)

Além disso, quando se trata da armazenagem de chapas ou painéis separados por calços, também se pode denominar todo o conjunto de *pallet*, pela analogia de forma, como se observa em (36).

(36)

Os painéis devem ser armazenados em local protegido de intempéries e agrupados em forma de **pallets**. Geralmente, cada **pallet** tem cerca de 700 mm de altura, sendo empilhados, no máximo 9 **pallets**. (ForMob03, p. 32)

Observa-se, em ambos os casos, que a flexão segue a do original em inglês (com um emprego já tão comum que pode passar despercebida aos falantes nativos do português do Brasil). Na verdade, então, essa UT se comporta no *corpus* como um estrangeirismo. Apesar disso, em nenhuma das ocorrências o termo aparece grafado com qualquer forma de realce, para indicar seu caráter de forma “estranha” à língua.

É no mínimo curioso, assim, que na legenda de uma ilustração, a que acompanha o texto dado no exemplo (35), haja uma ocorrência da forma plural *páletes*, uma grafia que tenta se aproximar da pronúncia original inglesa, como vemos na figura 18, mas que não corresponde à forma lexicalizada em Português.

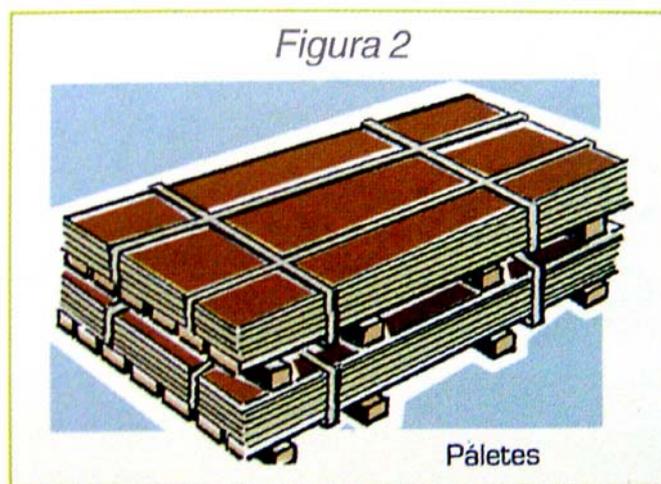


Figura 18. Ilustração de pálete ou pallet, em ForMob03, p. 63

Essa poderia ser uma evidência de que, em algum nível, está se dando o “estranhamento” dessa forma estrangeira, que está resultando numa forma vernácula diferente daquela já registrada, constituindo um neologismo no nível fonológico (como já registrado por Alves, 2002), já que busca uma aproximação com a língua original ao transformar a paroxítona, lexicalizada, em proparoxítona. Como em qualquer processo de mudança lingüística, é necessário um acompanhamento ao longo do tempo para se poder verificar que formas serão privilegiadas pelos usuários naturais da língua.

B) Estrangeirismos

Como é de se esperar em uma terminologia técnica, para a qual contribuem termos oriundos de países em um estado de desenvolvimento tecnológico maior, também na TIMov identificamos um grande número de estrangeirismos, sobremaneira oriundos da língua inglesa. Além disso, encontramos um grande número de siglas que representam unidades terminológicas poliléxicas em língua estrangeira, que serão analisados na Seção 5.3, ao estudarmos as formas abreviadas.

É importante lembrar que, como esclarece Faulstich (1998, 2002), o estrangeirismo (genericamente denominado por ela “empréstimo lingüístico”) é um item lexical de uma língua B que entra em uma língua A para preencher lacunas ali verificadas. Nessa língua, poderá provocar o surgimento de formas híbridas ou vernáculas, ou se firmar como um estrangeirismo, estando, assim, em situação de competição com as demais formas. A autora também ressalta que essa situação de competição é característica da variação lingüística.

Um outro motivo para a “importação” e emprego de termos estrangeiros tem a ver com o *status* associado a determinadas línguas em áreas específicas. Como diz Carvalho (1998, p. 150), o uso de termos em língua estrangeira “não é apenas uma questão lingüística, nem de identificação da origem do produto, mas trata-se de *status* e ‘cor local’, que o termo traz ao texto. Com ele importam-se noções de sistemas de valores ou de pressuposições diferentes.”

Essa tendência foi também observada em Mantovani e Saretta (2002). Ao analisar um *corpus* de 21 termos, originado de revistas de decoração, as autoras identificaram um número significativo de estrangeirismos empregados na designação de tipos de móveis ou de estilos, sendo os de mais antiga circulação originários do francês, como *chaise longue* e *art déco*, e outros mais recentes originários do inglês, como *rack*, *clean*.

O número de estrangeirismos identificado no *corpus* utilizado para este trabalho é relativamente grande, mas muito poucos se referem a tipos de móveis ou estilos. Dos citados por Mantovani e Saretta (2002), constam aqui apenas *chaise longue* e *rack*, formas substantivas denominando móveis, e *clean*, com função geralmente adjetiva, designando estilo ou aparência despojada, como vemos nos exemplos (37), (38) e (39).

(37)

Há, ainda, camas baixas, com cabeceiras estofadas e revestidas; mesas de centro mais baixas, mas com dimensões maiores; **chaise longues** integradas a uma das extremidades dos estofados; criados-mudos de uma mesma linha, mas diferentes um (ForMob04, p. 85)

(38)

Proporciona excelente resultado para a fabricação de móveis, como dormitórios, estantes, **racks**, escritórios, cozinhas, além de divisórias, lambris, forros, gabinetes industriais, painéis para decoração, entre outros. (ForMob04, p. 95)

(39)

Básico, **clean** e prático, o Grafite pode ser combinado com madeiras claras, proporcionando destaque entre o claro e o escuro, podendo ainda combinar com o Branco, em áreas sociais, cozinhas, banheiros e escritórios (ForMob04, p. 86)

Nos três casos, observa-se a manutenção da grafia do idioma original. As formas originárias do inglês, em (38) e (39) mantêm, inclusive, características morfossintáticas desse idioma: a pluralização do substantivo em *racks* e a invariabilidade da forma adjetiva em *clean*.

As três UTs constam de pelo menos um dos nossos grandes dicionários de língua geral, com indicação de se tratar de vocábulos estrangeiros. *Rack* tem duas acepções no *Michaelis*: “1. móvel onde se colocam televisão, videocassete, aparelho de som, discos e outros objetos. 2. móvel especialmente projetado para servir de apoio para um aparelho de som, vendido juntamente com esse aparelho.”^{MICH} O *Aurélio* nos traz a definição de *chaise-longue* (no original grafado com hífen): “Poltrona apropriada para a pessoa sentar-se de corpo estendido.”^{AURE} No verbete *clean*, além da origem, também verificada nos outros verbetes apresentados, encontra-se informação sobre a flexão: “Adj. 2 g. e 2 n. Diz-se de estilo de decoração, vestuário, etc., sem excesso de ornatos, e em tons claros ou pastel.”^{AURE}

Não há, nos contextos de ocorrência, porém, qualquer marca gráfica que possa atestar a estranheza por essas formas estrangeiras, o que pode ser considerado também uma marca de variação.

Como o número de ocorrências de UTs designativas de móveis e estilos não é significativo neste *corpus*, optamos por concentrar a análise naqueles que pudemos sistematizar em três categorias: as indicativas de processos ou técnicas, as indicativas de substâncias ou materiais e as indicativas de propriedades. Pelo grande número de

estrangeirismos que se enquadram nessas categorias, todos provenientes da língua inglesa, optamos por selecionar para análise, para fins de ilustração, apenas aqueles que ocorrem, mesmo que não com muita frequência, nas duas edições do *Guia*, o que indica, ao nosso ver, uma tendência a maior uso.

B.1) Estrangeirismos que designam processos ou técnicas

Os estrangeirismos empregados para designar processos ou técnicas caracterizam-se por serem uma forma nominal derivada de verbo em inglês, construídos a partir da forma infinitiva do verbo acrescida da partícula *-ing*. Segundo Quirk *et al.* (1985, p. 1548), essa partícula funciona também como um sufixo na formação de substantivos denominais. Considerando que, pela gramática da língua inglesa, a conversão de substantivo em verbo e vice-versa pode-se dar com a manutenção da forma, sem haver um critério rígido para decidir qual das formas deve ser tratada como sendo a base e qual a derivada (QUIRK *et al.*, 1985, p. 1558), ambas as possibilidades podem ser aceitas. De qualquer forma, os casos aqui apresentados encontram-se na categoria descrita pelos autores como sendo a de substantivos abstratos não-contáveis, de formação relativamente livre, que designam “atividade relacionada com”, referindo-se à base de que derivam.

Entre os estrangeirismos identificados no *corpus*, encontram-se algumas formas compostas, como *softforming*, com quatro ocorrências, e *postforming*, com 12 ocorrências, e uma forma simples, *folding*, com duas ocorrências.

Nenhuma dessas formas é encontrada nos nossos dicionários de língua portuguesa, e apenas *postforming* – derivado pelo acréscimo do prefixo latino *post*, que lhe acrescenta a idéia de posterioridade – está presente no *Glossário Madeira/Mobiliário*, com a orientação para que se prefira o uso de *laminado postforming*, que tem a seguinte definição:

Tipo de fórmica, laminada plástica decorativa, que pode ser curvada quando aquecida, dando origem a bordas e cantos arredondados. É resistente ao desgaste, às manchas, aos produtos domésticos não abrasivos, à alta temperatura e ao impacto.
[...] ^{MAMO}

Observe-se que, nessa obra de referência, o termo *postforming* denomina uma espécie de material de revestimento, o *laminado postforming*, ou seja, o “laminado que é usado para realizar o processo de”. Em algumas ocorrências, também no *corpus* analisados pode ser identificada essa acepção, como se observa no exemplo (40) abaixo.

(40)

Postforming (PF)

Laminado termo-moldável, que permite ser curvado por meio de equipamento apropriado, por meio de processo térmico. (ForMob03, p. 63)

É possível, então, o emprego dessa UT como uma forma nominal que designe ou caracterize um material específico. Nessa acepção, a UT compete com a forma vernácula *pós-formado*, como se observa no exemplo (41).

(41)

O laminado plástico de alta pressão quando aquecido pode também ser utilizado para o painel **pós-formado**, sendo que o mesmo se molda às bordas arredondadas dos móveis. (ForMob03, p. 39)

No entanto, na maioria das demais ocorrências, é a um processo ou operação que o termo faz referência, como se observa nos exemplos (42), (43) e (44) abaixo.

(42)

O corte da lâmina deve ser feito no tamanho da peça, deixando uma sobra suficiente de laminado no local a ser moldado (**postforming**). (ForMob04, p. 63)

(43)

Não se recomenda **postforming** a frio. (ForMob04, p. 63)

(44)

Evitar portas ou janelas próximo à máquina de **postforming**. (ForMob04, p. 108)

Nessa acepção, o termo compete com a forma vernácula *pós-formagem*, como mostra o exemplo (45) abaixo.

(45)

Alto nível de **pós-formagem**, atinge ângulos menores. (ForMob03, p. 39)

Já *softforming*, composto com o adjetivo *soft* (“macio”, “suave”), ocorre apenas como indicativo de operação, como mostram os exemplos (46) e (47).

(46)

As diversas operações de fresagem (ou usinagem) para fixações (encabeçamentos), molduras, **post** ou **softforming**, entre outras, requerem do fabricante de móveis cuidados especiais com ferramentas e equipamentos. (ForMob03, p. 34)

(47)

Há versões onde a flexibilidade é tanta que é possível aplicar cantos **softforming** ou retos com a mesma máquina. (ForMob04, p. 112)

B.2) Estrangeirismos que designam substâncias ou materiais

Os estrangeirismos empregados para designar substâncias ou materiais caracterizam-se por serem uma forma nominal derivada de verbo em inglês, construídos a partir da forma infinitiva do verbo acrescida da partícula *-er*. Segundo Quirk *et al.* (1985, p. 1550), essa partícula funciona como um sufixo na formação de substantivos deverbiais agentivos, designando “aquele que [realiza determinada ação]”.

Para ilustrar dois possíveis comportamentos desses termos no *corpus*, abordaremos duas UTs com alta frequência, constantes de ambas as edições do *Guia: primer*, com 27 ocorrências, sendo 12 delas nos *Cadernos Técnicos* e 25 nos anúncios publicitários, e *thinner*, com 14 ocorrências, todas em publicitários.

A UT *primer* não se encontra registrada na obra de referência do SENAI/CETEMO. Para a construção de sua definição, buscamos, assim, os contextos de ocorrência no *corpus*.

O exemplo (48), a seguir, indica que é um tipo de tinta, com uma finalidade específica, embora não especifique qual seja.

(48)

De forma geral, as tintas são classificadas de acordo com sua finalidade (como massas, fundos, **primers**, seladores, intermediários e vernizes), ou segundo o veículo base empregado. (ForMob03, p. 47)

Já o exemplo (49) indica uma das finalidades principais do uso do material.

(49)

Não há necessidade de preenchimento dos poros pela laca, o que se espera já ter sido realizado no preparo da superfície com um **primer**. (ForMob03, p. 48)

Encontramos sua definição em obras lexicográficas em língua inglesa. O *Oxford*, por exemplo, traz: “um tipo de tinta que é usado sobre madeira, metal, etc., antes que seja pintado a fim de ajudar a tinta a fixar na superfície”.

Como esses dados, é possível então formular uma definição para *primer* no contexto da TIMov: “espécie de tinta usada no preparo de superfícies de madeira, com a finalidade de preenchimento dos poros e melhor fixação de pinturas posteriores.”*

Em todas as ocorrências no *corpus*, o termo *primer* aparece sem qualquer marca de realce, mostrando que, pelo menos neste domínio de atividades, o material tem um uso tão comum que sua denominação é aceita como pertencente ao sistema lingüístico natural.

Já *thinner* tem um comportamento mais curioso, se considerarmos que a forma aportuguesada, *tíner*, é encontrada nas três grandes obras de referência consultadas, enquanto *thinner* só consta do *Houaiss*, como reproduzido abaixo, fazendo remissão a *tíner*:

thinner:

/θɪnə/ [ing.] *s.m.* (d1950) QUÍM ver *tíner* ◉ GRAM pl.: *thinners* ◉ ETIM ing. *thinner* (1904) 'diluidor, afinador', comp.sup. do ing. *thin* 'fino, ralo, magro'

O verbete *tíner* traz as informações de que necessitamos para considerar o termo como pertencente à TIMov:

tíner:

s.m. (d1950) B 1 solvente us. para diminuir a viscosidade de tintas [...] ◉ ETIM ing. *thinner* (1832) 'líquido volátil usado para dissolver pintura; afixador, diluidor'

Mencionamos que todas as ocorrências de *thinner* se dão nos anúncios publicitários, geralmente como um item na listagem dos produtos oferecidos por determinado fabricante ou fornecedor, como vemos em (50).

(50)

Seladores, vernizes, fundos e lacas nitro e PU, linha UV, tingidores, solventes e **thinners**.(ForMob03, p. 141)

Uma possível razão pela escolha da forma original em inglês, sem marca de realce, em detrimento da forma aportuguesada já lexicalizada, pode ser o que Carvalho (1998) apontou, como destacamos anteriormente, como sendo um sinal de *status*, associado à origem anglo-americana da palavra e aos países que detêm conhecimento e tecnologia. Ao eleger o termo em inglês, a empresa que divulga o produto torna explícitos os seus valores e seu empenho em permanecer entre aquelas que buscam o que há de mais novo para oferecer aos seus clientes.

É também importante ressaltar que a permanência da forma original *thinner* nos textos escritos por usuários da língua portuguesa permite a classificação do par formado com forma lexicalizada *tíner*, de acordo com Lamberti (1999), entre aqueles que mantêm a forma tal qual no inglês e geram uma forma adaptada às regras morfofonêmicas do português brasileiro. Observe-se o acento agudo para indicar a sílaba tônica da palavra paroxítona terminada em *r*, como previsto pela nossa gramática.

Esses dois exemplos ilustram, assim, os principais comportamentos das UTs estrangeiras nessa categoria.

B.3) Estrangeirismos que designam propriedades

Os estrangeirismos empregados para designar propriedades caracterizam-se por serem uma forma adjetival, geralmente uma unidade composta formada por um sintagma do tipo adjetivo+substantivo, própria da língua inglesa, em que o primeiro é o determinante e o segundo o determinado.⁵⁰ Ao acompanhar outras UTs da TIMov, com elas compõem

⁵⁰ Em português, esta forma não seria considerada composta, mas simplesmente um sintagma.

unidades poliléxicas, e não raro são empregados, por um processo de redução, em lugar de toda a unidade.

Para ilustrar o comportamento desses estrangeirismos no *corpus*, observaremos *hot melt*, que indica a propriedade de certos tipos de adesivos de se fundirem (“*melt*”) com o calor (“*hot*”). Consta de ambas as edições do *Guia*, com 11 ocorrências, sendo 9 delas nos *Cadernos Técnicos* e 2 nos anúncios publicitários.

O próprio *Guia* traz, em um dos contextos de ocorrência, elementos para elaborar sua definição, como em (51) e (52) a seguir.

(51)

Os adesivos **hot-melt** se caracterizam por serem sólidos à temperatura ambiente, não conterem solventes e serem aplicados depois de fundidos. A colagem ocorre depois do resfriamento e a conseqüente solidificação do adesivo. (ForMob03, p. 62)

(52)

Na indústria moveleira, de maneira geral, os adesivos **hot melt** são empregados nas colagens de bordas ou de topo da madeira (madeira maciça, chapas aglomeradas, MDF ou compensados), com fitas de bordas de papel, plásticas ou lâminas decorativas de madeira. (ForMob03, p. 62)

Observamos contextos em que *hot melt* é empregado isoladamente, referindo todo o sintagma, como em (53).

(53)

Problemas de colagem com **hot melt** podem ser facilmente detectados durante o processo de colagem, ou logo após a utilização dos produtos colados em uso. (ForMob03, p. 4)

Não há qualquer marca de realce nas ocorrências, o que faz supor que também nesse caso a escolha pela forma original em inglês, sem marca de realce, em detrimento da forma aportuguesada já lexicalizada, ou mesmo a forma vernácula originada, pode ser o que Carvalho (1998) apontou, como destacamos anteriormente, como sendo um sinal de *status*, associado à origem anglo-americana da palavra e aos países que detêm conhecimento e tecnologia. Fica evidente o papel da publicidade e suas funções nessa escolha.

Assim, podemos concluir que a TIMov é, inicialmente, aberta a estrangeirismos, termos em língua estrangeira que chegam juntamente com a novidade tecnológica que entra

no processo produtivo. A decisão sobre a permanência ou não do termo estrangeiro cabe muito mais aos usuários da linguagem de especialidade que a qualquer órgão normatizador. Isso ficará particularmente claro ao estudarmos, na Seção 5.3, o comportamento das siglas representativas de estrangeirismos nas duas edições do *Guia ForMóbile*.

Além disso, é possível concordar com Lamberti (1999) e Faulstich (1998, 2001, 2002) quanto ao fato de que os estrangeirismos são também responsáveis pela variação terminológica, que, de forma alguma, deve ser encarada como um problema a ser evitado, mas como sinal de crescimento e sobrevivência de uma determinada língua.

5.2.2 Procedimentos de formação direta: a estrutura formal da TIMov

Vimos, no Capítulo 3, que, de acordo com sua estrutura, as unidades terminológicas podem ser **monoléticas**, isto é, constituídas de uma única palavra ou lexema, sejam elas simples ou complexas, ou **poliléticas**, isto é, constituídas de duas ou mais palavras ou lexemas, correspondendo a estruturas sintáticas lexicalizadas. Também registramos que as UTs monoléticas simples podem ser consideradas **UTs não-construídas**, assim como as UTs monoléticas complexas e as UT poliléticas são consideradas **UTs construídas**.

Com base no *corpus* selecionado, passaremos agora a apresentar os resultados da análise feita das UTs próprias da TIMov quanto a sua estrutura. Assim como procedemos anteriormente, apresentaremos também informações semânticas que permitam situar essas UTs na estrutura conceitual da TIMov.

5.2.2.1 UTs monoléticas simples na TIMov

Como já apontado anteriormente, o que determina que uma UT seja uma unidade monolética simples é o fato de encontrarmos nela uma única base léxica, que se compõe de uma única raiz, que pode ser tanto uma forma vernácula como um formante erudito ou histórico.

Por serem UTs não-construídas e, assim, não apresentarem características morfológicas ou sintáticas peculiares, sua detecção automática nos *corpora* especializados é de certa forma mais difícil, obrigando os estudiosos a recorrer a outras estratégias. Ou seja, a dimensão conceitual dos termos precisa ser levada em conta na detecção das UTs monoléticas simples. Na ausência de pistas contextuais definitivas, é necessário ao terminólogo recorrer a especialistas e mesmo a seu conhecimento enciclopédico.

Tal fato se verifica também na TIMov. Como o *corpus* sob análise focaliza principalmente matérias-primas e insumos envolvidos na produção de móveis, ou seja, na transformação das matérias-primas e utilização dos insumos para se obter um produto, que é o móvel, uma primeira estratégia utilizada para a detecção das UTs monoléticas simples foi a observação cuidadosa do fluxograma do processo produtivo.

Na Seção 5.1, vimos que a primeira etapa na produção de uma peça de mobiliário (excluída aqui a fase de projeto) é a seleção da matéria-prima do substrato. É o substrato que vai determinar a necessidade de utilização de máquinas e ferramentas para sua preparação, bem como as demais matérias-primas e insumos necessários para seu acabamento e montagem.

Acompanhando o fluxo que daí segue, podemos depreender, inicialmente, as UTs monoléticas simples pertinentes à TIMov.⁵¹ A busca por UTs monoléticas simples, neste momento, nos levará a um fluxograma simplificado, ou seja, contendo apenas as etapas fundamentais do processo produtivo, como demonstramos nas figuras 7, 8 e 9.

É necessário também frisar que tanto o substrato quanto as demais matérias-primas e insumos, bem como os próprios processos envolvidos na produção, num determinado momento, vão depender de tendências de mercado, do nível de desenvolvimento tecnológico e das necessidades de uma determinada sociedade. Isso significa que, diferentemente de muitas terminologias científicas, que tendem a uma maior estabilização, encontraremos na TIMov (e, como presumimos, nas demais terminologias técnicas), ao fazer esta análise, um recorte sincrônico dos modos de dizer dessa linguagem de especialidade neste tempo (início do século XXI, em torno dos anos 2003 e 2004) e neste espaço (Brasil).

A principal matéria-prima usada como substrato na produção de um móvel é a MADEIRA, que pode ser serrada (maciça) ou reconstituída. Nesse segundo caso, é

⁵¹ As UTs monoléticas simples estão destacadas em LETRAS MAIÚSCULAS no decorrer do texto que segue.

comercializada na forma de PAINEL, PLACA ou CHAPA, que deverá ser cortada nos formatos e nas dimensões desejadas com o uso de uma SERRA e/ou de uma FRESA, e ter sua superfície preparada com LIXA para receber acabamento. O acabamento pode ser feito com TINTA ou com um revestimento, seja ele de madeira na forma de uma LÂMINA, ou a base de PAPEL impregnado com RESINA especial, unidos ao substrato em uma PRENSA. É preciso também dar acabamento às BORDAS das peças. As peças podem ser montadas com uso de COLA, GRAMPOS, PARAFUSOS ou PREGOS. Dependendo do tipo, o móvel pode receber materiais complementares, como VIDRO ou COURO.

Essa seqüência simplificada de um fluxo de produção aponta algumas UTs monoléticas simples que são realmente “peças-chave”, como diz Estopà (2001, p. 69), da TIMov, já que podem servir de base para as UTs monoléticas complexas e funcionar como núcleo em unidades sintagmáticas desse léxico especializado, como veremos mais adiante. A autora também diz que as UTs monoléticas simples ocorrem em número relativamente pequeno nos *corpora* especializados. Na TIMov, essa afirmação revela-se verdadeira em algumas situações, mas não pode ser generalizada.

Tomemos, para fins de explanação, dois exemplos extremos: a UT mais freqüente e a menos freqüente. O termo PAINEL tem, no *corpus* selecionado, 269 ocorrências. Destas, em 183 ocorrências, isto é, em 69,8% dos casos, tem-se a UT simples (consideradas aqui as formas singular e plural).

Já GRAMPO, com apenas duas ocorrências, aparece como UT monolética simples na totalidade de vezes, ou seja, em 100% dos casos. O mesmo se verifica em FRESA, com cinco ocorrências, e PREGO, com quatro ocorrências. Esses três últimos exemplos vão ao encontro da afirmação de Estopà acima referida. No entanto, mostram também, em consonância com diversos outros autores, que a alta freqüência de ocorrência não pode ser o único indício para localizar UTs, especialmente nos casos das monoléticas simples, que tendem a ser em número comparativamente mais reduzido.

Por outro lado, com relação às UTs monoléticas simples de mais alta ocorrência, é interessante proceder a uma análise posterior para verificar em que casos se deu um processo de redução, seja léxica, seja anafórica. Evidentemente, a mera observação de listagens de termos não permite esse tipo de análise. É somente a observação dos termos em seu ambiente natural – os textos que serviram para a constituição do *corpus* – que vai possibilitar a análise desse aspecto, como mostraremos ao longo desta Seção.

O quadro 2 a seguir mostra, para ilustração, a frequência de ocorrência das UTs monoléticas simples identificadas na TIMov através dos fluxogramas simplificados do processo produtivo, apresentados anteriormente nas figuras 7, 8 e 9.

Quadro 2. Unidades Terminológicas (UTs) monoléticas simples na TIMov

termo observado	n°. total de ocorrências no <i>corpus</i>	n°. de ocorrências como UT monolética simples	percentual de ocorrências como UT monolética simples
painel	269	183	68%
madeira	237	132	55%
lâmina	147	63	42,85%
cola	120	62	51,6%
papel	93	30	32,2%
serra	92	86	93,5%
chapa	85	50	58,8%
tinta	75	51	68%
borda	73	54	73,9%
madeiras	69	17	24,6%
vidro	65	57	87,69%
couro	62	48	77,4%
lixa	32	26	81,25%
resina	32	14	43,75%
parafuso	31	21	67,7%
prensa	15	1	6,6%
placa	14	5	35,7%
fresa	5	5	100%
melamina	5	5	100%
prego	4	4	100%
grampo	2	2	100%

A partir desse quadro ilustrativo, observa-se, de modo geral, a alta incidência de UTs monoléticas simples. Sua pertinência à TIMov, porém, só pode ser atestada pela compreensão da estrutura cognitivo-funcional desta área específica, de modo que se possa marcar o lugar ocupado pelos conceitos que cada UT representa no interior dessa estrutura.

5.2.2.2 UTs monoléticas complexas na TIMov

As unidades monoléticas complexas são, como vimos, **unidades terminológicas construídas**, já que são constituídas por mais de um morfema, ou seja, uma base léxica em

combinação com outros elementos mórficos. Segundo essa combinação, as UTs monoléxicas complexas podem ser **derivadas, compostas** ou **abreviadas**.

5.2.2.2.1 UTs derivadas

São constituídas por uma base léxica mais afixos, por processos de derivação **prefixal**, derivação **sufixal**, derivação **prefixal e sufixal simultaneamente** ou derivação **parassintética**. Também se considera um processo de derivação quando, ao invés de um acréscimo, tem-se a supressão de algum segmento da base, nesse caso então chamada de derivação **regressiva**.

Ao analisarmos as UTs formadas por derivação prefixal e/ou sufixal, nosso interesse se concentrará nas noções expressas pelos prefixos e sufixos, bem como no modo como essas noções contribuirão para a construção dos conceitos fundamentais deste domínio de conhecimento. Por esse motivo, não haverá um item, neste capítulo, para tratar exclusivamente da derivação prefixal e sufixal que ocorra simultaneamente. Conseqüentemente, os exemplos trazidos para ilustrar cada um dos processos poderão apresentar os dois afixos. A análise não levará em conta qual dos processos acontece por primeiro e se limitará, em cada seção específica, ao processo de derivação focalizado.

A) Derivação prefixal

Na TIMov, à semelhança do observado por Estopà (2001) na terminologia médica em catalão, temos no português contemporâneo UTs formadas por derivação prefixal que têm como base léxica uma outra UT da área, à qual se agrega um número relativamente limitado de prefixos.

Há que se ter em mente que, por se tratar de uma terminologia cujos termos cumprem o papel de denominar as matérias-primas e insumos, bem como os processos produtivos em que esses estão envolvidos para sua transformação no produto final, o móvel, muitas das UTs derivadas prefixalmente expressarão características dos primeiros e seqüenciação dos segundos.

Os quadros 3 e 4 apresentam, respectivamente, os prefixos latinos e gregos identificados no *corpus* e as principais idéias por eles expressas, com exemplos de UTs assim derivadas. Na seqüência, assim como procedemos nas seções anteriores, essas UTs serão analisadas e exemplificadas em contextos de ocorrência extraídos do *ForMóvil: Guia de Referência da Indústria Moveleira*, que serviu de base para a constituição do corpus.

Apesar de haver algumas UTs neológicas, outras, em especial os substantivos, são comuns também a outras áreas de especialidade. Sua inclusão neste estudo se deve pela sua importância na denominação de conceitos na TIMov. Foram também destacados adjetivos derivados prefixalmente que participam da composição de UTs poliléxicas.

Algumas das UTs apresentadas como exemplo poderão apresentar também sufixos. Mesmo que o processo de sufixação preceda o de prefixação na formação destas palavras, esse processo será comentado na seção específica.

Quadro 3. Prefixos latinos

Prefixo	Principais idéias expressas	Exemplos de UTs na TIMov extraídos do <i>corpus</i> analisado
bi-	duplicidade	<i>bicomponente</i>
des-	negação, sentido contrário	<i>delaminação, desempenadeira, desfibramento, desmontagem, desumidificador</i>
in-	negação, sentido contrário	<i>incolor, infusibilidade, inoxidável, insolubilidade, insolúvel</i>
inter-	posição no meio	<i>intermolecular</i>
multi-	multiplicidade	compensado <i>multilaminado</i>
pós-	posterioridade	<i>pós-formado, pós-formagem</i>
pré-	anterioridade	<i>pré-aquecedor, pré-compostas, pré-cortado, pré-cura, pré-furação, pré-furo, pré-impregnada, pré-lixado, pré-pintura, pré-prensa</i>
re-	repetição	<i>rebobinadeira, reenvernizável, reenvernizamento, reflorestada, reflorestamento, reinspeção, requadro</i>
re-	intensidade, reforço	<i>rebaixado, rebaixo, rebarba, reconstituída, resfriamento, ressecamento</i>
semi-	metade de, quase	<i>semifosco, semitransparente</i>
super-	excesso	<i>super brilho</i>
ultra-	além de	<i>ultravioleta</i>
uni-	unidade	<i>unicolor</i>

Quadro 4. Prefixos gregos

Prefixo	Principais idéias expressas	Exemplos de UTs na TIMov extraídos do <i>corpus</i> analisado
anti-	oposição, ação contrária	<i>anti-adesivo</i> (produto), <i>anti-amarelamento</i> , aditivo <i>antibolha</i> , espuma <i>anti-chama</i> , proteção <i>anti-cupim</i> , fenda <i>anti-ruído</i>
auto-	por si mesmo, autonomamente	poder de <i>auto-afiação</i> , parafuso <i>auto-atarraxante</i> , material <i>auto-extinguível</i>
di-	duplicidade	<i>diisocianato</i>
hiper-	excesso	<i>hiper brilho</i>
mono-	unidade	<i>monocomponente</i>
poli-	multiplicidade	<i>policloropreno</i> , <i>poliéster</i> , <i>poliuretano</i> , <i>poliuretânico</i> , <i>polivinila</i>

O prefixo mais produtivo na TIMov, a partir do *corpus* examinado, parece ser **pré-**, presente em UTs que remetem a operações e processos possíveis de ser executados no fluxo de produção anteriormente a uma outra etapa (como *pré-furação*) ou ao resultado dessas operações e processos (como *pré-furo*), ambos realizados na função substantival, como mostram os exemplos (54) e (55).

(54)

Em relação aos parafusos, é necessário realizar **pré-furação**. (ForMob03, p. 21)

(55)

Faça **pré-furo** com diâmetro igual à espessura do parafuso. (ForMob03, p. 21)

Observe-se a possibilidade de traduzir ambas as UTs como um sintagma em que o prefixo funciona como um adjetivo, como “furação prévia” e “furo prévio”.

Em outros casos, o prefixo une-se a substantivos para designar equipamentos responsáveis por uma operação ou processo preparatório para outro. É o caso de *pré-aquecedor* e *pré-prensa*, como se vê em (56) e (57).

(56)

[temperatura do] Painel (antes do **pré-aquecedor**)
Pré-aquecedor (opcional)

(57)

Com a adição de produtos químicos (resinas), as fibras ganham um aspecto de espuma. Elas entram então na prensa, que pode ser contínua ou **pré-prensa**, e partem para o corte. (ForMob03, p. 27)

O *pré-aquecedor* é um equipamento responsável pelo aquecimento preliminar (“pré-aquecimento”) do painel de fibra, enquanto a *pré-prensa* realiza uma prensagem preliminar, apenas para diminuição do volume dos painéis (“pré-prensagem”), processo que é preparatório para a prensagem final.

Esse processo que acontece antecipadamente pode ser propositado, como nos exemplos dados acima, ou acidental, como em (58), em que *pré-cura* denota o início indesejado do processo de cura antes do tempo adequado.

(58)

Mantenha a espatuladeira coberta para evitar contaminação por poeira ou partículas em suspensão, bem como **pré-cura**, por provocada por raios UV do sol. (ForMob04, p. 94)

Outra possibilidade de sentido trazida pelo prefixo **pré-** é o de “em preparação para”, como vemos em (59), em que o *acabamento pré-pintura* é realizado anteriormente e em preparação para a pintura.

(59)

As folhas de lixa são indicadas para operações de desbaste e acabamento de superfície. Além de remoção de excesso de material, camadas oxidadas, acabamento **pré-pintura**, em metais e madeiras com vernizes, seladoras, massas e tintas. (ForMob04, p. 94)

O prefixo **pré-** pode também se unir a adjetivos, que vão funcionar como determinantes em UTs poliléxicas, e caracterizar aquilo que foi submetido a um processo anterior (*pré-composta*, *pré-impregnado*), especificado pelo adjetivo em forma de participípio, como se observa nos exemplos (60) e (61) a seguir.

(60)

As lâminas **pré-compostas** podem reproduzir linheiros, catedrais e rábricas de todos os padrões e cores, além de desenhos fantasia. (ForMob04, p. 111)

(61)

Fabricado com película celulósica **pré-impregada**, que dá ao produto final uma qualidade superior, especificamente quanto a delaminação. (ForMob03, p. 40)

Nesses casos, o prefixo funciona como um advérbio, podendo ser traduzido como “previamente”: “lâminas que foram previamente compostas” (antes de serem cortadas) e “película que foi previamente impregnada”. Também se observa uma tendência à redução desses sintagmas à forma adjetiva prefixada apenas, assumindo uma função substantiva, por um processo de conversão (derivação imprópria), como em (62), em que *pré-cortados* tem o valor do sintagma *painéis pré-cortados*, e em (63), em que *pré-compostas* tem o valor do sintagma *lâminas pré-compostas*. Essa tendência é mais verificada no *corpus* em anúncios publicitários.

(62)

A Bonet oferece ao mercado serviço completo de **pré-cortados**, tampos, machetados [sic], pós-forming, como também testeiras, peseiras de cama, etc. (ForMob03, p. 117)

(63)

Aprenda a trabalhar com as **pré-compostas** (ForMob03, p. 12)

Há também indícios no *corpus* de que UTs assim formadas originem-se de formações livres, como podemos exemplificar em “É um painel acabado, perfeitamente calibrado e **pré-lixado** (...) (ForMob04, p. 95), ou em “Ao manusear os painéis ou as peças **pré-acabadas**, (...) (ForMob03, p. 35), e poderão no futuro vir a assumir, em UTs poliléxicas, estatuto de determinante.

Também bastante produtivo é o prefixo **re-**, para expressar tanto repetição, como nos vocábulos *reciclável* e *reciclado*, presentes em textos de praticamente todas as áreas industriais da atualidade, quanto intensidade ou reforço. Pode se ligar a substantivos, designando uma ação, o resultado de uma ação ou o agente de uma ação (frisando que, na

TIMov, “ação” é sinônimo de “operação” ou “processo”) ou a adjetivos. Em todos os casos, mantém-se a classe gramatical da base léxica a que o prefixo foi acrescido.

Encontramos em (64) exemplos de UTs substantivas que designam, no primeiro caso, uma ação repetida, *reinspeção*⁵² (isto é, uma nova inspeção), e, no segundo caso, um agente – aqui inanimado, uma máquina – de uma operação repetida, *rebobinadeira*, a máquina que faz a operação de rebobinagem (ou seja, a bobinagem – isto é, o enrolamento de material em bobinas – novamente).

(64)

Caso haja necessidade, existe a possibilidade de rever todo o material em uma revisora **rebobinadeira**, adequando o formato final do produto aos requisitos do cliente, ou simples **re-inspeção** visual. (ForMob04, p. 79)

Encontramos em (65) um exemplo de UT substantiva derivada prefixalmente em **re-**, com a idéia de repetição (*resfriamento*, a ação/processo de esfriar novamente), enquanto os pares (66) - (67) e (68) - (69) mostram famílias de UTs, em que a primeira UT é o substantivo que nomeia a ação (*reenvernizamento*, *reflorestamento*) e a segunda é o adjetivo que comporá, como determinante, uma UT poliléxica (*reenvernizável*, *reflorestadas*). Também em (16) temos *reconstituída*, igualmente parte de uma UT poliléxica.

(65)

O processo de produção do MDF inclui: desfibramento mecânico da madeira (transformação dos cavacos em fibras), refino das fibras, secagem, mistura das fibras com resina, formação de colchão de um material resinado, prensagem a quente, **resfriamento** e acabamento. (ForMob04, p. 71)

(66)

A energia necessária para uma linha de **reenvernizamento** é aproximadamente 50-60% da energia necessária para impressão direta de chapas de aglomerado, já que não há necessidade de vários lixamentos consecutivos e secagem entre as unidades de impressão. (ForMob03, p. 42)

(67)

A aceitação do FF **Reenvernizável** Decorprint é tão grande que a empresa está ganhando o mundo com esse produto. (ForMob04, p. 80)

⁵² Grafado, às vezes, incorretamente, como *re-inspeção*.

(68)

Formado por partículas de madeira selecionadas provenientes de **reflorestamento**, os painéis de madeira aglomerada são utilizados em larga escala pela indústria moveleira. (ForMob03, p. 32)

(69)

Cresce, cada vez mais, o uso de painéis de madeira **reconstituída**, como MDF e OSB, provenientes de madeiras **reflorestadas**. (ForMob04, p. 89)

Em outras UTs do *corpus*, o prefixo **re-** acrescenta a idéia de intensidade ou reforço, como é o caso de *ressecamento* (ação de “secar excessivamente”), em (70), *rebaixada* e *rebaixo* (“tornado mais baixo” e “resultado da operação de ser tornado mais baixo”, respectivamente), em (71) e (72), e *rebarba* (uma excrescência – algo que “cresceu mais do que devia” – na seção de corte de uma peça), em (73).

(70)

Garantia 3 anos - desbotamento e **ressecamento** (ForMob04, p. 172)

(71)

Acabamento de alta resistência física e química, sendo encontrado como poliuretano ou como ultravioleta, que apresenta aspecto texturizado com toque sedoso, grande vantagem de poder ser utilizado em bordos e **rebaixos**. (ForMob03, p. 48)

(72)

Junta **rebaixada** (ForMob04, p. 106)

(73)

Elas são esculpidas em centro de usinagem com controle numérico. Com a vantagem de não necessitar de muito lixamento, as fibras de madeira são curtas e não criam **rebarbas**. (ForMob03, p. 15)

Outro prefixo muito produtivo na TIMov é **des-**, sempre indicativo de negação ou ação contrária, que se liga a substantivos que denominam tanto ação (*delaminação*, *desfibramento*, *desmontagem*) como agentes de ação (*desempenadeira*, *desumidificador*), mantendo a classe gramatical da base léxica a que se une. Exemplos de ocorrências encontram-se em (74) a (78) a seguir.

(74)

Fabricado com película celulósica especial de baixa gramatura e livre de **delaminação**. (ForMob03, p. 40)

(75)

O processo de produção do MDF inclui: **desfibramento** mecânico da madeira (transformação dos cavacos em fibras), refino das fibras, secagem, mistura das fibras com resina, formação de colchão de um material resinado, prensagem a quente, resfriamento e acabamento. (ForMob04, p. 71)

(76)

Também se recomenda elementos e dispositivos de fixação (como buchas, cavilhas, parafusos e dobradiças) para que os móveis possam ter mais estabilidade e condições de montagem e **desmontagem**, por várias vezes. (ForMob03, p. 34)

(77)

A MASSA F-12 é aplicada pelos métodos convencionais, tais como espátula ou **desempenadeira**. (ForMob03, p. 123-124)

(78)

Aparelhos umidificadores / **desumidificadores** e condicionadores de ar, bem como uma boa rotatividade, contribuem para evitar possíveis problemas. (ForMob04, p. 73)

As UTs formadas na TIMov a partir do acréscimo do sufixo **anti-**, mesmo agregado a uma base léxica substantival, comportam-se predominantemente como adjetivos, como mostram os exemplos (79) a (83) abaixo. Esse comportamento já havia sido observado por Alves (2002) na terminologia da economia divulgada na imprensa brasileira.

(79)

Se necessário, utilizar aditivo **antibolha**. (ForMob04, p. 95)

(80)

Espuma **anti-chama**: conforto e segurança (norma Califórnia) (ForMob04, p. 155) anúncio publicitário da Aunde Brasil

(81)

Proteção **anti-cupim**

O OSB Home e o OSB Multiuso são protegidos contra a ação de insetos xilófagos (como cupins e brocas), sendo o primeiro garantido por dez anos e o segundo por quatro anos, respectivamente. (ForMob03, p. 19)

(82)

Serra sem fenda **anti-ruído** sobre o corpo (ForMob03, p. 30)

(83)

Kits alifáticos **anti-amarelamento** (ForMob03, p. 148)

Ocorre uma exceção a essa regra quando na UT derivada com **anti-** fica subentendida a noção de “produto” (*anti-adesivo* = “produto para limpar resíduos de adesivo”), havendo, num processo de conversão (derivação imprópria), a passagem da função adjetival para a substantival. É o que se observa no anúncio publicitário que lista, entre uma série de “produtos especiais”, o **Anti-Adesivo** (ForMob04, p. 148).

Prefixos indicativos de quantidade, como **di-**, **mono-** e **poli-**, de origem grega, e **bi-**, de origem latina, aparecem na formação de nomes relativos à engenharia química, em que o número de elementos químicos, ligações, etc. é importante na composição e determinação de um produto: *monocomponente*, *bicomponente*, *diisocianato*, *metano di-isocianeto*, *policloropreno*, *poliéster*, *poliuretano*, *poliuretânico*, *polivinila*. Já o prefixo **multi-**, que remete a multiplicidade, aparece em apenas uma UT, *multilaminado*, em função adjetival, especificando uma espécie de compensado, como exemplificado em (84).

(84)

É um painel de lâminas de madeira torneada (lâminas mais espessas que as usadas nos compensados **multilaminados**), e que são dispostas perpendicularmente à face do painel, recobertas com, normalmente, duas camadas de lâmina de madeira torneada. (ForMob03, p. 65)

O prefixo **auto-** une-se tanto a substantivos quanto a adjetivos para formar UTs que expressam uma idéia de algo realizado ou passível de ser realizado autonomamente. São exemplos *auto-afiação*, *auto-atarraxante* (às vezes também grafado como *autoatarraxante*) e *auto-extinguível*, como em (85), (86) e (87).

(85)

Este grão tem como característica principal um grande poder de **auto-afiação**, o que confere vida longa em operações onde se deseja grande remoção de material. (ForMob04, p. 117)

(86)

Indica-se o uso de parafusos de alma cilíndrica, semelhantes aos conhecidos como parafusos **auto-atarraxantes**. (ForMob03, p. 29)

(87)

Inflamabilidade: o material deve ser **auto-extinguível**. (ForMob04, p. 126)

Menos freqüente, mas bastante importante, é o prefixo **pós-**, indicativo de posterioridade. Está presente na família de UTs *pós-formagem*, *pós-formado*, exemplificadas em (88) e (89). A primeira ainda compete com sua equivalente em língua inglesa, *postforming* (note-se aí o uso do prefixo original latino), já apresentada para ilustrar os estrangeirismos em 5.2.1.3.2 (repetimos o exemplo (42) abaixo para fácil referência).

(88)

Alto nível de **pós-formagem**, atinge ângulos menores. (ForMob03, p. 39)

(89)

O laminado plástico de alta pressão quando aquecido pode ser também utilizado para o painel **pós-formado**, sendo que o mesmo molda-se às bordas arredondadas dos móveis. (ForMob03, p. 39)

(42)

O corte da lâmina deve ser feito no tamanho da peça, deixando uma sobra suficiente de laminado no local a ser moldado (**postforming**). (ForMob03, p. 63)

Os prefixos **in-**, com sentido de negação, e **inter-**, com sentido de posição no meio, comportam-se na TIMov sem qualquer peculiaridade com relação a seu comportamento na língua comum. No primeiro caso, vemos no *corpus* a presença de *infusibilidade*, *insolubilidade*, em que o acréscimo do sufixo mantém a classe gramatical – substantiva – da base léxica. No segundo caso, temos, como na regra geral quando da adição do prefixo, a formação de um adjetivo, *intermolecular*, que compõe com o substantivo *resistência* uma UT poliléxica, como em (90).

(90)

Podemos definir a coesão como sendo a resistência interna de um produto adesivo, ou seja, é a resistência **intermolecular** do produto final, isto é, depois de solidificado ou curado. (ForMob03, p. 3)

Uma última peculiaridade na formação de UTs por derivação prefixal refere-se à presença, nos textos publicitários presentes no *corpus*, dos prefixos **extra-**, **hiper-**, **super-** e **ultra-** grafados separadamente das bases léxicas que modificam, como em *cola PVA extra*, *extra brilho*, *hiper brilho*, *super brilho*, *linha ultra violeta completa*. Geralmente descrevem diferentes possibilidades de acabamento, quase sempre em anúncios publicitários. O motivo da opção por essa grafia não está explícito, podendo ser o simples desconhecimento das regras ortográficas. No entanto, como já observou Alves (2002), as mensagens publicitárias tendem a fazer uso desses prefixos denotadores de quantidade excessiva, exagero, justamente pela necessidade de valorização do produto a ser comercializado. Provavelmente por analogia, o prefixo **semi-** sofre o mesmo processo, aparecendo em *semi brilho*, mas também em *semifosco*.

Assim, pode-se atribuir o uso dessa grafia não-conforme a um recurso neológico da publicidade brasileira, numa tentativa de chamar mais a atenção para os produtos anunciados, incluindo-se aí não só o trabalho das agências na criação das peças publicitárias, como também o próprio setor, dentro das indústrias, responsável pela denominação de novos produtos e descrição de suas características.

B) Derivação sufixal

Na TIMov, a formação de UTs nominais através de derivação sufixal é abundante, apesar de o número de sufixos empregados ser bastante restrito.

Na formação de substantivos, verifica-se a predominância de três grupos de sufixos: os que formam, segundo a gramática do português brasileiro, nomes de ação ou resultado de ação, os que formam nomes de agente ou instrumento de ação – que, como dissemos anteriormente, na TIMov corresponde a operação ou processo –, e os que formam nomes que designam propriedades, estados e qualidades.

Essa predominância justifica-se pela estrutura conceitual prototípica da TIMov, em que matérias-primas (por exemplo, uma *lâmina de madeira*), com determinadas propriedades

(*flexibilidade, umidade*), sofrem determinadas ações (*tingimento, colagem*) desempenhadas por determinados agentes (*tingidor, coladeira*).

Já na formação de adjetivos, sufixos com a função de indicação de semelhança, constituição ou ostentação de propriedades e características (*metálico, poroso*) ser fazem quase tão presentes quanto aqueles cuja função é indicar processo ou ação sofrida, como resultado da forma nominal do particípio passado dos verbos (*metalizado, jateado*).

Apresentamos a seguir os sufixos mais produtivos na TIMov identificados no *corpus*. Para maior clareza, organizaremos essa subseção de acordo com a classe gramatical resultante do acréscimo do sufixo e com as principais idéias por ele expressas, com exemplos de UTs assim derivadas.

B.1) Formação de UTs substantivas através da derivação sufixal

I. UTs substantivas que designam operação ou processo, ou o seu resultado

Como mencionado acima, predominam na TIMov os sufixos cuja função é formar substantivos que designam uma ação ou resultado dela, especialmente associados a bases verbais. Essa ação, geralmente, na TIMov será uma operação ou um processo de produção. Os sufixos mais produtivos na formação desses nomes são **-agem**, **-ção** e **-mento**. Foi registrada apenas uma ocorrência do sufixo **-dura**, em *rachadura*.

Na verdade, a observação do comportamento das UTs no *corpus* textual permite verificar que, em alguns casos, ocorre a designação da operação (ou processo), em outros, a designação do resultado de uma operação (ou processo) e, em outros ainda, ambos.

Nunca é demais enfatizar que, sem a observação dos contextos de ocorrência e a interpretação da UT no ambiente textual, seria praticamente impossível distinguir essas diferentes possibilidades de significação. Já que não existe uma metodologia única para realizar a análise que permitiria a distinção dos diferentes sentidos, e nem é o foco central deste trabalho comparar diferentes metodologias, propomos uma forma bastante simples de verificação do sentido trazido às UTs derivadas sufixalmente, como explanado a seguir.

Para verificar o sentido expresso, pode-se aplicar um teste simples, que consiste na leitura da porção textual em que se encontra a UT com o acréscimo do sintagma “operação de” ou “processo de” ao contexto, se já não estiver presente. Se houver a manutenção desse sentido, pode-se dizer que se trata realmente da designação de uma operação ou processo.

Vejamos o seguinte exemplo (91), em que o próprio contexto inclui o sintagma “processo de”, ao se falar em *secagem*:

(91)

Após passar por um segundo cilindro aquecido, o processo de **secagem** do adesivo é completado, estando o painel pronto para **acabamento** e **empilhamento**. (ForMob03, p. 5)

Fazendo-se o teste, pode-se acrescentar o sintagma “(o) processo de” diante de *acabamento* e *empilhamento*, resultando em “estando o painel pronto para [o processo de] acabamento e [o processo de] empilhamento”, com a manutenção do sentido coerente. Assim, embora não explícito, pode-se considerar também nesses outros dois casos o sentido de “operação” ou “processo”.

O trecho a seguir (92) também ilustra o emprego de substantivo derivado sufixalmente designando operação ou processo.

(92)

Após o **lixamento** correto da madeira, caso haja necessidade, deve ser feito o **emassamento** para corrigir defeitos. (ForMob03, p. 50)

Em ambos os derivados, *lixamento* e *emassamento*, o teste com o acréscimo de [processo de] resulta num enunciado coerente, comprovando que esse é o sentido mais evidente.

Já o mesmo não se verifica nos exemplos (93) e (94) abaixo:

(93)

Acabamentos envelhecidos

Popular no mercado norte-americano e europeu, o **acabamento** "americano", ou "envelhecido", foi desenvolvido como estratégia para o setor moveleiro expandir negócios para o exterior. (ForMob03, p. 56)

(94)

Painéis que já contam com **revestimentos** dispensam o uso de máquinas de tingimento na fábrica, reduzindo gastos com energia, treinamento e matéria-prima. (ForMob04, p. 77)

Em (93), o teste com o acréscimo de [processo de] revela-se falho, pois é mais coerente pensar no *acabamento* como o resultado do processo – a aparência, o aspecto – como algo “envelhecido” que pensar em um “processo envelhecido” em si. O mesmo se verifica em (94), em que os painéis já sofreram a ação de ser revestidos e, portanto, o *revestimento* é o resultado dessa ação. Embora não ocorra em 100% dos casos, pode-se observar uma tendência à presença de artigo antecedendo o substantivo que designa o resultado da operação ou processo, bem como sua ausência quando a designação é feita à operação ou processo em si.

Exemplos de UTs derivadas pelo acréscimo dos sufixos desse grupo e a análise de seu comportamento no *corpus* seguem a seguir.

-agem:

O sufixo **-agem** forma predominantemente substantivos que designam operação ou processo: *ancoragem, armazenagem, desmontagem, dobragem, engomagem, estocagem, fresagem, moldagem, montagem, pós-formagem, prensagem, raspagem, selagem, termoformagem, usinagem*.

A análise dos contextos permite afirmar que *colagem* e *secagem* podem tanto significar a operação/processo quanto seu resultado. Já havíamos verificado no exemplo (91) a idéia de processo expressa pela UT *secagem*. No exemplo (95) abaixo, porém, temos tanto a idéia de *secagem* como um processo quanto o resultado desse processo.

(95)

A **secagem** ocorre pela evaporação dos solventes e pela reação química entre o componente “A” e o componente “B”. (ForMob03, p. 47)

No exemplo (96), a primeira ocorrência de *colagem* remete mais à idéia do resultado (poder-se-ia fazer uma leitura como “baixa qualidade do resultado da colagem”), enquanto a segunda parece indicar mais a idéia do processo (fazendo-se a leitura “submetida ao processo de colagem”).

(96)

A adesividade será falha em função do não preenchimento da rugosidade que existe nas superfícies que serão coladas. Neste caso, normalmente obtemos uma baixa qualidade da **colagem**. A escolha de um adesivo correto irá depender do conhecimento do tipo de madeira que deverá ser submetida à **colagem**. (ForMob03, p. 61)

A UT *embalagem*, bastante freqüente no *corpus*, revela ainda uma outra possibilidade de sentido trazido pelo acréscimo do sufixo **-agem**: o de material, dispositivo ou produto utilizado para realizar a operação ou executar o processo, como mostra o exemplo (97), diferindo do exemplo (98), que mantém a idéia de operação ou processo.

(97)

Outra opção é uma **embalagem** de plástico termoencolhível, onde molduras de poliuretano são aplicadas a toda a borda da peça de vidro, que recebe um plástico que se molda a ela. Com essa embalagem, o cliente pode conferir a integridade do material, sem a necessidade de removê-la. (ForMob03, p. 57)

(98)

Cuidado na **embalagem**.

Esses exemplos indicam que, na TIMov, uma mesma forma lingüística pode ser uma UT usada para denominar conceitos diferentes, por mais sutis que sejam as diferenças entre eles, como já verificamos em *colagem*, *embalagem* e *secagem* e teremos a oportunidade de verificar em ainda outras formações por derivação sufixal. Temos, então, além da derivação sufixal, que é um procedimento direto de formação de termos, também a extensão do significado da UT pelo deslocamento da relação lógica, como já explicado anteriormente na Seção 5.2.1.1.1.

Cabe-nos ainda observar uma última UT neste grupo: *serragem*. Apesar de os dicionários de língua geral consultados registrarem como primeira acepção “ato ou efeito de serrar”, todas as ocorrências do corpus remetem apenas ao sentido de “farelo de madeira”, como em (99), sentido esse que se encontra registrado no Houaiss como segunda acepção.

(99)

Existe pó ou outros contaminantes sobre o rolo de cola devido, talvez, à presença de **serragem**. (ForMob04, p. 62)

-ção:

O sufixo **-ção** também desempenha a função de formar UTs nominais, associando-se a bases verbais, que tanto podem indicar uma operação ou processo quanto seu resultado e, em alguns casos, semelhantemente ao observado com o sufixo **-agem**, o material, dispositivo ou produto para realizar a operação ou executar o processo.

São exemplos de UTs localizadas na TIMov que podem indicar operação/processo ou seu resultado: *afiação, calafetação, coloração, degradação, delaminação, diluição, fixação, impermeabilização, polimerização, reticulação, solidificação, vulcanização*.

(100)

Para trabalhar de forma eficiente com o OSB, é preciso seguir algumas orientações básicas, desde o corte, passando pela **fixação** até o acabamento. (ForMob03, p. 21).

(101)

Dê preferência a cavilhas estriadas para uma boa **fixação** da cola. (ForMob03, p. 21).

No exemplo (100), pode-se fazer o teste de leitura, acrescentando-se “processo de” com resultado coerente: “passando pelo processo de fixação até o acabamento”. Em (101), o que está sendo enfatizado é o resultado do processo, que precisa ter boa qualidade, como indica o adjetivo “boa”, que acompanha a UT *fixação*.

A indicação de operação/processo ou seu resultado também se verifica nos exemplos (102) a (106) a seguir. Em (102) e (103), o tema é a “operação de afiação”, o que é enfatizado pela presença dos verbos “executar” e “realizar”; já em (104) o foco pode estar tanto da operação quanto no resultado da operação, que é caracterizado como algo que apresenta “deficiência”, isto é, que pode tanto ter sido realizada deficientemente como ter resultado em algo deficiente.

(102)

Afiação mal executada ou não executada (ForMob03, p. 30)

(103)

Verificar a configuração dos dentes e realizar uma nova **afiação**. (ForMob03, p. 30)

(104)

Dentes não equilibrados ou deficiência na **afiação** (ForMob03, p. 30)

Em (105), podemos também identificar a dupla idéia de operação e resultado, pois a “aplicação da laca”, que já é em si uma operação, tem um objetivo que é ao mesmo tempo promover a operação de dar cor e resultar na coloração. Em (106), a presença do verbo “gerar” remete mais à idéia de resultado do processo.

(105)

Assim, a aplicação da laca visa somente a **coloração** do material confeccionado. (ForMob03, p. 47)

(106)

Corpo da serra com temperaturas elevadas, gerando **coloração** azul na superfície (ForMob04, p. 74)

Indicam predominantemente, no *corpus* pesquisado, operação ou processo: *alimentação, curtição, furação, gravação, retificação, sanforização*, como mostram os exemplos abaixo. Em (107), a causa apontada para um defeito na colagem é a baixa velocidade utilizada na “operação de alimentação”. Em (108), o texto dá orientações sobre o que deve ser feito durante a “operação de furação”.

(107)

A velocidade de **alimentação** está muito baixa. (ForMob03, p. 4)

(108)

Durante a **furação**, reduza o calor ao mínimo para obter um artigo perfeito e livre de tensões. (ForMob03, p. 75)

Predominantemente indicam o resultado da operação ou processo as seguintes UTs: *angulação, infiltração, ondulação, perfuração, saturação, vedação*. Os exemplos (109), (110) e (111) abaixo servem para ilustrar.

(109)

Deve-se usar serras com lâminas rebaixadas ou com leve **angulação** para evitar o acúmulo de serragem. (ForMob03, p. 74)

(110)

Também poderá ser provocada a **infiltração** de cola, processo conhecido como “poro branco” (quando a cola não é bem espalhada e transpassa a lâmina). (ForMob03, p. 13)

(111)

Defeitos permitidos na superfície: depressão pequena, faixa estreita de cavaco, porosidade leve, trinca pequena, mancha de cola pequena, buraco pequeno, **ondulação** leve e canto quebrado. (ForMob03, p. 34)

As UTs *laminação* e *pigmentação*, embora também possam trazer a idéia de processo e/ou seu resultado, apresentam-se no *corpus* selecionado ainda com o sentido de material ou produto utilizado para executar o processo ou obtido através do processo, como se pode verificar nos textos a seguir.

(112)

Dentre as resinas plásticas, o PVC destaca-se pela facilidade de uso, tanto nos processos da indústria da transformação, **laminação**, extrusão e injeção, como nos de aplicação (colagem, moldagem, solda eletrônica, costura, etc). (ForMob04, p. 63).

(113)

Os adesivos vinílicos podem ser usados em colagens não estruturais de substratos como madeira, incluindo: painéis, **laminação** (laminados plásticos e laminados de madeira), colagem de espiga e cavilha, etc. (ForMob04, p. 64).

(114)

Utilizar **pigmentação** na massa preferencialmente na cor do produto final, para melhor avaliação visual da distribuição na superfície. (ForMob04, p. 94)

Observa-se que, enquanto em (112) está explícita a idéia de *laminação* como um processo, em (113) *laminação* é usado como um termo superordenado para dois tipos de produtos obtidos pelo processo de laminação. Em (114), fica também patente a idéia de *pigmentação* como um produto, já que o texto fala que deve ser utilizado (e não se pode utilizar um resultado de processo) e na cor que deve ter (e um processo não tem cor). Temos aqui também, além da derivação sufixal, a extensão do significado da UT pelo deslocamento

da relação lógica, como já explicado anteriormente na Seção 5.2.1.1.1 e exemplificado com algumas UTs formadas em **-agem**.

-mento:

Unindo-se a bases verbais, o sufixo **-mento** é provavelmente o mais produtivo na formação de substantivos na TIMov. Um grande número desses substantivos origina-se de verbos derivados parassinteticamente, uma evidência da abundância de processos própria da indústria moveleira como atividade produtiva. No entanto, como já apontado no capítulo 3, a formação de substantivos por parassíntese é bem mais rara, e os exemplos localizados serão tratados na próxima seção.

A observação do comportamento das UTs derivadas pelo acréscimo do sufixo **-mento** no *corpus* revela que, na maioria dos casos, o termo derivado designa ação ou processo, mas, assim como já verificado nas UTs derivadas pelo acréscimo dos sufixos **-agem**, e **-ção**, a mesma UT formada com o sufixo **-mento** pode muitas vezes designar também o resultado da ação ou do processo, como se depreende dos textos em que se encontram.

Os exemplos (91), (92), (93) e (94) já apresentaram algumas possibilidades de emprego de UTs derivadas em **-mento**: *acabamento, emassamento, empilhamento, lixamento, revestimentos, tingimento*.

Outros exemplos de UTs assim derivadas incluem: *alastramento, alojamento, alongamento, amarelamento, amarelecimento, amarrotamento, aproveitamento, aquecimento, armazenamento, arrancamento, balanceamento, carretilhamento, cozimento, desbotamento, desfibramento, deslocamento, empenamento, encabeçamento, encanoamento, encolhimento, endurecimento, enrolamento, entrelaçamento, envelhecimento, envernizamento, esbranquiçamento, escorrimento, esquadrejamento, fechamento (dos poros), fosqueamento, fresamento, inchamento, isolamento, jateamento, laminamento, laqueamento, lascamento, molhamento, nivelamento, polimento, preenchimento (dos poros), recozimento, reenvernizamento, reflorestamento, rejuntamento, resfriamento, ressecamento, tratamento*.

Além dos dois sentidos principais expressos, UTs *acabamento* e *revestimento* comportam-se de ainda outra forma, semelhantemente ao verificado em *embalagem*,

laminação e pigmentação: em certos contextos, significam o material, dispositivo ou produto utilizado para realizar a ação ou executar o processo. Vejamos, para ilustrar, o comportamento dessas UTs nos textos que seguem.

(115)

Para um correto **acabamento**, aplique, primeiro, uma camada de selador. (ForMob03, p. 12).

(116)

Acabamento fosco UV para laser, garante ótima estabilidade em linha de produção e possui aspecto sedoso. (ForMob04, p. 53)

(117)

Compatibilidade com diversos **acabamentos**, como laca e tingidores, além de revestimentos como lâminas de madeira. (ForMob03, p. 27)

Pode-se aplicar o teste de leitura para perceber que em (115) é enfatizado um “correto processo de acabamento”, enquanto em (116) o tópico é o resultado desse processo, ou seja, a aparência fosca. Já em (117) o sintagma de exemplificação “como laca e tingidores”, que são dois materiais utilizados no processo de acabamento, pela apresentação desses dois casos individuais de que fazem parte, comprova que *acabamento* é também um termo superordenado para designar esse tipo de material.

Pelo mesmo raciocínio, observa-se em (118) que *revestimento* é um termo superordenado para designar os materiais com que se faz o processo de revestimento. É também interessante observar que, em ambos os casos, as UTs estão sendo usadas na forma plural, o que reforça a idéia de uma categoria com diversos membros, mais comum em substantivos concretos – que designam os materiais em si – que em abstratos – os processos e resultados deles.

(118)

Encontrado em três tipos de espessuras (...), o MDF pode receber **revestimentos** como finish foil (FF), laminado de baixa e laminado de alta pressão, além de lâmina de madeira. (ForMob03, p. 26)

Podemos concluir então que, à semelhança de alguns derivados em **-agem** (*embalagem*) e **-ção** (*pigmentação, laminação*), UTs nominais formadas por derivação sufixal

em **-mento** (acabamento, revestimento), por um processo de transmissão de significado pelo deslocamento de uma relação lógica, podem recobrir diferentes conceitos, metonimicamente designando uma ação ou processo, o resultado dessa ação ou processo, bem como o material, produto ou dispositivo usado para realizar essa ação ou processo. São casos em que o sufixo, que tradicionalmente opera na formação direta de termos, contribui com suas possibilidades de sentido também para a formação indireta de unidades terminológicas.

II. UTs substantivas que designam estados, propriedades ou qualidades

UTs substantivas que designam estados, propriedades ou qualidades são também abundantes na TIMov, formando-se a partir de sufixos agregados a bases adjetivais.

UTs formadas pelo acréscimo de **-ez** e de sua forma feminina **-eza** são comuns também a outras áreas que incluam em sua terminologia a designação ou caracterização de materiais, como a Física ou a Química. São exemplos de UTs assim formadas: *fluidiez, maciez, rigidez, solidez, translucidez; dureza, impureza, pureza*.

O sufixo mais produtivo nesse grupo é **-(i)dade**, presente em várias UTs também não exclusivas da TIMov, como: *abrasividade, adesividade, elasticidade, oleosidade, toxicidade, umidade*.

Muitas vezes, **-(i)dade** é associado a adjetivos formados sufixalmente pelo acréscimo de **-vel**, que retorna à forma latina original **-bil** nesse processo. O resultado é a formação de UTs substantivas com o sentido de “estado/propriedade/qualidade de algo que é passível de”, como se verifica em *compatibilidade, impermeabilidade, infusibilidade, maleabilidade, trabalhabilidade*. É também com esse sufixo que se verifica a formação de UTs neológicas, como *afiabilidade, friabilidade, printabilidade, repetibilidade*, encontradas nos contextos abaixo.

(119)

Sua dureza e **afiabilidade** tornam este abrasivo [carbureto de silício] ideal para acabamentos em materiais não-ferrosos como: alumínio, vidro, plástico, madeiras fibrosas, esmaltados e outros materiais moles. (ForMob04, p. 117)

(120)

Friabilidade – é a capacidade do grão de fraturar-se durante a operação quando este perde o poder de corte, criando assim novas arestas de corte, obtendo menor geração de calor. (ForMob04, p. 119)

(121)

O processo de fabricação de papéis **decorativos** apresenta uma grande complexidade devido a requisitos de **repetibilidade** e confiabilidade na qualidade final dos móveis. (ForMob03, p. 43)

(122)

O acelerado desenvolvimento dos materiais laminados impressos requer cada vez mais alta performance e **printabilidade** dos papéis decorativos base para impressão. (ForMob04, p.134)

Em (119), a UT *afiabilidade* é duplamente neológica, já que se forma como se sua origem fosse um adjetivo que também não está dicionarizado, *afiável*. Indica a qualidade ou propriedade do que pode ser afiado.

Em (120) e (121), os adjetivos *friável*, “que pode ser reduzido a fragmentos ou pó”, e *repetível*, “que pode ser repetido”, de que derivam os substantivos *friabilidade* e *repetibilidade*, já estão dicionarizados. Enquanto em (120) o próprio contexto apresenta a definição da UT *friabilidade*, em (121) o significado do derivado é dedutível.

Em (122), a neologia se dá pela dupla sufixação de um verbo em inglês, *print*, que significa “imprimir”, de modo a transformá-lo em adjetivo (+**vel**) e depois em substantivo (+**(i)dade**), para significar “propriedade do que pode ser impresso com facilidade”. A única ocorrência dessa UT se dá num informe publicitário, o que corrobora a tese de que esse gênero textual é propício a inovações inclusive de processos de formação de palavras.

III. UTs substantivas que designam agentes ou instrumentos de ação

Outro grupo de sufixos altamente produtivo na TIMov é o daqueles que formam nomes de agente ou instrumento de ação, podendo ser animados ou inanimados. Encontram-se no *corpus* pesquisado os sufixos **-(d)eiro(a)**, **-dor(a)**, **-sor(a)**.

-eiro:

Forma nomes, predominantemente, que designam profissionais de segmentos relacionados à indústria moveleira, aceitando flexão de gênero: *marceneiro*, *moveleiro*, *vidraceiro*. Também se registra no *corpus* outras duas ocorrências, em *coleiro*, o “recipiente em que se aquece a cola”, e na UT neológica *linheiro*, denominação que recebe o padrão com uma série de linhas paralelas, obtido em lâminas pré-compostas através de um ângulo especial de corte.

-(d)eira:

A designação de diversas máquinas e ferramentas utilizadas na indústria moveleira é feita através de substantivos derivados sufixalmente a partir de bases verbais, com o acréscimo do sufixo **-(d)eira**. O conceito de máquina ou ferramenta persiste no gênero feminino de todas as UTs assim formadas, que, provavelmente, em sua origem compunham uma UT poliléxica de estrutura determinado+determinante, em que a forma derivada desempenhava a função de determinante.⁵³ São exemplos: *coladeira*, *desempenadeira*, *empilhadeira*, *esmerilhadeira*, *espatuladeira*, *esquadrejadeira*, *faqueadeira*, *folheadeira*, *lixadeira*, *rebobinadeira*.

Os textos (123) a (125) ilustram usos de UTs com o sentido apresentado.

(123)

Deve ser aplicado em máquina tipo **espatuladeira** ou rolo **alisador**, dependendo da viscosidade do produto. (ForMob04, p. 52)

(124)

Recomendações básicas para utilização de lixas
 Tipo de máquina
Lixadeira de sapata manual (tipo traço e automática)
Lixadeiras de sapata
Folheadeiras de bordo (ForMob03, p. 73)

(125)

[os abrasivos] São indicados especialmente para trabalhos em **lixadeiras** ou **esmerilhadeiras** angulares, sendo compostos por lixas em formato triangular. (ForMob03, p. 72)

⁵³ Outros exemplos elucidativos serão apresentados na Seção 5.2.2.3, ao abordarmos as UTs poliléxicas.

Enquanto em (123) e (124) o conceito de máquina já está explícito no contexto, em (125) nada é acrescentado para modificar a suposição de que seja esse o conceito implícito.

-dor(a), -sor(a):

Esses sufixos agregam-se a bases verbais para designar máquinas (em sua forma feminina) ou, mais freqüentemente, instrumentos, dispositivos, produtos e materiais (em sua forma masculina) responsáveis pela realização de determinadas operações ou processos na TIMov. À semelhança dos formados em **-(d)eira**, as UTs derivadas pelo acréscimo de **-dor(a)** e **-sor(a)** em seus empregos originais provavelmente tinham a função de determinantes em UTs poliléxicas de estrutura determinado+determinante, para o que contribui a permanência da função adjetival de alguns deles, como exemplificaremos adiante.

São exemplos de UTs formadas em **-dor**: *catalisador, climatizador, cortador, desfibrador, endurecedor, estabilizador, fotoiniciador, grampeador, laminador, retardador, riscador, selador, separador, tingidor, vibrador*. O *corpus* analisado apresenta um único exemplo de UT em **-sor**: *tensor*. Os textos (126) a (128) ilustram usos de UTs com o sentidos apresentados.

(126)

Selador: essa operação tem a finalidade de selar os poros da superfície. O **selador** pode ser aplicado com pistola ou boneca. (ForMob04, p. 72)

(127)

Com isso, consegue-se através de produtos e **tingidores** especiais, adicionados a efeitos manuais e marcações de certa forma simples, uma alta produção de móveis com acabamento envelhecido. (ForMob03, p. 49)

(128)

Para cortes finais com esquadrejadeira convencional (sem **riscador**) é necessário utilizar serras circulares com maior quantidade de dentes. (ForMob03, p. 28)

As UTs *selador* e *tingidor* são praticamente dedutíveis a partir de sua forma lingüística: definem-se, respectivamente, como produtos utilizados para selar os poros da superfície e para tingir as peças de mobiliário. O *Microtesauro Madeira/Mobiliário* traz a seguinte definição para *riscador*: “Componente da serra circular, da esquadrejadeira ou da seccionadora destinado a abrir sulcos no lado inferior da peça de madeira e no sentido do

avanço desta, impedindo que haja lasqueamento da superfície que será serrada”^{MAMO}. Verifica-se, nos três casos, o sentido esperado pelo acréscimo do sufixo.

Na forma feminina, os sufixos **-dora** e **-sora** geram as UTs *impregnadora*, *laqueadora*, *seladora* e *revisora* e *impressora*. O exemplo (129) seguinte mostra, implícita e explicitamente, a idéia de “máquina utilizada para realizar uma operação”, trazida pela sufixação da base verbal.

(129)

Esse envernizamento, ou laqueamento, pode ser aplicado diretamente na máquina **impressora**, em sistema “on line” ou “two steps”, em **impregnadora/laqueadora** específica para tal operação. (ForMob03, p. 44)

Como mencionado anteriormente, verifica-se que UTs nominais em **-dor(a)** e **-sor(a)** também desempenham freqüentemente no *corpus* um papel adjetival, geralmente a primeira função desempenhada até a perda do substantivo que acompanhavam, por um processo de redução. Um exemplo é a UT *aplicador*, que aparece no *corpus* tanto na função substantiva, como em (130), como na adjetiva, como em (131).

(130)

Aplicador de resina (ForMob03, p. 5)

(131)

Manter a lâmina do rolo **aplicador** sempre limpa e afiada para evitar “borração” e “riscos” que podem causar variações do padrão. (ForMob04, p. 95)

Outras UTs que desempenham predominantemente função adjetival serão apresentadas na próxima seção.

B.2) Formação de adjetivos através da derivação sufixal

Os sufixos formadores de adjetivos em língua portuguesa podem-se unir tanto a bases nominais (substantivos e adjetivos) quanto a bases verbais, resultando em adjetivos que expressam diferentes relações.

Na TIMov, os sufixos mais produtivos são **-dor(a)**, **-sor(a)**, **-ico(a)**, **-oso(a)**, **-ado(a)**.

-dor(a), -sor(a):

Como mencionado na seção anterior, os sufixos **-dor(a)** e **-sor(a)** tanto podem formar adjetivos como nomes que desempenham papel adjetival, servindo como determinantes em UTs poliléxicas. Isso está bem ilustrado nos exemplos (130) e (131), em que *aplicador* ora aparece em um sintagma como determinante do substantivo *rolo*, ora aparece isoladamente, numa UT reduzida, com valor de toda a expressão poliléxica.

Embora nem todas as formações localizadas no *corpus* sejam já lexicalizadas, sua observação é importante exatamente por essa tendência verificada de supressão do nome determinado do sintagma e de uso do adjetivo determinante apenas como seu equivalente. Investigações futuras, ou em outros *corpora*, permitirão observar a manutenção ou o apagamento dos substantivos em outras UTs localizadas no *corpus*, como *aparelho desumidificador*, *lâmina dosadora*, *rolo espatulador*, *cilindro pré-aquecedor*, *aparelho umidificador*, que podem ser observadas nos exemplos (132) a (135) a seguir.

(132)

Aparelhos **umidificadores** / **desumidificadores** de ar e **condicionadores** de ar, bem como uma boa rotatividade, contribuem para evitar possíveis problemas. (ForMob03, p. 73)

(133)

A aplicação da cola está irregular devido à presença de impurezas entre o rolo e a lâmina **dosadora**, impedindo, desta forma, um fluxo uniforme da cola sobre a borda do painel.(ForMob03, p. 4)

(134)

Proporcionar o nivelamento correto da massa retirando as imperfeições provocadas pelo rolo **espatulador** sem remover excessivamente a massa aplicada. (ForMob04, p. 94)

(135)

Cilindros **pré-aquecedores** (opcional) (ForMob03, p. 5)

A incursão de *aparelhos condicionadores de ar*, presente no exemplo (132), na linguagem do dia-a-dia, operou ainda outras modificações estruturais, pela dinamicidade com que a língua comum evolui: além da supressão do substantivo núcleo do sintagma, *aparelhos*, é comum o emprego de *ar condicionado*, o resultado do uso do aparelho em questão, para

designar o aparelho.

-ico:

O sufixo **-ico**, agregado a bases substantivas, forma na TIMov adjetivos que trazem a idéia de relação, composição ou constituição (não foram localizados exemplos de adjetivos com idéia de pertencimento, previstos pela gramática da língua portuguesa). Originalmente presente nos vocábulos gregos *keramikós* (“pertencente ou relativo à cerâmica, a arte do oleiro”), *plastikós* (“relativo às dobras da argila”), *synthetikós* (“aquilo que compõe ou reúne”) – todos eles localizados como UTs no *corpus* estudado –, este sufixo, que chegou ao português pelo latim (**-ikós** → **-icus**), é bastante produtivo na TIMov, mormente por associar-se a denominações próprias da química industrial, onde a indústria moveleira busca insumos e materiais de acabamento e revestimento (colas, tintas, laminados plásticos) que conferem aos móveis características como durabilidade e diversidade, importantes para um mercado tão competitivo.

Assim, o material *celulósico* é aquele constituído a partir do polímero natural celulose ($C_6H_{10}O_5$)_n, o adesivo e o filme *vinílicos* são compostos de vinila ($CH_2=CH$), produtos *poliuretânicos* são feitos à base de poliuretano ($NHCO_2$), os adesivos *fenólicos*, *uréicos* e *resorcínicos* têm em sua composição, respectivamente, fenol (C_6H_6O), uréia (CON_2H_4) e resorcinol (C_6H_6O) o laminado *melamínico* é impregnado com melamina ($C_3H_6N_6$).

Observamos o comportamento dessas UTs nos exemplos (136) a (139) a seguir.

(136)

Estas características de insolubilidade e infusibilidade são inerentes às resinas sintéticas formadas por ligações cruzadas. Exemplos: adesivos **uréicos**, **fenólicos**, **resorcínicos**, alguns **vinílicos**, etc. (ForMob03, p. 2)

(137)

Para facilitar o trabalho de nossos clientes, lançamos no mercado produtos **poliuretânicos** em kits econômicos para uso na fabricação de móveis em pequena escala. (ForMob03, p. 148)

(138)

A película impressa é impregnada com resina melamínica ou um conjunto de resinas **melamínicas** e **uréicas**. (ForMob03, p. 39)

(139)

(...) é uma chapa para revestimento de substratos rígidos, composta de material fibroso e **celulósico** (papel, por exemplo), impregnadas de resinas termoestáveis, **melamínicas** e **fenólicas** (...). (ForMob03, p. 62)

Pela adição do mesmo sufixo, forma-se também *acrílico*, derivado do ácido acrílico (C₃H₄O₂), por sua vez derivado da acroleína (um éster oléico da glicerina), que merece uma atenção especial pelo fato de, além de adjetivo, já ter seu uso consagrado também como substantivo, como mostram os exemplos (140) e (141), respectivamente.

(140)

As chapas **acrílicas** devem ser estocadas e embaladas com o filme protetor original, apoiadas nas bordas em cavaletes com base ligeiramente inclinada. (ForMob04, p. 114)

(141)

Um material que ganha espaço a cada dia e que já é um dos maiores atrativos da decoração internacional, o **acrílico** pode ser aplicado em diversas partes do mobiliário, como portas, tampos e frentes de gavetas, por exemplo. (. . .) (ForMob03, p. 74)

Essa dupla função, de adjetivo e substantivo, é também desempenhada por *plástico*, com que abrimos esta seção, como se observa nos exemplos (142) e (143) abaixo.

(142)

Como exemplo, teríamos a colagem dos substratos **plásticos**, que quase sempre requer adesivos cuja adesão é promovida por meio de reação química. (ForMob03, p. 2)

(143)

Se o piso estiver úmido, os painéis deverão ser mantidos isolados por meio de folhas de **plástico** (como polietileno) colocadas sob as pilhas. (ForMob03, p. 22)

É interessante observar que, de um sentido adjetival de “que pode ser moldado”, ao acompanhar o nome *matéria* para denominar a *matéria plástica* que revolucionou a indústria a partir da segunda metade do século XX, a forma substantiva hoje passou a ser um nome genérico para denominar uma série de materiais sintéticos, todos mantendo a mesma propriedade de maleabilidade e moldabilidade.

-oso(a):

A ostentação ou apresentação de determinada característica, ou a semelhança com algo que possui essa característica, é também marcada na TIMov pelos adjetivos formados pelo acréscimo do sufixo **-oso(a)**. Se, por um lado, abundam os adjetivos indicativos de texturas e aparências, comuns a diversas áreas, como *fibroso, leitoso, pastoso, poroso, sedoso, viscoso*, um número bastante reduzido pode ser considerado como pertencente à TIMov pela participação na composição de UTs poliléxicas. Destacamos aqui *aquosa* e *resinosa*, que especificam, respectivamente, a base de composição de tintas e adesivos (144) e a característica de determinadas madeiras (145).

(144)

Linha Cascobond – adesivo de contato – base **aquosa** (ForMob03, p. 8)

(145)

Isolantes para madeiras **resinosas** (ForMob04, p. 140)

-ado:

O particípio passado de certos verbos já tem seu emprego consagrado na TIMov em formas adjetivas que denominam efeitos ou aparência obtidos no acabamento de peças, geralmente por processos de pintura: *acetinado, aveludado, jateado, laqueado, marmorizado, metalizado, microtexturizado, patinado, texturizado*. Os exemplos (146) a (150) a seguir servem como ilustração.

(146)

Com o mesmo padrão FF reenvernizável, o industrial pode gerar diferentes níveis de brilho, podendo ir de um acabamento **acetinado** a um super brilho. (ForMob03, p. 42)

(147)

O resultado pode ser um vidro **laqueado**, com diversas opções de cores. Ou, ainda, outros efeitos como: **filante, marmorizado, metalizado** e **patinado**. (ForMob04, p. 56)

(148)

O mercado oferece opções como o acidato (vidro **leitoso** que imita o aspecto do jato de areia), que tem a vantagem de não manchar com a oleosidade das mãos, o **jateado**, fumê, incolor, bronze e os coloridos obtidos

por um processo de pintura especial (como vermelho, azul e verde), além de muitos espelhos usados em dormitórios e gabinetes de banheiro. (ForMob03, p. 58)

(149)

Acabamentos **microtexturizados**

(150)

Produto poliuretano, bicomponente, de alta resistência física e química. Este produto é uma evolução do **texturizado** tradicional desenvolvido para obtenção de maior uniformidade e toque sedoso. (ForMob04, p. 58)

Adjetivos assim formados também caracterizam as lâminas de madeira, de acordo com o processo pelo qual foram obtidas: lâminas *faqueadas* (“obtidas pela movimentação do bloco ou tora de madeira lateralmente contra a faca, ou vice-versa”^{MAMO}) ou *torneadas* (“obtidas de forma contínua, centrando-se a tora em um torno e girando-a sobre o seu eixo contra uma faca”^{MAMO}). Os exemplos (151) e (152) ilustram o emprego dos adjetivos nas UTs poliléxicas em que costumam aparecer. É interessante observar que o adjetivo pode ser empregado especificando tanto *lâminas* quanto *madeira*, como ilustra o exemplo (153).

(151)

Em geral, os painéis decorativos são revestidos com lâminas **faqueadas**. (ForMob03, p. 36)

(152)

É um painel de lâminas **torneadas** e que são dispostas perpendicularmente à face do painel (...). (ForMob04, p. 120)

(153)

É um painel de lâminas de madeira **torneada** (lâminas mais espessas que as usadas nos compensados **multilaminados**), e que são dispostas perpendicularmente à face do painel, recobertas com, normalmente, duas camadas de lâminas de madeira **torneada**. (ForMob03, p. 65)

O processo de composição dos painéis de compensado também é caracterizado por adjetivos assim formados: o compensado *multilaminado* é constituído de lâminas bastante finas, coladas umas às outras dispostas alternadamente de modo que as fibras de uma fiquem a 90 graus das fibras da outra^{MAMO}, enquanto o *sarrafeado* é o compensado cujo miolo é formado por sarrafos de madeira, colados um ao lado do outro, formando uma espécie de

tapete^{MAMO}. O exemplo (153) acima já apresenta um emprego de *multilaminado*, enquanto o (154) abaixo ilustra ambos.

(154)

Aglomerado, MDF, compensado **multilaminado** e compensado **sarrafeado** revestidos com lâminas naturais de: Cerejeira, Amapá, Curupixá, Sucupira, Goiabão, Figueira, Louro Vermelho, Freijó, Pinus, Jequitibá e lâminas pré-compostas. (ForMob03, p. 131)

Lembramos que os adjetivos *aglomerado* e *compensado* também podem, por um processo de conversão, ser empregados como substantivos, designando o material formado pelos métodos descritos, como já abordado na Seção 5.2.1.2.1.

-ivo:

Um único adjetivo derivado sufixalmente em **-ivo** de importância foi identificado no *corpus*, por sua participação na composição de UTs poliléxicas frequentes na TIMov: *decorativo*. Apesar de sua presença em formações sintagmáticas livres, esse adjetivo se une a *papel*, *laminado*, *painel* e outras UTs, como mostram os exemplos (155) e (156), para significar algo que “tem a função de decorar”.

(155)

O processo de fabricação de papéis **decorativos** apresenta uma grande complexidade devido a requisitos de repetibilidade e confiabilidade na qualidade final dos móveis. (ForMob03, p. 43)

(156)

O laminado plástico **decorativo** também pode ser uma opção. (ForMob03, p. 63)

B.3) Um sufixo bastante produtivo: -(i)fic(ar)

Merece destaque o radical latino derivado do verbo *fácere* (e suas formas *facio*, *facis*, *feci*, *factum*), correspondente a *fazer* em português, que, por sua grande produtividade, já é considerado um sufixo que não só participa na formação de verbos como se faz presente em formas nominais derivadas desses verbos pelo acréscimo de outros sufixos, como **-(a)ção**, -

dor, -(a)nte e -ado. Na TIMov, participa da formação dos substantivos *solidificação, retificação, umidificador, desumidificador, plastificante.*

Exemplos com *solidificação* já foram observados em (32), e com *umidificador e desumidificador*, em (132). Podemos observar *retificação* e *plastificante* nos exemplos (157) e (158) abaixo.

(157)

Operações de desbaste, grandes remoções de material e **retificação** plana. (ForMob03, p. 1)

(158)

O laminado vinílico também é encontrado em placas (semiflexível – composto pó PVC, **plastificante**, carga mineral e pigmentos). (ForMob04, p. 107)

B.4) Concorrência entre sufixos

Embora em número reduzido, pode-se localizar na TIMov sufixos que concorrem na formação de substantivos ao se unirem a uma mesma base, gerando formas variantes. De ocorrência bastante freqüente são os derivados do verbo armazenar, *armazenagem* e *armazenamento*, como se pode verificar nos exemplos (159) e (160).

(159)

Na **armazenagem** do MDF revestido, este deve ser empilhado com as faces revestidas uma contra a outra, e deve estar coberto com capas entre as pilhas, protegendo dessa forma suas faces decoradas. (ForMob03, p. 31)

(160)

Entretanto, dê preferência ao **armazenamento** em superfície plana, com a matéria-prima na horizontal. (ForMob04, p. 110)

Outro caso se dá com os derivados do verbo laminar, *laminação* e *laminamento*, sendo que este último tem apenas uma ocorrência, em um texto publicitário. Os exemplos (161) e (162) ilustram esse par de variantes.

(161)

Apresenta rendimento para montagem de 160 a 200 g/m² e rendimento para **laminação** de 100 a 150g /m². (ForMob04, p. 65)

(162)

Em **laminamento** a lixa deve ser de 150, 220 ou somente 220 grana, pois normalmente ele já vem lixado de fábrica. (ForMob04, p. 106)

Os contextos não revelam diferenças de sentido entre as UTs com sufixos distintos. Os dicionários de língua geral, *Aurélio*, *Houaiss* e *Michaelis*, não registram *laminamento*, mas indicam *laminagem*, ausente no *corpus*, como um sinônimo possível. Já o *Glossário Madeira/Mobiliário* não registra nenhuma dessas UTs, de modo que não foi possível verificar outros sentidos terminológicos.

Apenas uma dessas formas apresenta derivados no *corpus*: laminação → delaminação.

C) Derivação parassintética

Vimos, no Capítulo 3, que a parassíntese é um processo bastante fecundo para a formação de verbos, pelo acréscimo simultâneo de prefixos vernáculos como **a-**, **en-**, **em-** e **des-** e de sufixos como **-ar**, **-ear**, **-ecer**, **-ejar** e **-izar**. Vimos, também, que esses verbos são muitas vezes a base de substantivos formados por sufixação, os deverbais, que geralmente não são parassintéticos. Vimos, além disso, que, apesar de bem menos frequentes, alguns adjetivos derivados da forma nominal (particípio passado) de verbos podem se formar por parassíntese.

Os verbos derivados parassinteticamente foram já indiretamente abordados na seção anterior, quando apresentamos substantivos formados por sufixação a partir de bases verbais. Esses verbos podem resultar em UTs nominais em **-agem** (*desmontagem*, *engomagem*), **-ção** (*degradação*, *delaminação*) e **-mento** (*emassamento*, *empilhamento*, *alongamento*, *amarelamento*, *amarelecimento*⁵⁴, *desbotamento*, *desfibramento*, *desplacamento*, *empenamento*, *encabeçamento*, *encanoamento*, *encolhimento*, *endurecimento*, *enrolamento*,

⁵⁴ Para KEHDI (1997), parece plausível considerar os verbos *amarelar* e *azular* como parassintéticos, nos quais ocorreria uma crase do prefixo **a-**, já que todos os demais verbos cujo radical é um adjetivo que exprime cor o são (*acinzentar*, *alaranjar*...). Por concordarmos com essa posição, incluímos aqui *amarelar* e sua variante *amarelecer*.

entrelaçamento, envelhecimento, envernizamento, esbranquiçamento, escorrimento, esquadrejamento, reflorestamento, rejuntamento, resfriamento).

Na TIMov, é possível localizar alguns casos de adjetivos parassintéticos, na forma de particípio passado de verbos. Como enfatiza Basilio (1995), é necessário levar-se em conta mais do que apenas a simultaneidade de acréscimo de afixos e atentar para as possibilidades de interpretação semântica para considerar a parassíntese. Consideremos, então, as UTs *aveludado, amadeirado, emborrachado e desbitolada* em seus contextos de ocorrência.

Os dicionários de língua geral registram *aveludar* como um verbo que significa “tornar macio e lustroso como o veludo”^{MICH}. Tomando-se essa acepção, teríamos que ler, no exemplo (163), que a espuma de tipo macia, de que fala o texto, proporciona um toque que foi “tornado macio e lustroso como o veludo”.

(163)

Tipos de espuma	Densidade (em kg/m ³)
Macia	15 -30

Toque **aveludado** e ótimas propriedades mecânicas (ForMob03, p. 71)

Os dicionários de língua geral registram também o verbo *amadeirar*, com a acepção “dar cor ou aspecto de madeira”⁵⁵.

(164)

Tons metálicos se destacam pela versatilidade de combinações, com padrões **amadeirados** ou unicolors. (ForMob04, p. 78)

Nos exemplos acima, pequenos “ajustes” de sentido permitem que se considere os adjetivos dados como formas do particípio passado dos verbos: (163) a espuma, quando é tocada, transmite a sensação de maciez, como se fosse veludo (mas não necessariamente precisa ser lustrosa), e (164) os padrões assemelham-se à madeira. Assim, são os verbos de que derivam que se formam parassinteticamente. Já o mesmo não ocorre nos exemplos (165) e (166), com *emborrachado* e *desbitolado*.

⁵⁵ Não confundir com “madeirar”, que significa “pôr armação de madeira em”.

(165)

Trata-se de um acabamento diferenciado que proporciona um aspecto **emborrachado** no acabamento final. (ForMob04, p. 55)

(166)

Defeitos permitidos na superfície: depressão grande, faixa larga de cavaco, porosidade grande, má compactação, trinca grande, mancha de cola grande, chapa fina antes de lixar, mal serrada, fora de esquadro, com ondulação forte, chapa quebrada, **desbitolada** ou empenada. (ForMob03, p. 34)

Embora conste nos dicionários de língua o vocábulo *emborrachado* com o sentido também localizado no corpus, “submetido a tratamento espacial capaz de conferi-lhe textura impermeável como a da borracha”^{AURE}, não há registro do verbo emborrachar numa acepção que possa revelar a mesma origem. Temos em *emborrachar* um primeiro sentido como “embebedar, embriagar”, e outro como “ir engrossando para dar espiga”. Claramente, não é o particípio do verbo com esses sentidos que gera a UT identificada no *corpus*, mas é o acréscimo simultâneo do prefixo **-em** e do sufixo **-ado** ao substantivo *borracha* que confere o significado permitido pelo contexto em (165).

O mesmo tipo de análise pode ser conduzida com respeito à UT desbitolado, em (166). O *Glossário Madeira / Mobiliário* registra a UT substantiva *desbitolagem*, com o seguinte sentido: “Variação na espessura e na largura da peça de madeira ocasionada por serragem mal feita”.^{MAMO} Embora não explicitamente, há uma alusão a *bitola*, uma medida reguladora que serve justamente para que não haja essa variação. Propomos uma analogia com outras UTs que receberam, semelhantemente a *desbitolagem*, o sufixo **-agem**, indicativo de operação ou processo na TIMov, como, por exemplo, *desmontagem* e *engomagem*.

Ao se proceder à desmontagem, tem-se como resultado algo desmontado; ao se proceder à engomagem, tem-se como resultado peças engomadas. Não é possível, porém, seguir aqui a mesma linha de raciocínio. A desbitolagem não é um processo que tem como resultado uma peça desbitolada (seria absurdo propor algo como “vamos agora desbitolar esta peça”). A desbitolagem já é em si um resultado de uma variação, e a peça desbitolada é aquela em que se verifica a variação ou não-conformidade com uma medida reguladora; a que está, portanto, fora da bitola, fora das medidas especificadas⁵⁶.

⁵⁶ Apenas para reiterar a impossibilidade de se considerar nesse caso a simples prefixação, basta verificar a acepção – mesmo que em contextos não terminológicos – de *bitolado*: “indivíduo que tem a visão ou a compreensão muito limitada”. O desbitolado não seria alguém que deixou de ter tal visão, mas alguém que se

Assim, a partir da proposta de Basilio (1995) de se observar também aspectos semânticos na avaliação de um vocábulo, é possível sugerir que as UTs *emborrachado* e *desbitolado* tenham sido formadas por parassíntese.

D) Derivação regressiva

A *derivação regressiva*, processo que consiste na redução da palavra derivante pela supressão de um sufixo real ou aparente, tem grande produtividade em língua portuguesa na criação de substantivos a partir de verbos. Essa produtividade, porém, é bastante restrita na TIMov, pelo que se pode concluir pela análise do *corpus* selecionado.

É importante lembrar que, segundo a gramática da língua portuguesa, a condição para que se verifique esse tipo de derivação é que as UTs assim derivadas sejam substantivos deverbais ou pós-verbais que denotem ação. Na TIMov, verificamos que, muitas vezes, mais que ação, a idéia expressa é a de processo. Além disso, verificamos também que um mesmo substantivo que denota ação ou processo pode denotar o resultado da ação ou do processo. Encontramos no *corpus* as UTs: *corte* (90 ocorrências), *desbaste* (16 ocorrências), *desgaste* (8 ocorrências), *entalhe* (3 ocorrências) e *recorte* (3 ocorrências), como exemplificado nos contextos (167) a (171), a seguir.

(167a)

Se o nível de dilatação for diferente no momento da colagem, poderão ocorrer bolhas e rachaduras ou até **cortes** na lâmina. (ForMob03, p. 13)

(167b)

Dica: a velocidade de **corte**, números de dentes da serra, diâmetro da ferramenta, avanço da máquina ou peça, manutenção, entre outros, são itens que devem ser considerados nas operações de **corte** e usinagem. (ForMob04, p. 69)

(168a)

De modo geral, as lixas são indicadas para operações de **desbaste**, acabamento e polimento em materiais como madeira maciça e painéis, vidro, couro, metais ferrosos e não ferrosos. (ForMob03, p. 72)

(168b)

Para checar se o **desbaste** superficial está sendo homogêneo, marque a superfície de algumas chapas com giz branco e verifique a remoção da marca após a lixadeira. (ForMob04, p. 94)

(169a)

Laminado de alta pressão para aplicações horizontais, sendo considerado mais resistente que o standard quanto ao **desgaste** da superfície decorativa, ou seja, à abrasão. (ForMob03, p. 63)

(169b)

Resistência ao **desgaste**, a manchas, a produtos domésticos não abrasivos, à elevada temperatura, à água fervente e a impactos, além de apresentar fácil aplicação, conservação e limpeza. (ForMob04, p. 108)

(170a)

Usar serras com **entalhes** de expansão sobre o corpo para diminuir eventuais deformações devido à temperatura de uso. (ForMob03, p. 30)

(170b)

Não possibilita o **entalhe** em sua superfície. (ForMob04, p. 93)

(171a)

Em seguida, a folha de vidro entra na galeria de recozimento, onde será resfriada controladamente até, aproximadamente, 120°C e, então, preparada para o **recorte**. (ForMob03, p. 56)

(171b)

O **recorte** é realizado em processo automático e em dimensões pré-programadas. (ForMob03, p. 56)

Pela descrição realizada até agora, pode-se concluir que a formação de termos por derivação e composição na TIMov, como previsto, obedece aos mesmos procedimentos comuns na formação do léxico geral da língua portuguesa. No entanto, há procedimentos preferenciais, como parecem ser a prefixação e a sufixação, e, além disso, há preferência por certos prefixos (*pré-*, *re-*, *des-*) e sufixos (*-agem*, *-mento*, entre outros). Isso se explica pela própria conformação cognitivo-funcional deste domínio, em que predominam as ações (operações, processos) sobre materiais para a obtenção de produtos.

5.2.2.2.2 UTs compostas

Não temos, na TIMov, um número muito elevado de UTs compostas, mas é possível observar algumas regularidades na formação.

As unidades compostas a partir de bases léxicas autônomas verificam-se em número bastante reduzido e com baixa ocorrência. Foram identificados no *corpus* três compostos em função adjetival (*tapa-poros*, *melamino-acrílicos* e *resina-parafina-inseticida*), como ilustrados em (172), (173) e (174), e outro em função substantiva (*tamanhos-padrão*), ilustrado em (175).

(172)

Quanto ao tingimento, recomenda-se utilizar sistemas que permitem aplicações conjuntas com produtos **tapa-poros** (seladores). (ForMob03, p. 22)

(173)

O FF Decorprint é feito em papel com base de 40g/m² de celulose, laqueado com vernizes **melamino-acrílicos**, o que resulta em um papel mais fino e mais fácil de aplicar nos painéis de madeira. (ForMob04, p. 80)

(174)

É importante esclarecer que a composição **resina-parafina-inseticida** está presente em cada tira da madeira, ou seja, o interior do painel também está protegido. (ForMob03, p. 19)

(175)

Depois do resfriamento e da climatização (06), as chapas partem para o acabamento, sendo lixadas, cortadas nos **tamanhos-padrão** e, em alguns casos, passando pelo revestimento. (ForMob03, p. 27)

Em (172), temos um composto por justaposição, com a estrutura verbo + substantivo, em que os constituintes estão, portanto, em função de subordinação. Tanto em (173) quanto em (174), a estrutura se dá pela justaposição de elementos coordenados: dois adjetivos, no primeiro caso, e três substantivos, no segundo. Na composição com adjetivos, observa-se a redução do primeiro elemento, *melamínicos*, que tem cinco sílabas, para *melamino*, com quatro sílabas, de modo a não ficar mais extenso que o segundo, *acrílico*, procedimento sugerido pela gramática da língua portuguesa. A composição com três substantivos, pelo fato de ser imprevisível e, até, improvável, sugere uma formação única, e, portanto, com baixo grau de lexicalização, em que todos os substantivos mantêm sua forma original.

Mais produtivo na TIMov é o processo de composição pela adição de bases não autônomas. Aqui encontramos muitos compostos híbridos, com o uso de bases vernáculas da língua portuguesa acrescidas de formantes cultos greco-latinos.

O mais produtivo desses formantes na TIMov é o radical grego *thermós*, que significa “calor” e funciona como determinante das bases que acompanha – na maioria das vezes, adjetivos –, modificando-lhes o sentido pelo acréscimo do sentido “pelo calor”, “com o calor”. Os adjetivos resultantes especificam os substantivos que acompanham, indicando que a criação de termos compostos na TIMov é motivada, como já observado por outros autores nas terminologias técnicas, pela necessidade de denominações de processos e máquinas/ferramentas usadas de modo a acompanhar os avanços tecnológicos na área. São exemplos *termoplástico* (“que se molda com o calor”), *termofixo* (“que não se modifica com o calor”), *termofusível* (“que se funde/derrete com o calor”), *termoelétrico* (“que gera eletricidade pela ação do calor”), *termoestável* (“que se mantém estável com o calor”), *termoencolhível* (“que encolhe com o calor”), *termoendurecível* (“que endurece pela ação do calor”), *termoformagem* (“formação pelo calor”). O emprego desses compostos é ilustrado em (176) a (183).

(176)

Quanto aos equipamentos usados na colagem, temos: prensa de montagem [...], prensa **termoelétrica** (para chapear peças planas, também sendo possível a execução de peças curvas, [...]). (ForMob03, p. 29)

(177)

Outra opção é uma embalagem de plástico **termoencolhível**, onde molduras de poliuretano são aplicadas em toda a borda da peça de vidro, que recebe um plástico que se molda a ela. (ForMob03, p. 57)

(178)

Segundo sua definição, ele é uma chapa para revestimento de substratos rígidos, composta de camadas de material fibroso e celulósico (papel, por exemplo), impregnadas com resinas **termoestáveis**, melamínicas e fenólicas, que são montadas e prensadas sob condições de calor e alta pressão, onde as camadas da superfície, em um ou ambos os lados (faces), são decorativas. (ForMob03, p. 62)

(179)

Os adesivos mais indicados para a colagem do laminado decorativo de alta pressão são: **termoendurecível** uréia-formaldeído, cola branca (ou acetato de polivinila – PVAc), adesivo de contato à base de borracha sintética (policloropreno) e hot-melt. (ForMob04, p. 109)

(180)

Termofixos: estes adesivos são reticuláveis, ou seja, após “curados” não sofrem a ação do calor e, de maneira geral, dos solventes orgânicos. (ForMob03, p. 2)

(181)

Este revestimento tem características físico-mecânicas que permitem seu uso em processos de **termoformagem**, possibilitando revestir altos e baixos relevos e acabamento arredondado nas bordas (neste caso, com a vantagem de fazê-lo a frio). (ForMob03, p. 61)

(182)

Eles podem ser classificados como: à base d’água (como os adesivos vinílicos, acrílicos, etileno-vinil acetatos, estireno-butadieno, etc.), à base de solvente (como os vinílicos e acrílicos) ou os **termofusíveis** (hot-melt). (ForMob04, p. 60)

(183)

Termoplásticos: esses adesivos amolecem sob ação do aquecimento e se solidificam quando resfriados. (ForMob04, p. 60)

Observa-se ainda, em *termofusíveis*, a presença do radical latino *fundere* (< *fusum* = derreter, derretido), que ajuda a mostrar a equivalência e competição com o termo estrangeiro *hot-melt* dado entre parênteses (*melt* = derreter, fundir).

Pela importância da madeira como matéria-prima na indústria moveleira, vários compostos usam radicais que indicam a própria madeira (do grego *xylo*) ou a preocupação em preservá-la. Desse amplo campo semântico vêm *hidrorrepelente* (do grego *hydro* = água, “repelente de água”), *xilófago* (ambos do grego *xylo* + *phago* = comer, “que come madeira”), *cupinicida* (do latim *cida* = matar, “que mata cupins”), *inseticida* (do latim *insetus* = inseto + *cida*, “que mata insetos”). Os exemplos (184) a (186) ilustram os empregos dos vocábulos assim formados na TIMov.

(184)

O OSB Home e o OSB Multiuso são protegidos contra a ação de insetos **xilófagos** (como cupins e brocas), sendo o primeiro garantido por dez anos e o segundo por quatro anos, respectivamente. (ForMob03, p. 19)

(185)

Essa proteção se deve à adição de **inseticida** na resina de colagem do produto. (ForMob03, p. 19)

(186)

Cupinicida hidrorrepelente. (ForMob03, p. 134)

Também motivada pelas inovações tecnológicas da área se dá a formação de compostos a partir do radical grego *photós* (= luz), como em *fotoiniciador* e *fotoquímico*, e do radical *rota* (= roda), como em *rotogravura*, que os próprios exemplos em (187) e (188) se encarregam de explicar.

(187)

São produtos próprios para secagem pela ação de luz ultravioleta, formulados com resinas específicas, que são pré-incorporadas a agentes de endurecimento ou **fotoiniciador**. Sua cura é obtida instantaneamente através de um processo **fotoquímico**, logo após a exposição à luz irradiada de lâmpadas ultravioleta. (ForMob03, p. 48)

(188)

A etapa seguinte consiste na impressão por **rotogravura**, processo em que a tinta é aplicada em papéis especiais com um cilindro gravado em baixo relevo. Esse cilindro mergulha na tinta e, ao completar a revolução, transfere a tinta de suas cavidades para o papel de forma contínua. (ForMob04, p. 79)

Também interessante é a composição híbrida de *tintométrico*, composto do elemento (já considerado) vernáculo *tinta* + o + o radical grego *metr(o)* (= medir) + o sufixo formador de adjetivos **-ico**, que resulta na denominação de um sistema de mistura de tintas básicas e corantes realizado com o auxílio de recursos computacionais, como vemos no exemplo (189).

(189)

Sistema **tintométrico** para tingimento de esmaltes alto brilho e fosco (10 e 20 gloss). (ForMob03, p. 133)

Esses exemplos parecem corroborar as afirmações de Basilio (1995, p. 34-35), segundo as quais as combinações mais frequentes na linguagem científico-tecnológica limitam-se a alguns poucos radicais e incluem pelo menos uma base presa, sem espaço para construções metafóricas.

5.2.2.2.3 UTs abreviadas

As linguagens de especialidade recorrem muito à abreviação e à siglação para a criação ou divulgação de seus termos específicos, motivadas pelas necessidades

comunicativas da comunidade de especialistas que atendem, que também se beneficiam do princípio de economia lingüística.

Os acrônimos – combinações das letras iniciais de locuções, lidas como se fossem um único vocábulo – têm produtividade praticamente nula na TIMov, segundo se percebe no *corpus* analisado. À exceção de ABIMÓVEL – Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário – e de nomes de algumas outras associações nacionais, não foram localizados exemplos de acrônimos, como definido neste trabalho.

Enquanto a incidência de formas abreviadas propriamente ditas é muito reduzida (somente duas UTs foram identificadas), pode ser identificado um número significativo de siglas.

A) Formas abreviadas propriamente ditas

Pelos mesmos procedimentos verificados na língua geral, temos na TIMov também termos formados por truncação ou braquissemia, que aqui consideramos formas abreviadas propriamente ditas.

No *corpus* analisado, identificamos uma UT abreviada: *nitro*, forma abreviada de *nitrocelulose*, com duas ocorrências nos textos técnicos e 13 ocorrências nos textos publicitários – exemplos (190a) e (190b). Essa forma co-ocorre com a forma expandida, que tem cinco ocorrências nos textos técnicos e nove ocorrências nos textos publicitários – exemplos (191a) e (191b) –, e com a sigla *NC* – exemplo (190), com três ocorrências (como mostra o Quadro 5, mais adiante, essas três ocorrências se dão apenas nos textos publicitários, fazendo parte do nome de marca do produto). O emprego tanto da forma abreviada como da sigla se dá predominantemente em função adjetival.

(190a)

Destinam-se para preenchimento dos poros para, posteriormente, aplicar algum tipo de verniz **nitro** ou sintético. (ForMob03, p. 142)

(190b)

Revestimentos à base **nitro**: lacas, primers e seladoras. (ForMob03, p. 138)

(191a)

São produtos cujo veículo é a **nitrocelulose**. (ForMob03, p. 47)

(191b)

O grande diferencial deste produto é que ele vem pronto de fábrica e permite ao moveleiro aplicar vernizes UV, poliuretano ou **nitrocelulose**, para atingir o laqueado perfeito. (ForMob04, p. 82)

(192)

Seladores e vernizes **NC** (ForMob03, p. 145)

O *corpus* traz também uma UT formada por abreviação que, embora tenha origem na língua alemã, já está em uso corrente na comunicação especializada em língua portuguesa há bastante tempo e recentemente mereceu registro também em dicionário de língua geral. O dicionário *Houaiss* registra o seguinte verbete:

vídia:

s.f. metal massa compacta extremamente dura e tenaz obtida por sinterização de carboneto de metal raro (esp. tungstênio, wolfrâmio ou titânio) com ferro, cobalto, níquel ou outro ligante resistente ao desgaste, us. para usinagens a alta velocidade sob a forma de pastilhas, que se fixam ou se soldam ao corpo da ferramenta como dentes e da qual constituem a parte cortante  etim Wídia, nome comercial de um tipo de metal extremamente duro.

A informação sobre a etimologia do vocábulo ali constante não é suficiente para compreendermos a origem de sua formação.⁵⁷ Uma busca no dicionário *Duden* revela o interessante histórico desse termo. Até o primeiro quarto do século XX, as ferramentas usadas para usinar metais eram feitas à base de diamante. Em 1925, a Osram Study Society for Electrical Lighting vendeu à Krupp a licença do carboneto de tungstênio sinterizado para ser explorado comercialmente. Foi assim que, em 1926, foi lançado no mercado o material batizado de ‘widia’, uma combinação das formas abreviadas do alemão **W**ie **DI**Amund (= como diamante). Com a ampla aceitação do produto no mercado, o termo *widia* passou a ser sinônimo de carboneto sinterizado, que hoje pode ser à base de tungstênio, wolfrâmio ou titânio, como nos indica o verbete do *Houaiss*.

No *corpus* analisado, a forma empregada é *wídea*, adequando a acentuação às regras da língua portuguesa e substituindo o “i” do ditongo por “e” (provavelmente uma

⁵⁷ Agradeço ao colega Rolando Vargas Vallejos, do Departamento de Engenharia Mecânica da UCS, pelo primeiro “alerta” sobre esta formação.

hipercorreção), como se pode ver no exemplo (193). Algumas ocorrências trazem o termo entre aspas, assinalando sua origem estrangeira – exemplo (194).

(193)

Ferramentas de **wídea** ou diamantadas proporcionam maior rendimento e melhor acabamento das peças. (ForMob03, p. 33)

(194)

Recomenda-se o uso de serras circulares pastilhadas com dentes de “**wídea**”. (ForMob04, p. 73)

Assim, ao se estudar essa UT, devem ser levados em conta os aspectos de sua formação: como um termo composto que se origina da combinação de duas formas abreviadas e como um estrangeirismo.

Além disso, deve-se ressaltar que, num caso como este, assume importância o papel do terminólogo como aquele que pode indicar princípios de formação ou de escolha de formas mais adequadas de unidades terminológicas. A forma *wídea* foge tanto à etimologia da palavra, cheia de significação, quanto à possibilidade de lexicalização já apresentada em obra lexicográfica. Caberia aqui, então, um aconselhamento lingüístico para se buscar a adequação e evitar a desnecessária proliferação de formas variantes.

B) Siglas

Pelas definições dadas, para os propósitos deste trabalho, no Capítulo 3, as siglas distinguem-se dos acrônimos por não permitirem a articulação prosódica das letras que as constituem nos padrões silábicos próprios da língua portuguesa.

As siglas mais representativas identificadas na TIMov são em número relativamente elevado: 22. São UTs que denominam e/ou especificam principalmente quatro diferentes núcleos conceituais: matérias-primas (substratos) para a fabricação de móveis; produtos de engenharia química utilizados na composição, na preparação ou no acabamento dos substratos; materiais sólidos aplicados sobre os substratos para revestimento e/ou acabamento superficial; e, em bem menor escala, processos.⁵⁸ Muitas dessas siglas não representam unidades sintagmáticas próprias da língua portuguesa, mas, sim, de línguas estrangeiras,

⁵⁸ Não foram consideradas aqui siglas empregadas exclusivamente por um fabricante para caracterizar ou especificar sua linha de produtos, a menos que o emprego tenha se expandido de modo a designar, genericamente, o próprio produto.

principalmente do inglês, reforçando a idéia de que, na linguagem da técnica, o estudo das siglas e dos estrangeirismos deve andar lado a lado.

No *corpus* analisado, como veremos adiante, as siglas podem estar em situação de co-ocorrência com as formas expandidas, ou mesmo em situação de competição, quando o termo estrangeiro gerar e/ou rivalizar com um termo vernáculo. Em menor escala, pode-se observar também alguns casos de concorrência entre a sigla e uma forma correspondente a um nível mais informal de registro em textos de níveis diferentes.

Em consonância com o já apontado por Estopà (2001), as siglas na TIMov têm caráter internacional. No entanto, diferem das siglas de outras áreas de especialidade por não permitirem formas derivadas por sufixação.

Pode-se observar diferenças importantes na incidência dessas siglas no *corpus* de acordo com três aspectos: o número de ocorrências em cada ano da publicação do *Guia ForMóvil* pesquisado (2003 e 2004); seu emprego, quer isoladamente ou como núcleo de um sintagma (posição substantiva), quer determinando ou especificando outro nome (posição adjetival); e as pistas contextuais deixadas pelo autor para sua depreensão. Soma-se a isso o fato de que certas siglas só ocorrem nos *Cadernos Técnicos* ou só nos textos publicitários, o que tem motivações de ordem pragmática.

O número de ocorrências pode indicar, por exemplo, que um novo produto está ganhando força como matéria-prima na indústria moveleira, sendo dada a ele maior evidência nas publicações técnicas do período, seja em textos descritivos, que visam a caracterizá-lo, seja em anúncios publicitários, que visam a divulgá-los. É o caso, por exemplo, de *OSB*, que, em 2003, teve 36 ocorrências e, em 2004, 18 ocorrências: depois de já conhecido no mercado, não houve maior necessidade de divulgação adicional. O decréscimo de ocorrências ou desaparecimento da sigla pode também indicar que tenha sido dada preferência a outra denominação, como a forma expandida ou mesmo a tradução (no caso de siglas que representam estrangeirismos).

O emprego da sigla como núcleo ou como determinante em um sintagma pode indicar, além da própria natureza do objeto que ela denomina, alguns processos comuns na formação de termos nas linguagens técnicas, como a redução de sintagmas terminológicos e a variação denominativa. Muitas siglas atingem tal nível de lexicalização que passam a admitir a companhia de determinantes, gerando candidatos a UTs poliléxicas. Por outro lado, siglas

que especificam um núcleo podem, por um processo de conversão, transformar-se no núcleo do sintagma. À medida que observarmos os casos individuais, essas possibilidades serão devidamente comentadas.

Pelo fato de as siglas se caracterizarem pela opacidade, muitas vezes é necessário, para a sua correta compreensão, que diferentes pistas textuais sejam oferecidas ao leitor, como a presença da UT expandida, antes ou após a sigla, entre parênteses ou travessões, marcas gráficas (itálico, negrito), tradução ou equivalente na língua comum. Quanto menos conhecida a sigla, maior a necessidade de pistas contextuais para sua compreensão.

Para uma melhor visualização dessas diferenças e para possibilitar ao leitor um melhor acompanhamento da análise que será feita a seguir, esses dados estão numericamente representados no quadro 5 a seguir.

Quadro 5. Distribuição das ocorrências de siglas no *corpus* e especificidades de seu emprego

Sigla	Número de ocorrências			Emprego das siglas: função				Emprego das siglas: co-ocorrência com formas variantes									
	Total	For Mob	For Mob	em função substantiva (isolada ou núcleo)		em função adjetival (determinante)		entre parênteses, junto à UT expandida		antes da UT expandida graficamente marcada		acompanhada da tradução em português		acompanhada de um sinônimo da língua geral		acompanhada de determinante	
		2003	2004	Cad	Pub	Cad	Pub	Cad	Pub	Cad	Pub	Cad	Pub	Cad	Pub	Cad	Pub
ABS	5	-	5	1	-	2	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
BP	27	7	20	13	1	-	13	4	2	-	2	-	-	1	-	-	-
CPL	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EB	2	2	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
FF	50	21	29	26	2	8	14	5	-	2	-	-	-	-	-	7	4
HDF	3	2	1	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
HPL	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LPL	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LWBP	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MDF	89	43	46	64	15	5	5	2	-	-	-	1	-	-	-	7	6
MDI	3	3	-	-	-	3	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
MPUF	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
NC	3	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OSB	54	36	18	48	1	1	4	-	-	2	-	2	-	-	-	14	-
PP	3	2	1	1	-	2	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
PS	4	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PU	41	9	32	3	1	4	33	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PVA	10	5	5	6	1	-	3	-	-	2	-	-	-	3	-	-	-
PVAc	3	-	3	2	-	-	1	2	1	-	-	-	-	2	-	-	-
PVC	31	10	21	16	4	10	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
SH	10	3	7	-	-	-	10	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
UV	78	31	47	3	1	40	34	-	2	2	-	-	-	-	-	1	-

Legenda:

ForMob: *ForMóBILE: Guia de Referência da Indústria Moveleira*

Cad: *Cadernos Técnicos*

Pub: *anúncios publicitários*

Para a análise do comportamento dessas siglas no *corpus*, consideraremos quatro categorias, de acordo com os quatro diferentes núcleos conceituais apontados.

B.1) Siglas que denominam matérias-primas usadas como substrato para fabricação de peças do mobiliário

Nesta primeira categoria encontramos *MDF* e *OSB*, siglas que podemos considerar já consagradas na TIMov. Ambas denominam tipos de painéis de madeira reconstituída e substituem unidades sintagmáticas em inglês: *medium density fibreboard* e *oriented strand board*, respectivamente, “painel de fibra [de madeira] de média densidade” e “painel de tiras [de madeira] orientadas”.⁵⁹ Como o próprio nome original indica, ambos os materiais são comercializados na forma de painéis, motivo pelo qual, nos textos dos cadernos técnicos, muitas vezes o termo “painel” é usado como um hiperônimo para qualquer um dos dois.

Não se pode dizer que há concorrência entre a sigla e sua forma expandida: em cada uma das edições do *Guia*, há apenas uma ocorrência da forma expandida em inglês, acompanhada da tradução em português, nos cadernos técnicos (ou seja, duas ocorrências cada, no total), como mostram os textos em (195) e (196). A forma estrangeira é marcada graficamente, no primeiro caso, pelo uso de itálicos, e, no segundo, pelo uso de aspas. No restante das ocorrências (87 para *MDF*, 52 para *OSB*, somando-se os dois anos), apenas a sigla é usada, como ilustrado em (197), o que revela a opção por essa forma em detrimento do estrangeirismo ou da tradução. Além disso, percebe-se que as siglas podem co-ocorrer com a forma expandida – neste exemplo empregada em sentido superordenado –, caracterizando a sinonímia terminológica.

(195)

O *Medium Density Fibreboard* (**MDF**) é um painel de fibras de madeira de média densidade, fabricado a partir de fibras de madeira aglutinadas com resinas sintéticas, mediante processo a seco, por meio de calor e pressão. (ForMob03, p. 26)

(196)

Sua denominação em inglês significa “Oriented Strand Board”, ou seja, “Painel de Tiras de madeira orientadas”, justamente pela forma como o **OSB** é feito: suas tiras de madeira são 100% de pinus, orientadas em três camadas perpendiculares, o que aumenta sua resistência mecânica e rigidez. (ForMob03, p. 17)

⁵⁹ Ao fazermos referência à forma expandida, indicaremos, através do negrito, as letras selecionadas para compor a sigla. A forma expandida em português, no caso de estrangeirismos, será dada em itálico, caso seja uma UT da área; se não, a tradução em português será dada entre aspas.

(197)

Cresce, cada vez mais, o uso de **painéis de madeira reconstituída**, como **MDF** e **OSB**, provenientes de madeiras reflorestadas. (ForMob04, p. 89)

Como núcleo de um sintagma, essas unidades aceitam ser modificadas por adjetivos especificadores, como vemos nos exemplos (198) e (199). A diferença observada nos especificadores é que o MDF, embora fabricado e comercializado por diferentes empresas no Brasil, tem uma única possibilidade de constituição – as fibras de média densidade. Ao se mudar essa densidade, tem-se um novo produto: *HDF* (equivalente ao sintagma “fibra [de madeira] de alta densidade”), que será comentado logo adiante. Assim, o que pode mudar no MDF é a presença ou ausência de revestimento, que vai resultar em sintagmas como *MDF revestido*, opondo-se a *MDF bruto* ou *MDF nu*. Já o OSB é fabricado e comercializado por uma única empresa no Brasil⁶⁰, estando disponível em três tipos: *Multituso*, *Home* e *Form*. Esses especificadores são, inicialmente, nomes comerciais, mas não seria improvável que viessem a constituir com a UT *OSB* um sintagma e assumir estatuto de termo, processo que somente uma observação diacrônica possibilitará.

(198)

Usar serra adequada para **MDF bruto** (ForMob03, p. 30)

(199)

No Brasil, estão disponíveis três tipos de OSB, sendo o **OSB Multiuso** o indicado para a indústria moveleira. (ForMob03, p. 19)

Uma terceira sigla que pode ser enquadrada nessa categoria é *HDF*, com apenas três ocorrências, que, como mencionado acima, denomina um outro tipo de painel de madeira reconstituída e substitui a unidade sintagmática em inglês *high density fibreboard* (= “fibra [de madeira] de alta densidade”), como ilustrado em (200). O *corpus* não apresenta a forma expandida nem sua tradução, o que pode indicar tanto que o material já é conhecido o suficiente, quanto o desinteresse em divulgá-lo mais amplamente, por razões que não são explicitadas (talvez seu uso mais restrito, menor disponibilidade do produto no mercado, custo mais elevado, uma combinação dessas razões ou ainda outras não cogitadas aqui).

⁶⁰ Esta afirmação era válida até, pelo menos, a data da publicação do *Guia ForMóvil 2004*.

(200)

A chapa de aglomerado, MDF ou **HDF** revestida já está pronta para ser utilizada na linha de produção. (ForMob03, p. 39)

Outra peculiaridade do emprego dessas UTs refere-se ao fato de que, embora com menor frequência, elas podem ser usadas na função de especificadores do sintagma que inicia com “painel de” ou “chapa de”, numa referência à forma como são comercializados esses produtos, como já mencionado anteriormente. Esses empregos estão ilustrados em (200) acima e em (201).

(201)

Painéis de MDF, aglomerado e OSB. (ForMob03, p. 133)

B.2) Siglas que denominam produtos de engenharia química utilizados na composição, na preparação ou no acabamento do substrato

Nesta categoria, encontramos siglas que designam componentes essenciais dos produtos empregados na preparação dos substratos para receber acabamentos, bem como alguns desses acabamentos, os quais, por sua vez, também são constituídos dos mesmos componentes. Esses componentes podem estar presentes em adesivos, tintas, vernizes e até mesmo na composição dos painéis de madeira reconstituída. Desta forma, pode-se dizer que está implícita aqui uma relação conceitual de tipo partitiva, pois essas UTs representam conceitos (os componentes) que são partes constituintes de um conceito maior, o substrato ou produto de acabamento. São analisadas, dentro desta categoria, as siglas *MDI*, *MPUF*, *NC*, *PU*, *PVA*, *PVAc*.

Na composição de alguns substratos, como o OSB, entram resinas que são referidas no *corpus* por sua sigla, acompanhadas da forma expandida, pelo menos na primeira ocorrência. É caso de *MDI* e *MPUF*, exemplificadas em (202) e (203) abaixo, que são retirados de textos em seqüência. Observa-se que, enquanto as iniciais da forma expandida de *MDI*, *metano di-isocianeto*, coincidem exatamente com as letras escolhidas para compor a sigla, as de *MPUF*, *melamina fenol uréia-formol*, coincidem com a forma expandida no original em inglês, *melamine phenol urea formaldehyde*.

(202)

Produzidos com resinas **MDI** (Metano Di-isocianeto) na camada interna e resina fenólica nas camadas externas. (ForMob03, p. 19) [referência ao substrato denominado OSB Multiuso]

(203)

O OSB Form é produzido com resina **MDI** na camada interna e **MPUF** (Melamina Fenol Uréia-Formol) nas camadas externas, apresentando uma cor mais clara, característica da madeira de pinus. (ForMob03, p. 19)

Os adesivos são produtos essenciais na indústria moveleira, e a engenharia química tem oferecido ao mercado grande diversidade de opções, de acordo com necessidades específicas. Entre eles, destaca-se aquele popularmente conhecido como *cola branca*, um adesivo à base de PVA, que é também designado simplesmente pela sigla PVA. A sigla representa, em língua portuguesa, *acetato de polivinila*, e concorre com sua sigla internacional PVAc, como observado em (204) e (205).⁶¹ Em ambos os casos, a sigla coincide com as iniciais da forma expandida em inglês, *polivynilacetate*. Os contextos analisados também indicam que PVA co-ocorre, ou seja, está em situação de sinonímia terminológica, com a forma consagrada na linguagem comum, *cola branca*, como mostra (206).

(204)

Os adesivos mais utilizados na colagem do MDF: **PVA** (acetato de polivinila), hot-melt e resinas à base de uréia-formaldeído. (ForMob03, p. 29)

(205)

Os adesivos mais indicados para a colagem do laminado decorativo de alta pressão são: termoendurecível uréia-formaldeído, cola branca (ou acetato de polivinila – **PVAc**), adesivo de contato à base de borracha sintética (policloropreno) e hot-melt. (ForMob03, p. 62)

(206)

Utilize os mesmos adesivos usados para madeira, como **PVA (cola branca)**, uréia formaldeído (tipo Cascamite) ou cola de contato (cola fórmica). (ForMob03, p. 21)

Já na área de tintas e vernizes, componentes bastante utilizados na atualidade são a *nitrocelulose* e o *poliuretano*, também designados, respectivamente, por suas siglas *NC* e *PU*.

⁶¹ Consideramos aqui uma situação de concorrência, e não apenas de co-ocorrência, com base nas informações prestadas por Valdemar Masselli, Diretor de Adesivos e Vedantes da empresa FCC Fornecedora, fabricante dos adesivos industriais da marca Dundun. Segundo esse especialista, a forma correta internacional para designar o acetato de polivinila (“polivynilacetate”) é PVAc, para distinguir de PVA, que designa o álcool polivinílico (“polivynil alcohol”). Diz o Sr. Masselli: “O nome correto é PVAc para a cola branca, mas é conhecido e usado comercialmente como PVA. Assim, se o texto for técnico, sugiro usar PVAc, se for comercial, usar PVA.” (mensagem eletrônica datada de 24-junho-2004). Essa informação foi também corroborada por consulta ao *Dicionário de polímeros* (2001).

Ambas as siglas costumam aparecer em posição adjetiva, como mostram (207) e (208).

(207)

Seladores, vernizes, fundos e lacas nitro e **PU**, linha UV, tingidores, solventes e thinners. (ForMob03, p. 141) (Killing)

(208)

Seladores e vernizes **NC** (ForMob03, p. 145) [anúncio da Quimpil]

PU ocorre nos textos publicitários em maior número de vezes (34 ocorrências) que sua forma expandida (11 ocorrências) ou mesmo que a forma adjetiva *poliuretânico* (18 ocorrências), com as quais estão em situação de sinonímia terminológica. Essa situação de sinonímia também se verifica nos textos técnicos, mas em proporções diferentes: a forma expandida ocorre 17 vezes, enquanto a sigla, apenas 7 vezes, e forma adjetiva, somente duas vezes. *NC*, por sua vez, ocorre exclusivamente nos textos publicitários (três ocorrências na edição de 2003 do *ForMóbile*), em número bem menor que a forma expandida (9 ocorrências), mas a forma preferida parece ser a forma abreviada *nitro* (13 ocorrências). O desaparecimento da sigla *NC* na edição de 2004 do *ForMóbile* pode indicar que foi dada preferência, pelos próprios usuários, a essas outras denominações.

Ainda se observa no *corpus* analisado que a sigla acompanhada da forma expandida ocorre somente nos textos técnicos, mais explicativos. De modo geral, isso parece funcionar como um recurso persuasivo ao dar ao público-alvo do anúncio, o fabricante de móveis, a sensação de que ele é também reconhecido como um especialista, que conhece o produto e dispensa explicações.

Além disso, o emprego da sigla ou da forma abreviada acrescentam ao texto um elemento estilístico, já que a opção por uma forma lingüística mais curta pode tornar o texto menos denso, dar-lhe leveza e agilidade, qualidades indispensáveis para o discurso publicitário na atualidade.

B.3) Siglas que denominam materiais para revestimento e/ou acabamento superficial dos substratos

Encontramos, nesta categoria, siglas que designam materiais para revestimento, que consideramos aqui um tipo especial de acabamento superficial em que um produto sólido, em

forma de lâmina, é aplicado sobre a superfície do substrato ou ao longo de suas bordas, com finalidades estéticas e de conservação. Para o revestimento das superfícies são empregados os materiais designados pelas siglas *BP*, *CPL*, *FF*, *HPL*, *LPL*, *LWPB* e *PVC*. Para o revestimento das bordas são empregados os materiais designados pelas siglas *ABS*, *PP*, *PS* e também *PVC*.

Assim como algumas das observadas anteriormente, as siglas desta categoria podem coincidir com as iniciais das UTs expandidas em português ou em língua estrangeira, com as quais poderão co-ocorrer ou competir.

Nesta categoria, as duas siglas mais frequentes no *corpus* analisado são *BP*, com 27 ocorrências, que indica *laminado de baixa pressão*, e *FF*, com 50 ocorrências, que corresponde a *finish foil*, sintagma em inglês que não teve tradução na TIMov até o momento. Ambas podem ocorrer em posição substantival ou adjetival, mas observa-se uma tendência ao emprego maior na função adjetival nos textos publicitários, uma vez que a aplicação de um ou outro material de revestimento possibilita a oferta de produtos diferentes aos potenciais clientes. O uso crescente de ambos os materiais, como indica o aumento de ocorrências de um ano para outro, acabou tornando também menos necessária a referência concomitante da forma expandida. Exemplos do emprego dessas UTs podem ser observados em (207).

Também é digno de nota que as siglas podem funcionar como núcleo de um sintagma, em unidades terminológicas poliléxicas. Em (210), por exemplo, *FF* aceita ser modificada por adjetivos especificadores.

(209)

Isso acontece porque, além da infinidade de cores proporcionada pelo uso do finish foil (**FF**) e do laminado de baixa pressão (**BP**), a tecnologia de impressão por rotogravura reproduz com total fidelidade os veios da madeira. (ForMob04, p. 75)

(210)

Com o mesmo padrão **FF** reenvernizável, o industrial pode gerar diferentes níveis de brilho, podendo ir de um acabamento acetinado a um super brilho. (ForMob03, p. 42)

A sigla indicativa da UT em inglês para designar o mesmo produto identificado por *BP* é *LPL*, que corresponde a *low pressure laminate* (= “laminado de baixa pressão”). É uma das opções em laminados, ao lado dos designados por *HPL*, que corresponde a *high pressure laminate* (= “laminado de alta pressão”) e *CPL*, que corresponde a *continuous pressure*

laminare (= “*laminado contínuo*”). No entanto, observa-se uma única ocorrência de cada uma dessas siglas no *corpus*, o que indica a preferência pelo emprego das Uts em língua portuguesa. Outro hapax é a sigla *LWBP*, que corresponde a *light-weight base paper* (= papel de base leve”), um componente dos possíveis tipos de FF. Exemplos podem ser observados em (211), (212), (213) e (214).

(211)

Revestimentos impressos para Laminados Contínuos (**CPL**) (ForMob03, p. 39)

(212)

Revestimentos impressos para Laminados Plásticos de Alta Pressão (**HPL**) (ForMob03, p. 39)

(213)

Revestimentos impressos para Laminados de Baixa Pressão (**LPL**) (ForMob03, p. 39)

(214)

Light Weight Base Papers (**LWBP**) (...) Fabricado com película celulósica especial de baixa gramatura e livre de delaminação. (ForMob03, p. 40) [referindo-se a um tipo de finish foil]

Além destes materiais de revestimento, a indústria moveleira ainda aplica hoje um laminado plástico à base de *PVC* ou *cloreto de polivinila*, que tira sua sigla das iniciais do termo em inglês *polivynil chloride*. Pode-se observar um exemplo desse emprego em (213).

(215)

O **PVC** (policloreto de vinila), que pode ser rígido ou flexível, opaco ou transparente, brilhante ou fosco, colorido ou não, ganhou um importante papel no setor moveleiro e é uma das principais superfícies utilizadas na hora de embelezar o móvel, pois adere perfeitamente aos seus contornos e profundidades. (ForMob03, p. 107)

Os materiais utilizados para acabamento de bordas têm sua denominação original em língua inglesa, mas, em dois casos, as iniciais coincidem com as do termo equivalente em português: *ABS*, que corresponde ao polímero *acrilonitrila-butadieno-estireno*, e *PP* que corresponde a *polipropileno*. Assim como acontece com *PVC*, descrito acima, em *PS* temos uma correspondência com as iniciais em inglês, *polystyrene* (*poliestireno*). Em (216) abaixo temos exemplos do emprego das siglas acompanhadas da forma expandida, em que se percebe uma vulgarização dos termos (intencional ou não) pela não observância da nomenclatura

científica (ausência dos hífens e uso de maiúsculas em *acrilonitrila-butadieno-estireno*) e pela redução metonímica do conceito de *melamina* a um dos elementos à qual se agrega (*papel*) para formar um material de revestimento.

(216)

Hoje, o mercado disponibiliza esses acabamentos em **PVC**, **PS** (poliestireno), **PP** (polipropileno), **ABS** (Acrilonitrila Butadieno Estireno) e em melamina (papel). (ForMob03, p. 70) [referindo-se a fitas de borda]

B.4) Siglas que denominam processos tecnológicos empregados na indústria moveleira

Em número bem menor que as demais, são empregadas na TIMov siglas para designar processos tecnológicos, incluindo-se aí métodos, sistemas ou tecnologias usadas no processamento de materiais. Deste modo, a função dessas siglas é predominantemente a de especificador em unidades poliléxicas, servindo, como diz Alves (2002), como um “coringa”, pois traz a informação compactada.

As siglas desta categoria determinam outros vocábulos, representando um núcleo conceitual ao qual se agregam, dependendo do sintagma, traços específicos, como se pode depreender dos exemplos que serão apresentados.

A grande “vedete” das duas edições do *ForMóbile* que constituíram o *corpus* é *UV*, correspondente a *ultravioleta*, que passou a designar ou a especificar qualquer produto cuja cura é obtida através da exposição à luz ultravioleta. Aparece como especificador de uma série de outros vocábulos e o núcleo conceitual “luz ultravioleta” vai incorporando outros traços semânticos e sintáticos específicos, dependendo das informações suprimidas no sintagma.

(217)

A Renner Sayerlack S.A é pioneira nos processos de cura **UV** no Brasil e tem o constante comprometimento com o mercado de dar continuidade em pesquisa e em desenvolvimento. For04, p. 50. (UV= “através de raios ultravioleta”)

(218)

Conheça mais sobre os produtos **UV** (for04, p. 52) (UV= que são curados através de raios ultravioleta”)

(219)

Linha **UV** pigmentado: primers e acabamentos coloridos (ForMob03, p. 143) [anúncio da Sherwin-Williams] (UV= de produtos que são curados através da exposição a raios ultravioleta)

(220)

Deve ser aplicado em máquina tipo rolo comum ou reverso, devendo ser controlada sua gramatura e secagem em túnel **UV**. For)4, p. 51 (UV= onde se processa a cura por raios ultravioleta)

SH denomina um processo pelo qual produtos de acabamento (por exemplo, tintas) são catalisados por ácido, equivalendo às iniciais do termo em alemão *Säure Härtung* (=“endurecimento com acidez”). Ocorre somente em textos publicitários (10 ocorrências), o que pode indicar que os produtos assim obtidos são novidades no mercado que estão sendo divulgadas. Bem ao gosto do discurso publicitário, não há qualquer indicação da tradução, como a indicar que o cliente em potencial ou já é conhecedor do material (expressando cumplicidade) ou deveria sê-lo (num recurso argumentativo), como se observa no exemplo (221).

(221)

LINHA **SH**

PRIMER **SH**

CATALISADOR **SH**

DILUENTE **SH** (ForMob04, p. 174) – anúncio da ICD Coatings

EB denomina um processo de polimerização de folhas celulósicas e corresponde às iniciais do termo em inglês *Electron Beam*. ”). Assim como *SH*, ocorre somente em textos publicitários, e o baixo número de ocorrências (apenas duas) pode indicar que o processo é uma novidade no mercado. Provavelmente pelos mesmos objetivos de cumplicidade e argumentatividade, não há também qualquer indicação da tradução, mas a sigla co-ocorre com sua forma expandida, como mostram o exemplo (222).

(222)

OkaMaster **EB**

Painel de aglomerado de excelente qualidade superficial revestido com folhas celulósicas especialmente envernizadas e polimerizadas pelo sistema *Electron Beam*. (ForMob03, p. 115)

Pela descrição realizada, percebe-se que, embora as formas abreviadas propriamente ditas não sejam significativas em termos numéricos, é bastante comum, na TIMov, o recurso às siglas, que, como vimos, podem ser empregadas na designação tanto de materiais como de processos.

No aspecto morfossintático, comprova-se o que Alves (2002) observou: a sigla é um “termo coringa”, já que pode desempenhar diferentes funções sintáticas sem necessitar de alterações morfológicas.

Paralelamente, observamos que o emprego das siglas revela a face pragmática da TIMov ao transformar-se em argumento de venda pela tomada de posição da empresa anunciante como “aquela que sabe”, “aquela que detém a tecnologia”, sendo que o conhecimento e a posse da tecnologia ficam codificadas pela opacidade da sigla. Assim, essa que seria, de modo geral, uma desvantagem em termos de coesão textual, como aponta Kuguel (2002), passa a ser empregada a favor das estratégias de marketing da empresas fornecedoras de matéria-prima e insumos para a Indústria Moveleira.

5.2.2.3 *UTs poliléxicas*

Como vimos no Capítulo 3, as unidades terminológicas poliléxicas apresentam como característica essencial o fato de serem constituídas por um elemento determinado e um elemento determinante. O elemento determinado pode ser, ele mesmo, um nome ou sintagma nominal, que representa o conceito base que está sendo restringido pela determinação, que pode ser realizada por um ou vários adjetivos ou sintagmas preposicionais. As estruturas mais frequentes das UTs poliléxicas nas línguas românicas são o sintagma nominal formado por nome+adjetivo, expressa como $[N[A]_{SAdj}]_{SN}$, e o sintagma nominal formado por nome+sintagma nominal preposicionado, expresso como $[N[de(art)[N]_{SRep}]_{SN}$.

Como em grande parte das terminologias técnico-científicas, é abundante na TIMov a presença de unidades terminológicas poliléxicas, e sua constituição segue basicamente os padrões de formação já previstos pelos autores mencionados. Seria quase que impraticável, no interior deste trabalho, pretender dar conta de analisar todas as UTs poliléxicas identificadas. Assim, trataremos para descrição desses aspectos algumas UTs já apresentadas ao

exemplificarmos os padrões de formação direta de termos nas seções anteriores. Seleccionamos UTs poliléxicas designativas de matérias-primas e insumos, um dos núcleos conceituais identificados na TIMov. Com isso, acreditamos poder oferecer uma amostragem do comportamento das UTs poliléxicas no *corpus* de modo a caracterizar a estrutura cognitivo-funcional da TIMov.

5.2.2.3.1 *UTs poliléxicas designativas de matérias-primas e insumos: uma proposta de análise*

Verificamos, no Capítulo 3, que é possível identificar, no interior dos sintagmas terminológicos, relações existentes entre o núcleo determinado, que expressa o conceito base, e os elementos determinantes, responsáveis por restringir o domínio de extensão desse conceito. Essas relações não apenas são reveladoras dos traços que particularizam o conceito base, mais amplo, como também permitem que se estabeleçam uma distinção, oposição ou hierarquização dos conceitos determinados.

Também afirmamos que as relações identificadas dirão respeito a cada área de especialidade, de modo que os termos que a exprimem possam representar a estrutura conceitual que a conforma.

Para ilustração, tomamos as diversas ocorrências do termo *mesa* empregadas, no Capítulo 3, para exemplificar as UTs poliléxicas. Partimos do pressuposto de que em todas as ocorrências havia uma referência a um mesmo conceito base, designado pela UT monoléxica *mesa*, e que, a partir dessa análise, seria possível buscar uma delimitação da área de *móveis* enquanto a sua tipologia, fazendo um recorte que deixa apenas uma das espécies possíveis de móveis em destaque.

Essa pequena amostra inclui: *mesa cirúrgica*, *mesa de cabeceira*, *mesa de centro*, *mesa de jantar*, *mesa de pingue-pongue*, *mesa de sinuca*, *mesa de tintagem*. Acrescentamos a essa relação dois outros sintagmas amplamente conhecidos, porque fazem parte do cotidiano da maioria das pessoas: *mesa de cozinha* e *mesa de escritório*. *Mesa*, assim, representa o conceito base, ao qual são agregados elementos determinantes que restringem sua extensão.

Pensando que mesas são peças de mobiliário que podem ter diferentes formas e usos, e que esses usos podem tanto residenciais como não, construímos uma matriz de relações que abrange três grandes categorias: **propriedades**, **composição** e **uso/aplicação**.

Nessa matriz, as propriedades podem referir-se a características morfofísicas (forma e medida), a propriedades mecânicas (relacionadas ao movimento dos objetos e às forças que o provocam) e aspectos visuais (semelhança e estilo⁶²). A questão básica respondida no estabelecimento dessas relações é que *x tem a propriedade de ser y*, complementada, no caso do aspecto visual, por *x é semelhante a y* ou *x é do estilo y*.

As relações de composição respondem à questão *x é composto por/através de y*, e aí se destacam matérias-primas, componentes (parte elementar de um sistema ou objeto, como são, por exemplo, as pernas de uma mesa), revestimento (ou sua ausência) e processo (ou ausência dele) a que são submetidos os elementos.

As relações de uso/aplicação respondem à questão genérica *x serve ou é usado/aplicado por/para/em*. Suas subcategorias são a função (*o que faz x?*), a finalidade (*a que se destina x?*), o usuário (*quem usa x?*), o local/ambiente de uso (*onde x é usado?*) e a localização/posição (*onde x é colocado/posicionado em determinado ambiente?*).

Procuramos, então, localizar nessa matriz de relações os traços especificadores acrescidos ao conceito base pela presença dos elementos determinantes. Os resultados estão representados no quadro 6 abaixo.

Quadro 6. Relações entre a UT MESA como núcleo do sintagma (conceito de base) e seu(s) determinante(s)

UT que expressa o conceito base: MESA	Relações entre o núcleo do sintagma (conceito de base) e seu(s) determinante(s)													
	Propriedades					Composição			Uso/Aplicação					
	característica morfofísica		propriedade físico-mecânica	aspecto visual		matérias-primas	componentes	revestimento	processo	função	finalidade	usuário	local/ambiente	localização/posição
	forma	medida		semelhança	estilo									
Unidade Poliléxica (sintagma terminológico)														
mesa cirúrgica														
mesa de cabeceira														
mesa de canto														
mesa de centro														
mesa de cozinha														
mesa de escritório														
mesa de jantar														
mesa de pingue-pongue														
mesa de sinuca														

⁶² Estilo = “conjunto das características da forma e dos motivos ornamentais que distinguem determinados grupos de objetos de acordo com a época e o modo de fabricação; feição especial típica de um artista, de um gênero, de uma escola, de uma época, de um tipo de cultura”^{AURE}

Pela observação do quadro 6, podemos dizer que o que distingue o conceito base expresso pela UT *mesa* das demais UTs em que esse conceito vem determinado são, basicamente, as relações de finalidade, de local/ambiente de uso ou de localização/posição de uso. A finalidade é expressa pelos sintagmas *de jantar*, *de pingue-pongue* e *de sinuca*, bem como pelo adjetivo *cirúrgica*. O local/ambiente de uso é expresso por sintagmas que especificam esses ambientes, *cozinha* e *escritório*. A localização diz respeito à posição relativa a outros objetos ou ao ambiente total em que a mesa será colocada, e é expressa pelos sintagmas *de canto*, *de centro*. A amostra que trazemos, apesar de bastante pequena, revela algumas relações possíveis de se localizar quando se tenta delimitar a área temática *tipologia de móveis* focalizando um móvel específico, *mesa*.

Vamos trazer agora, para análise, algumas UTs de nosso *corpus* textual que, como já dissemos, foram úteis na exemplificação de outros aspectos da TIMov já apresentados ao longo deste capítulo. Aplicamos a mesma matriz de relações para verificar quais as principais relações expressas pelos determinantes nas UTs poliléxicas que têm como núcleo conceitual dois diferentes materiais, localizados, na estrutura cognitivo-funcional da área, no núcleo temático *matéria-prima e insumos*.

Selecionamos para análise as UTs designativas dos conceitos base *aglomerado* e *laminado*. O primeiro é uma matéria-prima empregada como substrato do móvel; o segundo é empregado como material de revestimento do substrato.

Para facilitar a localização, é dado, entre parênteses, o número de cada exemplo já analisado, ou outro contexto de ocorrência. Caso contrário, o exemplo é apresentado. Também aproveitaremos os exemplos, sempre que pertinente, para ilustrar a incidência de variação denominativa na TIMov.

laminado

A definição básica dada pelo *Glossário Madeira / Mobiliário*, é a de *laminado melamínico de alta pressão*: “Lâmina composta de dois tipos de papel – decorativo e Kraft – distribuídos em várias camadas, impregnadas de resinas melamínicas e fenólicas, que garantem suas características básicas”. No *corpus*, localizamos UTs com formações diferentes, mas com o mesmo núcleo. Essa análise será útil para identificar as motivações

dessas diferentes denominações, especialmente para decidir se estamos na presença de conceitos realmente diferentes ou se se trata de casos de variação denominativa.

As UTs poliléxicas que têm como núcleo do sintagma o termo *laminado* são, em ordem alfabética: *laminado decorativo* (Seção 5.2.1.2.3, anúncio da Formica), *laminado decorativo de alta pressão* (30, 205), *laminado de alta pressão* (29), *laminado de baixa pressão* (29, 213), *laminado plástico* (113), *laminado plástico decorativo* (153), *laminado plástico de alta pressão* (28, 212), *laminado postforming* (40), *laminado melamínico* (223), *laminado termo-moldável* (40)⁶³, *laminado vinílico* (158).

Nas análises anteriores, foram já apresentados exemplos de ocorrência de todas as UTs poliléxicas acima, com exceção de *laminado melamínico*. Para essa UT, trazemos o exemplo (223).

(223)

REVESTIMENTOS MELAMÍNICOS IMPRESSOS

Trata-se de uma película de saturação especial com gramaturas compreendidas entre 70 e 105 g/m², impressa por rotogravura, com tintas especialmente desenvolvidas para essa finalidade, que provêm ao **laminado melamínico** seu aspecto decorativo. (ForMob03, p. 38)

O quadro 7, na próxima página, apresenta os traços especificadores acrescentados ao conceito base pela presença dos elementos determinantes.

As principais relações expressas nas UTs poliléxicas que têm como núcleo o conceito base *laminado* dizem respeito a suas propriedades físico-mecânicas, expressas pelos adjetivos que indicam sua plasticidade (*plástico*) e sua capacidade de ser moldado (*postforming*, *termo-moldável*). Se há menção a sua função, ela é constante: a de servir para decorar (*decorativo*). Há também referência ao processo de fabricação (*alta pressão*, *baixa pressão*) e a uma das matérias-primas empregadas na sua fabricação (*melamínico*, *vinílico*).

⁶³ Também neste caso cabe uma orientação lingüística para que se suprima, na grafia de *termomoldável*, o hífen, absolutamente desnecessário pelas regras da língua portuguesa. Respeitamos, porém, neste trabalho, a grafia dada no *corpus*.

Quadro 7. Relações entre a UT LAMINADO como núcleo do sintagma (conceito de base) e seu(s) determinante(s)

UT que expressa o conceito base: LAMINADO	Relações entre o núcleo do sintagma (conceito de base) e seu(s) determinante(s)													
	Propriedades					Composição				Uso/Aplicação				
	característica morfofísica		propriedade físico-mecânica	aspecto visual		matérias-primas	componentes	revestimento	processo	função	finalidade	usuário	local/ambiente	localização/posição
	forma	medida		semelhança	estilo									
laminado decorativo														
laminado decorativo de alta pressão														
laminado de alta pressão														
laminado de baixa pressão														
laminado plástico														
laminado plástico decorativo														
laminado plástico de alta pressão														
laminado postforming														
laminado melamínico														
laminado termo-moldável														
laminado vinílico														

Pela definição dada pelo *Glossário Madeira/Mobiliário*, porém, foi possível verificar que ser decorativo e ser composto por resina melamínica já são características intrínsecas do laminado de alta pressão. Os exemplos dados indicam, além disso, que esses laminados são plásticos. Assim, podem ser consideradas variantes terminológicas *laminado decorativo*, *laminado decorativo de alta pressão*, *laminado de alta pressão*, *laminado plástico*, *laminado plástico decorativo*, *laminado plástico de alta pressão* e *laminado melamínico*, uma vez que, em cada caso, é feita uma seleção dos elementos determinantes em função dos traços específicos que os participantes da situação comunicativa desejam destacar.

Marcando uma relação de oposição está a UT *laminado de baixa pressão* que, ao explicitar pelo determinante o processo de fabricação, indica se tratar de um novo conceito.

De igual forma, *laminado vinílico* distingue-se dos demais que têm por base resinas melamínicas, enquanto esse inclui em sua composição resinas vinílicas. De fato, a observação de alguns contextos, como os dados nos exemplos (29), (158) e (215), e especialmente na análise feita do emprego das siglas em substituição a sintagmas terminológicos (seção

5.2.2.2.3), pode-se depreender que *laminado vinílico* é uma variante denominativa para o material *PVC* em sua forma de chapa ou lâmina.

Também *laminado postforming* e *laminado termo-moldado* distinguem-se dos demais conceitos, conforme já vimos na definição dada pelo *Glossário Madeira /Mobiliário*, pela propriedade que têm de poderem ser moldados com o calor. No próprio exemplo (40), há indicação de que são formas variantes entre si.

aglomerado

As UTs poliléxicas que têm como núcleo do sintagma o termo *aglomerado* são, em ordem alfabética: *aglomerado BP*, *aglomerado cru*, *aglomerado decorativo*, *aglomerado FF*. Todas as UTs aparecem em anúncios publicitários em que estão listados os produtos fabricados e/ou oferecidos pela empresa anunciante, como se observa em (222) e (223) abaixo).

(224)

Linha de produtos

Aglomerado: cru, FF e decorativo (ForMob03, p. 112) – anúncio publicitário da Berneck

(225)

MDF cru. MDF BF. **Aglomerado cru. Aglomerado BP. Aglomerado FF.** (ForMob04, p. 168) – anúncio publicitário da Uniplacas

Para analisar os elementos determinantes do núcleo *aglomerado* que os exemplos (224) e (225) trazem, não é necessário recorrermos à matriz de relações. Todos os determinantes acrescentam ao núcleo traços que se relacionam à ausência ou presença de revestimento, e, nesse caso, ou especificam o revestimento, ou indicam a finalidade. Assim, *aglomerado cru* é o painel de aglomerado que não recebeu revestimento, que está na sua condição bruta. Por oposição, o *aglomerado decorativo* é aquele que tem a finalidade de decorar, por isso fica implícita a idéia de que ele recebeu algum tipo de revestimento. Já os *aglomerado BP* e o *aglomerado FF* receberam, respectivamente, revestimento de laminado plástico de baixa pressão, também designado pela UT variante, a sigla *BP*, e *FF*, sigla que representa o revestimento conhecido como *finish foil*.

Vemos, assim, que a identificação dos traços de significado acrescentados pelos determinantes ao núcleo determinado, aliada à análise dos contextos definitórios, explicativos e associativos, é uma ferramenta útil para a confirmação da pertinência dos termos em um determinado domínio de conhecimento, bem como para a localização de variantes terminológicas.

Assim como já observado por diversos teóricos na análise de diferentes terminologias, também na TIMov verificamos a ocorrência dos dois padrões mais comuns de estruturação dos sintagmas terminológicos: $[N[A]_{SAdj}]_{SN}$ e $[N[de(art)[N]_{SPrep}]_{SN}$. Algumas peculiaridades, porém, merecem destaque.

Na função adjetival da estrutura $[N[A]_{SAdj}]_{SN}$, observamos, além de adjetivos formados pelas regras morfossintáticas usuais da língua portuguesa (*vinílico, decorativo*), também o emprego de siglas que, por si, representam outros sintagmas (*BP, FF*). Além disso, verificamos, também como já antecipado pelos autores citados, a possibilidade de expansão dos sintagmas, como, por exemplo, em *laminado decorativo* → *laminado decorativo de alta pressão*, com o acréscimo de traços de significado à medida que se acrescentam determinantes.

Verificamos, porém, que nem sempre o acréscimo de determinantes equivale a uma maior delimitação do conceito, pois pode ocorrer que o determinante não seja essencial, e a unidade seja uma variante denominativa. Nesses casos, é possível considerar-se, como motivação para a variação denominativa, aspectos pragmáticos, relacionados à situação comunicativa e aos interlocutores.

5.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

A análise que empreendemos ao longo deste capítulo buscou fazer uma descrição da terminologia da Indústria Moveleira e do comportamento das unidades terminológicas dessa área em textos, a fim de divisar alguns critérios que possam ser empregados em sua identificação e delimitação.

A investigação desenvolveu-se tendo por base um *corpus* textual, formado pela seção *Matérias-primas e insumos* das edições 2003 e 2004 do *ForMóvil: Guia de Referência da*

Indústria Moveleira. O *corpus* contemplou dois gêneros textuais: *Cadernos Técnicos* e *anúncios publicitários*, que, de modo geral, podem ser considerados como textos de divulgação técnica, sem deixar de revelar uma faceta argumentativa.

Desses textos foi selecionado um conjunto de termos para exemplificar os padrões mais comuns de formação e para ilustrar os modos de dizer próprios dessa linguagem de especialidade.

A primeira tarefa foi a caracterização da Indústria Moveleira como um domínio de conhecimento para o qual contribuem outros domínios correlatos de atividades tecnológicas, e que é referido por uma terminologia em que estão representados os conhecimentos de todas os domínios que nela confluem (indústrias de processamento da madeira, indústria química, indústria siderúrgica, indústria de equipamentos, indústria têxtil...). Com base nisso, buscamos identificar sua **estrutura cognitivo-funcional**, cujo eixo move-se analogamente a um fluxograma de processo produtivo, em que os núcleos conceituais situam-se em torno das *matérias-primas e insumos* empregados, dos *processos* a que são submetidos e dos *equipamentos* utilizados para a sua transformação em móveis. Esse procedimento permitiu confirmar o pertencimento e determinar o lugar ocupado pelas unidades terminológicas na representação dos conceitos fundamentais em torno dos quais o conhecimento da área se estrutura, explicitando sua face semântica.

A observação da **face semântica** das unidades terminológicas levou a identificar relações conceituais hierárquicas, partitivas e, principalmente, relações complexas (associativas), entre os aspectos da realidade por elas lingüisticamente representadas. Também foi possível identificar recursos textuais empregados para explicitar essas relações (emprego de verbos como *dividir*, *classificar*, e de substantivos como *tipos*, *exemplos*, *opções*).

A observação da **face formal** das unidades terminológicas revelou procedimentos tanto de **formação direta** quanto de **formação indireta** de termos. Na formação indireta, observaram-se como procedimentos a **extensão semântica**, as **mudanças gramaticais** e os **empréstimos**.

A **extensão semântica** caracteriza-se pela ampliação do significado de um vocábulo de tal forma que recubra, por extensão lógica, uma outra realidade próxima. Pode-se dar: pelo **deslocamento de uma relação lógica**, por **analogia** ou por **assimilação**. No primeiro caso, verifica-se um processo metonímico de transformação de significado. Foram observados empregos metonímicos de UTs em que se dá a passagem da parte para o todo (ex.: *serra*= lâmina dentada e *serra*= ferramenta) e da causa para o efeito (ex.: *embalagem*= ação de embalar, *embalagem*= resultado da ação de embalar), em que se verificou também uma terceira possibilidade, a da designação do material ou produto empregado para realizar a ação (*embalagem*= material empregado para embalar).

A **analogia**, segunda possibilidade de formação de UTs por extensão semântica, consiste na atribuição de uma nova acepção a um vocábulo pela constatação de alguma semelhança, que pode ser na forma (ex.: dobradiça caneco) ou na função (sem ocorrências no *corpus*). Já na **assimilação** tem-se uma transferência do nome de um objeto a uma nova forma desse objeto (ex.: *laca*= resina vegetal vermelha x verniz obtido pela precipitação de corante orgânico sobre base inorgânica).

As **mudanças gramaticais** podem se dar por **conversão**, ou mudanças de categoria gramatical, por **mudança de número** e por **mudança de condição**. Os casos de **conversão** são os mais abundantes, tendo sido observada a conversão de adjetivo em substantivo (ex.: *solvente*= aquilo que solve ou pode solver x líquido capaz de dissolver substâncias) e de particípio passado em substantivo, em que primeiramente se dá a redução da estrutura determinado+determinante para uma UT em que o determinante assume a carga semântica do sintagma ($[N[A]_{SAdj}]_{SN} \rightarrow [N_{Adj\ nomilalizado}]$) (ex.: madeira aglomerada \rightarrow *aglomerado*)

Os dois casos de **mudança de número** identificados dizem respeito a UTs substantivas derivadas de adjetivo pelo procedimento descrito acima, que adquirem sentidos especializados ao serem empregadas na forma plural (ex.: *estofado*= (Adj.) que sofreu estofamento \rightarrow *estofados*= (S.) conjunto de sofá e poltronas estofados).

Foi analisado um caso de **mudança de condição**, procedimento em que um nome próprio passa a comum. Na TIMov, o emprego do nome de marca *Formica* como um substantivo comum para designar, de forma genérica, o material é também um sinal da força da imagem da marca, criada pela publicidade, na mente do consumidor.

Nos procedimentos de **empréstimo** localizamos os empréstimos internos e os externos. Os **empréstimos internos** ou **interdisciplinares** caracterizam-se pela atribuição a um termo de um determinado campo do conhecimento de um novo conceito, em outro campo do conhecimento, em uma mesma língua. É o que se deu com *cura*, tomado de empréstimo da área da alimentação, na qual designa um processo de secar queijos, para designar o estágio final da polimerização e solidificação de um adesivo, na área da química industrial.

Os **empréstimos externos** são UTs oriundas de outros idiomas, e podem ser naturalizados, que consideramos **empréstimos propriamente ditos**, ou **estrangeirismos**, UTs que mantêm a forma estrangeira original ao se integrarem ao português, provocando a variação ao gerarem formas vernáculas com as quais competem. Foram identificados poucos empréstimos propriamente ditos, mas um número significativo de estrangeirismos compõe a TIMov.

Neste *corpus*, os estrangeirismos que designam tipos de móveis ou estilos de mobiliário/decoração são em número bastante reduzido. Predominam estrangeirismos originários do inglês, que podem ser agrupados em três categorias. Os que designam **processos ou técnicas** originam-se de nome ou verbo acrescido da partícula *-ing* para gerar substantivos abstratos não-contáveis, de formação relativamente livre, indicando “atividade relacionada com” e referindo-se à base de que derivam (ex.: *postforming*= processo de moldagem de laminado plástico por calor, que compete com as formas *termomoldagem* e *pós-formagem*).

Estrangeirismos que designam **substâncias ou materiais** originam-se de verbos acrescidos de *-er*, que funciona como um sufixo na formação de substantivos deverbais agentivos, designando “aquele que [realiza determinada ação]” (ex.: *thinner*= substância empregada para diluir, i.e., tornar menos espesso, um líquido; compete com a forma vernácula *tíner*). Estrangeirismos que designam **propriedades** são formas adjetivas que geralmente formam unidades poliléxicas, não raro empregadas em lugar de toda a unidade, por um processo de redução.

A **formação direta** de termos leva em consideração a estrutura morfossintática das UTs, que podem ser unidades construídas ou não construídas. São **unidades não construídas** as UTs **monoléxicas simples**, que apresentam uma única base léxica, sendo, por isso, de difícil reconhecimento. Seu estatuto de termo e sua pertinência à TIMov só podem ser atestados pela compreensão da estrutura cognitivo-funcional desta área específica, que nos

remete aos três núcleos conceituais identificados, a saber, matérias-primas e insumos, processos e equipamentos, bem como à face semântica das UTs que os representam.

São **unidades construídas** as **UTs monoléticas complexas** e as **UTs poliléticas**. As monoléticas complexas podem ser **derivadas** (por prefixação, sufixação, derivação regressiva ou parassíntese), **compostas** (a partir de formas livres ou de formas presas) ou **abreviadas** (acrônimos, formas abreviadas, siglas). Entre esses procedimentos, os mais produtivos, no *corpus* analisado, são a derivação por afixação e a siglação.

Pela **derivação prefixal**, formam-se UTs de diferentes categorias gramaticais, com predominância de UTs substantivas. Os **prefixos** mais produtivos identificados são:

- **pré-**, que participa da formação de UTs substantivas que designam operações e processos (ou agentes desses) que podem ou devem ser executados no fluxo da produção anteriormente a outra etapa (*pré-furo*, *pré-furação*); alternativamente, participa da formação de adjetivos que agregam essa idéia de anterioridade ou de “preparação para” ao substantivo que determinam (*lâminas pré-compostas*);
- **re-**, que indica repetição ao participar da formação de UTs substantivas que designam operação (*reinspeção*) ou agente da operação (*rebobinadeira*)
- **des-**, indicativo de negação ou ação contrária, que se liga a substantivos que denominam ação (*delaminação*, *desfibramento*) ou agente de ação (*desempenadeira*, *desumidificador*).

A formação de **UTs nominais** através de **derivação sufixal** é abundante na TIMov, apesar de o número de sufixos empregados ser bastante restrito. Os **sufixos** mais produtivos podem ser categorizados de acordo com a classe gramatical das UTs resultantes: substantivos ou adjetivos. Cabe lembrar que, embora as UTs sejam predominantemente substantivas, também foram identificados e descritos aqui adjetivos, já que podem ter a função de determinante em UTs poliléticas.

Na formação de **UTs substantivas**, verifica-se a predominância de duas categorias de sufixos:

- a) os que formam nomes de ação ou resultado de ação, e ainda um caso não previsto nas gramáticas consultadas, nomes de material ou produto utilizado para realizar a ação. Entre esses os mais produtivos são **-agem** (*dobragem*,

embalagem), **-ção** (*fixação, solidificação*), **-mento** (*acabamento, envernizamento*).

- b) os que formam nomes de agente ou instrumento de ação: **-(d)eira** (*espatuladeira*), **-dor(a)** (*selador, tingidor*). Pode-se supor que tenham sido originados de sintagmas em que desempenhavam função de determinante.

Essa predominância também se justifica pela estrutura cognitivo-funcional da TIMov, que se configura como uma indústria de transformação em que matérias-primas (por exemplo, uma *lâmina de madeira*), com determinadas propriedades (ex.: *flexibilidade, umidade*), sofrem determinadas ações (ex.: *tingimento, colagem*) desempenhadas por determinados agentes (ex.: *tingidor, coladeira*).

Na formação de **UTs adjetivas**, verificam-se tanto os sufixos indicativos de semelhança, constituição ou ostentação de propriedades e características (*adesivo vinílico, laminado decorativo*) quanto aqueles que participam da formação de particípio passado de verbos, indicando processo ou ação sofrida (*lâmina torneada*). Nesse último caso, não é incomum que o adjetivo se converta em substantivo pela supressão do elemento determinado (*aglomerado, compensado, acrílico*).

A siglação é um processo pelo qual UTs poliléxicas, quer em língua portuguesa, quer em língua estrangeira, são reduzidas às suas iniciais, o que lhes confere caráter internacional e versatilidade enquanto categoria gramatical. As siglas mais representativas identificadas na TIMov são UTs que denominam e/ou especificam principalmente quatro diferentes núcleos conceituais:

- matérias-primas (substratos) para a fabricação de móveis (*MDF, OSB*);
- produtos de engenharia química utilizados na composição, na preparação ou no acabamento dos substratos (*verniz UV, cola PVA*);
- materiais sólidos aplicados sobre os substratos para revestimento e/ou acabamento superficial (*BP, PVC*);
- e, em bem menor escala, processos (*SH, EB*).

São abundantes na TIMov, à semelhança de grande parte das terminologias técnico-científicas, as **unidades terminológicas poliléxicas**, e sua constituição segue basicamente

dois principais padrões de formação observados em outras áreas: o sintagma nominal nome+adjetivo, expresso como [N[A]SAdj]SN, e o sintagma nominal formado por nome+sintagma nominal preposicionado, expresso como [N[de(art)[N]SPrep]SN. Em ambos os casos, há uma relação de significado entre o determinado e o determinante, estabelecida pela especificidade que esse determinante acrescenta ao determinado.

Para oferecer uma amostragem do comportamento das UTs poliléxicas no *corpus*, de modo a caracterizar a estrutura cognitivo-funcional da TIMov, selecionamos UTs poliléxicas designativas de matérias-primas e insumos, um dos núcleos conceituais identificados na TIMov, e aplicamos uma matriz de relações para buscar as relações mais frequentes entre o núcleo do sintagma (conceito de base) e seu(s) determinante(s). Verificou-se que os determinantes especificam os determinados principalmente em termos de: **propriedades físico-mecânicas** (ex.: laminado *termomoldado*), **matéria-prima** (ex.: laminado *vinílico*), **revestimento** (ex.: aglomerado *BP*), **processo** (ex.: laminado *de alta pressão*), **finalidade** (laminado *decorativo*).

Em síntese, essas são as principais marcas da TIMov, que permitem descrevê-la como uma terminologia técnica que é muito rica, não só pela amplitude de sua estrutura cognitivo-funcional, como também pela sua dinamicidade, que precisa acompanhar as constantes mudanças ditadas pela evolução tecnológica e por sua aplicação social, que vai ditar diferentes tipos de discurso, materializados em diferentes gêneros textuais.

6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS DESDOBRAMENTOS

Procuramos, na investigação que resultou neste trabalho, realizar um estudo descritivo sobre a terminologia da Indústria Moveleira – TIMov –, o que justificamos, do início, com o fato de se estar diante de uma terminologia vasta, difusa e ainda não estudada em sua sistematicidade.

Essa lacuna, que o presente estudo procurou preencher, contrasta com a importância que essa indústria tem, não apenas em termos econômicos – considerando-se que o Brasil é um importante exportador de móveis e o Rio Grande do Sul, um dos maiores pólos moveleiros do país –, como também pela sua participação na vida cotidiana das pessoas, de modo que essa terminologia se inscreve também na esfera social.

Essa descrição procurou levar em conta que o fato de que hoje há ainda muito poucos trabalhos a respeito de terminologias técnicas, enquanto já é possível contar com um significativo número de trabalhos a respeito de terminologias científicas. Esperamos, assim, que os resultados obtidos permitam posteriores estudos comparativos.

Nossa proposta de descrição foi a de identificar os termos próprios da Indústria Moveleira, observando-os e descrevendo-os como um objeto poliédrico que possui uma face semântica, uma face formal e uma face pragmática.

Perseguimos nosso objetivo principal, e, no percurso, vislumbramos ainda possibilidades de desdobramentos futuros, o que nos leva a dizer que, embora concluído, este trabalho não está totalmente acabado e poderá servir de embasamento para outras investigações.

Como primeiro resultado de nosso estudo, destacamos a configuração do que denominamos a estrutura cognitivo-funcional do domínio da Indústria Moveleira. Para efetuar essa configuração, foi imprescindível considerar a Indústria Moveleira como uma indústria complexa, pois caracterizá-la apenas como um subsistema do grande sistema da industrial de base florestal, conforme ilustrado no Capítulo 5, não é suficiente para dar conta de todas as interfaces que mantém com outras indústrias. No mesmo capítulo, a Figura 6 mostrava que só se poderia compreender a complexidade dessa indústria na atualidade levando-se em

consideração todas as outras atividades industriais que contribuem para a realização de suas atividades. Por essa razão, como procuramos demonstrar, a Indústria Moveleira precisa ser considerada como um setor da produção responsável por uma segunda transformação industrial em determinadas *matérias-primas*, que deverão sofrer determinados *processos* e receber determinados *insumos*, com a utilização de determinados *equipamentos* (incluindo *máquinas e ferramentas*), a fim de se transformarem em móveis.

Em função disso, foram considerados os três grandes núcleos conceituais da área: *matérias-primas e insumos, processos e equipamentos*.

A escolha do *corpus* textual foi fator fundamental para a configuração da estrutura cognitivo-funcional da Indústria Moveleira, pois, assim como num grande *show room*, a seção *Matérias-primas e insumos* do *ForMóbile: Guia de Referência da Indústria Moveleira* descortinou o vocabulário especializado empregado para a designação e descrição dos três núcleos conceituais identificados.

A delimitação da área, aliada à análise descritiva da formação e do comportamento das unidades designativas nos textos, permitiu que se lançassem alguns critérios para a identificação dos termos próprios da TIMov. Pensamos, com isso, que este trabalho pode oferecer subsídios para outros pesquisadores que desejem debruçar seu olhar sobre esta rica terminologia.

É necessário, porém, reconhecer algumas limitações impostas pelo *corpus* textual que serviu de base para extração das unidades terminológicas analisadas. Como já comentado, acreditávamos, de início, que nos *Cadernos Técnicos* encontraríamos textos de densidade terminológica bastante alta, a considerar pelo seu título, a que poderíamos contrapor textos de baixa densidade terminológica, como os anúncios publicitários. Os *Cadernos Técnicos* revelaram-se, afinal, como textos não tão técnicos, pois o intuito de divulgar inovações mesclou-se com o caráter puramente referencial esperado do discurso técnico. Encontramos nos *Cadernos Técnicos* textos destinados a leitores familiarizados com a área, embora talvez desconhecedores das inovações apresentadas ou de particularidades de seu uso. Desse modo, concluímos estar diante do que denominamos de “discurso de divulgação técnica”.

Por outro lado, nos anúncios publicitários verificamos o emprego de um número significativamente maior de termos do que o esperado. Isso confirmou a possibilidade de uma interface entre a terminologia e a publicidade, caminho que procuramos deixar aberto no

Capítulo 2, quando cotejamos o desenvolvimento da indústria com o desenvolvimento da publicidade moderna.

Com base nas características gerais desses dois gêneros textuais, foi possível concluir que o material selecionado para constituir o *corpus* textual tem muito bem definidos os objetivos da comunicação especializada na área, quais sejam: divulgar e informar sobre produtos que serão utilizados nos processos produtivos da Indústria Moveleira, descrevendo-os e instruindo sobre seu uso, além de utilizar essas mesmas informações como um recurso argumentativo para persuadir o público-alvo, os fabricantes de móveis, sobre as vantagens ou desvantagens da escolha de determinado item ou fornecedor.

Tanto os *Cadernos Técnicos* quanto os anúncios publicitários revelaram-se como importantes fontes para observação da variação denominativa. Esse foi um dos aspectos que pudemos relacionar à influência dos gêneros textuais em que a TIMov é veiculada. Pensamos, porém, que a investigação sobre a variação denominativa nessa área tenha sido ainda bastante incipiente, dada a riqueza de dados disponíveis, o que sugere uma continuidade, especialmente visando a contrastar a incidência desse fenômeno nos dois gêneros textuais.

De igual forma, poderia ser mais aprofundada a abordagem aos textos constitutivos do *corpus* para contribuir com os estudos sobre gêneros textuais e sobre a questão da divulgação técnico-científica.

Uma outra possibilidade de desdobramento seria a constituição de um novo *corpus* para contrastar com o já explorado (ou agregar a ele) a partir de normas técnicas do Comitê Brasileiro de Mobiliário (ABNT/CB-15). Pelo fato de sua utilização ser restrita a associados da ABNT ou a pessoas/entidades dispostas a adquiri-las, as normas têm uma circulação mais limitada aos especialistas de cada área, o que dá suporte a sua característica de prescritividade. Em decorrência, supõe-se que nas normas técnicas haveria menos espaço a fenômenos como variação denominativa. Assim, o contraste entre os *corpora* poderá render interessantes resultados.

Além disso, acreditamos que os dados coletados sejam essenciais, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, para a elaboração de um glossário da TIMov que possa atender as necessidades dos diferentes participantes das situações comunicativas em que essa linguagem especializada é empregada. Para tornar a obra mais abrangente, seria possível complementar com dados de outros glossários e de normas técnicas específicas (normas de

terminologia). Mais importante que a quantidade de termos, porém, seria buscar oferecer subsídios lingüísticos e metodológicos que servissem como diretrizes para a elaboração de tal obra.

Não é demais frisar que, enquanto, em muitas áreas do conhecimento, os técnicos e especialistas ainda vêem o trabalho de lingüistas com um quê de desconfiança, em outras, em especial aquelas que se preocupam com a circulação do conhecimento em diferentes níveis, os resultados da pesquisa terminológica são não apenas bem-vindos como ansiosamente aguardados. Esse, acreditamos, é o caso da terminologia da Indústria Moveleira.

Esperamos, assim, poder atender a essas necessidades sociais, o que reafirma o caráter social dos estudos terminológicos e o papel essencial dos estudos da linguagem para a melhoria da vida humana, bem como poder contribuir para o avanço dos estudos sobre terminologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIMÓVEL. *Panorama BNDES*. Disponível em: <<http://www.abimovel.org.br>>. Acesso em: 15 out 2003.
- _____. *Panorama do setor moveleiro no Brasil*. 2005. Disponível em: <<http://www.abimovel.com>>. Acesso em: 15 maio 2006.
- ALI, Manuel Said. *Gramática secundária da Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- ALPÍZAR CASTILLO, Rodolfo. *Como hacer um diccionario científico técnico?* Buenos Aires: Memphis, 1997.
- ALVES, Ieda Maria. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. *Palavra*, 1999, Volume temático I: A delimitação de unidades lexicais.
- _____. *Neologismo: criação lexical*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- _____; SILVA, Manoel Messias Alves da; ARAÚJO, Mariângela. O léxico nas línguas especializadas. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar (org.). *Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística*. Rio de Janeiro: Europa, 2003.
- ANDRADE, Cristina T.; COUTINHO, Fernanda M. B.; DIAS, Marcos L.; LUCAS, Elizabete F.; OLIVEIRA, Clara Marize F.; TABAK, David. *Dicionário de polímeros*. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
- ARAÚJO, Avelino de Pina. *De Pina's technical dictionary. Dicionário Técnico De Pina*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 2v.
- ARAÚJO, Luzia A. *De big bangs a buracos negros no universo da tradução no Brasil: um estudo sobre o papel da terminologia na prática tradutória e na formação de tradutores*. Tesede doutoramento. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem. 2001.
- ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a História: história geral e história do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- AZENHA JR., João. *Tradução técnica e condicionantes culturais: primeiros passos para um estudo integrado*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- BACHA, C. J.C. Cadeira madeira/móveis. In: *Apoio a instalação dos Fóruns de competitividade nas cadeiras produtivas couro/calçados, têxtil, madeira/móveis e fertilizantes*. São Paulo: Pensa, 2000.
- BARBOSA, Heloisa Gonçalves. *Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta*. São Paulo: Pontes, 1990.
- BARROS, Lídia Almeida. Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia. *Ciência e cultura*, v. 58, n. 2, São Paulo, Apr./June 2006.
- BASILIO, Margarida. *Teoria lexical*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de corpus: histórico e problemática*. *D.E.L.T.A.*, vol. 16, n. 2, 2000.

BEVILACQUA, Cleci R. A fraseologia especializada: elemento fundamental no processo tradutório. *Cadernos do IL* nº 23/24/25, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Dezembro de 2000/2001/2002.

_____. Unidades fraseológicas especializadas: novas perspectivas para sua identificação e tratamento. *Organon*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 119-132, 1998.

BINI, Edson. *Dicionário técnico industrial: inglês/português/inglês*. *Technical and Industrial Dictionary: English/Portuguese/English*. São Paulo: Hemus, 1978.

BORGES, Marlise Fontes. *Identificação de sintagmas terminológicos em geociências*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BOSQUE, I. Sobre las diferencias entre los adjetivos relacionales y los calificativos. *Revista Argentina de lingüística.*, v. 3, p. 10-48, 1993.

BOULANGER, Jean-Claude. *Bibliographie de la néologie*. Nouveaux fragments 1980-1989. Québec: Government du Québec. Office de la langue française, 1990 [1991].

_____. Convergências e divergências entre lexicografia e terminografia. In: LIMA, Marília, e RAMOS, P. (orgs.). *Terminologia e ensino de segunda língua: Canadá e Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, ABECAN, 2001.

CABRÉ, M. Teresa. Importância y validez de la teoría de Wüster. In: WÜSTER, Eugen. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Barcelona: IULA, 1998. Prefacio.

_____. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: IULA, UPF: 1999.

_____. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

_____. Sumario de principios que configuran la nueva propuesta teórica. In: CABRÉ, M. Teresa; FELIU, Judit (ed.). *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: IULA, UPF: 2001.

_____; DOMÈNECH, Meritxell; MOREL, Jordi.; RODRÍGUEZ, Carlos. Las características del conocimiento especializado y la relación con el conocimiento general. In: *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, 2001.

_____; ESTOPÀ, Rosa. *El conocimiento especializado y sus unidades de representación: diversidad cognitiva*. Sendébar, 2002, 13.

_____; MOREL, Jordi; TEBÉ, Carles. Propuesta metodológica sobre la detección de relaciones conceptuales en los textos a través de una experimentación sobre la relación causa-efecto. In: *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, 2001. pp. 165-172.

CAMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CANO, Waldenice Moreira. *Teoria e práxis de um dicionário escolar de ciências*. Araraquara: UNESP, 2001. Tese de doutorado.

- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- CONSOLARO, Helio. *Portal de língua portuguesa na internet*. Disponível em: <www.portrasdasletras.com.br>. Acesso em: 25 jan. 2006.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1982.
- DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão 1.0. Editora Objetiva, 2001.
- DUBUC, Robert. *Manual de terminología*. 3. ed. Corrigida e atualizada. Tradução de Ileana Cabrera. [Santiago]: Ril Editores, 1999. Tradução a partir da edição de 1992 de *Manuel pratique de terminologie*.
- DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das ciências da linguagem*. Ed. portuguesa orientada por Eduardo Prado Coelho. Lisboa: Dom Quixote, 1973.
- DUDEN. Disponível em: <<http://www.duden.de>>. Acesso em: 18 fev 2006.
- ESTOPÀ, Rosa. Elementos lingüísticos de las unidades terminológicas para su extracción automática. In: CABRÉ, M. Teresa; FELIU, Judit (ed.). *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: IULA, UPF: 2001.
- _____. Los adjetivos en las unidades terminológicas poliléxicas: una análisis morfosemántico. *Organon*, Porto Alegre, v. 28-29, p. 233-246, 2000.
- FAULSTICH, Enilde. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. *Ciência e Cultura*, vol. 58, n. 2, São Paulo, Abr./Jun. 2006.
- _____. *Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista*. In: *TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, agosto de 2001.
- _____. Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua. In: *Actas: VI Simpósio Ibero-Americano de Terminologia*, 2002, Havana. Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional. Lisboa : Colibri, 1998. v. 6. p. 61-74.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FILIPAK, Francisco. *Fundamentos da linguagem figurada*. Curitiba: Unificado, 1992.
- FINATTO, Maria José Bocorny. Termos, textos e textos com termos: novos enfoques dos estudos terminológicos de perspectiva lingüística. In ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. V. 2. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004. p. 341-357.
- _____. Unidade e variação em Língua Portuguesa: a variação em terminologia. In: KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna M. Becker (orgs.). *Temas de terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Editora da Universidade/UFRGS/ Humanitas/USP, 2001.
- _____; HUANG, Carolina. Da adjetivação em Química e Medicina: algumas implicações para os estudos do léxico e de textos técnico-científicos. *Língua e Literatura*, v. 6 e 7, n. 2004/2005, p. 45-56, 2005.
- FORMICA. Website oficial. Disponível em: <<http://www.formica.com.br>>. Acesso em: 11 mar 2006.

FORMOBILE: Guia de referência da indústria moveleira. Curitiba: Alternativa, 2003.

_____. Curitiba: Alternativa, 2004.

FÜRSTENAU, Eugênio. *Novo dicionário de termos técnicos inglês-português*. 22. ed. revista e ampliada. São Paulo: Globo, 1998. 2 volumes.

GAUDIN, François. *Socioterminologie: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*. Université de Rouen, 1993.

GOMES, Neusa Demartini. *Publicidade: comunicação persuasiva*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

GRYNA, Frank M. Production. Cap. 17. xx In: JURAN, J. M. (editor in chief); GRYNA, Frank M. (associate editor). *Juran's Quality Control handbook*. 4. ed. New York: McGraw-Hill, 1988.

HILLIG, Éverton; SCHNEIDER, Vânia E. Resíduos da atividade moveleira e de base florestal: caracterização e aproveitamento. In: SCHNEIDER, Vânia E.; NEHME, Marcelo C.; BEN, Fernando (orgs.). *Pólo moveleiro da Serra Gaúcha: sistemas de gerenciamento ambiental na indústria moveleira*. Caxias do Sul: Educs, 2006.

HOFFMANN, Lothar. *Llenguatges d'especialitat*. Selecció de textos. Barcelona: IULA, 1998.

_____. Característiques dels llenguatges d'especialitat. Tradução de Mercê Herrerias. In: HOFFMANN, Lothar. *Llenguatges d'especialitat*. Selecció de textos. Barcelona: IULA, 1998. Tradução do original em alemão Gründströmungen in der Fachsprachenforschung, publicado em HOFFMANN, Lothar. *Kommunikationsmittel Fachsprache. Eine Einführung*. 3. ed. revisada. Berlim: Akademie-Verlag, 1987, p. 21-71.

IULA. *La terminología: historia y organización*. (on line). In Grupo IulaTerm. *Introducción a la terminología*. Barcelona: IULA, Universidad Popeu Fabra, 2002. Disponível em: <<http://www.iulaonline.org>>. Acesso em: 23 out 2003.

_____. _____. (on line). In Grupo IulaTerm. *Introducción a la terminología*. Barcelona: IULA, Universidad Popeu Fabra, 2002. Disponível em: <<http://www.iulaonline.org>>. Acesso em: 23 out 2003.

_____. *Terminología y comunicación especializada*. (on line). In Grupo IulaTerm. *Introducción a la terminología*. Barcelona: IULA, Universidad Popeu Fabra, 2002. Disponível em: <<http://www.iulaonline.org>>. Acesso em: 29 out 2003.

_____. _____. (on line). In Grupo IulaTerm. *Introducción a la terminología*. Barcelona: IULA, Universidad Popeu Fabra, 2002. Disponível em: <<http://www.iulaonline.org>>. Acesso em: 29 out 2003.

KAYSER, Wolfgang. *Análise e interpretação da obra literária: introdução à ciência da literatura*. 7. ed. (portuguesa) Trad. Paulo Quintela. Coimbra: Armênio Amado, 1985.

KEHDI, Valter. *Formação de palavras em português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

KRIEGER, Maria da Graça. A face lingüística da Terminologia. In: KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna Maria Becker (org.). *Temas de terminologia*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; São Paulo: Humanitas/USP, 2001. p. 22-33

_____. Do reconhecimento de terminologias: entre o lingüístico e o textual. In ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. V. 2. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004. p. 327-339.

_____. Terminologia revisitada. In: KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna Maria Becker (org.). *Temas de terminologia*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; São Paulo: Humanitas/USP, 2001. p. 47-60.

_____; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____; MACIEL, Anna Maria Becker (org.). *Temas de terminologia*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; São Paulo: Humanitas/USP, 2001.

KUGUEL, Inês. Variación terminológica y correferencialidad textual. *Organon*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 91-108, 1998.

LAMBERTI, F. “Empréstimos lingüísticos no português do Brasil: uma interpretação variacionista”. Dissertação de Mestrado, UnB, LIV, 1999, 108p.

LEIBRUDER, Ana Paula. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, Helena Nagamine. *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000. Coleção Aprender e Ensinar com Textos, v. 5.

LONGMAN Dictionary of English Language and Culture. Essex: Longman, 1992.

LUCIE-SMITH, Edward. *Furniture: a concise history*. Updated edition. London: Thames and Hudson, 1993.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1982.

MANTOVANI, Giselle; SARETTA, Flávia G. Traduzir ou incorporar? Estrangeirismos na terminologia da indústria moveleira. Comunicação apresentada no VIII Simpósio Ibero-Americano de Terminologia. Cartagena, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. *Português instrumental*. 15. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1993.

MICHAELIS: *moderno dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: IEUFC, 1986.

MOURA NEVES, Maria Helena de. *Gramática de usos do português*. São Paulo, UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Ana Maria P. P.; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). *As ciências do léxico lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

OXFORD Advanced Learner's Encyclopedic Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 1992.

PEARSON, Jennifer. *Terms in context*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1998

PEREIRA, Rony F. A prefixação neológica no vocabulário da propaganda contemporânea. *Alfa*, São Paulo, 28 (supl.): 127-134, 1984. ou 1984, p. 127-134.

PONTES, Antonio Luciano. A sinonímia na terminologia do caju. IN: OLIVEIRA, Ana Maria P. P de.; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). *As ciências do léxico lexicologia,*

- POZZI, Maria. Normas internacionais ISO de terminologia. In: *Terminologia, desenvolvimento e identidade nacional: Atas. VI SIMPÓSIO Ibero-Americano de Terminologia*. Org. Margarita Maria Correia Ferreira. Lisboa: Edições Colibri/ILTEC, 2002. p. 759-789
- QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney; LEECH, Geoffrey; SVARTVIK, Jan. *A comprehensive grammar of the English language*. London: Longman, 1985.
- REY, Alain. *Essays on terminology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- _____. *La terminologie: noms et notions*. 2. ed. corr. Paris: Presses Universitaires, 1979.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 27. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- RONDEAU, Guy. *Introduction à la terminologie*. 2. ed. Boucherville, Québec: Gaëtan Morin, 1984. [1^a. ed. 1981].
- ROSATO, Dominick V. *Rosato's plastics encyclopedia and dictionary*. Munich; Vienna; New York; Barcelona: Hanser; New York: Oxford University Press, 1993.
- ROSSI, Melissa. Reportagem sobre o cenário do setor moveleiro. *Revista da ABIMÓVEL*, São Paulo, n. 39, 2006.
- SAGER, Juan Carlos. *A practical course in terminology processing*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1990.
- SCHNEIDER, Vânia E.; NEHME, Marcelo C.; BEN, Fernando (orgs.). *Pólo moveleiro da Serra Gaúcha: sistemas de gerenciamento ambiental na indústria moveleira*. Caxias do Sul: Educus, 2006.
- _____; _____. *Gerenciamento ambiental na indústria moveleira: estratégias de avaliação e implementação*. In: SCHNEIDER, Vânia E.; NEHME, Marcelo C.; BEN, Fernando (orgs.). *Pólo moveleiro da Serra Gaúcha: sistemas de gerenciamento ambiental na indústria moveleira*. Caxias do Sul: Educus, 2006.
- _____; PAVONI, Eloide Teresa; PANAROTTO, Claudia Teixeira. *Conceito de produção mais limpa na minimização e no aproveitamento de resíduos sólidos: uma proposta para o gerenciamento na indústria moveleira*. IN: HILLIG, Éverton; SCHNEIDER, Vânia E.; PAVONI, Eloide T. (orgs.). *Pólo moveleiro da Serra Gaúcha: geração de resíduos e perspectivas para sistemas de gerenciamento ambiental*. Caxias do Sul: EDUCUS, 2004.
- SOTHEBY'S Concise Encyclopedia of Furniture. General Editor: Christopher Payne. London: Bounty Books, 1998.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Um discurso sobre a ciência*. São Paulo: Cortez, 2003.
- TEMMERMAN, Rita. *Towards new ways of terminology description: the sociocognitive approach*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 2000
- TRIMBLE, Louis. *English for science and technology: a discourse approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- VALENÇA, Antonio Carlos de Vasconcelos; PAMPLONA, Leonardo de Moura; SOUTO, Sabrina Weber. *Os novos desafios para a indústria moveleira no Brasil*. BNDES setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 83-96, mar. 2002.
- VESTERGAARD, Torben; SCHRØDER, Kim. *A linguagem da propaganda*. Tradução de João Alves dos Santos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. [original em inglês: 1985. 1a ed no Brasil: 1988 Trad. dos textos publicitários: Gilson César Cardoso de Souza].

WÜSTER, Eugen. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Tradução de Anne-Cécile Nokerman. Barcelona: IULA, 1998.

ZANOTTO, Normelio. *Português para uso profissional: facilitando a escrita*. 2. ed. Caxias do Sul : EDUCS, 2003.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABIMÓVEL. *Panorama BNDES*. Disponível em: <<http://www.abimovel.org.br>>. Acesso em: 15 out 2003.

_____. *Panorama do setor moveleiro no Brasil. 2005*. Disponível em: <<http://www.abimovel.com>>. Acesso em: 15 mai 2006.

ALI, Manuel Said. *Gramática secundária da Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1964.

ALMEIDA, Gladis M. de Barcellos. *Teoria comunicativa da terminologia: uma aplicação*. Araraquara: UNESP, 2000. Tese de doutorado. 2 vol.

ALPÍZAR CASTILLO, Rodolfo. *Como hacer um diccionario científico técnico?* Buenos Aires: Memphis, 1997.

ALVES, Ieda Maria. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. *Palavra*, 1999, Volume temático I: A delimitação de unidades lexicais.

_____. *Neologismo: criação lexical*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____; SILVA, Manoel Messias Alves da; ARAÚJO, Mariângela. O léxico nas línguas especializadas. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar (org.). *Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística*. Rio de Janeiro: Europa, 2003.

ANDRADE, Cristina T.; COUTINHO, Fernanda M. B.; DIAS, Marcos L.; LUCAS, Elizabete F.; OLIVEIRA, Clara Marize F.; TABAK, David. *Dicionário de polímeros*. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

ARAÚJO, Avelino de Pina. *De Pina's technical dictionary. Dicionário Técnico De Pina*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 2v.

ARAÚJO, Luzia A. *De big bangs a buracos negros no universo da tradução no Brasil: um estudo sobre o papel da terminologia na prática tradutória e na formação de tradutores*. Tesede doutoramento. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem. 2001.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a Historia: história geral e história do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997.

AUBERT, Francis Henrik. *Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe*. Cadernos de Terminologia. n° 02. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1996.

AZENHA JR., João. *Tradução técnica e condicionantes culturais: primeiros passos para um estudo integrado*. São Paulo: Humanitas, 1999.

BACHA, C. J.C. Cadeira madeira/móveis. In: *Apoio a instalação dos Fóruns de competitividade nas cadeira produtivas couro/calçados, têxtil, madeira/móveis e fertilizantes*. São Paulo: Pensa, 2000.

BAKHTIN, Mikhail M. Gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Heloisa Gonçalves. *Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta*. São Paulo: Pontes, 1990.

BASILIO, Margarida. *Teoria lexical*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BEVILACQUA, Cleci R. Unidades fraseológicas especializadas: novas perspectivas para sua identificação e tratamento. *Organon*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 119-132, 1998.

_____. *Unidades fraseológicas eventivas: descripción y reglas de formación en el ámbito de la energía solar*. Barcelona: UPF, IULA, 2004. Tesis doctoral.

_____. Tipologia e dicionários. In: *Terminologia*. Série Cadernos do Instituto de Letras. Porto Alegre: UFRGS, n. 10, julho de 1993, p. 17-22.

_____. A fraseologia especializada: elemento fundamental no processo tradutório. *Cadernos do IL* nº 23/24/25, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Dezembro de 2000/2001/2002.

BINI, Edson. *Dicionário técnico industrial: inglês/português/inglês. Technical and Industrial Dictionary: English/Portuguese/English*. São Paulo: Hemus, 1978.

BORGES, Marlise Fontes. Identificação de sintagmas terminológicos em geociências. *Organon*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 187-190, 1998.

_____. *Identificação de sintagmas terminológicos em geociências*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BOSQUE, I. Sobre las diferencias entre los adjetivos relacionales y los calificativos. *Revista Argentina de lingüística.*, v. 3, p. 10-48, 1993.

BOULANGER, Jean-Claude. *Bibliographie de la néologie*. Nouveaux fragments 1980-1989. Québec: Government du Québec. Office de la langue française, 1990 [1991].

_____. Convergências e divergências entre lexicografia e terminografia. In: LIMA, Marília, e RAMOS, P. (orgs.). *Terminologia e ensino de segunda língua: Canadá e Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, ABECAN, 2001.

BOYCE, Charles. *The Wordsworth dictionary of furniture: an encyclopedic world guide from ancient times to the present*. Hertfordshire: Wordsworth, 1996.

Brooke Weston City Technology College. Disponível em: <<http://www.bwctc.northants.sch.uk/pages/backgrounds/wedgewood.html>>. Acesso em 4 abr 2005.

CABRÉ, M. Teresa. Importância y validez de la teoría de Wüster. Prefácio a WÜSTER, Eugen. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Barcelona: IULA, 1998.

_____. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: IULA, UPF: 1999.

_____. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

_____. Sumario de principios que configuran la nueva propuesta teórica. In: CABRÉ, M. Teresa; FELIU, Judit (ed.). *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: IULA, UPF: 2001.

_____; DOMÈNECH, Meritxell; MOREL, Jordi.; RODRÍGUEZ, Carlos. Las características del conocimiento especializado y la relación con el conocimiento general. In: *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, 2001.

_____; ESTOPÀ, Rosa. *El conocimiento especializado y sus unidades de representación: diversidad cognitiva*. Sendébar, 2002, 13.

_____; MOREL, Jordi; TEBÉ, Carles. Propuesta metodológica sobre la detección de relaciones conceptuales en los textos a través de una experimentación sobre la relación causa-efecto. In: *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, 2001. pp. 165-172.

CAMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CANO, Waldenice Moreira. *Teoria e práxis de um dicionário escolar de ciências*. Araraquara: UNESP, 2001. Tese de doutorado.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1998.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

CIAPUSCIO, Guiomar Elena. La terminología desde el punto de vista textual: selección, tratamiento y variación. *Organon*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 43-66, 1998.

CONSOLARO, Helio. *Portal de língua portuguesa na internet*. Disponível em: <www.portrasdasletras.com.br>. Acesso em: 25 jan. 2006.

Corpo Humano. Disponível em: <<http://www.corpohumano.hpg.ig.com.br/generalidades/generalidades.html>>. Acesso em: 3 abr 2005.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1982.

DAL CORNO, Giselle Mantovani; GIANNI, Eliana; BATTISTI, Elisa; SARETTA, Flávia Gisele. Projeto de pesquisa para criação de um dicionário técnico de termos da indústria de produção moveleira português/inglês/português. In: *Anais do I Congresso Ibero-Americano de Tradução e Interpretação – CIATI.* São Paulo: Centro Universitário Ibero-Americano, 11 a 14 de maio de 1998.

_____; _____. LAZZARI, Ariane; ZORZI, Carmeline. A terminografia a serviço do tradutor. *Coletânea Cultura e Saber*, v. 3, n. 4, Caxias do Sul, UCS, 1999.p. 31-45.

DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão 1.0. Editora Objetiva, 2001.

DUBUC, Robert. *Manual de terminología*. 3. ed. Corrigida e atualizada. Tradução de Ileana Cabrera. [Santiago]: Ril Editores, 1999. Tradução a partir da edição de 1992 de *Manuel pratique de terminologie*.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das ciências da linguagem*. Ed. portuguesa orientada por Eduardo Prado Coelho. Lisboa: Dom Quixote, 1973.

ESTOPÀ, Rosa. Elementos lingüísticos de las unidades terminológicas para su extracción automática. In: CABRÉ, M. Teresa; FELIU, Judit (ed.). *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: IULA, UPF: 2001.

_____. Los adjetivos en las unidades terminológicas poliléxicas: un análisis morfosemántico. *Organon*, Porto Alegre, v. 28-29, p. 233-246, 2000.

FAULSTICH, Enilde. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. *Ciência e Cultura*, vol. 58, n. 2, São Paulo, Abr./Jun. 2006.

_____. *Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista*. In: *TradTerm*: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, agosto de 2002.

_____. *Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua*. In: VI Simpósio Ibero-Americano de Terminologia, 2002, Havana. Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional. Lisboa : Colibri, 1998. v. 6. p. 61-74.

_____; ABREU, Sabrina Pereira. *Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia: cooperação internacional: Brasil e Canadá*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FILIPAK, Francisco. *Fundamentos da linguagem figurada*. Curitiba: Unificado, 1992.

FINATTO, Maria José Bocorny. *Definição terminológica: procedimentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Tese de doutorado.

_____. Termos, textos e textos com termos: novos enfoques dos estudos terminológicos de perspectiva linguística. In ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. V. 2. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004. p. 341-357.

_____. Unidade e variação em Língua Portuguesa: a variação em terminologia. In: KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna M. Becker (orgs.). *Temas de terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Editora da Universidade/UFRGS/ Humanitas/USP, 2001.

_____.; HUANG, Carolina. Da adjetivação em Química e Medicina: algumas implicações para os estudos do léxico e de textos técnico-científicos. *Língua e Literatura*, v. 6 e 7, n. 2004/2005, p. 45-56, 2005.

FORMOBILE: Guia de referência da indústria moveleira. Curitiba: Alternativa, 2003.

_____. Curitiba: Alternativa, 2004.

FREIXA, Judit. Reconocimiento de unidades denominativas: incidencia de la variación en el reconocimiento de las unidades terminológicas. CABRÉ, M. Teresa; FELIU, Judit (ed.). *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: Iula, 2001.

FÜRSTENAU, Eugênio. *Novo dicionário de termos técnicos inglês-português*. 22. ed. revista e ampliada. São Paulo: Globo, 1998. 2 volumes.

GAUDIN, François. Socioterminologie: des problèmes semantiques aux pratiques institutionnelles. Université de Rouen, 1993.

GOMES, Neusa Demartini. Publicidade: comunicação persuasiva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

GRYNA, Frank M. Production. Cap. 17. xx In: JURAN, J. M. (editor in chief); GRYNA, Frank M. (associate editor). *Juran's Quality Control handbook*. 4. ed. New York: McGraw-Hill, 1988.

HILLIG, Éverton; SCHNEIDER, Vânia E. Resíduos da atividade moveleira e de base florestal: caracterização e aproveitamento. In: SCHNEIDER, Vânia E.; NEHME, Marcelo C.; BEN, Fernando (orgs.). *Pólo moveleiro da Serra Gaúcha: sistemas de gerenciamento ambiental na indústria moveleira*. Caxias do Sul: Educs, 2006.

HOFFMAN, Lothar. *Llenguatges d'especialitat*. Selecció de textos. Barcelona: IULA, 1998.

Industrial Adhesives. Disponível em: <http://industrial-adhesives.globalspec.com/LearnMore/Materials_Chemicals/Adhesives/Phenolic_Melamine_Formaldehyde_Resins>. Acesso em: 3 abr 2005.

IULA. *La terminología: historia y organización*. (on line). In Grupo IulaTerm. *Introducción a la terminología*. Barcelona: IULA, Universidad Popeu Fabra, 2002. Disponível em: <<http://www.iulaonline.org>>. Acesso em: 23 out 2003.

_____. *Terminología y comunicación especializada*. (on line). In Grupo IulaTerm. *Introducción a la terminología*. Barcelona: IULA, Universidad Popeu Fabra, 2002. Disponível em: <<http://www.iulaonline.org>>. Acesso em: 29 out 2003.

JACKSON, Albert; DAY, David; JENNINGS, Simon. *The complete manual of woodworking*. A detailed guide to design, techniques and tools for the beginner and expert. New York: Alfred Knopf, 2000.

KAYSER, Wolfgang. *Análise e interpretação da obra literária: introdução à ciência da literatura*. 7. ed. (portuguesa) Trad. Paulo Quintela. Coimbra: Armênio Amado, 1985.

KEHDI, Valter. *Formação de palavras em português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

KRIEGER, Maria da Graça. A face lingüística da Terminologia. In: KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna Maria Becker (org.). *Temas de terminologia*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; São Paulo: Humanitas/USP, 2001. p. 22-33

_____. Do reconhecimento de terminologias: entre o lingüístico e o textual. In ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. V. 2. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004. p. 327-339.

_____. Terminologia revisitada. In: KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna Maria Becker (org.). *Temas de terminologia*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; São Paulo: Humanitas/USP, 2001. p. 47-60.

_____; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____; MACIEL, Anna Maria Becker (org.). *Temas de terminologia*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; São Paulo: Humanitas/USP, 2001.

KUGUEL, Inês. Variación terminológica y correferencialidad textual. *Organon*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 91-108, 1998.

LAMBERTI, F. *Empréstimos lingüísticos no português do Brasil: uma interpretação variacionista*. Brasília: UnB, LIV, 1999, 108p. Dissertação de Mestrado,

LEIBRUDER, Ana Paula. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, Helena Nagamine. *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000. Coleção Aprender e Ensinar com Textos, v. 5.

LONGMAN Dictionary of English Language and Culture. Essex: Longman, 1992.

LUCIE-SMITH, Edward. *Furniture: a concise history*. Updated edition. London: Thames and Hudson, 1993.

- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1982.
- MAINGUENEAU, Dominique. _____. *Análise de textos de comunicação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993, 2. ed.
- MANGANARO, Elise Salem. When foreign sells: exotica in American TV ads of the eighties and nineties. In: CROSS, Mary (ed.). *Advertising and culture: theoretical perspectives*. Chapter 2. Westport, CT: Praeger, 1996. p. 11-27.
- MANTOVANI, Giselle. Polissemia e variação na terminologia da indústria moveleira. In: CABRÉ, Maria Teresa; ESTOPÀ, Rosa; TEBÉ, Carles (ed.). *La terminología en el siglo XXI: contribución a la cultura de la paz, la diversidad y la sostenibilidad*. Actas del IX Simposio Iberoamericano de Terminología, RITERM04. Barcelona: IULA, 2006. p. 225-234.
- _____; SARETTA, Flávia G. Traduzir ou incorporar? Estrangeirismos na terminologia da indústria moveleira. Comunicação apresentada no VIII Simpósio Ibero-Americano de Terminologia. Cartagena, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos*. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. *Português instrumental*. 15. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1993.
- MEURER, José Luiz. O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem. In: FORTKAMP, Mailce Borges Mota; TOMITCH, Leda Maria Braga (orgs.). *Aspectos da lingüística aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: IEUFC, 1986.
- MICHAELIS: *moderno dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- Moderna. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/moderna/biologia/anatomia/didido>>. Acesso em 3 abr 2005.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Fortaleza: IEUFC, 1986.
- MOURA NEVES, Maria Helena de. *Gramática de usos do português*. São Paulo, UNESP, 2000.
- OLIVEIRA, Ana Maria P. P. de; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). *As ciências do léxico lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.
- OXFORD Advanced Learner's Encyclopedic Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- PEARSON, Jennifer. *Terms in context*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1998
- PEREIRA, Rony F. A prefixação neológica no vocabulário da propaganda contemporânea. *Alfa*, São Paulo, 28 (supl.): 127-134, 1984. ou 1984, p. 127-134.
- PONTES, Antonio Luciano. A sinonímia na terminologia do caju. IN: OLIVEIRA, Ana Maria P. P de.; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). *As ciências do léxico lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.259

- POZZI, Maria. Normas internacionais ISO de terminologia. In: *Terminologia, desenvolvimento e identidade nacional: Atas. VI SIMPÓSIO Ibero-Americano de Terminologia*. Org. Margarita Maria Correia Ferreira. Lisboa: Edições Colibri/ILTEC, 2002. p. 759-789
- QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney; LEECH, Geoffrey; SVARTVIK, Jan. *A comprehensive grammar of the English language*. London: Longman, 1985.
- REY, Alain. *Essays on terminology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- _____. *La terminologie: noms et notions*. 2. ed. corr. Paris: Presses Universitaires, 1979.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 27. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- RONDEAU, Guy. *Introduction à la terminologie*. 2. ed. Boucherville, Québec: Gaëtan Morin, 1984. [1^a. ed. 1981].
- ROSATO, Dominick V. *Rosato's plastics encyclopedia and dictionary*. Munich; Vienna; New York; Barcelona: Hanser; New York: Oxford University Press, 1993.
- ROSSI, Melissa. Reportagem sobre o cenário do setor moveleiro. *Revista da ABIMÓVEL*, São Paulo, n. 39, 2006.
- SAGER, Juan Carlos. *A practical course in terminology processing*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1990.
- SCHNEIDER, Vânia E.; NEHME, Marcelo C.; BEN, Fernando (orgs.). *Pólo moveleiro da Serra Gaúcha: sistemas de gerenciamento ambiental na indústria moveleira*. Caxias do Sul: Educus, 2006.
- _____; _____. QUISSINI, Carina S.; GOMES, Fábio M. Gerenciamento ambiental na indústria moveleira: estratégias de avaliação e implementação. In: SCHNEIDER, Vânia E.; NEHME, Marcelo C.; BEN, Fernando (orgs.). *Pólo moveleiro da Serra Gaúcha: sistemas de gerenciamento ambiental na indústria moveleira*. Caxias do Sul: Educus, 2006.
- _____; PAVONI, Eloide Teresa; PANAROTTO, Claudia Teixeira. Conceito de produção mais limpa na minimização e no aproveitamento de resíduos sólidos: uma proposta para o gerenciamento na indústria moveleira. IN: HILLIG, Éverton; SCHNEIDER, Vânia E.; PAVONI, Eloide T. (orgs.). *Pólo moveleiro da Serra Gaúcha: geração de resíduos e perspectivas para sistemas de gerenciamento ambiental*. Caxias do Sul: EDUCUS, 2004.
- SOTHEBY'S Concise Encyclopedia of Furniture. General Editor: Christopher Payne. London: Bounty Books, 1998.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Um discurso sobre a ciência*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SUÁREZ DE LA TORRE, Maria Mercedes. *Análisis contrastivo de la variación denominativa en textos especializados: del texto original al texto meta*. Barcelona: UPF, IULA, 2004. Tesis doctoral.
- SUGARMAN, Joseph. *Advertising secrets of the written word: the ultimate resource on how to write powerful advertising copy from one of America's top copywriters and mail order entrepreneurs*. Las Vegas, NV: DelStar, 1998.
- TEMMERMAN, Rita. *Towards new ways of terminology description: the sociocognitive approach*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 2000.

THE BASICS of craftsmanship: key advice on every aspect of woodworking. (Essentials of woodworking series). Newtown, CT: Taunton Press, 1999. [Taunton Books & Videos for fellow enthusiasts).

TRIMBLE, Louis. *English for science and technology: a discourse approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

UNICAMP-IE-NEIT. *Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impacto das zonas de livre comércio*. Cadeia: madeira e móveis. Campinas, dezembro de 2002. Nota técnica final. Documento elaborado pela Consultora Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes (ESALQ-USP). Coordenação geral do projeto de Luciano Coutinho.

University of Illinois at Urbana-Campaign. Disponível em: <<http://www.scs.uiuc.edu>>. Acesso em: 3 abr 2005.

VALENÇA, Antonio Carlos de Vasconcelos; PAMPLONA, Leonardo de Moura; SOUTO, Sabrina Weber. *Os novos desafios para a indústria moveleira no Brasil*. BNDES setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 83-96, mar. 2002.

VESTERGAARD, Torben; SCHRØDER, Kim. *A linguagem da propaganda*. Tradução de João Alves dos Santos. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. [original em inglês: 1985. 1a ed no Brasil: 1988 Trad. dos textos publicitários: Gilson César Cardoso de Souza].

WÜSTER, Eugen. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Tradução de Anne-Cécile Nokerman. Barcelona: IULA, 1998.

ZANOTTO, Normelio. *Português para uso profissional: facilitando a escrita*. 2. ed. Caxias do Sul : EDUCS, 2003.

_____. *Correspondência e redação técnica*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

ANEXO A – CRONOLOGIA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA

(Fonte: ABIMÓVEL, agosto v. 1.2 2005, p. 39-48. Disponível em: <[http:// www.abimovel.com](http://www.abimovel.com)>)

PRINCIPAIS FATOS

1836 - Na Alemanha, Michel Thonet (1796-1871), faz experiências utilizando folhas de madeira compensadas curvas para produzir móveis.

1890 - No Rio de Janeiro é aberta a Companhia de Móveis Curvados, que se propõe a fabricar móveis em escala, utilizando moldes de peças austríacas.

1897 - Gelli - Industria de Móveis S.A., de Petrópolis, Rio de Janeiro, inicia a produção de móveis sob medida. É uma das pioneiras no país a manter-se em atividade. Em 1997 completou um século de existência.

1913 - Em abril, com serraria para produção de tábuas de pinho e embuia, em Rio Negrinho, então distrito de São Bento do Sul,(SC) inicia suas atividades a empresa antecessora da Móveis Cimo S.A, que recebeu esta denominação em 1951. Após o falecimento de Martin Zipperer, em 1979, a empresa foi vendida para o grupo paulista Lutfalla, entrando em crise em seguida, culminando com sua falência em 1981.

1919 - Em 21 de outubro, Guilherme Ronconi, associando-se a dois colegas de trabalho, funda a Fábrica de Móveis Ronconi, em Curitiba, hoje uma das mais antigas em atividade no Paraná na área de colchões e estofados.

1927 - A Bergamo Companhia Industrial inicia suas atividades em 27 de março.

Ano de Inauguração da Lafer de São Bernardo do Campo, São Paulo, empresa responsável por inúmeras inovações na área de estrutura de estofados e vencedora de diversos prêmios nacionais e internacionais na área de design.

1935 - No dia 6 de julho é criado o Sindicato da Industria de Marcenaria (móveis de madeira) do Estado de São Paulo (Sindimov), com abrangência sobre a capital e mais onze cidades.

1936 - Neste ano, Mario de Andrade (1893-1945), que havia dado sua contribuição ao design brasileiro, criando um conjunto de sofá e duas poltronas entre outros objetos, promove o Primeiro Concurso de Móvela Proletariado do Brasil, durante passagem no Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.

1938 - O dia 12 de setembro marca o início das atividades de Móveis Rudinick S.A, em São Bento do Sul, (SC).

1945 - Artefama, de Santa Catarina, inicia atividades fabricando artefatos de madeira. Na década de 60 começa a produzir móveis e desde o início dos anos 80 intensificou as exportações.

1951 - A Eucatex inicia no Brasil a fabricação de chapas de fibra de madeira, ampliando posteriormente sua linha para painéis industriais.

1953 - Fábrica de Móveis Florense Ltda inicia atividades no dia 18 de maio em Flores da Cunha, Rio Grande de Sul.

1960 - Em novembro, o Sindicato de Marcenarias, Serrarias, Carpintaria e Tanuarias de Curitiba transforma-se no Sindicato das Industrias de Mobiliário do Estado do Paraná.

1961 - No dia 2 de maio é criada a Móveis Carraro S.A, em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Atualmente é o maior fabricante de móveis do estado.

1962 - Fundação da Escola de Desenho do Rio de Janeiro (ESDA).

A Industria e Comercio de Móveis AB Pereira Ltda, instala-se em Votuporanga, São Paulo, dando início à formação e consolidação de um pólo moveleiro na região.

Simbal S.A, de Araçongas (PR), inicia a sua trajetória, transformando-se mais tarde num dos maiores fabricantes de estofados do país, com produção de 2 mil peças/dia.

1964 - Governo militar incentiva a construção de habitações com o Banco Nacional da Habitação (BNH), extinto em 1986.

Neste mesmo ano a Duratex, inaugurada em 1951, coloca no mercado o Duraplac, e consolida posição.

Itaiaia Móveis S.A, de Ubá, MG, inicia suas atividades.

1966 - A Placas do Paraná lança no mercado chapas aglomeradas, provocando verdadeira revolução no setor moveleiro nacional.

1968 - A Todeschini S.A, de Bento Gonçalves (RS), que desde 1939 marcou presença fabricando instrumentos musicais, entra no segmento de cozinhas.

A Sayerlack Industria Brasileira de Vernizes S.A, monta unidade industrial em São Paulo.

1971 - A Associação dos Fabricantes de Móveis de São Bento do Sul (SC), criada em agosto de 1961, transforma-se em Sindicato do Mobiliário de São Bento do Sul.

Fundação da Rodial Móveis Ltda, de Lagoa Vermelha (RS), uma das pioneiras na fabricação de móveis da região.

1972 - No dia 18 de julho é criada a Associação Brasileira das Industrias de Madeira Compensadas Especiais (Abince), transformada depois em Associação Brasileira das Industrias de Madeiras Compensadas e Industrializadas (Abinci).

1973 - Tem inicio as atividades da Fábrica de Móveis Madeprado, um marco na industrialização de Antonio Prado, no Rio Grande do Sul. Duas décadas depois, a cidade transformou-se juntamente com a Moduarte Móveis Modulados e Artesanais, fundada em 1979 no quarto pólo moveleiro gaúcho.

A Associação Profissional das Industrias da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves é transformada dois anos depois no Sindomóveis.

Industria de Móveis Movelar S.A, de Linhares (ES), é fundada e transforma-se na maior industria moveleira do Espírito Santo.

1976 - Em setembro, a Guazzelli & Associados promove em São Paulo a primeira edição da FENAVEM. De 1976 a 1993 ela foi realizada anualmente.

1977 - Cerca de 300 empresários de todo país se unem para fundar a AFAN - Associação Nacional dos Fabricantes de Móveis.

Neste mesmo ano é realizada a I Mostra do Mobiliário de Bento Gonçalves, precursora da Movelsul, que reúne 24 expositores.

1978 - Ano de fundação do Sindicato das Industrias de Móveis de Arapongas no Paraná.

1980 - No dia 11 de abril acontece a primeira reunião de fabricantes de máquinas e equipamentos para madeira que deu origem posteriormente ao Departamento Nacional de Máquinas para Madeira do Sindimaq/Abimaq.

O Sindicato das Industrias de Marcenaria de São Bernardo do Campo é instalado com base territorial sobre sete cidades. Até então, São Bernardo estava vinculado ao Sindicato da Industria de Móveis de Santo André, criado em 1941.

1981 - É decretada a falência da Móveis Cimo.

Em outubro é publicado o primeiro número da Revista Móbile, da Alternativa Editorial Ltda.

1983 - Criado o Centro Tecnológico do Mobiliário do Senai (SENAI - CETEMO), em Bento Gonçalves RS.

1985 - No dia 15 de janeiro é instalado o Sindicato das Industrias da Construção e do Mobiliário de Lagoa Vermelha.

Por iniciativa de Pedro Wajnszstein e Luis Antonio Pastore, é criada a Associação dos Moveleiros de São Paulo, (MOVESP).

1986 - Em Curitiba é realizada a Feira Sulbrasileira da Industria do Mobiliário (Expomóvel), reunindo aproximadamente 70 expositores.

1987 - Empresários gaúchos criam a Associação das Industrias de Móveis do Rio Grande do Sul (MOVERGS).

1989 - No dia 22 de novembro é instalado o Sindicato da Construção Civil de Pequenas Estruturas e do Mobiliário de Votuporanga em São Paulo.

1990 - É criado o Sindicato das Industrias de Móveis, Marcenarias, Carpintarias, Artefatos de Madeira, Serrarias, Madeiras Laminadas e Compensadas de Rio Negro, Paraná.

1991 - Sindicato das Industrias do Mobiliário e Artefatos de Madeira de Minas Gerais é criado em maio, resultado da fusão de vários sindicatos de serrarias, marcenarias, carpintarias e estofados, entre outros.

1992 - Criação da Associação Brasileira das Industrias do Mobiliário (ABIMOVEL).

1993 - Moveleiros de Bento Gonçalves promovem no mês de março, a primeira Feira Internacional de Máquinas, Matérias Primas e Acessórios para a indústria moveleira (FIMMA), realizada a cada dois anos.

Em agosto é criado o Sindicato das Industrias do Mobiliário de Afins de Mirassol (SIMM), em São Paulo.

1994 - É implantado o primeiro Curso Superior da Tecnologia em Produção Moveleira, da Universidade de Caxias do Sul (UCS), em parceria com o Sindimóveis, Movergs e Senai-Cetemo. O curso funciona no campus da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos (Fervi), em Bento Gonçalves.

Em Minas Gerais acontece a primeira edição da Feira de Máquinas e Móveis de Ubá e Região (FEMMUR). Dois anos depois ela se divide em Feira de Móveis de Ubá e Região (FEMUR), realizada em junho de 1996, intercalada anualmente com a Feira de Máquinas de Matérias Primas para a Indústria Moveleira (FEMAP), programada para 1997.

Com a inclusão de duas empresas - Berneck e Eucatex- a Associação Brasileira das Industrias de Madeira Aglomerada (Abima), transforma-se em Associação Brasileira das Industrias de Painéis de Madeira (ABIPA), em 5 de dezembro.

As importações de MDF, que desde 1990 eram esporádicas, começam a ser trazidas em quantidades maiores. A matéria prima se expande no mercado interno com grande intensidade.

A Universidade do Estado de Santa Catarina faz convênios com a Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa de São Bento do Sul e Prefeitura Municipal e implanta o Curso de Produção Industrial de Móveis, que formou sua primeira turma 3 anos depois.

1995 - Em abril é realizada a primeira edição da Feira de Móveis do Interior de São Paulo (Movinter), em Mirassol.

A Dell Anno Móveis Ltda, de Bento Gonçalves é a primeira empresa no país a receber o certificado de qualidade da ISO 9002.

Grupo alemão Hettich, formaliza participação no controle da Plastipar, fabricante de dobradiças e ferragens em geral, com sede em Curitiba.

1996 - Moveleiros de São Bento do Sul, SC, mostram novidades do mobiliário da Feinorte.

O setor moveleiro, por meio da ABIMOVEL, integra o Programa Brasileiro do Design, coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT).

1997 - Empresários de Arapongas ,PR, constroem o Expoara, um centro de exposições de 22,2 mil metros quadrados, e promovem a primeira edição da Movelpar, de 3 a 9 de Março.

1998 - Assinatura do Programa Brasileiro de Incremento à Exportação de Móveis (PROMÓVEL), que propiciou um incremento bastante significativo nos índices de exportação do Brasil.

2000 - Inicia-se um projeto de incremento a exportação desenvolvido pela Embaixada do Brasil na Inglaterra, liderada pelo Embaixador Sergio Amaral, com o apoio do Promóvel, que visa uma parceria para participação em Feiras de Móveis na Inglaterra.

2001 - No dia 06/02/2001 é instalado o Fórum de Competitividade da Cadeira Produtiva da Madeira e Móveis lançado em Brasília pelo Ministro do Desenvolvimento Industria e Comércio Exterior Alcides Tápias.

2003 - Em abril a Confederação Nacional da Industria (CNI) lança o Fórum Nacional da Industria, para a discussão e viabilização de soluções para o setor.

Ampliação das exportações do setor para mercados como a Europa, México, América Latina, Golfo Árabe e Japão, além dos Estados Unidos.

ANEXO B – LISTA DE TERMOS

A

abrasividade

ABS

acabamento

acabamento acetinado

acabamento de borda

acabamento marmorizado

acabamento microtexturizado

acabamento texturizado

acrílico

adesividade

adesivo

adesivo à base d'água

adesivo à base de solvente

adesivo acrílico

adesivo de origem animal

adesivo de origem vegetal

adesivo fenólico

adesivo natural

adesivo PVA

adesivo resorcínico

adesivo sintético

adesivo termoendurecível

adesivo termofixo

adesivo termofusível

adesivo termoplástico

adesivo uréico

adesivo vinílico

aditivo antibolha

afiabilidade

afiação

aglomerado

alastramento

albumina

alimentação

alisador

alojamento

alongamento

amadeirado

amarelamento

amarelecimento

amarrotamento

amido

ancoragem

angulação

aplicador

aproveitamento

aquecimento

aquosa

armazenagem

armazenamento

arrancamento

auto-afiação

aveludado

B

balanceamento

BP

C

calafetação

carretilhamento

caseína

catalisador

celulósico

chapa

cilindro pré-aquecedor

climatizador

cola animal

cola branca

cola de contato

cola fórmica

coladeira

colagem

coloração

compensado

compensado multilaminado

compensado sarrafeado

condicionador

corante

cortador

corte

costado

couro

cozimento

CPL

crosslinking

cupinicida hidrorrepelente

cura

cura UV

curtição

D

degradação

delaminação

desbaste

desbitolado

desbotamento

desempenadeira

desfibrador

desfibramento

desgaste

desmontagem

desplacamento

desumidificador

dextrina

diluição

dobradiça caneco

dobragem

E

EB

elasticidade

emassamento

embalagem

emborrachado

empenamento

empilhadeira

empilhamento

encabeçamento

encanoamento

encolhimento

endurecedor

endurecimento

engomagem

enrolamento

entalhe

entrelaçamento

envelhecimento

envernizamento

esbranquiçamento

escorrimento

esmerilhadeira

espatuladeira

espuma anti-chama

esquadrejadeira

esquadrejamento

estabilizador

estireno-butadieno

estocagem

estofado

estofados

etileno-vinil-acetato

exterior

F

faqueadeira

fechamento dos poros

fenda anti-ruído

FF

filler

fita de borda

fixação

folding

folheadeira

fórmica

fosqueamento

fotoiniciador

fotoquímico

fresa

fresagem

fresamento

friabilidade

furação

G

grampeador

grampo

grãos abrasivos

gravação

H

HDF

hot-melt

HPL

I

impermeabilização

impregnadora

impressora

inchamento

infiltração

injetados

inseticida

inseto xilófago

isolamento

J

jateado

jateamento

junção macho e fêmea

junta rebaixada

K

kit alifático anti-amarelamento

L

laca

lâmina

lâmina de madeira torneada

lâmina dosadora

lâmina pré-composta

laminação

laminado de alta pressão

laminado de baixa pressão

laminado decorativo de alta pressão

laminado melamínico

laminado plástico de alta pressão

laminado vinílico

laminador

laminamento

laqueado

laqueadora

laqueamento

lascamento

látex natural

leitoso

lixa

lixadeira

lixamento

LPL

LWBP

M

madeira

madeira aglomerada

madeira compensada

madeira reconstituída

material auto-extinguível

MDF

MDF bruto

MDI

melamina

metalizado

moldagem

molhamento

montagem

mordente

MPUF

N

NC

nitro

nitrocelulose

nivelamento

O

oleosidade

ondulação

OSB

OSB Multiuso

P

painel

painel de madeira reconstituída

painel pré-cortado

pálete

pallet

papel

papel Kraft	PVA
parafuso	PVAc
parafuso auto-atarraxante	PVC
patinado	
película celulósica pré-impregnada	R
perfuração	raspagem
pigmentação	rebaixo
placa	rebarba
plástico	rebobinadeira
plástico termoencolhível	reconstituída
polimento	recorte
polimerização	recozimento
poliuretânico	reenvernizamento
poliuretano	reenvernizável
pós-formado	reflorestado
pós-formagem	reflorestamento
<i>postforming</i>	re-inspeção
PP	rejuntamento
pré-cura	repetibilidade
preenchimento dos poros	resfriamento
pré-furação	resina
pré-furo	resina termoestável
prego	resinosa
prensa	resistência intermolecular
prensa termoelétrica	ressecamento
prensagem	retardador
pré-pintura	reticulação
pré-prensa	retificação
printabilidade	revestimento
produto anti-adesivo	revisora
produto tapa-poros	riscador
proteção anti-cupim	rolo espatulador
PS	rotogravura
PU	

S

sanforização
sarrafo de madeira
saturação
secagem
selador
seladora
separador
serra
serragem

SH

softforming
solidificação
solvente

T

tamanhos-padrão
tapa-poros
tensor
termoformagem
thinner
tíner
tingidor
tingimento
tinta
tintométrico
torneada
trabalhabilidade
tratamento
túnel de cura UV

U

umidificador
usinagem

UV**V**

vedação
verniz melamino-acrílico
verniz ultra-violeta
vibrador
vídia
vidro
vulcanização

W

widia